



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

KESY STHEFFANY SILVA LOPES

**REDES SOCIAIS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE MULHERES
VENEZUELANAS EM BOA VISTA – RORAIMA**

BOA VISTA - RORAIMA
2022

KESY STHEFFANY SILVA LOPES

**REDES SOCIAIS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE MULHERES
VENEZUELANAS EM BOA VISTA - RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração “Sociedade e Fronteiras na Amazônia” e na linha de pesquisa “Fronteira e Processos Socioculturais”.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Leila Chagas de Souza Costa

BOA VISTA – RORAIMA

2022

KESY STHEFFANY SILVA LOPES

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L864r Lopes, Kesy Stheffany Silva.

Redes sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas em Boa Vista - Roraima / Kesy Stheffany Silva Lopes. - Boa Vista, 2022.
241 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
Coorientadora: Prof^a. Dra. Leila Chagas de Souza Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 - Migrações venezuelanas. 2 - Migração feminina. 3 - Gênero. 4 - Redes sociais. I - Título. II - Rodrigues, Francilene dos Santos (orientadora). III - Costa, Leila Chagas de Souza (coorientadora).

CDU - 325.254(81:87)

KESY STHEFFANY SILVA LOPES

**REDES SOCIAIS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE MULHERES
VENEZUELANAS EM BOA VISTA – RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito para Obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
Coorientadora: Prof^a. Dra. Leila Chagas de Souza Costa

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES
Data: 09/06/2022 13:59:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
Orientadora/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras/UFRR


Gláucia de Oliveira Assis

Prof^a. Dra. Gláucia de Oliveira Assis
Universidade Estadual de Santa Catarina



Prof^a. Dra. Olinda Rodrigues
Universidade Federal do Pará

À minha mãe, Idaliana Printes da Silva, que é o meu maior exemplo de força, coragem e determinação, que sempre acreditou nos meus sonhos e a quem devo tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar este momento especial agradecendo, acima de tudo e de todos, a Deus. Foi pela infinita graça, amor e misericórdia d'Ele que cheguei até este momento. Sou grata pela oportunidade de desenvolver esse trabalho e por ter conhecido pessoas especiais. Gratidão!

À minha mãe, Idaliana Printes da Silva, que nunca mediu esforços para investir nos meus estudos. Por trás de um/uma pesquisador/a sempre há alguém que conforta, consola e incentiva. Essa pessoa, no meu caso, é a minha mãe. Ela me ensinou tudo o que sei sobre respeito, trabalho árduo, persistência e disciplina. Foi ela que “segurou as pontas” ao longo desses dois anos e eu jamais teria conseguido sem o incentivo dela. Ela é, com toda certeza, meu maior exemplo de força e perseverança.

Agradeço à minha orientadora Prof^ª. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues pelos direcionamentos, pelas orientações e pelas experiências vividas ao longo da pesquisa. Agradeço também à minha coorientadora Prof^ª. Dra. Leila Chagas de Souza Costa que me acompanha desde a graduação e que generosamente me acolheu e orientou com paciência, respeito e dedicação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras e aos/as professores/as que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional. De modo especial, agradeço à Simone Ruiz (Secretária do PPGSOF) pelas inúmeras vezes que colaborou no esclarecimento de dúvidas e pelo acolhimento dedicado aos discentes.

Aos meus colegas de turma por todas as experiências, pelas longas conversas de incentivo e apoio. Desenvolver pesquisa em um período pandêmico não foi fácil e o apoio dos/as meus/minhas companheiros/as de turma foi de grande valor para prosseguir no caminho.

À professora Janaíne Voltolini que, além do grande exemplo como profissional e pesquisadora, sempre me incentivou desde a graduação em Serviço Social, impulsionou os meus sonhos, generosamente me acolheu, ouviu e colaborou com essa pesquisa.

Agradeço à Maria, Sara, Lia e Ana que abriram as portas de suas casas, compartilharam suas histórias e contribuíram para a construção deste trabalho. Não há palavras que possam expressar a gratidão e o respeito que sinto por cada uma dessas mulheres. Elas são exemplos de força e resiliência. Agradeço por cada

momento vivido, por cada saber compartilhado, pelos laços firmados e pelas memórias eternizadas.

Por fim, agradeço a todos/as que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, que compartilharam informações, referências, que foram suporte material, emocional e psicológico, e que de alguma forma estiveram ao meu lado, transmitindo boas energias, incentivando e sendo abrigo em períodos adversos.

Gratidão!

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria
substância, já que viver é ser livre”.
Simone Beauvoir

RESUMO

Considerando a ampliação das migrações venezuelanas para Roraima e a participação crescente das mulheres nos processos migratórios recentes, este trabalho tem como objetivo identificar a configuração das redes migratórias e o processo de (re) negociação das relações de gênero de venezuelanas em contexto migratório em Boa Vista – Roraima. Desta forma, as discussões serão desenvolvidas em torno de três categorias centrais, quais sejam: gênero, redes sociais e migrações. Esse contexto analítico se justifica a partir da compreensão de que as mulheres participam ativamente e de forma independente na construção de projetos migratórios e, inclusive, na articulação e estruturação de redes migratórias. Assim, o recurso aos estudos sobre gênero demarca um posicionamento político e reflexivo que se volta para as desigualdades sociais baseadas no gênero e a forma como esses processos se manifestam nas migrações femininas. Além disso, atenta-se para a questão de que homens e mulheres vivenciam as migrações internacionais de modos distintos e, portanto, as reflexões buscam compreender quais são os desafios postos às mulheres migrantes venezuelanas antes da decisão migratória propriamente dita, durante o deslocamento e após a chegada à sociedade receptora. Neste sentido, os estudos sobre redes sociais fundamentarão as análises sobre as estratégias desenvolvidas no processo de enfrentamento às dificuldades, proteção e cooperação entre as mulheres. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres venezuelanas que residiam em Boa Vista, pelas quais foi possível conhecer as histórias de vidas, as dificuldades, os dilemas, buscando conhecer as migrações a partir dos relatos das próprias mulheres migrantes, valorizando o modo como elas compreendiam as experiências diárias. Os resultados obtidos durante a pesquisa de campo indicam a atuação direta das mulheres na criação, na articulação e no fortalecimento das redes sociais, inclusive de redes migratórias; apontam que, em alguns casos, houve a (re) negociação das relações de gênero por meio da atuação nuclear das mulheres na administração de recursos e informações, além do sustento familiar. Entre outros aspectos, os resultados manifestam a necessidade de pensar e desenvolver políticas públicas voltadas para o enfrentamento às desigualdades sociais, que promovam o respeito às populações migrantes, sobretudo às mulheres, que garantam oportunidades de acesso ao mercado formal de trabalho, e que, por fim, promovam o acolhimento seguro e possibilidades reais nas transformações de vida buscadas pelas mulheres migrantes venezuelanas e suas famílias.

Palavras-chave: Migrações venezuelanas. Migração feminina. Gênero. Redes sociais.

ABSTRACT

Considering the expansion of venezuelan migrations to Roraima and the increasing participation of women in recent migratory processes, this work intends to identify the configuration of migratory networks and the process of (re) negotiation gender relations of venezuelan women in a migratory context in Boa Vista. – Roraima. In this way, the discussions will be developed around three central categories, namely: gender, social networks and migrations. This analytical context is justified from the understanding that women participate actively and independently in the construction of migratory projects and even in the articulation and structuring of migratory networks. Thus, the use of gender studies marks a political and reflexive position that focuses on social inequalities based on gender and the way in which these processes are manifested in female migrations. In addition, attention is paid to the issue that men and women experience international migration in different ways and, therefore, the reflections seek to understand what are the challenges posed to venezuelan migrant women before the migration decision itself, during the displacement and after arrival at the receiving society. In this sense, studies on social networks will support the analysis of the strategies developed in the process of confrontation of difficulties, protection and cooperation between women. Semi-structured interviews were carried out with four venezuelan women who lived in Boa Vista, through which it was able to learn about their life stories, difficulties and dilemmas, seeking to know migrations from the reports of migrant women themselves, valuing the way they understood the experiences daily. The results obtained during the field research indicate the direct role of women in the creation, articulation and strengthening of social networks, including migratory networks; point out that, in some cases, there was a (re)negotiation of gender relations through the core role of women in the management of resources and information, in addition to family support. Among other aspects, the results show the need to think about and develop public policies aimed at confronting social inequalities, promoting respect for migrant populations, especially women, guaranteeing opportunities for access to the formal labor market, and that, for and finally, promote safe reception and real possibilities in the life transformations sought by venezuelan migrant women and their families.

Keywords: Venezuelan migrations. Female Migration. Gender. Social Networks.

RESUMEN

Considerando la expansión de las migraciones venezolanas hacia Roraima y la creciente participación de las mujeres en los procesos migratorios recientes, este trabajo tiene como objetivo identificar la configuración de las redes migratorias y el proceso de (re)negociación de las relaciones de género venezolanas en un contexto migratorio en Boa Vista - Roraima. De esta manera, las discusiones se desarrollarán en torno a tres categorías centrales, a saber: género, redes sociales y migraciones. Este contexto analítico se justifica a partir del entendimiento de que las mujeres participan activa e independientemente en la construcción de proyectos migratorios e incluso en la articulación y estructuración de redes migratorias. Así, el uso de los estudios de género marca una posición política y reflexiva que gira hacia las desigualdades sociales basadas en el género y la forma en que estos procesos se manifiestan en las migraciones femeninas. Además, se presta atención al tema de que hombres y mujeres experimentan la migración internacional de diferentes maneras y, por ello, las reflexiones buscan comprender cuáles son los desafíos que se les plantean a las mujeres migrantes venezolanas antes de la propia decisión migratoria, durante el desplazamiento y después de la llegada al país. En este sentido, los estudios sobre las redes sociales apoyarán el análisis de las estrategias desarrolladas en el proceso de afrontamiento de las dificultades, protección y cooperación entre las mujeres. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a cuatro mujeres venezolanas que vivían en Boa Vista, a través de las cuales se pudo conocer sus historias de vida, dificultades y dilemas, buscando conocer las migraciones a partir de los relatos de las propias mujeres migrantes, valorando la forma en que entendía las experiencias diarias. Los resultados obtenidos durante la investigación de campo indican el papel directo de las mujeres en la creación, articulación y fortalecimiento de las redes sociales, incluidas las redes migratorias; señalan que, en algunos casos, hubo una (re)negociación de las relaciones de género a través del protagonismo de la mujer en la gestión de los recursos y la información, además del apoyo familiar. Entre otros aspectos, los resultados muestran la necesidad de pensar y desarrollar políticas públicas dirigidas a enfrentar las desigualdades sociales, promover el respeto a las poblaciones migrantes, en especial a las mujeres, garantizar oportunidades de acceso al mercado laboral formal, y que promuevan condiciones seguras de acogida y posibilidades reales en las transformaciones de vida que buscan las mujeres migrantes venezolanas y sus familias.

Palabras clave: Migraciones venezolanas. Migración Femenina. Género. Redes Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Solicitações de refúgio conforme país de origem - 2016	66
Figura 2 - Rede Social Base.....	126
Figura 3 -Estados de origem das participantes	133
Figura 4 - Redes Sociais - Maria.....	166
Figura 5 - Redes Sociais - Sara	168
Figura 6 - Redes Sociais - Lia.....	170
Figura 7 - Redes Sociais - Ana	171
Figura 8 - Trajetórias migratórias	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados gerais da migração internacional	33
Tabela 2 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado	63
Tabela 3 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2017	67
Tabela 4 - Solicitações de refúgio venezuelanas - 2010 - 2017	68
Tabela 5 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2018	69
Tabela 6 - Perfil geral das participantes.....	128

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AD	Acción Democrática
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CD	Coordinadora Democrática de Acción Cívica
CTV	Confederação dos Trabalhadores de Venezuela
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COPEI	Comité Político Electoral Independiente
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
ENCOVI	Encuesta Nacional de Condiciones de Vida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBR-200	Movimiento Bolivariano Revolucionário 200
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPT	Ministério Público do Trabalho
NEPO	Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PDVSA	Petróleos de Venezuela SA
RNM	Registro Nacional Migratório
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URD	Unión Republicana Democrática

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. NOTAS METODOLÓGICAS: PERCURSOS PERCORRIDOS	25
2. CAPÍTULO 1: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS GERAIS	32
2.1. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: NOTAS E REFLEXÕES	32
2.2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS	44
2.3. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO SUL-AMERICANO	57
2.4. FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	74
3. CAPÍTULO 2: GÊNERO, REDE SOCIAL E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL	83
3.1. GÊNERO E DOMINAÇÃO	83
3.2. INTERLOCUÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, CLASSE SOCIAL E MIGRAÇÕES FEMININAS	97
3.3. O PROTAGONISMO FEMININO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E A FORMAÇÃO DE REDES SOCIAIS	112
4. CAPÍTULO 3: MIGRAÇÃO FEMININA NA PERSPECTIVA DAS REDES SOCIAIS	123
4.1. COMPÊNDIO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOPOLÍTICOS DA VENEZUELA	138
4.2. REDES SOCIAIS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE MULHERES VENEZUELANAS EM BOA VISTA - RORAIMA	163
4.3. “NOSOTROS NO ESTAMOS AQUÍ PORQUE QUEREMOS. LAS CIRCUNSTANCIAS NOS SACÓ DE NUESTRA TIERRA PARA OTRO PAÍS”	166
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	204
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214

1. INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, as migrações internacionais e os impactos produzidos pelos deslocamentos são elementos constituintes da vida de um contingente significativo de pessoas. Os processos migratórios recentes colocam sob análise de diversos estudiosos/as a questão dos territórios, as transformações nas referências culturais e sociais das populações migrantes, os fatores que colaboram para a gênese dos deslocamentos, as relações sociais de poder, as relações e os papéis sociais atribuídos aos gêneros, ao passo que estabelecem, também, a necessidade de refletir sobre a capacidade explicativa do arcabouço teórico desenvolvido até o presente, frente à complexidade conjuntural do século XXI, gestada a partir das transformações do capital internacional.

Vivemos em um período em que tudo parece volátil, provisório e onde tudo que é novo é, ao mesmo tempo, ultrapassado, descartável. As transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais, nas relações e nas formas de ser do trabalho, colocam constantemente em questão as categorias de análise tradicionais utilizadas para compreender uma realidade altamente complexa e que impõe a necessidade de renovação constante do arcabouço teórico e das bases conceituais analíticas. Essas transformações, observadas sobretudo no final do século XX, estabeleceram um novo tipo de sociedade que, conforme Castells (2020), podemos chamar de “sociedade em rede”.

A “sociedade em rede” (CASTELLS, 2020) é uma nova estrutura social estabelecida a partir da interligação de diversas redes presentes em toda configuração social – influenciadas, sobretudo, pelas transformações tecnológicas nos meios de comunicação com base na gênese da internet, dotada de uma capacidade de transformação e reordenamento constante das redes em nível global. Assim, fazendo uso da magnífica análise desenvolvida por Castells (2020), a nova “sociedade em rede” pode ser compreendida como a manifestação de um sistema global que ultrapassa os limites dos Estados-nação, reordena as relações de poder, amplia as desigualdades sociais e econômicas, gerando a ampliação da pobreza e da exclusão social. Considero essas proposições de grande valor para iniciarmos um percurso analítico, o qual se manifesta na tentativa de compreender como são gestados os processos migratórios contemporâneos, sobretudo, aqueles observados na Venezuela.

Compreendo que a análise da “sociedade em rede” é um ponto de partida necessário para os estudos que se propõem a refletir sobre as dinâmicas migratórias contemporâneas, porque articula elementos-chave do mundo globalizado. Com a ascensão da internet e as modificações tecnológicas promovidas nos meios de comunicação que parecem, cada vez mais, “encurtar” o mundo, nota-se que a “sociedade em rede”, ao mesmo tempo em que integrou regiões e agentes político-econômicos estratégicos para a economia mundial, também excluiu grupos e regiões inteiras consideradas dispensáveis mediante os interesses do sistema. Assim, cresce acentuadamente, e cada dia mais, o número de pessoas sem acesso à riqueza socialmente produzida, aos meios de produção, às tecnologias e a uma vida com dignidade.

Para Puigbonet (2006), as transformações tecnológicas devem ser compreendidas como integrante da lógica do sistema capitalista e são geradas a partir da necessidade de expansão do capital “que resultam numa reorganização da empresa capitalista, numa reestruturação dos processos de produção e numa alteração dos índices de produtividade e competitividade” (PUIGBONET, 2006, p. 61), estabelecendo, assim, o modo de distribuição social da riqueza.

Antunes (2015), por sua vez, explica que a crise capitalista dos anos 1980, período consagrado pela substituição da produção em massa fordista pela flexibilização taylorista, acompanhado pelo desenvolvimento dos meios de produção, microeletrônica e da robótica, gerou não apenas maior desemprego, como também ampliou o setor de serviços, expandiu os trabalhos parciais, temporários, subcontratados e consagrou a generalização dos deslocamentos populacionais em massa. Antunes (2015), assim como Puigbonet (2006), demonstrou que as tecnologias emergentes, nos anos finais do século XX, foram estabelecidas a partir dos interesses do capital e, entre outros efeitos, promoveram a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ampliando a precarização do trabalho à medida que a “fábrica torna-se cadeia produtiva global e essa cadeia é uma malha móvel que se desloca continuamente com celeridade no planeta” (PUIGBONET, 2006, p. 62).

À medida em que a empresa capitalista muda sua relação com os espaços e com o tempo, por meio da percepção fluida dos processos produtivos e organizacionais, a classe trabalhadora se vê obrigada a alterar as relações com seus lares, suas famílias, suas memórias. No entanto, diferentemente do capital e das informações que facilmente transitam na rede por meio dos canais de comunicação

e/ou de transações, essa massa de trabalhadores vaga pelo mundo, vivenciando realidades perturbadoras que, em certa medida, parece desintegrar tudo aquilo que nos serve de referência material e simbólica.

As dinâmicas migratórias contemporâneas são demarcadamente heterogêneas e já não podem ser compreendidas, assim acredito, como a saída de pessoas do Sul global rumo ao Norte global – inclusive de brasileiros/as -, mas também devem ser analisados a partir das dinâmicas Sul-Sul, sobretudo entre os países da América Latina. As configurações observadas nas novas dinâmicas migratórias entre os países do Sul globalizado podem ser compreendidas a partir da estruturação de mecanismos de restrições para entrada e permanência de migrantes internacionais nos territórios dos países do Norte global.

Sobre esses aspectos, Baeninger (2018) demonstra que a reconfiguração das migrações entre e para os países da América Latina propõe desafios teórico-metodológicos para análise e compreensão dos contextos gestados no âmbito do Sul global, localizados no centro das migrações internacionais, relacionando-se com as novas formas de ser do trabalho e com a (re) configuração do capitalismo global. Além de promover uma discussão sobre os efeitos da globalização do capital sobre as populações dos países do Sul, de modo particular entre e para os países da América Latina, pode-se promover um saber aprofundado sobre as dinâmicas observadas na região, além de contribuir para a construção de um conhecimento baseado nos estudos desenvolvidos entre os/as pesquisadores/as latino-americanos como uma prática que busca compreender os processos observados em uma região subalternizada e colonizada pelo capitalismo global (STEINBRENNER; CASTRO, 2018).

Percebo que pensar as migrações recentes é um exercício analítico extremamente complexo, que demanda do/a pesquisador/a não apenas a capacidade de articular elementos de cunho político, econômico-financeiro global, mas também a sensibilidade para não perder de vista os impactos que esses processos causam na vida das populações migrantes das mais diversas modalidades. E quando penso em impacto, não me refiro apenas aos aspectos materiais – que por si só são grandes perdas para aqueles/as que não podem permanecer em seus lares e se configuram como um verdadeiro universo de análise para estudos e pesquisas futuras -, mas me proponho a refletir sobre as consequências e, eu diria, as perdas subjetivas que entrelaçam a vida dessas populações, sobretudo das mulheres migrantes.

Enquanto desenvolvia as leituras para a realização deste trabalho, pude observar que o capitalismo contemporâneo, enquanto sistema sócio-econômico-político mundial, pode ser compreendido, em linhas gerais, a partir da fragmentação dos processos produtivos, ao passo em que promoveu uma certa homogeneização cultural mundial, promovido pela constante vigilância dos corpos e pela colonização dos pensamentos, como uma clara medida para a proteção da ordem social capitalista exploratória e perversa.

Assim, a medida em que a circulação internacional de bens, mercadorias e capital se tornou a base para o desenvolvimento econômico, intensificaram-se as medidas restritivas para a circulação de pessoas – processo que colabora para a persistente divisão do mundo entre centro e periferia, mas também para a precarização da vida, violação dos direitos humanos, violência contra as mulheres migrantes, entre vários outros aspectos que serão apresentados ao longo deste trabalho, uma vez que, sem o apoio necessário por parte dos Estados nacionais, as populações migrantes são obrigadas a adentrar e permanecer nos países receptores de forma indocumentada, o que, além de ampliar a vulnerabilização, nega duplamente o direito a uma vida digna (CARNEIRO, 2017).

Nesta perspectiva analítica, considero que um estudo que busca compreender as migrações recentes deve se fundamentar, assim compreendo, na análise articulada do arcabouço teórico-explicativo das migrações internacionais, considerando as transformações econômicas que passam a ser “realizada em diversos planos espaciais e temporais simultâneos” (PUIGBONET, 2006, p. 16), cujos processos são vistos como necessários para a ampliação capitalista em escala global, mesmo que essa descentralização produtiva não implique, necessariamente, na descentralização do poder.

Além dos indicativos realizados, considero de igual importância as análises desenvolvidas sobre a securitização das fronteiras – sobretudo, se considerarmos as medidas adotadas pelos Estados nacionais no policiamento das fronteiras na perspectiva da segurança e soberania nacional, relacionando as migrações internacionais ao processo discursivo sobre terrorismo, tráfico internacional, violência e crime organizado (BRANCANTE; REIS, 2009), sobre o transnacionalismo como alternativa teórica, sobre as migrações forçadas articuladamente gestadas nos dias recentes que colocam aos/as pesquisadores/as novas exigências analíticas e

conceituais que sejam capazes de abarcar a pluralidade e “fluidez” da nossa realidade.

As inquietações sobre as experiências vividas por mulheres migrantes em Boa Vista – Roraima surgiram durante a realização das pesquisas de campo para a graduação, no ano de 2019. Naquela época, optei por não realizar o recorte de gênero para a realização da pesquisa – que buscava compreender as dificuldades vividas pelos/as trabalhadores/as venezuelanos/as no mercado de trabalho informal e que realizavam suas atividades, na Feira do Garimpeiro, durante os fins de semana. A primeira vez que fui a campo, encontrei um número significativo de trabalhadoras migrantes acompanhadas por seus filhos e, em alguns casos, por seus maridos.

Nesta ocasião, não havia em mim qualquer intencionalidade em conhecer especificamente as realidades das mulheres e, até aquele momento, fugia do meu conhecimento as experiências, as dificuldades, as violências e os contextos múltiplos de mulheres migrantes que compartilhavam um ponto em comum: determinantes de gênero. O campo, em verdade, tem dessas coisas e é a pesquisa de campo que nos aproxima do universo de estudo, ao mesmo tempo em que apresenta várias outras possibilidades analíticas, desconstrói nossos (pre) conceitos, esclarece outros e foi em meio a este contexto que observei novos caminhos que se abriam diante de mim.

Recordo que conhecer a história daquelas mulheres me impactou de uma forma intensa e profunda e me fez admirar e respeitar ainda mais aquelas mulheres não apenas enquanto trabalhadoras migrantes, mas como trabalhadoras migrantes que levavam seus filhos para a Feira, que ajudavam tanto os familiares que residiam em Boa Vista quanto aqueles que permaneceram na Venezuela. Recordo, com muita clareza, que aquelas histórias, compartilhadas com muita generosidade, geraram em mim questionamentos, como por exemplo: “Como elas conseguem viver tudo isso?” ou “De onde vem tanta força?”. O processo de autoquestionamento se desenvolvia, dia após dia, na minha mente. A partir de então, passei a me questionar constantemente como aquelas mulheres, especificamente, vivenciavam as dificuldades em Boa Vista, como acessavam o mercado de trabalho, como elas se compreendiam enquanto integrantes diretas das migrações, quais os contextos que precediam a decisão migratória e como se articulavam para desenvolver estratégias para enfrentar as dificuldades ao chegar na sociedade receptora.

Diante desse universo de múltiplos questionamentos, no processo seletivo para o mestrado no PPGSOF, em 2020, alcancei a oportunidade de desenvolver

estudos que respondessem às minhas inquietações. Dessa forma, esse estudo busca responder aquelas indagações que me alcançaram, em 2019, e é conduzido na perspectiva de compreender as migrações venezuelanas a partir da perspectiva feminina. Assim sendo, destaco que o objetivo geral desse estudo é analisar a configuração das redes sociais e as conexões na sociedade de destino no processo de (re)negociação das relações de gênero das mulheres venezuelanas em contexto migratório e tem como base a realidade vivenciada em Boa Vista-Roraima. Discutir sobre gênero e migração internacional implica a análise formada a partir do entrecruzamento de elementos como patriarcado, desigualdades de gênero, papéis sociais, empoderamento feminino, entre outros que serão alvo de reflexões ao longo deste trabalho.

Reafirmar a participação autônoma das mulheres nas migrações contemporâneas é uma tentativa de rompimento com os paradigmas explicativos que tradicionalmente apresentam as mulheres como acompanhantes dos seus maridos, apagando qualquer traço de autonomia feminina. No caso das migrações de mulheres venezuelanas, emerge a necessidade em compreender as bases que sustentam a determinação dos processos migratórios observados no país vizinho.

Tradicionalmente, as migrações eram compreendidas como um processo que envolvia a saída e entrada em um determinado território. Contudo, a complexidade dos fenômenos recentes tem demonstrado a necessidade em compreender os processos sociais, políticos e econômicos que articulam e sustentam as migrações. Diante desta conjuntura, compreendo que a análise das redes sociais é uma possibilidade compreensiva e interpretativa dos processos migratórios recentes que permitem compreender aquelas partículas elementares que, muitas vezes, podem ser despercebidas em primeira análise.

Discutir sobre as formas como as redes sociais são construídas, tendo como base o contexto migratório contemporâneo - enfatizando, sobretudo, o protagonismo das mulheres - é uma atividade desafiadora em função das determinações da nova escala do capital internacional, isso porque a temática pode ser analisada ressaltando as expressões manifestas nos aspectos nacionais ou considerando uma análise pautada a partir do cenário internacional - apesar de que, na perspectiva deste trabalho, estes cenários possuem relação e influência direta entre si.

Seja qual for a perspectiva analítica, é necessário ter em mente que as migrações recentes são estruturadas a partir da relação de elementos como, por

exemplo, a tensão existente entre os centros urbanos industriais e as regiões periféricas – sobretudo, as comunidades tradicionais apontadas como a causa para o “subdesenvolvimento” de determinadas regiões; a indisponibilidade de oportunidade de emprego e, conseqüentemente, de condições dignas de (sub) existência para aqueles/as que anseiam permanecer em seus locais de origem; a violência estrutural que permeia a vida em sociedade e assola com grande impacto as vivências das classes subalternas; o não-acesso à riqueza socialmente produzida – o que coloca a classe trabalhadora em situação de intensa vulnerabilidade –, entre tantos outros elementos que, certamente, estruturam uma ampla lista de expressões das desigualdades sociais.

A partir da multifatorialidade anteriormente disposta, no decorrer histórico, pesquisadores/as das mais diversas disciplinas, como a Geografia, com base em discussões sobre os territórios e espaços; a Demografia, com estudos populacionais; a Economia, voltada para a análise do mercado de trabalho; e a Sociologia que analisa as relações sociais, observaram a necessidade em produzir estudos que proporcionassem a compreensão das migrações internacionais, uma vez que os deslocamentos já não poderiam ser considerados como resultados da determinação biológica humana.

Assim, várias são as vertentes teóricas que se debruçam sobre a temática e que, em linhas gerais, refletem sobre os determinantes das migrações que variam de acordo com a disciplina que conforma a base de análise do/a pesquisador/a. Destarte, essas abordagens podem ser agrupadas, neste primeiro momento, em teorias Neoclássicas, Histórico-Estruturalista, do Capital Humano, do Ciclo de Vida e Trajetória Social, do Mercado de Trabalho Segmentado, entre outras abordagens que serão discutidas posteriormente.

Deste modo, concordo com Peixoto (1998) sobre a importância da interdisciplinaridade como estratégia para compreender as migrações a partir de sua complexidade, afastando-se das tendências separatistas que fragmentam as migrações como processos puramente econômicos, geográficos, sociais, ou aquelas que antagonizam os níveis de análise entre o indivíduo, a família ou a comunidade. Por isso, considero válido o apontamento realizado por Santos *et al.* (2010) em que, segundo os autores, apenas com a articulação entre as diversas disciplinas das Ciências Sociais seria razoavelmente possível compreender as migrações contemporâneas em sua totalidade. Neste sentido, a análise das migrações a partir

da estruturação das redes sociais emerge como possibilidade analítica que busca reunir o conjunto dos fatores que contribuem para a decisão migratória e para a configuração e manutenção das redes migratórias.

Além dos aspectos apresentados, este trabalho parte da perspectiva de gênero como forma de ressaltar o protagonismo das mulheres nas migrações contemporâneas – sobretudo na realidade vivida em Boa Vista – Roraima. Desta forma, serão discutidos aspectos voltados para as desigualdades de gênero, os papéis socialmente construídos, as experiências de mulheres durante os deslocamentos e as estratégias construídas para a superação das dificuldades antes, durante e após a integração à sociedade receptora. Para tanto, as análises desenvolvidas, neste estudo, partirão de três categorias centrais, quais sejam: migração internacional, gênero e redes sociais que, articuladas aos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, subsidiarão o processo reflexivo sobre as redes sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas em Roraima.

Como estratégia de aproximação às conjunturas migratórias, considero válido apontar um apanhado geral das migrações internacionais. Para tanto, farei uso dos dados apresentados no “*Informes sobre las Migraciones en el Mundo 2020*”¹, publicado pela Organização Internacional para Migração, haviam, em 2019, cerca de 272 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo – as mulheres representaram 48% do total. No cenário brasileiro, os dados apresentados na quinta edição do “Refúgio em Número” (2020) – que delinea o panorama das solicitações de refúgio no Brasil – indicam que, em 2019, o Brasil recebeu cerca de 82.552 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Desse total, cerca de 53.713 solicitações foram feitas por pessoas de origem venezuelana.

No que se refere ao protagonismo das mulheres no processo migratório venezuelano, cumpre destacar que com relação ao número total de solicitantes de refúgio, cerca de 27.678 pessoas eram do sexo masculino e 26.026 eram pessoas do sexo feminino, 09 pessoas não foram informadas. Essa proximidade quantitativa que expressa a participação de homens e mulheres enquanto migrantes internacionais está presente também nos dados sobre as solicitações de refúgio em outros países como, por exemplo, Haiti, Cuba, China, entre outros que constam no documento.

¹ Consultar a publicação completa “*Informes sobre las Migraciones en el Mundo 2020*”, disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>>.

Historicamente, a figura do migrante era definida como homens, jovens e solteiros que desbravavam o mundo em busca de trabalho – alguns estudos apontam que esses trabalhadores integravam a classe média das sociedades emissoras. Nesse contexto, o lugar assumido pelas mulheres era limitado ao âmbito do ambiente doméstico e, por isso, elas não eram consideradas como pessoas protagonistas de projetos migratórios. Quando migravam, eram compreendidas, de modo geral, como acompanhantes dos maridos e que tinham como objetivo a reunião familiar.

A perspectiva adotada, neste estudo, é pautada na consideração de que as mulheres possuem experiências plurais. Ou seja, algumas mulheres migram sozinhas; outras migram acompanhando seus maridos; há mulheres que migram para promover a reunião familiar; outras, no entanto, migram em busca de oportunidade de trabalho e estudo. Além disso, a pesquisa busca analisar a migração a partir da escuta de mulheres, na tentativa de compreender como elas percebem a migração e a si mesmas, bem como sobre as ferramentas construídas para superar as dificuldades que se apresentam diariamente desde a saída do local de origem.

Os dados constantes nos relatórios e em diversas outras pesquisas voltadas para as migrações internacionais demonstram o considerável número de mulheres que participam dos processos migratórios, não apenas na realidade que se apresenta no Brasil, mas em todo o mundo. Desta forma, torna-se evidente, que a participação feminina nos processos migratórios já não pode ser invisibilizada. Portanto, é necessário refletir sobre as formas como esses processos se apresentam e são vivenciados pelas mulheres migrantes das diversas nações – na perspectiva adotada nesta pesquisa, se trata de enfatizar a participação e protagonismo das mulheres migrantes venezuelanas e a construção de redes sociais.

Para tanto, este trabalho será dividido em três capítulos de acordo com a seguinte ordem temática: o primeiro apresentará os aspectos gerais da mobilidade internacional, a partir dos dados dispostos nos relatórios produzidos pelo ACNUR e pela Organização Internacional para Migração sobre os deslocamentos forçados, os/as trabalhadores migrantes, articulando às realidades vividas na América Latina e, sobretudo, no Brasil. Além disso, apresenta um resgate teórico sobre as migrações, articulando esses processos ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Por fim, o capítulo se encerra com uma breve discussão sobre o protagonismo feminino nas migrações internacionais e apresenta aspectos gerais da feminização

das migrações, a partir de estudos que propõem reflexões sobre as trajetórias femininas.

O segundo capítulo, por sua vez, indicará algumas análises voltadas especificamente para a questão do gênero e da invisibilidade atribuída às mulheres nas sociedades, bem como sobre os movimentos femininos de resistência. Na oportunidade, serão discutidos aspectos das desigualdades de gênero, etnia/raça, classe social e migrações, na perspectiva de compreender como esses elementos impactam, de forma articulada, a vida das mulheres em situação migratória. Ao final, a análise também abordará o protagonismo feminino na construção de redes sociais, apresentando conceitos e debates essenciais para compreender como as redes são construídas, quais funções são assumidas e o que representam para as mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista.

O terceiro capítulo apresentará, de modo geral, o contexto social, político e econômico da Venezuela que fundamentam as bases para as migrações forçadas verificadas nos anos recentes. Além disso, serão apresentados os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, realizada na cidade de Boa Vista, com mulheres migrantes venezuelanas com o objetivo de demonstrar como esses processos se expressam na realidade vivida pelas mesmas.

As discussões desenvolvidas, ao longo deste trabalho, são os resultados de um processo vivido durante dois anos de mestrado no PPGSOF, emergem das informações que me foram transmitidas durante a pesquisa de campo, de uma forma tão generosa, forte e, ao mesmo tempo, gentil, e é com o mesmo respeito que eu as apresento neste estudo e, verdadeiramente, espero que possa contribuir de alguma forma para a formulação de estratégias e políticas públicas garantidoras de direitos, por meio da efetivação da proteção, acesso à justiça, moradia, educação, profissionalização, lazer, trabalho seguro e com respeito à dignidade humana, na promoção da reunião familiar. Torço para que este estudo se converta em estratégia genuína para a construção do conhecimento, no fortalecimento dos estudos sobre as migrações de mulheres venezuelanas, que possa levar adiante a realidade vivida pelas mulheres em Roraima e que contribua para que essas histórias sejam ouvidas, para que essas mulheres sejam desinvisibilizadas, que tenham suas demandas atendidas e suas vidas preservadas.

1.1. NOTAS METODOLÓGICAS: PERCURSOS PERCORRIDOS

Este trabalho se apresenta enquanto uma tentativa de conhecer e compreender de que forma são construídas e sustentadas as redes sociais pelas mulheres migrantes venezuelanas, utilizando-se da perspectiva crítica de análise, de modo a garantir uma reflexão que tem como base a totalidade dos elementos que compõem a realidade migratória na cidade de Boa Vista - Roraima. Goldenberg (2004) afirma que a pesquisa científica é um processo que exige criatividade e organização, além de promover o embate constante entre as “verdades absolutas” e as novas descobertas, entre o “conhecimento e a ignorância”, além de ser, muitas vezes, imprevisível e de colocar diante do/a pesquisador/a novos desafios e com isso necessidade de rearticulação dos métodos estabelecidos.

Neste sentido, longe de se apresentar como uma verdade generalizada, este estudo está fundamentado no conjunto teórico desenvolvido sobre redes sociais e migração de mulheres e se constitui, principalmente, como um esforço para ampliar o universo de análise da realidade vivida pelo povo venezuelano, particularmente as mulheres, a partir de uma aproximação com a realidade observada em Boa Vista. Metodologicamente, a abordagem será, prioritariamente, qualitativa uma vez que esse tipo de pesquisa:

(...) preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 120).

Analisar os aspectos qualitativos de determinado fenômeno manifesto na realidade social possibilita “apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida” (ALVES; SILVA, 1992, p. 61).

Optei pela abordagem qualitativa porque compreendo que esse é o melhor caminho para responder aos questionamentos que pairavam em minha mente e possibilitaria conhecer os elementos que estavam implícitos nas narrativas, expressando dados que normalmente não podem ser demonstrados em gráficos. Ainda assim, compreendo que o enveredamento por esses caminhos exigem que o/a pesquisador/a adote algumas medidas que sejam capazes de garantir a qualidade das análises, que se desprendam de verdades e leis generalizantes.

Essas medidas, no entanto, não implicam na suposta neutralidade e objetividade absoluta do/a pesquisador/a, uma vez que a própria escolha da temática, do referencial teórico-metodológico, do campo de pesquisa e dos participantes da pesquisa já representam um processo de escolha do/a pesquisador/a e podem influenciar nos resultados do estudo. Contudo, é preciso ressaltar a importância em reconhecer o poder que a subjetividade pode exercer nos resultados em uma tentativa de “conter a subjetividade” (GOLDENBERG, 2004) e não simplesmente criar um tema de análise.

Gostaria de iniciar este momento apresentando um pouco da trajetória percorrida durante a elaboração dessa dissertação. Ao longo do curso no PPGSOF, e anteriormente também, conheci algumas mulheres venezuelanas com as quais já tinha vínculo de amizade estabelecido. No entanto, quando me propus estudar sobre as redes sociais na experiência migratória de mulheres, não compreendia a dimensão e a importância real das redes sociais nas vidas dessas mulheres.

Foi por meio dessa rede de amizade que iniciei a pesquisa de campo. A configuração dessa dissertação já sofreu inúmeras modificações e após cada diálogo estabelecido com as minhas colegas de vida – mulheres que eu conheci na Universidade, no trabalho e nas ruas – sempre me questionava se o trabalho refletia da maneira mais respeitosa possível e abarcava todo aquele universo de informações. Com o tempo, percebi de que certamente, e eternamente, haveriam muitos elementos para serem analisados, mas considerando o tempo e o próprio processo de pesquisa, optei por focar nos elementos centrais desse estudo.

Além de todos os impasses que se apresentam durante a realização de uma pesquisa, ao entrar no mestrado, meus colegas e eu, além dos/as pesquisadores/as de todo o mundo, enfrentaram um que era ainda mais difícil: a pandemia da Covid-19. A pandemia afetou os processos de pesquisas de muitas formas. De uma hora para outra, passamos a pensar em maneiras para realizar entrevistas e levantamentos *online*, utilizando os aplicativos disponíveis.

Com o isolamento social, seguiram-se as aulas de forma remota. Para muitos de nós, acostumados com o ambiente da sala de aula, com os encontros nos corredores, com o contato físico, esse novo formato trouxe muitas dificuldades e nos exigiu um nível maior de resiliência. Além dessas questões, as perdas de familiares e amigos próximos dificultavam ainda mais o processo. Foi necessário muito esforço para manter nossa saúde mental e, ainda assim, prosseguir neste caminho. Nesse

contexto, adotei como estratégia de fortalecimento compartilhar com meus/minhas colegas mais próximos as angústias que me afligiam e foi dessa forma que nós conseguimos chegar até aqui.

A pesquisa bibliográfica foi o primeiro procedimento técnico utilizado de recolha de dados e consistiu em um amplo levantamento sobre a produção teórica e metodológica sobre a construção de redes sociais em contextos migratórios, gênero e migrações internacionais, contribuindo para a construção do quadro teórico desta pesquisa (GOLDENBERG, 2004). Cada referencial teórico foi levantado e organizado em pastas conforme as categorias de análise propostas – gênero, redes sociais e migração. As fontes de buscas utilizadas foram em bancos de teses, periódicos e bibliotecas virtuais (material e digitalizado).

Neste sentido, os estudos produzidos por Manuel Castells (2020), Weber Soares (2002), Fazito (2002), assim como Neto e Nazareth (2009), por exemplo, atuaram como ponto de partida para compreender o processo de formação das redes sociais em processos migratórios, articulado às experiências vividas por mulheres. As discussões desenvolvidas sobre desigualdade e relações de gênero, papéis sociais, patriarcado e emancipação feminina foram pautadas nos estudos empreendidos por Saffioti (2011) e Hirata (2014), entre outros, que emergem como referências para fundamentar as reflexões.

Dessa forma, as primeiras aproximações que formei com tais análises me apresentaram as especificidades das trajetórias de mulheres nas migrações internacionais, no acesso feminino ao mercado de trabalho decente, nas estratégias de cooperação definidas entre mulheres, nas vulnerabilidades sobre as quais elas eram expostas, articulando, constantemente, essas informações com os dados que obtive nas pesquisas de campo.

Na elaboração do percurso metodológico, a cidade de Boa Vista foi definida como o cenário da pesquisa de campo e o perfil das interlocutoras da pesquisa foi estabelecido a partir dos seguintes critérios: mulheres migrantes venezuelanas (não-indígenas) que estivessem morando ou de passagem por Boa Vista, com idade superior a 18 anos e que aceitassem participar da pesquisa.

As interlocutoras foram definidas a partir da amostragem em bola de neve que é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Segundo Vinuto (2014), o pontapé inicial é lançar mão de informantes-chave, nomeados como “sementes”, que foram contatadas a partir da minha própria rede de amizades. A partir

dessas “sementes” e a fim de localizar outras pessoas com o perfil definido, solicitei à primeira participante que indicasse novos contatos e, com o tempo, o processo tomou “vida própria” e as interlocutoras solicitavam para que outras amigas e conhecidas pudessem participar.

Para este momento da pesquisa, optei por realizar entrevistas semiestruturadas – todas gravadas em áudio, com perguntas abertas e fechadas – com um roteiro previamente formulado, na tentativa de tornar o diálogo dinâmico e leve para as participantes. A realização de entrevistas semiestruturadas se justifica pela viabilidade e flexibilidade do instrumental, dado que se assemelha a um diálogo informal – a flexibilidade, contudo, não significa baixa confiabilidade nos dados obtidos. A flexibilidade promovida pelas entrevistas semiestruturadas é compreendida, neste trabalho, como estratégia para garantir o afastamento de diálogos engessados, onde as participantes respondem “sim” ou “não” para as questões, sem possibilidade de manifestações diversas.

Dessa forma, considero que as entrevistas:

(...) permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo (...) (DUARTE, 2004, p. 215).

No primeiro momento, tentei realizar as entrevistas de forma *on-line*. No entanto, nem todas as participantes da pesquisa dispunham, naquela época, de celular ou redes de dados móveis para que pudéssemos conversar. Assim, optei por realizar as entrevistas de forma presencial, adotando todas as medidas de prevenção ao Coronavírus. No total, foram realizadas quatro entrevistas – desenvolvidas em locais abertos, respeitando o distanciamento social, o uso da máscara e o álcool em gel.

Quando decidi realizar as entrevistas, percebi que poderia encontrar mulheres nos mais diversos contextos, fato que fortaleceu a importância do planejamento antes mesmo da apresentação do trabalho para as interlocutoras – planejamento que envolvia desde a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) até o momento da entrevista em si. Mesmo com todos os cuidados e planejamentos que antecedem a uma entrevista, enfrentei alguns obstáculos que são próprios do processo, mas que de forma alguma reduzem a importância dos relatos.

A primeira entrevista foi realizada em uma praça pública, no bairro Mecejana, no dia 26 de janeiro de 2021, pela manhã, atendendo a solicitação da interlocutora – definida neste estudo como Maria. As demais entrevistas aconteceram nas varandas e nos quintais das participantes, levando em conta que esses espaços eram considerados mais confortáveis e seguros para as participantes. A segunda entrevista ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2021, com a interlocutora Sara. A terceira, no entanto, foi desenvolvida com Lia ainda no dia 17 de fevereiro. Por fim, a última entrevista foi realizada com Ana no dia 20 de fevereiro de 2021 – as interlocutoras foram identificadas com nomes fictícios para garantir a segurança e preservar suas identidades.

O procedimento utilizado nas entrevistas envolveu o método de trajetórias de vida baseado na tradição do pensamento sociológico (GOLDENBERG, 2004), à medida que a constituição das narrativas de vida visa apreender o processo de mobilidade e integração dos atores no espaço cotidiano da vida privada e pública dos centros urbanos, além de contribuir para a compreensão das formas como as mulheres, enquanto sujeitos individuais, reconheciam-se como parte da estrutura social localizada em um espaço, tempo e grupo.

Deste modo, conforme Santos e Santos (2008, p. 715):

A história de vida permite obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa. O método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador.

Todas as entrevistas foram transcritas e organizadas conforme as normas da ABNT e estão de acordo com a Resolução 510/2016, que trata das pesquisas realizadas nas Ciências Humanas e Sociais, com a assinatura do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – que consiste na apresentação breve da pesquisa, esclarecendo os objetivos, a natureza da pesquisa, a divulgação dos dados e que formaliza a participação – garantindo o respaldo necessário às participantes e à pesquisadora.

Após a realização das pesquisas de campo, sucedemos ao momento que Bardin (2016) apresenta como pré-análise. Esta é a fase da organização propriamente

dita. Todas as entrevistas foram transcritas - e as gravações foram conservadas para análise conjunta - tal qual a fala das interlocutoras. Com posse dos dados em formato digital, partimos para impressão e encadernação das entrevistas – materiais que compõem o *corpus* do nosso estudo (BARDIN, 2016). Em seguida, retomamos os objetivos estabelecidos para o estudo e as categorias centrais de análise estabelecidas desde o desenvolvimento do projeto de pesquisa, quais sejam: gênero, redes sociais e migração.

Dessa forma, após a organização do material, foi realizada a leitura de todas as entrevistas, articuladas ao diário de campo da pesquisadora. A análise do material foi dividida em dois momentos: o primeiro consistiu no agrupamento de informações gerais com o objetivo de traçar o perfil das interlocutoras; o segundo buscou observar a emergência dos relatos e a articulação com as categorias centrais. Durante a leitura, realizamos o recorte nas informações apresentadas e na identificação das unidades de registro de natureza temática – que, segundo Bardin (2016, p. 134), “corresponde ao conteúdo considerado unidade de base”. A unidade de contexto – compreendida como uma ferramenta para “compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 2016, p.137) – estabelecida corresponde ao parágrafo referente a cada relato apresentado pelas interlocutoras após a realização das perguntas.

Para a análise das entrevistas, utilizei o método de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2016, p. 37), pode ser compreendida como “*conjunto de técnicas de análise das comunicações*”. Reconhecendo a riqueza dos dados obtidos durante as entrevistas, a análise de conteúdo foi escolhida como método capaz de promover a compreensão, por meio da fala das interlocutoras, da forma como as mulheres veem a si mesmas nos processos migratórios, nos contextos sociais, políticos, econômicos e familiares que condicionaram a decisão migratória, bem como sobre as experiências vivenciadas após chegar ao Brasil.

Assim, com o suporte de canetas marcadoras, quando as interlocutoras expressavam algum relato que se referia, direta ou indiretamente, às redes sociais estabelecidas antes, durante e após a chegada à Roraima, o mesmo era demarcado. O objetivo estabelecido era mapear as redes sociais - bem como os tipos de redes - que influenciavam a decisão migratória e que também atuavam como suporte – material e simbólico. Sucedemos, de igual forma, na identificação dos relatos que correspondiam às questões de gênero – por exemplo, nas experiências vividas durante o deslocamento, violência, papéis sociais, vulnerabilidade, empoderamento

feminino, mercado de trabalho, família, as relações estabelecidas entre as mulheres migrantes e não-migrantes em Roraima, entre outros elementos. Por fim, buscamos identificar as informações que correspondiam ao modo como as mulheres compreendiam as migrações tanto no que se refere aos motivos que as fizeram partir do seu país quanto à realidade vivida em Roraima.

Desta forma, durante a leitura e análise dos dados, isolamos todas as informações que atendiam aos objetivos da pesquisa, buscamos por “elementos comuns” que se apresentavam em todas as falas, assim foi possível organizar os dados conforme as categorias de análise. Durante o processo de análise das entrevistas, recorri ao referencial teórico para fundamentar as reflexões, correlacionando os dados obtidos por meio da pesquisa de campo com as produções teóricas para compreender se haviam aspectos singulares que particularizavam as migrações das mulheres venezuelanas em Roraima ou se haviam elementos que também estavam presentes nos demais estudos sobre migrações de mulheres – tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Além disso, por meio das análises, mapeei as trajetórias de cada interlocutora, identifiquei as relações de reciprocidade e de conflitos que emergem no processo migratório e identifiquei as estratégias e negociações das relações de gênero estabelecidas, entre outros aspectos que serão discutidos ao longo do texto. Esta pesquisa é estruturada, e considero importante destacar, em histórias reais. Cada página que seguirá manifesta uma memória, uma lágrima, um esforço, um sorriso, um pesar, mas também a esperança de cada participante que contribuiu para a elaboração desse trabalho.

A apresentação, mesmo que breve, do percurso metodológico da pesquisa busca demonstrar os caminhos trilhados, as escolhas teórico-metodológicas, os desafios enfrentados e toda a riqueza de conhecimento que obtive por meio do “cair e levantar” que envolve uma pesquisa. Este processo não está acabado, mas está em constante transformação à medida em que também manifesta o rigor analítico que envolve uma pesquisa qualitativa.

2. CAPÍTULO 1: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS GERAIS

2.1. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: NOTAS E REFLEXÕES

Pensar a (re) configuração da mobilidade humana contemporânea é um processo que requisita o exercício analítico instituído a partir de múltiplos fatores como, por exemplo, as questões de gênero, a busca pelo trabalho e por sobrevivência, a geopolítica internacional, as expressões da violência, a gestão das fronteiras, territórios e segurança nacional e a articulação de alguns elementos que, no contexto interno, atuam no estímulo às migrações. Esses elementos, por sua vez, podem ser analisados a partir de uma perspectiva que considera os impactos sociais produzidos pelos processos de desenvolvimento do capitalismo global. Os estudos sobre as migrações podem contribuir para o esclarecimento acerca do acentuado volume observado nos processos contemporâneos, do direcionamento e nas mudanças observadas nos movimentos migratórios recentes, possibilitando a verificação das tendências migratórias no futuro recente.

Não é possível pensar as migrações recentes sem considerar os impactos produzidos pela pandemia da Covid-19 na vida das populações globais, demarcadas por contextos de acentuadas incertezas. Os dados apresentados no “*Informe sobre las Migraciones en el Mundo*” (2022), que estrutura um conjunto de estudos produzidos a cada dois anos pela OIM, publicado em dezembro de 2021, demonstram que, mesmo em meio à pandemia da Covid-19 e com as restrições impostas à circulação de pessoas, as migrações internacionais aumentaram consideravelmente, mesmo que em um ritmo reduzido.

Além da pandemia, segundo o informe, os últimos dois anos apresentaram dinâmicas migratórias causadas por conflitos – como é o caso da Síria, por instabilidade político-econômica – como observado na Venezuela, além dos desastres ambientais. Os dados manifestam a complexidade dos deslocamentos contemporâneos e convocam a articulação de reflexões multidisciplinares como via para a compreensão desses processos, sobretudo se considerarmos o avanço nas tecnologias e nas novas “formas de ser” do trabalho na pandemia que podem atuar, direta ou indiretamente, na estruturação de novos deslocamentos.

Segundo o relatório, o número de migrantes internacionais chegou ao marco de 281 milhões, em 2020, representando cerca de 3,6% da população mundial – entre os quais há cerca de 135 milhões de mulheres e 146 milhões de homens. O número

de trabalhadores migrantes, em 2019, era de 169 milhões. A Tabela 1 apresenta, de forma sintética, alguns dados constantes no *Informe sobre las Migraciones en el Mundo* (2022).

Tabela 1 - Dados gerais da migração internacional

Migrantes Internacionais (2019)	272 milhões	Migrantes Internacionais (2020)	281 milhões
Mulheres Migrantes (2019)	130 milhões	Mulheres Migrantes (2020)	135 milhões
Homens Migrantes (2019)	141 milhões	Homens Migrantes (2020)	146 milhões
Trabalhadores Migrantes (2019)	169 milhões	Trabalhadores Migrantes (2017)	164 milhões
Pessoas Deslocadas (2019)	84,8 milhões	Pessoas Deslocadas (2020)	89,4 milhões

Fonte: Dados disponíveis no Informe sobre las Migraciones en el Mundo (2022). Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>>.

A décima edição do Informe, publicada em 2020, demonstrou que, em 2019, no entanto, haviam cerca de 272 milhões de migrantes internacionais – essas estimativas superavam as projeções realizadas para o ano de 2050. Desse total, segundo o relatório, 52% dos migrantes internacionais eram pessoas do sexo masculino - 141 milhões - e 48% eram pessoas do sexo feminino -130 milhões.

Além disso, o documento apresentou informações importantes para compreender as formas em que se expressam a migração no cenário internacional, tais como: a Índia era o principal país de origem dos migrantes internacionais – com 17,5 milhões de migrantes residentes em outros países, seguido pela China – com 10,7 milhões, e pelo México com 11,8 milhões de pessoas. Os Estados Unidos, por sua vez, destacavam-se como o principal local de destino para os migrantes internacionais – com aproximadamente 50,7 milhões de migrantes.

Em relação aos trabalhadores migrantes, segundo o Informe (2020), entre 2013 e 2017, o número total caiu levemente nos países com altos índices de ingresso – de 112,3 milhões para 111,2 milhões, e se elevou nos países com índices de ingresso médio-alto – saltando de 17,5 milhões para 30,5 milhões. Em 2017, os

trabalhadores migrantes do sexo masculino marcavam o total de 96 milhões, enquanto as trabalhadoras migrantes do sexo feminino representavam cerca de 68 milhões em todo o mundo. Além disso, o número da população mundial de refugiados, em 2018, chegou a apontar cerca de 25,9 milhões de pessoas, entre as quais, cerca de 52% tinha menos de dezoito anos de idade.

É possível observar, por meio das análises dos dados constantes no *Informe sobre las Migraciones en el Mundo (2022)*, algumas mudanças conjunturais nas migrações internacionais, tais como: o número de deslocados internacionais, em 2020, era de 89,4 milhões de pessoas, entre os quais 26,4 milhões eram pessoas refugiadas; 4,1 milhões eram solicitantes de refúgio; 3,9 milhões eram venezuelanos/as fora de seu país – sem considerar os refugiados ou solicitantes de refúgio - e 55 milhões de pessoas haviam se deslocado internamente, sendo que 48 milhões se deslocaram, especificamente, por guerras e conflitos e 7 milhões por desastres ambientais. Segundo o Informe (2020), a Síria era o país com maior número de deslocados internos motivados por guerras e conflitos (cerca de 6,1 milhões), seguida pela Colômbia (5,8 milhões) e pela República Democrática do Congo (com 3,1 milhões).

Esses dados demonstram não só a urgência em refletir sobre os impactos das expressões da violência e dos conflitos na vida dessas populações e na fragilização – ou diríamos “exclusão” - do direito de não migrar, mas também evidenciam a indispensabilidade de discutir sobre a migração a partir da perspectiva crítica que desnaturaliza os deslocamentos humanos como resultado da exclusiva “vontade do sujeito”, mas os considera também como resultado das articulações estruturais realizadas pelo sistema produtor de mercadorias.

Durante a pandemia, tendo como referência os anos de 2019 e 2020, o “Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022” indica que, apesar das restrições, houve um aumento significativo nos deslocamentos causados por desastres – cerca de 30,7 milhões, em 2020, enquanto que, em 2019, registrou-se um total de 24,9 milhões. Os deslocamentos motivados por conflitos e violências registraram um total de 9,8 milhões, em 2020, contra 8,6 milhões, em 2019. As informações dispostas apresentam um panorama importante das migrações internacionais e demonstram que esses processos não são homogêneos, mas que correspondem às conjunturas política, geográfica, social e econômica de cada país.

Com relação à conjuntura brasileira, conforme as informações apresentadas pelo Observatório das Migrações, em São Paulo, em parceria com o Nepo – Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Unicamp, com apoio do MPT, com base nos registros da Polícia Federal, o Brasil registrou aproximadamente 47.435 migrantes internacionais – para os quais foi emitido o RNM - no ano de 2020 – considerando o primeiro trimestre, em que 82,18% eram solteiros/as, 14,98% casados/as, 0,39% viúvos/as, 1,1% eram divorciados/as e 1,33% estavam na categoria “Outros”. Os homens representavam 57,3% do total de migrantes reconhecidos, enquanto as mulheres marcavam aproximadamente 42,67%. Esses dados, no entanto, não contemplam os/as migrantes indocumentados/as e solicitantes de refúgio. Entre os países de origem desses/as migrantes, destacam-se Venezuela, Haiti, Senegal, Colômbia, Argentina, entre outros.

Segundo Oliveira, Cavalcanti e Macedo (2021), no relatório que versa sobre a consolidação dos dados de migração no Brasil, em 2020, o número de registro de migrantes reduziu em quase 50% se comparado a 2019. Naquela conjuntura, os municípios de Boa Vista e Manaus eram a principal porta de entrada e residência dos/as migrantes, manifestando a importância da região Norte no contexto migratório brasileiro. Em relação ao refúgio, os autores demonstram que, mesmo em contexto pandêmico, os/as venezuelanos foram a população com maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, seguidos pelos/as haitianos/as e cubanos/as. Neste contexto, Roraima apresentou cerca de 81,6% das solicitações e Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, São Paulo, Guarulhos e Corumbá foram as principais cidades de ingresso desses grupos migrantes.

Os dados apresentam a amplitude do tema das migrações contemporâneas e manifestam os impactos produzidos pelo modelo de desenvolvimento capitalista na configuração das trajetórias migratórias tanto nos países do Norte quanto nos países do Sul global. Tradicionalmente, as migrações eram compreendidas como deslocamento humano dos países do Norte para o Sul global e respondiam, segundo Cavalcanti (2021), a processos coloniais, pós-guerra e êxodo rural. No entanto, nos anos finais do século XX houve uma transformação no direcionamento desses fluxos que passaram a ser dos países do Sul para o Norte global – inclusive nos casos brasileiros (CAVALCANTI, 2021).

Porém, na segunda década do século XXI, assiste-se no Brasil, ainda segundo Cavalcanti (2021), a acentuação das migrações provenientes dos países do

Sul, sobretudo latino-americanas. Assim, no contexto migratório brasileiro, diferentemente das migrações do final do século XIX e início do século XX que eram compostas, em sua maioria, por pessoas do Norte global, observa-se um aumento exponencial de migrantes provenientes do Sul global, sobretudo no primeiro quinquênio da segunda década do presente século com migrantes senegaleses, angolanos e congolezes, só para citar como exemplos (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Cavalcanti e Oliveira (2020), as novas ondas migratórias observadas no Brasil nos anos recentes – com destaque para a consolidação das migrações latino-americanas - podem ser analisadas a partir do reordenamento internacional do capital a partir da crise econômica de 2007 nos Estados Unidos, do próprio desenvolvimento socioeconômico do Brasil no início do século XXI – considerando o período de bonança econômica vivida pelo país, do enrijecimento das políticas migratórias adotadas pelos países europeus e pelos Estados Unidos, além do desenvolvimento das legislações migratórias brasileiras que caminhavam na contramão das medidas adotadas pelos países do Norte e buscavam flexibilizar e dinamizar a recepção de migrantes no Brasil (CAVALCANTI, 2021).

É certo que o estabelecimento das novas dinâmicas migratórias latino-americanas não anula as migrações provenientes dos demais países do Sul global – uma vez que se verifica o espraiamento das origens dos/as migrantes, mas apontam características singulares que devem ser consideradas no contexto sul-americano, sobretudo quando se considera o Brasil como país de destino e de trânsito dos migrantes.

Um estudo que busque compreender as migrações recentes deve considerar, ao que tudo indica, uma sociedade que está organizada sob os arranjos e práticas capitalistas e que sofre diretamente com os impactos produzidos e impostos na vida daqueles/as que vendem sua força de trabalho. Concordamos com Goes (2018) à medida em que o autor esclarece que o “novo modo de ser” do capital estabelece um modo de viver instável, pautado na fragmentação e fraturamento não apenas do trabalho ou dos processos produtivos, mas das pessoas, extinguindo qualquer possibilidade de segurança econômica ou social.

Entre os estudos desenvolvidos sobre as migrações recentes, há aqueles que apontam a globalização neoliberal como mola propulsora das migrações contemporâneas, isso porque as novas migrações são definidas em termos tempo-

espaço, local-direção e causa distintas. Para Martine (2005, p. 4), a globalização pode ser entendida como o “intercâmbio comercial e financeiro, dentro de uma economia internacional crescentemente aberta, integrada e sem fronteiras”, que estimula a ampla circulação de capital e bens, enquanto limita e criminaliza os deslocamentos humanos.

Contudo, para o amadurecimento do “novo modo de ser” do capital é necessário, antes de tudo, altos índices de liberdade e flexibilidade – elementos necessários, segundo o discurso capitalista, para o desenvolvimento humano ao mesmo tempo em que se apresenta como resultado da ação do capital. Por esta razão, o capitalismo emerge sob a bandeira de liberdade, autonomia e emancipação social, obscurecendo a leitura crítica dos reais efeitos produzidos sobre a classe que vive do trabalho (MARTINE, 2005).

Refletindo sobre os efeitos concretos da flexibilização e da liberdade anunciadas pelo capitalismo global, Goes (2018, p. 65) explica:

a flexibilidade gerou novas formas de controle, um controle que surgiu a partir da eliminação de camadas intermediárias, ou seja, se antes o controle era reforçado por uma burocracia engessada, hoje é feito por uma estrutura que sustenta o poder do centro sobre a periferia das instituições, sem ter clara uma autoridade institucional.

Desta forma, para Martine (2005, p. 3), “O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor”, diluídas em discursos e compartilhadas por meio dos meios de comunicação global, dos jornais, na internet, entre tantos outros meios. Contudo, a globalização dos nossos dias se apresenta como um processo inacabado, sustentando a desigualdade entre os países e contribuindo para o estabelecimento da necessidade migratória entre as populações.

Seguindo o percurso analítico empreendido por Goes (2018), basta pensarmos na ampliação do número de trabalhadores/as “autônomos/as”, “chefes de si mesmos” que surgem dia após dia em diversas atividades laborais, como na produção de doces, nas redes de *fast-food*, em Boa Vista-Roraima, especificamente, na atuação de mulheres na costura domiciliar, em pequenas empresas de decoração, nos aplicativos de transporte, entre outros ramos de atividades. São pessoas que se apropriaram do discurso de “independência”, do “microempreendedor” dono do seu

tempo, do seu lucro que está, na verdade, refém de uma lógica exploratória ainda mais perversa que se manifesta na ampliação do trabalho informal, precarizado, desprotegido e intensamente explorado.

Na medida em que esses aspectos invadem a vida dos/as trabalhadores/as, tudo se torna fluído e temporário: o trabalho, a família, o tempo, o consumo, as memórias, as fronteiras. Com a globalização – entendida por Martine (2005) como “parcial” e “inacabada” - o desenvolvimento nos meios de transporte, comunicação e produção, colocaram para os/as trabalhadores/as a necessidade de renovação constante, uma vez que “tudo está em movimento o tempo todo”. Assim, em nossos tempos, é quase impossível “firmar raízes” em um lugar – incluindo casa, cidade, estado ou país -, estabelecer relações a longo prazo. Emerge, neste contexto, a necessidade de busca constante pelo novo, pelo crescimento, pelo desenvolvimento profissional e acadêmico que invade nossas vidas e apaga qualquer possibilidade de festejar qualquer coisa que seja estável e duradouro.

Desta forma, como as benesses da globalização não alcançam a sociedade geral de modo equitativo, um número expressivo de pessoas sem trabalho, sem renda, sem-terra, despossuídos de qualquer possibilidade de permanecer em seus locais de origem encontram no projeto migratório a única possibilidade de “conseguir uma vida melhor”. Assim, segundo Goes (2018, p. 67):

A migração surge como uma oportunidade de maximização do lucro quando projeta-se a inserção dos migrantes nesses esquemas de trabalho precarizado. Ora, sai-se de uma condição de pauperização, de perseguições política, religiosa e étnica, de guerras e de catástrofes ambientais em direção a novas formas de exploração que continuam a reproduzir desigualdades e situações de vulnerabilidade.

Desta forma, homens e mulheres, jovens, crianças e idosos são postos em movimento pelo mundo em busca de condições mínimas para sobreviver. Esses deslocamentos são, muitas vezes, forçados e têm como pano de fundo a generalização de guerras e conflitos - processos que também retiram o direito humano de permanecer em seus locais de origem.

Tradicionalmente, as migrações eram distinguidas, no campo teórico-conceitual, como processos voluntários ou forçados. No primeiro caso, a migração era compreendida como um processo de raiz econômica, onde o/a migrante dispõe de liberdade para escolher o lugar de destino (ANSELMO, 2021). A migração forçada, no

entanto, emerge em um contexto compulsório, constituindo um tipo de “expulsão”. Aguirre (2016) entende que, diante as novas configurações migratórias, é necessário considerar os/as deslocados/as internos, os/as deslocados/as ambientais, assim como as pessoas vítimas de tráfico como “novas faces” das migrações forçadas. Ampliando o horizonte analítico, Moreira (2017), além dos deslocados internos e ambientais, analisa a migração forçada, também, a partir da definição de pessoas como apátridas, asilados e refugiados – considerando a dinamicidade das migrações recentes, novas categorias analíticas têm sido desenvolvidas, entre as quais se destaca, por exemplo, a constituição dos fluxos migratórios mistos.

A busca por recursos naturais para a exploração, bem como as disputas em defesa do domínio capitalista global contribuiu para a gênese de conflitos – como é o caso da Síria. Para Soares (2018), a Síria sofre pressões decorrentes dos interesses internacionais, como os Estados Unidos e a Rússia, e dos conflitos armados que ocorrem no país e expulsam grandes contingentes populacionais rumo a outros países. A conjuntura expressa na Síria pode ser compreendida como a manifestação de que, essencialmente, as mobilidades não são espontâneas. Contrariamente, estão articuladas a um conjunto de ações e interesses do capital que colocam em movimento internacional um elevado contingente humano em busca por sobrevivência.

Assim, os dados e estudos demonstram a impossibilidade analítica em tentar reduzir as migrações ao simples atravessamento de fronteira, baseada na ação racional e espontânea do/a migrante – uma vez que há aspectos estruturais que forcem famílias inteiras a migrar mesmo que quando o projeto migratório parte do próprio indivíduo ou núcleo familiar como observado na Venezuela, por exemplo – tampouco limitá-las aos aspectos econômicos, uma vez que, enquanto fenômeno social, pode se expressar de diversas formas como, por exemplo, migração interna – inter-regional ou intrarregional - individual ou coletiva, temporária ou definitiva, assim como voluntária ou forçada – considerando a questão das pessoas refugiadas.

Embora apresentar as definições seja necessário para fins de análise, é preciso ter em mente que, quando passamos para a análise da realidade dos processos migratórios, algumas vezes, é difícil distinguir entre aqueles que, no campo teórico, são considerados como migrantes voluntários e os migrantes forçados. Desta forma, considero válido apontamento desenvolvido por Moreira (2017) em que os

conceitos e as definições não podem atuar como rótulos ou camisa de força, mas como parâmetros para fundamentar as análises.

Seja qual for a característica conceitual atribuída ao deslocamento, nesta perspectiva, as migrações representam o resultado das articulações empreendidas pelo próprio capital ou como reflexos preconcebidos das articulações realizadas no plano internacional. Esses aspectos impõem novos desafios para os/as estudiosos/as das migrações recentes e produzem impactos diretos nos estudos e nas pesquisas, isto porque “na modernidade líquida a fluidez é a tônica das instituições, relações sociais, mercado e até da esfera cotidiana. Isso deixa os cientistas sempre num terreno pantanoso no que se refere à apreensão da realidade e seu estudo” (MARANDOLA JÚNIOR; GALLO, 2010, p. 408).

Com base no exposto, as migrações têm sido alvo de estudos das mais diversas áreas da ciência, recebendo influência de abordagens distintas que, apesar de se fundamentarem em objetivos específicos, buscam compreender as implicações materiais e subjetivas da migração para o/a migrante, abordando questões como territórios e territorialidade, identidades, simbolismos, relações de poder, transformações sociais, entre outros aspectos.

Dessa forma, considera-se insuficiente, ou no mínimo limitada, a observação de que a análise exclusiva sobre a relação *origem-destino* e *passado-presente* seja suficiente para esclarecer as particularidades e complexidades postas pelas migrações recentes. Destarte, as migrações já não podem ser compreendidas como processos intuitivos, exclusivamente particulares ou coletivos. É necessário avançar nas análises para perceber e compreender as forças processuais que se interpõem entre o ato de partida e chegada.

Ressalta-se, de igual importância, a validade dos estudos que refletem sobre o protagonismo das mulheres nas migrações internacionais, sobre a constituição das redes sociais e os papéis socialmente instituídos para homens e mulheres, bem como sobre os impactos produzidos por esses papéis sociais no acesso ao mercado de trabalho, na busca pela emancipação, no acesso à justiça e na compreensão das formas distintas que homens e mulheres vivenciam as migrações. Portanto, a prática interdisciplinar se faz ainda mais necessária para as análises das migrações recentes como estratégia para garantir o avanço na construção do conhecimento.

Como processo sócio-histórico, a mobilidade é um fato manifesto na história do desenvolvimento humano, estabelecido a partir de conjunturas específicas - vivido

sob diversas escalas espaços-temporais – e, por isso, se apresentou de modos distintos em cada uma dessas realidades. Para as sociedades “modernas”, as migrações possuem um significado distinto daquele apresentado nas sociedades primitivas. Neste sentido, ao analisar os deslocamentos humanos na história, Rezende (2005) indica que no paleolítico, por exemplo, as migrações se apresentavam como estratégia para garantir a sobrevivência.

A partir da complexidade de significações atribuídas às migrações de acordo com as esferas espaço-tempo, Rezende (2005) afirma a impossibilidade de compreender os deslocamentos contemporâneos a partir da “rede epistemológica” formada sobre os deslocamentos que ocorreram no paleolítico, dado que os processos devem ser considerados dentro de um determinado campo social. Por isso, Rezende (2005, p. 29) indica que “corre-se o risco de visualizar o Homo erectus pelo Homo economicus, e tratar o ‘ato original’ daquele como decorrente da lógica utilitarista deste”.

A afirmação contrária mostra-se, dessa forma, verdadeira já que os processos devem ser analisados considerando-se a conjuntura social, política, econômica, cultural e histórica em que estão situados. Nas sociedades contemporâneas, por exemplo, o estágio atual de desenvolvimento tecnológico atribui características singulares às migrações, tendo em vista que é um dos meios utilizados para promover a supervalorização do capital, na mesma medida em que um volumoso número de pessoas perece às margens das sociedades individualizantes e individualizadas.

A distinção realizada por Rezende (2005), mostra-se de grande valor para os/as estudiosos/as que buscam refletir sobre os deslocamentos humanos. Isso porque, certamente, o capitalismo influencia diretamente as migrações contemporâneas que, neste trabalho, ainda que se apresentem sob a forma de migrações “espontâneas”, racionais e individuais, em essência, são movimentos estabelecidos a partir da busca por melhores condições de vida e, portanto, movimentos compulsórios. Esses processos constituem os fundamentos para o processo compreensivo de que as migrações são, de uma forma ou outra, movimentos não espontâneos.

Mesmo que o capitalismo, de modo geral, estabeleça e naturalize que as práticas sociais baseadas no individualismo e utilitarismo são, na verdade, ações do próprio sujeito, baseado na ideia de uma pretensa liberdade que se materializa nos discursos difundidos objetiva e subjetivamente, não se pode perder de vista o poder

exercido pelas estruturas e relações sociais sobre os sujeitos. Na migração, de modo particular, determinar que o deslocamento se inicia, sobretudo e quase que exclusivamente, pela decisão do/a migrante pela partida, minimiza o papel das estruturas sociais moldadas a partir dos interesses do capitalismo.

A fundamentação dessas estruturas sociais pode ser compreendida a partir das reflexões sobre a “cultura capitalista”. De modo geral, pensar sobre cultura significa refletir sobre as diferenças e multiplicidade de comportamentos, hábitos, moral, leis, costumes e crenças existentes entre os grupos humanos – embora as discussões sobre o conceito de cultura sejam múltiplas, o objetivo para este momento não é discutir exaustivamente, mas compreender que há elementos estruturais que promovem a ordem social, naturalizam ideias, alteram referências e moldam comportamentos.

No livro intitulado “Cultura: um conceito antropológico”, Laraia (2009) explica que a cultura pode ser compreendida como um sistema acumulativo de experiências e informações, transmitidos por meio do tempo, absorvidos pelo ser humano por meio da aprendizagem. Deste modo, podemos compreender que a cultura é um processo que ultrapassa o determinismo biológico e geográfico à medida em que demonstra que um conjunto de elementos religiosos, sociais e históricos podem influenciar na forma como os grupos sociais serão organizados no âmbito político, econômico e social, por exemplo.

Se a cultura pode ser compreendida como um conjunto de elementos capazes de moldar comportamentos, para o capitalismo a cultura pode funcionar como estratégia para estabelecer a ordem do capital. Goes (2018) reflete sobre a “cultura capitalista” e explica que é por meio dessas estruturas que o sistema capitalista produz arranjos sociais baseados nas práticas e valores do próprio sistema. Para Goes (2018, p.63):

Essa é uma cultura que permite que capitais, bens e mensagens transitem pelo globo com muito mais velocidade do que pessoas e sonhos. As barreiras físicas e simbólicas continuam de pé, principalmente para os despossuídos de recursos financeiros e que, em tese, não têm nada a oferecer àqueles que os receberão, o que não acontece com os turistas, executivos e investidores, que têm suas entradas e permanências garantidas.

A “cultura capitalista”, ainda segundo Goes (2018), é baseada na ordem do consumo, na exploração, na liquidez, na expropriação e no incremento das

desigualdades sociais, naturalizadas por meio de valores e práticas, difundidas na e pela sociedade como ferramenta para garantir a ordem social própria para o capital. “Quando tudo se torna fluido, volátil, descentrado e cambiante, os empregos, o consumo e as comunicações cruzam fronteiras, a monetarização é um imperativo e quase nada fica de fora da mercadorização” (GOES, 2018, p. 65).

A análise dos processos migratórios recentes com base no desenvolvimento do modo capitalista de produção e da “cultura capitalista” emerge como um terreno fértil para a compreensão de processos mais amplos que desvelam o que está por trás de projetos migratórios considerados, em alguns casos, espontâneos. Contudo, essa perspectiva de análise não implica na redução dos fenômenos a uma única matriz interpretativa. Antes, é uma possibilidade de compreender esses processos dentro de uma conjuntura histórica, política e socialmente posta, afastando-se da compreensão de que as migrações contemporâneas podem ser explicadas a partir dos aspectos biológicos e de uma pretensa racionalidade que responsabiliza homens e mulheres pela ausência de condições para sobreviver neste mundo.

Nesta conjuntura, onde a classe trabalhadora nada possui a não ser sua força de trabalho, homens e mulheres de todas as partes do mundo são postos/as em movimento, na busca por resoluções de necessidades vitais. Migrantes são pessoas que “seguem em frente” – premissa posta pelo capital – em busca de sonhos e oportunidades em lugares com hábitos e línguas, muitas vezes, por eles/as desconhecidos/as. Dessa forma, aqueles/as que conseguem reunir um determinado volume de capital, migram para conseguir trabalho, mesmo aqueles precarizados e desprotegidos.

Com base nas discussões desenvolvidas, cabe refletir, no entanto, sobre o protagonismo e as experiências vividas por mulheres nas migrações internacionais. Conforme alguns estudos, as trajetórias de mulheres foram invisibilizadas nos estudos sobre migrações e deslocamentos humanos porque, em suma, eram consideradas como acompanhantes dos homens – pais, tios, maridos ou irmãos. Deste modo, discutir gênero em processos migratórios representa uma possibilidade analítica que reflete sobre “ser mulher” nas migrações.

É um processo de valorização, escuta e desinvisibilização de trajetórias que são reais e de problemáticas que estruturam diariamente a vida de centenas de mulheres migrantes em todo o mundo. São pesquisas que tratam sobre as perspectivas de mulheres em relação à sociedade de origem e destino, sobre as formas como elas se

organizam para desenvolver a empreitada migratória, considerando-as em sua autonomia, liberdade e existência, assumindo o protagonismo de suas histórias.

Além disso, pensar sobre mulheres em processos migratórios, implica, sobretudo, compreender como elas se articulam para superar as dificuldades – físicas, sociais, culturais, econômicas - que, quase que automaticamente, se apresentam desde a saída do país de origem e são demarcadas pela questão de gênero. Conhecer a realidade migratória a partir da perspectiva de mulheres é também a oportunidade de pensar em instrumentos que viabilizem o desenvolvimento da política migratória brasileira com base na fala daqueles/as que são alvos da política, quais sejam: os/as migrantes. Mais uma vez, ressalta-se, refletir sobre as experiências e as redes estabelecidas por mulheres não significa reduzir a jornada dos homens nas migrações, antes é uma tentativa de indicar a urgência de conhecer e construir ferramentas para o enfretamento da invisibilidade das vivências de mulheres nessas realidades sociais.

2.2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Os modos como as migrações internacionais se manifestam na contemporaneidade representam para os/as pesquisadores/as um exercício analítico múltiplo, permeado por elementos entre os quais cumpre destacar a globalização, os conflitos armados, a geopolítica moderna, bem como o sistema de produção de mercadorias.

As migrações recentes são mais complexas porque são processos que não são fixamente definidos – com o estabelecimento de apenas um local de destino, por exemplo - ou com motivações claras. As migrações contemporâneas são, antes de tudo, manifestações de processos globais e que tendem a se acentuar cada vez mais (ANSELMO, 2021). O ponto de partida para a análise do tema proposto se assenta na compreensão de três questões nucleares, quais sejam: O que são as migrações internacionais? Quais razões motivam a migração? Quem são as pessoas que migram?

A pluralidade de estudos que buscam refletir sobre os processos migratórios demonstra também a multiplicidade de compreensões e perspectivas analíticas acerca da temática. A migração é em si um fenômeno complexo e acaba, muitas vezes, sendo limitada à definição de imigrante e emigrante. Tal limitação impede, invariavelmente, a compreensão das atuais formas de deslocamentos que são

reduzidos, em muitos casos, como resultado da ação espontânea de um sujeito “livre” que tem a migração como expressão genuína da própria consciência e individualidade humana, marginalizando, desta forma, o conjunto de elementos que determinam os deslocamentos humanos.

No que se refere às múltiplas definições amplamente conhecidas, encontramos, como ponto de partida, os conceitos de migração interna – inter-regional e intrarregional, migrações internacionais, migração em massa, migração individual, migração de retorno, migração espontânea, migração forçada, migração irregular, migração de curta e longa distância, entre outros². Percebe-se, portanto, as múltiplas faces de um fenômeno que deve ser analisado a partir das especificidades de cada conjuntura, considerando, sobretudo, as transformações que permeiam a vida em sociedade.

Como fundamento para a análise desenvolvida, partiremos, em primeiro plano, da definição amplamente conhecida sobre o conceito de migração. De acordo com o Glossário sobre Migração (2009, p. 40) – produzido pela Organização Internacional para Migração - a migração pode ser compreendida como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos.

É interessante observar que, de modo geral, as definições formuladas e apresentadas pelas instituições internacionais ou pelos Estados Nacionais delineiam os contornos dos processos de tal forma que, em nosso entendimento, limitam a compreensão de que esta é uma conjuntura variável, erguida, certamente, a partir de elementos – culturais, sociais, econômicos e políticos - que articuladamente acrescentam o caráter singular aos deslocamentos humanos da atualidade aqui compreendidos como resultados das metamorfoses do capital.

Na perspectiva histórica de análise, cabe ressaltar o exposto realizado por Heidemann (2010, p. 18), onde, segundo o autor:

² As definições apresentadas neste tópico são referências que norteiam a reflexão e colaboram para a compreensão das discussões que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho. Assim sendo, concordo com Anselmo (2021) à medida em que o autor afirma que, considerando as conjunturas diversas, é difícil distinguir na realidade concreta o que é um/uma migrante espontâneo, forçado e/ou refugiado/a. No entanto, essas categorias são aqui apresentadas como elementos norteadores e clarificadores do/no processo reflexivo e, como tal, contribuem para a construção do saber.

A migração não é um processo possível de ser explicado, a partir de si mesmo; não é um fenômeno de uma mudança meramente cultural, na qual se demonstra um novo caráter “nômade” ou até aquela “essência humana” propriamente nômade, como alguns filósofos pós-modernos afirmam. Portanto, a migração pode ser explicada apenas como fenômeno da história social concreta.

Assim, seguindo a perspectiva analítica desenvolvida por Heidemann (2010), as análises dos processos migratórios devem situá-los como partícipes de uma totalidade histórica, social, política, econômica e cultural, e, por esta razão, em constante transformação. Assim, já não é possível qualificar as migrações recentes como simples processos de deslocamentos que manifestam uma característica humana e que desvelam uma insaciável sede por mudanças. Deste modo, para Resstel (2015, p. 37-38), os processos migratórios devem ser compreendidos como parte da história da mobilidade humana na busca por melhores condições de vida e, portanto, considera o seguinte:

O conceito de migração não é simples e tampouco existe consenso em torno dele. De maneira geral, refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, a movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídas de um propósito, de se fixar ou residir em outro território. Tais movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas”, ou fluxos de movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados “imigrantes”. Os fluxos de partida foram nomeados “emigração” e os da chegada ao destino, “imigração”. Paralelamente, surgiram os conceitos de “emissão” e “recepção” para caracterizar regiões ou países de onde partiam ou aonde chegavam os migrantes.

A compreensão de que a migração independe exclusivamente das decisões individuais vai ao encontro da perspectiva analítica que considera o/a migrante enquanto partícipe de uma coletividade social, estabelecida a partir de laços sociais. São esses laços que compõem a base das redes sociais – compreendidas como o conjunto de relações estabelecidas entre um sujeito social com os demais agentes que o cercam – e que podem determinar a decisão ou não pelo projeto migratório.

Além disso, quando consideramos que as migrações podem ser resultados de processos estruturais que influenciam a decisão de migrar, mesmo quando essa decisão parece surgir de uma escolha individual do sujeito, indicamos um posicionamento analítico que compreende que, mesmo em processos considerados

“espontâneos”, há ação direta de fatores estruturais que acionam o caráter compulsório das migrações e determinam a saída de famílias e grupos inteiros dos seus locais de origem, assim como observado na Venezuela.

Sobre esses termos, Lussi (2010, p.262) afirma:

As migrações não podem mais ser consideradas simplesmente um problema, são um tema transversal, cujos atores não são uma emergência contingente a ser gerenciada, mas um fenômeno histórico-social e, como tal, merece ser reconhecido e enfrentado em sua complexidade.

Neste contexto, aqueles/as que vivenciam os processos migratórios são definidos, em linhas gerais, como imigrantes ou emigrantes. A Lei de Migração brasileira – Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 – no Artigo 1º, inciso II, define o imigrante como “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”. Logo no inciso III, o emigrante é definido como “brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior”.

Dessa forma, aquele/a que participa do processo migratório é, ao mesmo tempo, imigrante e emigrante – as definições aqui apresentadas foram adotadas como instrumentos de suporte para a análise, e não buscam reduzir aqueles/as que migram e suas experiências a sistematizações engessadas. Nas experiências cotidianas essas definições se diluem e se materializam no termo “migrante internacional”. Contudo, comumente o termo “migrante internacional” é utilizado para referenciar migrantes que se deslocam por razões econômicas – anunciado em algumas abordagens como migrações para o trabalho (DURAND; LUSSI, 2015), fato que, muitas vezes, pode obscurecer as múltiplas realidades manifestas nos processos migratórios – o/a migrante econômico é compreendido/a como aquela pessoa que se desloca em decorrência das poucas “vantagens” econômicas encontradas nos locais de residência habitual e é, conseqüentemente, impulsionada pelo anseio de melhores rendimentos econômicos nos locais de destino (NETO, 2019; SOARES, 2004). Ainda assim, reconhecemos que concentrar os estudos sobre migrações exclusivamente nas bases econômicas implicaria na redução de experiências e trajetórias que estruturam tais processos.

Conforme o Glossário sobre Migração (2009, p. 42), a migração internacional consiste em todos os “movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem

ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais”. Neste sentido, o/a migrante parte com o objetivo de permanecer em outro país, seja de forma temporária – como no caso do turismo ou migração voltada para pesquisa e estudos - ou permanente.

No entanto, é importante ressaltar que a migração também pode ocorrer dentro de um mesmo espaço geográfico. Essas são as chamadas “migrações internas”. Esse tipo migratório pode ser subdividido entre migração intrarregional – quando ocorre dentro da mesma região – ou inter-regional – quando o deslocamento acontece entre regiões distintas. Pode-se dizer que a característica nuclear das migrações internas é que nelas o/a migrante não transpõe os “limites fronteiriços” do seu país de origem. A migração de retorno, por sua vez, pode ser compreendida como aquela em que uma pessoa que havia mudado para outra cidade ou país, depois de algum tempo, retorna para o lugar de origem.

A migração espontânea, como dito em outro momento, é compreendida como o processo em que o/a migrante decide, teoricamente, e planeja a migração, dotado de informações e liberdade, motivado/a, em linhas gerais, por razões econômicas e pela busca por trabalho (ANSELMO, 2021). Mais do que a pura “liberdade de escolha” preconizada por Anselmo (2021), Moreira (2017) apresenta a migração espontânea, além de apresentar a voluntariedade como elemento central, é o universo em que se manifestam os desejos do/a migrante em mudar de vida.

Assim, Moreira (2017) explica que as análises tradicionais sobre as migrações espontâneas e forçadas possuem fronteiras bem definidas e que estão pautadas na diferenciação entre liberdade e violência, escolha e compulsoriedade, elementos característicos de ambos os processos respectivamente. As migrações forçadas, segundo Corrêa *et al.* (2015), são processos em que há uma determinação litigiosa que impossibilita a permanência no local de origem ou moradia habitual como no caso de perseguições políticas, conflitos ou desastres ambientais – situações que colocam em risco a manutenção da vida naquele território determinado. Conforme o Glossário sobre Migração (2009), as migrações forçadas são processos que colocam em risco a sobrevivência pessoal no local de origem e podem ser de ordem natural – desastres ambientais - ou causadas pela ação humana – como a questão dos/as refugiados/as.

Considero que, atualmente, sobretudo em Boa Vista-Roraima, seja no mínimo complicado falar em “migração espontânea” porque, mesmo que a busca pelo trabalho

esteja presente em todas as histórias conhecidas por meio da pesquisa de campo, migrar para o Brasil foi a única alternativa encontrada pelas interlocutoras desse estudo para garantir o mínimo de recurso que um ser humano pode acessar para garantir a sobrevivência.

No caso das interlocutoras da pesquisa de campo, muitas vezes, responsáveis pelo sustento familiar daqueles que permaneceram na Venezuela e que, inclusive, cooperam com aqueles familiares interiorizados nos demais Estados brasileiros, embora não estejam no Brasil como refugiadas, não é possível falar em “migração espontânea”, considerando a imposição da necessidade de deixarem suas casas, suas famílias, seus amigos e suas histórias para “tentar a vida no Brasil”. Esses são alguns dos exemplos que demonstram a importância em não transformar categorias analíticas em determinantes rígidos, mas considerá-las como norteadoras de análises, passíveis de mudanças na medida em que contribuem para a construção do conhecimento da realidade concreta.

Além desses aspectos, reduzir as migrações à busca pelo trabalho ou como processos puramente econômicos fortalecem, e assim reitero, a responsabilização do/a migrante pelo manejo do projeto migratório, pelas dificuldades vividas antes, durante e após o deslocamento, e impossibilitam a compreensão de que, em nossos dias, é latente e imposta a necessidade de “seguir em frente”, ser flexível e adaptável às necessidades, sobretudo do mercado, e estar presente onde seja possível encontrar o desenvolvimento, o consumo e o rendimento.

Na perspectiva do Estado, os processos anteriormente expostos podem acontecer de forma “regular” ou “irregular”. As migrações irregulares são aquelas que ocorrem fora das normas legais que regulam as migrações nos países de origem, trânsito ou destino. As migrações regulares, por sua vez, são aquelas que ocorrem conforme as disposições jurídicas estabelecidas por cada Estado. Com a redução das possibilidades de migrar de forma regular, muitos/as migrantes recorrem aos “atravessadores” para cruzar as fronteiras nacionais, submetendo-se a situações de violência física, psicológica e sexual, tráfico de pessoas, além de tantas outras formas de violência e vulnerabilidade.

Na cidade de Pacaraima, fronteira do Brasil com a Venezuela, as migrações irregulares costumam acontecer por meio do atravessamento das “trochas” – rotas alternativas - que, devido ao fechamento da fronteira, são, em muitos casos, a única possibilidade de chegar ao Brasil e fugir do caos que assola as famílias no país

vizinho. Em um contexto de tantas fragilidades, é necessário rigor analítico para não categorizar esses deslocamentos como “ilegais” ou “clandestinos”, atentando para a não-estigmatização dos/as migrantes, promovendo a acentuação da xenofobia e tantos outros processos de discriminação e violência.

No contexto das migrações forçadas, o refúgio é um instituto em constante expansão na contemporaneidade - dado manifesto nas 26,4 milhões de pessoas refugiadas no mundo, em 2020, segundo o Informe sobre las Migraciones en el Mundo (2022), e que envolve discussões sobre a dignidade do/a migrante, as vulnerabilidades sociais as quais essas populações são expostas, o crescente uso da violência na contenção dos processos migratórios, bem como sobre a capacidade adquirida pelas políticas migratórias nacionais em acolher os/as migrantes, proporcionando segurança e respeito à vida.

No caso das migrações venezuelanas em Roraima, não é possível afirmar se os/as migrantes solicitam o reconhecimento da condição de refugiado como estratégia de regularização migratória, uma vez que este não foi objeto das análises desenvolvidas – embora reconheça que esta é uma temática de grande relevância e que pode ser desenvolvida em pesquisas futuras. No caso das interlocutoras deste estudo, nenhuma delas se apresentou como refugiada ou manifestou algum posicionamento sobre o refúgio no Brasil, mas, em alguns casos, foi possível observar desconforto ao falar das experiências vividas nos abrigos em Roraima.

De acordo com o texto “Migrações, refúgio e apatridia: guia para comunicadores” (ACNUR, 2019, p. 10): “os refugiados são pessoas que não tiveram outra opção senão a de sair de seus países de origem, por motivo de perseguições diversas e de violações de direitos humanos, situações que podem custar-lhes a vida”. De acordo com a Lei nº 9.474/1997, que estabelece o Estatuto dos Refugiados, em seu artigo primeiro e incisos subsequentes, estabelece o/a refugiado/a como aquele/a que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possua ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Uma das considerações equivocadas é a de que por serem forçados/as a migrar, os/as refugiados/as teriam cometido algum ato ilegal e por isso são fugitivos/as. No entanto, os/as refugiados/as são pessoas que buscam a proteção da própria vida. O uso da palavra “ilegal” traz em si uma intensa carga depreciativa do/a migrante e coloca a ideia de que migrar não é lícito, sendo que, contrariamente, deve ser considerada como um direito humano.

Em relação ao termo refugiado/a, cabe ainda mais uma ressalva: o uso inadequado de migrante e refugiado/a como sinônimos. O/a refugiado/a é aquele/a que não pode retornar ao país de origem por questões sociais, políticas, econômicas e/ou religiosas que põem sua vida em risco. Os/as demais migrantes – como é o caso dos turistas, por exemplo - em tese, não colocam em risco sua integridade física caso retornem para seus locais de origem

Quando a migração é tratada pelos meios de comunicação³ como “crise” e os/as refugiados/as como “criminosos” ocorre, então, o fortalecimento de comportamentos e atitudes xenofóbicas, uma vez que os/as migrantes são vistos como problemas emergenciais. Além disso, o uso de termos como “crise migratória” ou “crise de refugiados” inviabiliza a compreensão de que, na realidade, tais fluxos de deslocamentos populacionais são causados por problemas de ordem econômica, política, social, por conflitos armados ou desastres naturais que retiram o direito e a possibilidade daqueles/as que desejam permanecer em seus locais de origem e são impelidos a buscarem locais onde possam sobreviver, encontrar emprego e realizar seus sonhos. Desenvolver exercícios reflexivos sobre o uso dos termos apresentados contribui para a desnaturalização dos deslocamentos forçados como a “decisão” de alguém que, podendo ficar em seu país, “opta” em migrar para outro.

No conjunto dos estudos que se debruçam sobre os processos migratórios e buscam contribuir não apenas na compreensão desses processos, mas também na construção de respostas que garantam vida digna para aqueles/as que saíram de seus países motivados pelo sonho de uma vida melhor, as reflexões acerca do

³ O trabalho desenvolvido por Daniele Monteiro Mota, intitulado “Representações sociais, mídia e violência: a “construção” do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo”, demonstra a influência exercida pelos meios de comunicação através da coletivização de informações e no modelamento de percepções negativas acerca da migração venezuelana em Roraima, onde, segundo a autora, predominam processos de criminalização e responsabilização dos/as migrantes pelo alto índice de violência nas cidades roraimenses ou pelo caos nos serviços públicos que já eram precarizados antes mesmo da intensificação das migrações venezuelanas para Roraima.

transnacionalismo emergem como vertente analítica frutífera sobre a qual trataremos a seguir.

Em linhas gerais, ao refletirmos sobre migrações, logo o pensamento nos remete ao ideário dos recomeços e novas possibilidades que aguardam o/a migrante na sociedade de destino, fato que, de certa forma, leva a crer que com a migração ocorre um rompimento total com a vida ou o modo de ser do/a potencial migrante com a sociedade de origem. No levantamento bibliográfico realizado sobre os estudos explicativos das migrações internacionais, observou-se que, no contexto das migrações históricas, a manutenção do contato e o vínculo com a família e/ou amigos que permaneciam nas sociedades emissoras era quase inexistente, considerando as possibilidades de comunicação e transporte.

Na contemporaneidade, no entanto, os avanços nos meios de comunicação e transporte alteraram significativamente a forma como as migrações se manifestavam, uma vez que proporcionaram a ampliação da interconexão global. Este processo manifesta o que podemos chamar de globalização da migração. Neste novo cenário, já não é possível compreender a migração como um processo que dispõe de um ponto de partida e chegada fixo/rígido, uma vez que se assiste à pluralização das direções e dos sentidos das migrações - isso pode ser observado em algumas experiências migratórias em Roraima, como no caso de Maria que, ao partir da Venezuela, apontava Boa Vista – Roraima como destino final. No entanto, ao conhecer a realidade vivida em Roraima e as dificuldades em acessar trabalho e boas condições de vida, Maria buscou alternativas para migrar para outro Estado brasileiro. Muitos/as migrantes, e até mesmo famílias inteiras, vivem experiências semelhantes ao informado por Maria, alguns com recursos próprios e outros com apoio da Operação Acolhida.

Outro aspecto que deve ser considerado ao pensar as migrações recentes é que os/as novos/as migrantes já não podem ser pensadas como pessoas que vivenciam as migrações de forma apática, sem qualquer influência ou articulação com a sua “bagagem” de vida, suas memórias, suas histórias, seu ser (ESCUADERO, 2018). Desta forma, neste contexto de ampliação da globalização e das migrações internacionais, as reflexões sobre a reestruturação dos vínculos e laços estabelecidos entre as pessoas - que ultrapassam os limites dos Estados nacionais - emergem como amplo universo de análise.

Se a reestruturação dos laços e vínculos estabelecidos entre os grupos de migrantes, bem como entre os/as migrantes e as instituições que atuam diretamente com as migrações internacionais, emerge como paradigma analítico influenciado fortemente pelo desenvolvimento técnico-científico do mundo globalizado, Schiller, Basch e Blanc (2019) questionam as análises que defendem a questão do “desenraizamento” do/a migrante promovido pelo rompimento dos laços com todos aqueles que permaneceram no país de origem, forçados a viver o processo de “assimilação cultural”. Para os autores, as migrações contemporâneas apresentam configurações distintas, anunciando a emergência dos “transmigrantes”, ou seja, migrantes que tecem interconexões variadas, e muitas vezes intercruzadas, com os locais de origem e de destino, cujas identidades “estão configuradas em relação a mais do que um Estado-nação” (SCHILLER; BASCH; BLANC, 2019, p. 350).

Do ponto de vista teórico, mesmo que não seja possível apontar um período determinado, os estudos sobre as migrações transnacionais como categoria analítica surgiram entre os anos de 1980 (ESCUDERO, 2018) e 1990 (BAENINGER, 2017), no contexto das transformações e reorganizações do capitalismo global, questionando os novos modos de ser da migração e o conjunto teórico da assimilação cultural que buscava compreender a forma como seria a inserção e adaptação do/da migrante na sociedade receptora. Sobrinho, Sirianni e Piffer (2014, p. 1163) apresentam as migrações transnacionais como “o processo mediante o qual os imigrantes constroem elementos de ligação tanto com seu país de origem quanto com seu país de destino”.

Segundo Durand e Lussi (2015, p. 48), o transnacionalismo surge para “superar o modelo estático com o qual as ciências sociais têm analisado tradicionalmente as populações migrantes, pois as sociedades não são entidades fechadas, com economias, culturas e trajetórias culturais”. Para Resstel (2015), o transnacionalismo é um processo em que os/as transmigrantes constroem espaços de conexão entre seus locais de origem e destino, estabelecendo relações religiosas, econômicas, culturais e familiares das mais diversas formas entre espaços geográficos distintos e ao mesmo tempo conectados. São essas relações que mantêm as redes sociais que, como manifesto em outro momento, são de grande valor para a manutenção das redes migratórias. No entanto, Resstel (2015), assim como Portes (2004), indica que nem todo/a migrante é transnacional, uma vez que o transmigrante é aquele/a que não perde os vínculos sociais com o seu local de origem (RESSTEL, 2015).

Além de manter ativas as relações com os locais de origem e destino, os/as transmigrantes são aqueles/as que, por meio das redes, mantêm trocas diretas com os locais de origem, seja por meio de remessas financeiras ou por troca de informações. As mulheres que participaram deste estudo, com base nas informações apresentadas, podem ser consideradas como transmigrantes, uma vez que não apenas trocam informações e enviam remessas para a família que ainda vive na Venezuela, mas também, em alguns casos, estabelecem fortes vínculos com as mulheres na sociedade de destino, muitas das quais não estruturam necessariamente uma rede composta exclusivamente por mulheres migrantes venezuelanas, acionando múltiplas formas de comunicação e interação social.

À medida em que os estudos sobre as migrações transnacionais indicam a manutenção dos vínculos com as sociedades de origem, surgem, no campo teórico, questionamentos sobre as teorias da assimilação cultural que buscavam explicar como aconteceria a inserção do/a migrante na sociedade receptora. A assimilação é, de acordo com Sobrinho, Sirianni e Piffer (2014, p. 1173-1174), um processo que tem como objetivo “fazer com que os envolvidos se adequem ao novo contexto social, assumindo os hábitos mentais e os estilos de vida, tornando-se similares aos nativos, vindo até a serem confundidos com estes nas várias dimensões da vida quotidiana” e atua como condicionante para aceitação social”.

Compelir migrantes a adotar um conjunto de valores sociais, culturais, religiosos e políticos da sociedade receptora é negar sua própria história de vida, um passado formado por experiências que moldam cada indivíduo de forma particular, o que pode contribuir para a marginalização das expressões de diversas identidades. No contexto das migrações transnacionais, o que ocorre é o entrecruzamento dessas diversas identidades, manifestações culturais e religiosas, uma vez que o/a migrante se envolve simultaneamente entre os dois espaços (BAENINGER, 2017). É necessário ter em mente que afirmar que o/a migrante se envolve simultaneamente em dois “mundos distintos” não limita as análises aos aspectos físicos e geográficos, mas considera, principalmente, as dinâmicas e trocas de ordem subjetiva, valorizando os aspectos culturais, religiosos, as experiências que integram as bagagens e histórias de vida de cada migrante.

Além do enriquecimento cultural promovido por meio dessas trocas, Portes (2004) indica as contribuições proporcionadas para o desenvolvimento econômico, uma vez que o envio constante de remessas para as regiões de emigração, a compra

de imóveis ou outros investimentos podem aquecer o mercado de construção civil e serviços, por exemplo, representando uma fonte de renda importante para essas regiões.

A partir do exposto, considero que a perspectiva transnacional é um campo fértil para compreender os processos que se manifestam em Roraima. De modo particular, compreendo o transnacionalismo como um processo não apenas de troca e enriquecimento cultural, mas de segurança existencial. Não basta ter em mente que a manutenção dos vínculos e das relações sociais com aqueles/as que permaneceram na sociedade de origem atua como uma ponte para o envio de material – roupas e alimentos – ou fonte de informações. Compreendo a manutenção dos vínculos numa dimensão mais profunda, em sua dimensão espiritual, subjetiva, emocional que também são importantes para aquele/a que migra.

No caso das interlocutoras deste estudo, observei que o contato com aqueles/as que permaneceram na Venezuela, sobretudo a família, mesmo que “virtual”, é de grande valor não apenas para “manter os laços”, mas para garantir que as mulheres migrantes permaneçam tranquilas em Boa Vista, sabendo que suas famílias estão seguras, protegidas. O envio de remessas, que em uma análise prematura pode representar o simples envio de dinheiro, para as mulheres que conheci, neste estudo, significa garantir a vida e o sustento daqueles que por alguma razão não puderam migrar.

Além dos aspectos mais concretos da sobrevivência física, o contato com a Venezuela traz certo consolo, resgata memórias, possibilita diálogos que só podem acontecer no espaço familiar de muita intimidade e com aquelas pessoas em particular, porque mesmo que alguns relatos indiquem que alguns/algumas brasileiros/as se tornaram “parte da família”, percebi em alguns relatos a dor que a ausência e a distância podem causar. Assim, nos casos que observei, notei que, mesmo que as interlocutoras possam ser consideradas como migrantes transnacionais, o paradoxo reside na “presença na ausência”. Ou seja, são mulheres que almejam estar presentes na vida dos que ficaram na Venezuela, e de algum modo estão, mas também estão ausentes, mas visualizam no Brasil a possibilidade de mudar sua história.

Na mesma medida em que as interlocutoras expressaram a manutenção desses vínculos com aqueles/as que permaneceram na Venezuela, observou-se também a criação de novas redes sociais em Boa Vista – a maioria é formada por

mulheres -, por meio das quais mulheres venezuelanas e boa-vistenses trocam informações, colaboram umas com as outras no enfrentamento às dificuldades da vida diária.

Além das redes sociais estabelecidas na capital roraimense, há também a manutenção das redes de amizade estabelecidas com aqueles/as que foram interiorizados/as por meio da Operação Acolhida. Essas estruturas atuam como canais para o fornecimento e transmissão de informações sobre o mercado de trabalho na região pretendida como novo destino, sobre as dificuldades que perpassam todo o deslocamento, sobre os trâmites documentais e, em muitos casos, atuam como fonte de acolhida para os recém-chegados.

É interessante observar que as interações socioculturais entre Brasil – Venezuela antecedem às migrações recentes. Era constante o tráfego de brasileiros e venezuelanos, cruzando a fronteira com os mais variados objetivos – desde aquisição de produtos para consumos, como para viagens em períodos de férias e/ou recessos para conhecer um novo lugar ou para rever algum familiar. Além disso, durante as pesquisas de campo, as interlocutoras afirmaram que tinham contato constante com as músicas e telenovelas brasileiras por meio dos meios de comunicação.

Por meio dos diálogos, observei que ao chegar em Roraima essas “trocas culturais” foram ainda mais intensas. As mulheres que conheci não apenas consumiam músicas ou comidas típicas brasileiras, mas também estabeleciam vínculos de cooperação e amizade com muitos/as brasileiros/as. Na mesma medida, foi comum observar a forma como ocorria a interação entre as mulheres venezuelanas, a alegria em recordar os costumes e os hábitos dos tempos em que viviam na Venezuela, as músicas típicas que com facilidade ouvimos em Boa Vista, entre tantos outros aspectos. Observei que as entrevistas eram momentos de intensas recordações, do resgate de memórias e também das saudades de um tempo em que era possível estar em casa e em família.

Diante dos elementos dispostos, observou-se que a complexidade das migrações que se expressam em Roraima não se limita aos projetos ou percursos migratórios, mas se manifestam nas estratégias de comunicação, suporte, trabalho, nos elementos que orientam a decisão migratória – aqui chegamos na segunda questão proposta para este tópico, onde verificamos a pluralidade de elementos que

impulsionam as migrações - e que comprovam que já não é possível compreender a migração como processo estanque.

Desta forma, percebe-se que os 281 milhões de migrantes internacionais apontados pela Organização Internacional para Migração, deslocados pelo mundo, em 2020, representam um conjunto de histórias, vivências, visões de mundo, expectativas, projetos de vida e uma pluralidade de questões que impossibilitam o estabelecimento de um perfil único para todo/a migrante. Os/as migrantes internacionais são mulheres, homens – pessoas que não se identificam com os dois gêneros -, jovens, crianças, idosos, acompanhados ou não, motivados pelos mais diversos objetivos. É justamente por esse caráter complexo que, acredita-se, a migração não pode ser compreendida e explicada a partir de uma única teoria ou abordagem explicativa.

A maturação do exercício analítico acerca das definições apresentadas é de grande importância, porque influenciam a forma como as migrações contemporâneas são apreendidas e interpretadas pelas comunidades nacionais dos diversos países. São reflexões que contribuem para a descriminalização dos/das migrantes e também para o fortalecimento de políticas públicas capazes de desenvolver um olhar mais acolhedor, especialmente para aqueles/as que já não podem permanecer em seus países de origem.

2.3. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO SUL-AMERICANO

A migração é um fenômeno que estrutura a história dos países da América Latina. A história do Brasil, de modo especial, é uma história de migrações. As primeiras levas de migrantes para o Brasil eram compostas por portugueses que aqui chegaram com o objetivo de dominar o território, com o estabelecimento das lavouras como fonte primordial de rendimentos para a economia de Portugal. A segunda leva de migração intensa se deu a partir do tráfico de pessoas oriundas da África, para trabalhar nas plantações de açúcar, ainda no século XVI, estima-se que, neste período, tenham entrado no Brasil cerca de 3 milhões de migrantes forçados. Portanto, observa-se que, neste período, as migrações na América Latina, particularmente no Brasil, eram voltadas para a colonização e exploração (LEVY, 1974).

No século XIX, contudo, os processos migratórios mudaram qualitativamente: as levas de migrantes passaram a ser constituídas por europeus livres – nesse período, a Europa observou um aumento populacional significativo que pode ser

compreendido a partir de dois fatores centrais, quais sejam: o alto índice de natalidade e aumento da população urbana – acompanhado pelo processo de expropriação de terras e meios de subsistência das famílias que moravam em áreas rurais (LEVY, 1974). Todo esse processo foi gestado, vale ressaltar, a partir dos interesses de desenvolvimento do capitalismo emergente.

Assis e Magalhães (2016) esclarecem que os movimentos migratórios do século XIX foram estimulados por políticas migratórias seletivas adotadas no Brasil e voltadas para a migração de italianos, alemães, espanhóis, entre outros. Essas políticas eram estratégias para cooptar mão-de-obra branca e livre e, assim, atender aos interesses de desenvolvimento econômico e povoamento nacional. Essa conjuntura pode ser compreendida como uma estratégia de “europeização do Brasil” e atribuem características singulares às migrações do século XIX (ASSIS; MAGALHÃES, 2016).

De acordo com Levy (1974), a história do Brasil é marcada por quatro períodos específicos de intensa entrada de migrantes no território nacional: o primeiro período vai de 1820 a 1876, quando o país recebeu aproximadamente 30 mil migrantes, entre os quais encontravam-se portugueses e alemães; o segundo, datado entre 1877 e 1903, conta com a entrada de 1.927.992 migrantes, sobretudo italianos; o terceiro, de 1904 a 1930, apresenta um total de 2.142.781 migrantes; a partir de 1931, são estruturadas as primeiras formas de contenção das migrações para o Brasil; e, por isso, no quarto período, datado de 1931 a 1963, estima-se que entraram em território brasileiro um total de 1.106.404 migrantes.

A partir de 1930, em um contexto de generalizada crise capitalista, o Brasil passou a desenvolver medidas restritiva às migrações, sobretudo na década de 1940, no contexto da segunda grande guerra. Entre os anos de 1950 e 1960, o Estado brasileiro desenvolveu medidas para atrair especificamente migrantes com mão-de-obra qualificada, afastando-se, portanto, das ações que estimulavam as migrações em grandes escalas para o país. Durante o governo militar, no entanto, o governo brasileiro deixou de adotar a migração como via para o desenvolvimento, uma vez queo “medo comunista” assolava os nacionais e os/as migrantes passaram a ser vistos sob a lógica da segurança nacional (ASSIS; MAGALHÃES, 2016).

Assim, a partir da segunda metade do século XX, de modo geral, a composição migratória dos e para os países da América Latina sofreu significativa transformação. De acordo com Assis (2007), neste período, é possível observar a

diversificação dos processos migratórios internacionais com base na etnia, classe e gênero, o que possibilitou a compreensão das migrações com base em novas perspectivas analíticas. No contexto brasileiro, os grupos migrantes do final do século XX eram compostos por chineses, uruguaios, argentinos, entre outros (ASSIS; MAGALHÃES, 2016). Neste novo contexto, não eram apenas os europeus que buscavam o sonho de “fazer a América”. Trabalhadores/as migrantes, sobretudo da América Latina e Caribe, passaram a se deslocar para os países centrais, como os Estados Unidos e os países europeus, na tentativa de alcançar melhores condições de vida.

Desta forma, a partir de 1950, a América Latina e Caribe passaram a vivenciar intensos processos de emigração (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010). Conforme Assis e Siqueira (2009), o início da emigração de brasileiros para os Estados Unidos pode ser datado da década de 1960, na cidade de Governador Valadares (MG). No plano intrarregional, as migrações entre os países ibero-americanos aumentaram, a partir de 1970, e se intensificou em 1990, influenciado, sobretudo, pela formação de acordos para o MERCOSUL (RODRIGUES E VASCONCELOS, 2010). Neste período, a Venezuela, Costa Rica e Argentina eram referências como países receptores de migrantes intrarregionais.

No plano intrarregional, a intensificação da migração entre os países da América Latina ocorreu a partir da conjunção de alguns elementos como, por exemplo, a proximidade geográfica entre os países fronteiriços, os baixos custos envolvidos no deslocamento e a facilidade de comunicação em decorrência do idioma – esses elementos, no entanto, não significam que os/as migrantes intrarregionais não encontrem dificuldades para entrada e permanência nos países de destino.

Os/as migrantes internacionais do século XXI, são diferentes daqueles/as que constituíram as migrações dos períodos anteriores. O “encolhimento do mundo”, provocado pelo desenvolvimento dos sistemas de comunicação e transporte, atribui às migrações contemporâneas aspectos particulares, na medida em que “reduz” a distância entre os locais de origem e destino, volatizam as relações de trabalho e laços sociais, e impulsionam a estruturação de novas migrações.

Em contraponto, Baeninger *et al.* (2018) indicam que as medidas restritivas impostas pelos países do Norte para entrada de migrantes é uma variável determinante para compreender as novas dinâmicas migratórias entre e para os países da América Latina que, na verdade, refletem a (re) configuração de um

processo que é muito mais amplo, dinâmico, determinado pela “mobilidade” do capital. Na medida em que regulamentações e dispositivos foram estabelecidos para facilitar a transnacionalização de bens, serviços, mercadorias e capitais, o deslocamento de pessoas tem sido estruturalmente limitado, fortalecendo, desta forma, as desigualdades intensas existentes entre os países do Norte e Sul globalizado.

Na América do Sul, de acordo com os dados apresentados pelo relatório “Tendencias Migratorias en America del Sur”, produzido pela OIM (Organização Internacional para Migração), e publicado em 2020, apresentando um panorama geral das migrações em 2019, a região apresentava cerca de 10 milhões de imigrantes provenientes de países que estruturam a região e de outros países do mundo; em contrapartida, haviam aproximadamente 17 milhões de emigrantes da América do Sul em todo o mundo. Há que se destacar que, segundo o estudo, as migrações intrarregionais se elevaram consideravelmente, o que acrescenta aspectos singulares aos processos desenvolvidos na América do Sul - conforme o relatório, 80% dos imigrantes da América do Sul são intrarregionais.

Neste cenário, a Colômbia (96,3%), Peru (90%), Paraguai (87,7%), Argentina (82,6%) e o Equador (80,7%) apresentaram as cinco maiores taxas de migrantes intrarregionais se comparado ao ano de 2015 – às análises da situação apresentada pela Colômbia e Peru devem ser acrescentadas a intensificação da dinâmica migratória venezuelana. Além disso, os principais corredores migratórios entre países limítrofes eram observados entre Venezuela e Colômbia; Paraguai e Argentina e, por último, Peru e Chile. Entre os países não limítrofes, os corredores são observados entre a Venezuela e o Peru, Colômbia e Chile, e Peru e Argentina – o relatório não apresenta informações relacionadas ao sexo das populações migrantes. Esses elementos expressam a dinamicidade das migrações desenvolvidas na América Latina nos últimos anos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO, 2020).

Além do exposto, o Relatório Anual (2020), elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra -, indica que os fluxos migratórios internacionais mudaram consideravelmente nos anos iniciais do século XXI, sobretudo, a partir da crise econômica internacional iniciada nos Estados Unidos em 2007, impactando consideravelmente a configuração das migrações Sul-Sul. Essas transformações podem ser observadas, segundo o estudo, na composição das migrações direcionadas ao Brasil.

Segundo o Relatório Anual (2020), o desenvolvimento econômico e social ocorrido no Brasil durante a primeira década do século XXI, bem como o cenário geopolítico internacional, contribuiu para que o país se transformasse em local de destino de grande número de migrantes internacionais. Além disso, segundo o OBMigra (2020), a construção da imagem do Brasil como potência emergente, no cenário internacional, como integrante dos BRICS pode ter contribuído, nesse sentido, para que os/as migrantes visualizassem no país a possibilidade de melhorar suas vidas. Assim, migrantes provenientes do Sul Global – senegaleses, congolezes, haitianos, bengalis, ganeses – passaram a se inserir de forma intensa no Brasil – que se consagrou como país de destino e/ou trânsito para os migrantes do sul global.

No entanto, conforme o OBMigra (2020), a partir de 2015, houve a consolidação das migrações latino-americanas para o Brasil, influenciadas, sobretudo, pela intensificação das migrações haitianas e venezuelanas. É necessário compreender, no entanto, que a ampliação das migrações latino-americanas não implica no não recebimento de migrantes provenientes de outras regiões do Sul global. No entanto, a existência de regiões em desenvolvimento, no Brasil, com necessidade de mão-de-obra com baixa qualificação para a execução de trabalhos nas áreas de construção e serviços gerais, por exemplo, serviu como elemento atrativo para aqueles/as que buscavam trabalho – mesmo que estejam sob o status de migrante indocumentado. São, portanto, pessoas que se submetem a exaustivas extenuantes horas de trabalho diário, sem perspectiva de ascensão social, sem garantia ou efetivação de direitos trabalhistas.

No processo de reordenamento das migrações na América Latina e da manifestação do Brasil como destino migratório, considero importante discutir especificamente a questão do refúgio – sobretudo, sobre as experiências migratórias venezuelanas observadas em Roraima. No caso venezuelano, de modo particular, as migrações são compreendidas, neste estudo, não na perspectiva de “crise migratória” – categoria equivocadamente difundida pelos meios de comunicação –, mas como uma das expressões da crise econômica, social e política que assola – na medida em que é produzida – o sistema capitalista no país venezuelano.

A Venezuela, historicamente, não é um país com movimentos emigratórios intensos como aqueles verificados em períodos recentes. O desenvolvimento econômico do país, estabelecido a partir da exploração e exportação do petróleo, trouxe para a população venezuelana uma certa “estabilidade”, sobretudo, no que se

refere à qualidade de vida. A intensificação dos conflitos políticos, que sucederam no final dos anos de 1980 e no início de 1990, causou no país uma conjuntura de instabilidade e crise econômica. Segundo Freitez (2018), com a eleição, em 1998, de Hugo Chávez como presidente do país:

Las nuevas fuerzas políticas que detentan el poder, lideradas por el presidente Chávez, plantean un nuevo proyecto de país basado en lo que se ha conocido como el *socialismo del siglo XXI*, cuya implementación se vio favorecida por la disponibilidad de fabulosos ingresos derivados de una nueva bonanza petrolera durante la década del 2000. Este nuevo *boom* económico permitió el incremento del gasto público y, en general, la mejora transitoria de ciertos índices de bienestar, pero no motivaron la atracción de corrientes migratorias como en el pasado, y tampoco fueron suficientes para reducir los riesgos de emigrar al exterior, por cuanto la convivencia en el país permanecía alterada por el clima de conflictividad y los problemas relacionados con la falta de seguridad en su sentido más amplio, no solamente personal, sino también en el plano económico y jurídico (FREITEZ, 2018, p. 10).

A abordagem política adotada pelo novo governo baseava-se, entre outros elementos, na ampliação da atuação do Estado, por meio do controle dos preços e na limitação da atuação dos setores privados. É importante ressaltar que essas medidas não contaram com o apoio absoluto da população venezuelana e esta foi uma das bases para a ampliação da tensão política que assolou os anos subsequentes. No plano político, o então presidente propôs, em 2009, emenda constitucional que garantia reeleição ilimitada a todos aqueles que ocupassem cargos políticos.

Em março de 2013, o presidente venezuelano, Hugo Chaves, faleceu e Nicolás Maduro, vice e apadrinhado político do ex-presidente, concorreu às eleições do mesmo ano, já que o ex-presidente não tomou posse da presidência. Maduro venceu as eleições e se tornou o presidente da República para o período de 2013-2019. Desta forma, reinicia-se um outro período de tensões políticas e intensa crise econômica. A queda do valor do barril do petróleo, em 2014, e a baixa extração venezuelana fizeram com que o país enfrentasse uma acentuada crise. No cenário político, nas eleições legislativas, em 2015, a oposição ao governo conquistou a maioria da representatividade na Assembleia Nacional. Maduro, então, articulou-se com membros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Eleitoral para se manter no poder e derrotar a oposição.

Aumentaron entonces la persecución política y la conflictividad social; se radicalizaron las medidas económicas orientadas a preservar el modelo

productivo sostenido durante más de tres lustros, no obstante sus implicaciones negativas reflejadas en una gran contracción económica que está acompañada de un fuerte proceso inflacionario que ha erosionado completamente el poder adquisitivo de la población, que ha causado enormes niveles de escasez de productos básicos y de todo tipo, así como deficiencias en todos los servicios públicos; todo ello traducido en la pérdida profunda en la calidad de vida de la población. Este cuadro ha sido el marco para la severa crisis migratoria que está experimentando Venezuela, cuyas dimensiones empiezan a impactar en muchos países de América Latina y el Caribe, como bien se ha intentado ilustrar a través de los esfuerzos de investigación compilados en esta obra. En este tiempo, los riesgos de movilidad de la población venezolana se han intensificado porque se impone la necesidad de buscar opciones para garantizar la sobrevivencia cotidiana, y una de ellas es el desplazamiento a través de las fronteras (FREITEZ, 2018, p. 11-12).

A instabilidade política promoveu a intensificação da tensão social. Em pouco tempo, a população passou a viver os efeitos da “crise” que havia se instalado no país: a crise econômica – aliada à grave inflação – diminuiu o poder aquisitivo da população; em contrapartida, produtos básicos começaram a faltar nas prateleiras dos supermercados, concomitante a queda na oferta e qualidade dos serviços públicos. Essas bases, portanto, determinaram a intensificação da emigração venezuelana para a América Latina e Caribe. A partir de então, um grande contingente populacional passou a emigrar para garantir condições mínimas para sobreviver.

A Tabela 2 apresenta um panorama geral do refúgio no Brasil, por meio da disposição do número de solicitações de refúgio recebidas pelo CONARE, entre o período de 2015 a 2020. Todos os dados dispostos na tabela foram extraídos dos relatórios Refúgio em Números, produzidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o OBMigra – publicados, entre os anos de 2016 e 2021.

Tabela 2 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado

Relatório	Período em análise	Total de solicitações
Refúgio em Números (1ª Ed.)	2015	28.670
Refúgio em Números (2ª Ed.)	2016	10.308
Refúgio em Números (3ª Ed.)	2017	33.866
Refúgio em Números (4ª Ed.)	2018	80.057
Refúgio em Números (5ª Ed.)	2019	82.552
Refúgio em Números (6ª Ed.)	2020	28.899

Fonte: Dados disponíveis em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes#>>.

A primeira edição do Refúgio em Números (2016) analisa o panorama do refúgio no Brasil entre os anos de 2010 – 2015. O relatório apresenta que, nestes anos, houve um aumento significativo no número de solicitações de refúgio: em 2010, o Brasil recebeu cerca 966 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado; em 2015, no entanto, as solicitações chegaram a um total de 28.670. Entre os cinco países com maior número de solicitações – total acumulado no período - figuravam o Haiti, Senegal, Síria, Bangladesh e Nigéria. A migração haitiana para o Brasil foi intensificada após o país ser atingido por um terremoto, em 2010, que ocasionou a morte de aproximadamente 200 mil pessoas (LARA, 2021), e pelos furacões Isaac e Sandy, em 2012 (ASSIS; MAGALHÃES, 2016). Os danos sociais e econômicos causados pelos desastres, ampliados pela tensão política, moveram famílias inteiras para outros países em busca de refúgio.

Em linhas gerais, o perfil dos solicitantes de refúgio era de 80,8% para o sexo masculino e 19,2% para o sexo feminino. Em relação à faixa etária, temos: 2,5% eram crianças de 0 a 12 anos; 0,1% eram adolescentes de 13 a 17 anos; 48,7%, jovens de 18 a 29 anos; 47,1%, adultos com idade de 30 a 59 anos; e, por fim, 0,1% representavam pessoas com mais de 60 anos de idade.

É interessante observar que a faixa etária que se estende dos 18 a 29 anos é, de modo geral, característica também presente nos estudos desenvolvidos por Assis (2007) e Fusco (2000), onde, segundo os autores, um dos aspectos que determinam o “público” migrante é a juventude. De certa forma, esse aspecto é discutido pela Teoria do Ciclo de Vida, na qual os aspectos particulares de cada etapa da vida contribuem para promover ou impedir a migração. Segundo esta corrente, pessoas jovens, solteiras e sem filhos, teoricamente, tendem a migrar mais do que aqueles/as com idade mais avançada, casados/as e com filhos.

A segunda edição do relatório (2017), que denota os dados referentes ao período de 2010 – 2016, indica que, em relação ao cenário internacional, no primeiro semestre de 2016, de acordo com o ACNUR, 3,2 milhões de pessoas foram forçadas a sair de seus países de origem por conta de conflitos e perseguições – desse total, 1,5 milhão são refugiados ou solicitantes de refúgio em diversos países. O Brasil, por sua vez, reconheceu 9.552 pessoas como refugiadas, entre os anos de 2010 a 2016, de 82 nacionalidades específicas.

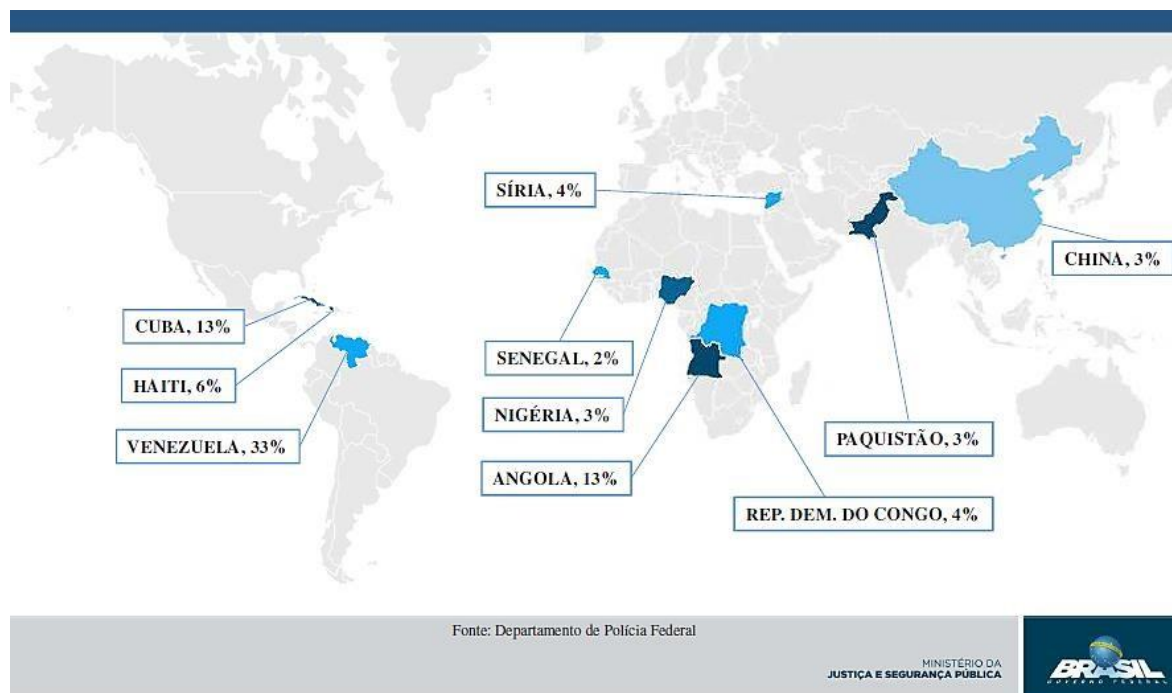
Segundo o relatório, o Brasil recebeu, em 2016, cerca de 10.308 novas solicitações de refúgio, das quais 3.375 haviam sido realizadas por migrantes

venezuelanos/as que, nesse período, já contabilizavam cerca de 4.434 solicitações pendentes. Houve, em 2016, um aumento de 307% de solicitações de venezuelanos/as se comparado com 2015. No período de 2010 a 2016, houve um aumento considerável no número de solicitações de reconhecimento de refúgio por parte da população haitiana. Considerando os períodos que apresentaram altos índices de solicitações, temos: em 2010, o total de solicitações era de 442; em 2013, o número de solicitações acumuladas era de 17.991; em 2014, conforme o relatório, as solicitações haitianas acumuladas chegaram a 34.770.

No período de 2014 a 2016, cerca de 43.871 haitianos tiveram sua situação migratória regularizada no Brasil por meio de Despacho conjunto do CONARE, CNIg e do Departamento de Migrações (SILVA, 2019). A medida foi adotada como estratégia para regularizar a permanência dos grupos de migrantes que não se “enquadravam” no perfil de refugiados. Assim, para, em teoria, promover a integração dos/as migrantes à sociedade brasileira e combater o preconceito (G1, 2015).

Em 2016, a Venezuela liderou o ranking dos países com maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado/a, seguida por Cuba, Angola, Haiti e Síria – país com maior número de solicitações de refúgio deferidas, seguido pela República Democrática do Congo, Paquistão, Palestina e Angola. A imagem a seguir apresenta os países de origem dos maiores índices de solicitações.

Figura 1 - Solicitações de refúgio conforme país de origem - 2016



Fonte: Refúgio em Números - 2ª Edição, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>>.

Do total de solicitantes, 32% eram do sexo feminino e 68% do sexo masculino. Em comparação ao relatório anterior, o aumento da “participação” feminina é expressivo. Em relação à faixa etária, por sua vez, observa-se uma mudança: 47% tinham idade de 30 a 59 anos e 41%, 18 a 29 anos – fato que expressa a dinamicidade, inclusive, dos perfis dos/as migrantes. Considerando apenas o ano de 2016, pessoas de 95 países solicitaram refúgio no Brasil.

Logo na terceira edição do relatório Refúgio em Números (2018) – que analisou os dados referentes ao ano de 2017 –, o cenário internacional do refúgio apontava para aproximadamente 22,2 milhões de pessoas reconhecidas como refugiados/as e 2,8 milhões de solicitações em tramitação. No Brasil, o número de solicitações alcançou a marca de 33.866 solicitações, entre os quais se destacam Venezuela, Cuba, Haiti, Angola e China. A imagem a seguir apresenta um breve panorama com os países com maiores números de solicitações de refúgio⁴ no período em análise.

⁴ Os dados apresentados indicam um breve panorama do refúgio na conjuntura brasileira. As informações completas podem ser consultadas na versão final do relatório Refúgio em Números (3ª Ed.), disponível em: <<<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>>>.

Tabela 3 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2017

País de origem	Total de solicitações
Venezuela	17.865
Cuba	2.373
Haiti	2.362
Angola	2.036
China	1.462

Fonte: Refúgio em Números - 3ª Edição, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>>.

Apesar do aumento no número de solicitações de venezuelanos/as ao Brasil, naquele ano, é importante ressaltar que, de acordo o MJSP, o país não era o maior receptor dessa população. Os dados indicam que, até julho de 2017, haviam cerca de 300.000 venezuelanos na Colômbia, 40.000 em Trinidad e Tobago e 30.000 no Brasil em situação migratória diversa ou irregular.

Segundo as informações, Roraima era a unidade federativa com maior número de solicitações, com cerca de 47% do total, seguida por São Paulo com 28%, Amazonas com 8%, Santa Catarina com 3% e Rio Grande do Sul com 2%. Em 2017, a Síria, República Democrática do Congo, Palestina, Paquistão e Egito foram os cinco países com maior número de nacionais reconhecidos como refugiados no Brasil. Em relação ao perfil dos/as refugiados/as reconhecidos, cerca de 44% tinham entre 30 a 59 anos de idade. Em relação ao sexo dos refugiados/as reconhecidos/as, 71% eram do sexo masculino e 29%, do sexo feminino. A evolução histórica que se tem conhecimento do número de entrada de solicitações de refúgio venezuelanas apresentadas pelo MJSP (2018) podem ser observadas na tabela a seguir.

Tabela 4 - Solicitações de refúgio venezuelanas - 2010 - 2017

Ano de entrada	Tota de solicitações
2010	4
2011	4
2012	1
2013	43
2014	201
2015	822
2016	3.375
2017	17.865

Fonte: Refúgio em Números - 3ª Edição, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>>.

Destarte, considero importante destacar que, em 2017, a Síria se manteve como país com maior índice de reconhecimento da condição de refugiado, com cerca de 53%; seguida pela República Democrática do Congo, com 18%; Palestina com 9%;

Paquistão com 4% e Egito com 3%. Um dos aspectos que se destacou, durante a análise do relatório, foi que, ao considerarmos o período de 2007 a 2017, dos 10.145 refugiados reconhecidos pelo Brasil, apenas 5.134 residiam no território nacional – fortalecendo os debates que apontam o Brasil também como país de trânsito e não apenas como destino final dos/as migrantes - com destaque para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina e Minas Gerais como locais de residência, concentrados, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste. Sobre o perfil dos refugiados/as reconhecidos/as, considerados/as pelas maiores incidências em faixas etárias: 44% tinham de 30 a 59 anos; e 33%, de 18 a 29 anos. Além disso, 71% eram do sexo masculino e 29% eram do sexo feminino.

A quarta edição do Refúgio em Números (2019) indica que, ao final de 2018, cerca de 70,8 milhões de pessoas foram forçadas a sair do seu país de origem em razão de algum conflito. Desse total, aproximadamente 25,9 milhões era pessoas refugiadas - aumento expressivo se comparado ao ano anterior - e outros 3,5 milhões são pessoas solicitantes de refúgio. A Síria (6,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões) e Sudão do Sul (2,3 milhões) eram os países de origem de grande parte dos refugiados - cerca de 67% do total.

Na região das Américas haviam, até junho de 2019, cerca de 4.001.917 venezuelanos/as solicitantes de refúgio e/ou refugiados nos países vizinhos; a Colômbia, por sua vez, era o segundo país com o maior índice de deslocamento interno, com cerca de 7,8 milhões de pessoas. Neste contexto, até dezembro de 2018, o Brasil havia reconhecido 11.231 refugiados/as; em contrapartida, haviam 161.057 solicitações em trâmite. A Síria ainda era o país com maior número de refugiados/as reconhecidos/as, com 51% do total.

Em 2018, o Brasil recebeu um total de 80.057 solicitações de refúgio, entre os quais é possível observar maior destaque para os países da América Latina. A tabela a seguir apresenta, particularmente, os cinco países com os maiores números de solicitações de refúgio no Brasil, segundo o relatório Refúgio em Números (2019).

Tabela 5 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2018

País de origem	Total de solicitações
Venezuela	61.681
Haiti	7.030
Cuba	2.749
China	1.450
Bangladesh	947

Fonte: Refúgio em Números - 4ª Edição, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes>>.

A análise dos dados apresentados nos relatórios do MJSP demonstra que o ano de 2015 foi o marco para o aumento significativo do número de solicitações de refúgio dos/as nacionais da Venezuela. A emigração venezuelana encontra sua base na intensificação da crise socioeconômica e política, a qual colocou o país em um quadro de intensas adversidades e que impôs a emigração como única alternativa de sobrevivência para uma parcela considerável da população. No âmbito nacional, entre os Estados com as maiores taxas de solicitações de refúgio, Roraima liderava com uma taxa de 63%; logo após estava o Amazonas com 13%; São Paulo com 12%; Santa Catarina com 2% e Paraná também com 2%.

Sobre o contexto venezuelano, Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) afirmam que as migrações venezuelanas para o Brasil podem ser definidas a partir de três momentos distintos. O primeiro, entre os anos de 2000 e 2015, seria caracterizado pela migração altamente qualificada direcionada, sobretudo, para a região sudeste do

país. Nesse primeiro momento, cientistas, estudantes, gerentes, médicos, entre outros profissionais qualificados migraram para o Brasil, contemplando uma espécie de manifestação da mobilidade do capital. O segundo, que compreende os anos de 2016 e 2017, era composto, segundo as autoras, por um grupo de migrantes de classe média, mesclado aos grupos sociais empobrecidos da Venezuela e fortemente impactados pela instabilidade política e econômica que assolava o país, e que passaram a adentrar no Brasil por meio da fronteira de Roraima – que passou a apresentar os maiores índices de solicitação de refúgio. Em 2018, por sua vez, é redesenhado uma nova “onda migratória” venezuelana, composta por uma população empobrecida e em situação de vulnerabilidade social que colocava ao Brasil a necessidade de garantir proteção e assistência a essas populações – assim, em 2018, o governo brasileiro instituiu a Operação Acolhida como estratégia para promover o atendimento humanitário aos/as migrantes venezuelanos que chegavam a Roraima.

Ainda segundo Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022), a partir de 2020, uma nova onda migratória venezuelana pode ser observada no contexto da pandemia da Covid-19. Esses novos processos migratórios, apesar de limitados pela crise sanitária, escancaram as dificuldades vividas pelos/as migrantes não apenas durante o deslocamento, mas também após a chegada ao Brasil.

De acordo com as informações da quinta edição do Refúgio em Números (2020), em 2019, o Brasil recebeu um total de 82.552 solicitações de refúgio. Nesse contexto, a Venezuela apresentou um total de 53.713 solicitações; seguida pelo Haiti com 16.610; Cuba com 3.999; China com 1.486; Bangladesh com 738; Angola com 603 e Síria com 429 solicitações – esses são os sete primeiros países com os maiores números de solicitações apresentadas no relatório.

O relatório apresenta que 55,2% dos solicitantes de refúgio eram homens, enquanto as mulheres representavam um total de 44,8%. A distribuição por sexo é característica variável entre os países de nacionalidade dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Entre os/as solicitantes venezuelanos, por exemplo, em 2019, 51,5% dos solicitantes eram homens, na medida em que as mulheres representavam 48,5% do total. Entre os angolanos, é possível observar uma pequena variação: 52,2% de homens e 47,8%, mulheres; os cubanos, por sua vez, eram 57,3% de homens e 42,7%, mulheres. Os índices mais altos de variação são verificados entre os indianos, onde 98,4% dos solicitantes eram homens e 1,6% eram mulheres; entre os bengalis, igualmente, as variações são expressivas, com 96,1%

sendo homens e 3,9%, mulheres; por fim, para os senegaleses, 93,7% eram homens e 3,6%, mulheres.

Naquele ano, as maiores solicitações para reconhecimento de refúgio apreciadas pelo CONARE partiram da região Norte - em 2019, o CONARE apreciou 33.453 solicitações de refúgio. Segundo o relatório, em 2019, 81,74% das solicitações apreciadas foram registradas por Estados dessa região. Roraima se destacou com um total de 56,72%, seguido pelo Amazonas, com 23,38% do total nacional. Os solicitantes dessa região tinham como origem a Venezuela (26.599), Senegal (392), Cuba (130) e Haiti (73). O montante de solicitações apreciadas e deferidas era de 21.304, das quais 20.902 foram de pessoas de origem venezuelana; seguida pela Síria com 255; Cuba com 35; República Democrática do Congo com 31 e Mauritânia com 19, entre outros.

Apesar dos números de solicitações de refúgio efetuadas por venezuelanos/as serem consideravelmente elevadas, uma matéria publicada em 12 de maio de 2020, pelo Jornal da ONU, indica que:

Quase cinco milhões de venezuelanos abandonaram o país devido à turbulência política e crise socioeconômica, criando o maior deslocamento na história recente da América Latina. A grande maioria das pessoas, cerca de 4,2 milhões, permaneceu na região. A Colômbia abriga o maior número, 1,8 milhão, seguida do Peru, 861 mil, Chile, 455 mil, Equador, 366 mil, e Brasil, 253 mil.

É possível observar que, apesar dos números expressivos, o Brasil não era o país que mais recebia migrantes venezuelanos/as em relação à América Latina – embora a Agência, em janeiro de 2020, tenha divulgado que o Brasil lidera o ranking dos países que reconheceu o maior número de refugiados/as venezuelanos/as em toda a região. Talvez seja possível compreender a escolha por outros países como a Colômbia, por exemplo, a partir do pressuposto de que o idioma pode representar uma grande dificuldade para os/as venezuelanos/as que anseiam começar um novo projeto de vida. Desta forma, migrar para um país que tenha o espanhol como língua matriz, talvez seja a possibilidade de diminuir as dificuldades que se apresentam diariamente para os/as migrantes.

A partir das análises das informações apresentadas pela série de relatórios “Refúgio em Números”, é evidente as profundas mudanças ocorridas nos fluxos migratórios que ocorreram entre 2010 e 2019. Entre 2011 e 2015, os haitianos

representavam os maiores solicitantes de refúgio no Brasil. A partir de 2016, no entanto, com o agravamento da crise política, econômica e social que assolou a Venezuela, os/as venezuelanos/as passaram a liderar os índices (SILVA *et al.*, 2020). Apesar da diminuição no número de solicitações, importante destacar, o Haiti, em 2019, apresentou o pico de suas solicitações com um total de 16.610 pessoas. Conclui-se, portanto, que em 2019, haitianos/as e venezuelanos/as, em conjunto, representaram 85,2% do total de solicitações registradas no Brasil (SILVA *et al.*, 2020).

Em relação ao sexo, conforme o relatório, entre 2011 e 2019, os homens representaram cerca de 62,0% do total de solicitantes, enquanto as mulheres eram 37,5% do total. Entre os angolanos, no intervalo temporal citado, verifica-se a menor variação com relação ao sexo: 54,5% para homens e 44,4% para mulheres. Logo após, estão os solicitantes venezuelanos com 55,1% para homens e 44,9% para mulheres. As maiores taxas de variação por sexo, no entanto, estavam presentes entre os bengalis, com uma proporção de 97,6% para homens e 1,5% para mulheres; entre os senegaleses eram 97,5% para homens e 2,0% mulheres; e, por fim, os indianos com 95,3% eram homens e 3,9% eram mulheres.

A sexta edição do Refúgio em Números (2021) apresenta um total solicitações equivalente a 28.899. Entre os países com o maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, destacam-se: a Venezuela com 17.385 solicitações (60,2%); o Haiti, por sua vez, era o segundo país com maior número de solicitações, com um total de 6.613 (22,9%); a Cuba apresentou 1.347 solicitações (4,7%); a China com 568 (2,0%) e Angola com 359 pedidos (1,2%).

Em relação à distribuição por sexo, os homens representavam 57,3% dos solicitantes, enquanto as mulheres corresponderam a 42,7% do total. Em relação aos/as solicitantes venezuelanos/as, 52,7% eram pessoas do sexo masculino e 47,3% eram pessoas do sexo feminino. Em relação à faixa etária, o relatório demonstra que, entre os solicitantes de refúgio venezuelanos, cerca de 88,1% tinham idade inferior a 15 anos, o que demonstra o grande número de crianças e adolescentes que integram as dinâmicas migratórias forçadas observadas na Venezuela.

De igual modo, das 63.790 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado/a apreciados/as pelo CONARE, em 2020, 46.192 solicitações eram de venezuelanos/as; seguidos pelos haitianos com 8.933; Senegal com 3.437; Cuba com 2.938; e Síria com 515, entre outros países. Em 2020, cerca de 75,5% das solicitações

de refúgio apreciadas pelo CONARE provinham da região norte, com destaque para os/as venezuelanos/as (43.183); Haiti (2.243); Senegal (1.881) e Cuba (714).

Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) já sinalizavam o aumento da participação das mulheres na composição das migrações venezuelanas para o Brasil, discutindo, também, a questão da migração de crianças, adolescentes e idosos, bem como a urgência em pensar estratégias que superem as vulnerabilidades, as quais esses grupos sociais estão expostos em Roraima. Além da questão da participação das mulheres nas migrações venezuelanas, as desigualdades de gênero podem ser observadas, além de outras vias, quando grande parte das oportunidades de interiorização para os demais Estados brasileiros, com vagas de emprego sinalizadas, são direcionadas para homens venezuelanos, com idade entre 20 e 44 anos (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2022).

Os dados apresentados anteriormente expressam as intensas mudanças ocorridas no cenário migratório brasileiro, sobretudo no que se refere à composição migratória, se considerarmos o sexo, a idade e a nacionalidade, as trajetórias, as estratégias adotadas pelo Estado brasileiro, bem como identificam a complexificação das migrações em Roraima. A análise dos relatórios do Refúgio em Números manifesta a dinâmica presente nas migrações e indica a impossibilidade de compreendê-las como processos estanques, ainda mais no contexto das migrações forçadas, quando a migração surge como última e urgente possibilidade de sobrevivência. Os discursos que promovem a crença de que as migrações venezuelanas brevemente cessarão contribuem para mistificar e obscurecer o entendimento da complexidade da realidade vivenciada por milhões de venezuelanos e venezuelanas que, forçosamente, deixaram seu país.

As questões postas para aqueles/as que chegam ao Brasil como, por exemplo, o desemprego, a violência, a dificuldade no acesso às políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, denunciam a urgência em construir políticas públicas que garantam dignidade àqueles/as que “escolheram” o Brasil como possibilidade de reconstrução de suas vidas. Isso porque, na compreensão aqui desenvolvida, não basta apenas documentar e garantir ao/a migrante status “regular” em território nacional. É necessário pensar e construir ferramentas para garantir a manutenção da vida com qualidade e dignidade.

2.4. FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

O conjunto de estudos e dados levantados sobre as migrações internacionais demonstram que a mobilidade está, intimamente, ligada às questões que envolvem as transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e tecnológicas, associadas às tensões entre os centros de poder que se verificam mundo globalizado. Em um momento onde a realidade social se apresenta, ao que parece, “volátil” e que se assiste à intensificação do processo de mundialização do capital – com cíclicos processos de crescimento e retração – discutir sobre os processos migratórios na contemporaneidade, enfatizando, sobretudo, a compreensão da participação das mulheres na construção das redes migratórias, emerge como necessidade ímpar.

O desenvolvimento promovido pela globalização proporciona acesso a informações de todos os tipos, sobre qualquer parte do mundo. A facilidade no acesso aos meios de comunicação e o desenvolvimento dos transportes, parecem ter reduzido as distâncias entre um ponto e outro do globo. Na mesma medida, produz em cada sujeito a sensação de incertezas, instabilidades e liquidez.

De acordo com Bauman (2001), esses são elementos importantes quando se quer compreender os fundamentos da sociedade contemporânea. Liquidez e fluidez são categorias que, segundo o autor, expressam as características essenciais da modernidade: mudar constantemente e quantas vezes forem necessários, porque o capital se fundamenta no caráter da maleabilidade. Maleabilidade não apenas de recursos, mercadorias, matéria-prima, mas de pessoas, relações e laços. Esse é o pano de fundo para análise das migrações femininas.

Inicialmente, cabe ressaltar que a participação das mulheres nos processos migratórios, sobretudo, como agentes formadoras e articuladoras de redes migratórias, não é uma realidade particular da contemporaneidade. Contudo, apenas recentemente se tornou alvo de pesquisas e discussões – impulsionado, sobretudo, pelos avanços nos estudos sobre gênero – na perspectiva de considerar as mulheres como agentes sociais autônomos, capazes de construir redes sociais, além de atuarem como pioneiras de empreendimentos migratórios autênticos, na busca por melhores condições de vida, elementos que se distanciam das análises que compreendem as mulheres apenas como acompanhantes de seus maridos, pais, tios e/ou irmãos nas migrações (ASSIS, 2007).

Os estudos desenvolvidos sobre as migrações internacionais demonstram que, em todas as esferas de análises, a participação das mulheres é fato concreto e,

por essas e outras razões, já não podem ser invisibilizadas. Se grande parte da população deslocada no mundo é mulher, então, não é suficiente pensar as migrações como um processo prioritariamente masculino. Nas sociedades, de modo geral, homens e mulheres vivenciam o mercado de trabalho, a vida política, as atividades domésticas, e muitas outras esferas da vida cotidiana, de formas distintas. São relações estabelecidas, e podem ser compreendidas, a partir do entrecruzamento de desigualdades impostas pelo gênero, pela classe e etnia, por exemplo.

No caso das migrações, essas desigualdades são intensificadas, dado que se trata de duas questões elementares: ser mulher, e enfrentar todas as dificuldades que estruturam a realidade diária; e migrante, vivendo sob o status de estrangeiro e do não-nacional. Com base nesse contexto, cumpre refletir: a feminização das migrações implica em um aumento quantitativo da participação de mulheres nas migrações internacionais ou se trata de uma perspectiva analítica que busca compreender as migrações a partir das experiências e do protagonismo feminino?

Para Oliveira (2017, p. 2), o conceito de feminização implica a reflexão de três perspectivas nucleares, onde, qualitativamente: “a *feminização* da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias”. Conceitualmente, todavia, a feminização “refere-se à desigualdade de direitos sociais entre homens e mulheres” (OLIVEIRA, 2017, p. 2-3). Por fim, a autora indica que como “conceito analítico, a *feminização* também é utilizada nas relações de trabalho, para justificar o trabalho precário” (OLIVEIRA, 2017, p. 3), utilizada, portanto, como instrumento justificador para a precarização do trabalho feminino.

Yannoulas (2011), ao analisar a construção histórica das relações de gênero relativas ao mundo do trabalho, compreende a feminização a partir de dois significados distintos: um quantitativo (feminilização) e outro qualitativo (feminização propriamente dita). Assim, para Yannoulas (2011), o primeiro considera o aumento quantitativo da participação feminina em um determinado campo de trabalho; o segundo trata do conjunto de significados e imagens socialmente construídas sobre o feminino, o qual se relaciona diretamente com a cultura de cada grupo social e determinado período histórico.

Para Miranda (2009), o processo de feminização da migração resulta não apenas no aumento quantitativo da participação feminina nas migrações recentes, mas também no reconhecimento das trajetórias e experiências das mulheres migrantes. Conforme Miranda (2009), as mulheres foram invisibilizadas nos estudos

sobre as migrações históricas porque, comumente, o migrante era compreendido na figura do homem, provedor do lar, trabalhador e responsável pelo sustento da família.

No que se refere às desigualdades observadas no mercado de trabalho entre homens e mulheres, Yannoulas (2011) explica que a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal pode ser compreendida a partir da divisão sexual do trabalho. De acordo com Yannoulas (2011), a divisão sexual do trabalho está organizada de forma hierárquica e antagônica a partir das desigualdades percebidas entre os sexos. Enquanto o trabalho dos homens é considerado produtivo, público, socialmente necessário e indispensável para a manutenção da ordem social, o trabalho das mulheres, no entanto, é compreendido como trabalho reprodutivo, não trabalho, não remunerado, limitado ao espaço privado.

As discussões em torno da feminização da migração se intensificaram a partir de 1980, e um dos estudos considerado referência neste campo foi produzido por Mirjana Morokvasic, publicado em 1984. A partir de então, as reflexões voltaram-se para conhecer, mesmo que de forma tímida, as migrações a partir da perspectiva feminina (MIRANDA, 2009). Alguns outros elementos podem ter contribuído para a intensificação das reflexões sobre a temática como, por exemplo, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, a verificação das mulheres como chefes de família e provedoras em seus lares – o que rompe com os paradigmas sociais onde aos homens era delegada a figura eterna de provedor e às mulheres eram delegados papéis de agentes passivas e dependentes em sentido absoluto – bem como o próprio aumento quantitativo de mulheres enquanto integrantes nos processos migratórios.

Com base nas discussões desenvolvidas sobre a dinamicidade das migrações, compreende-se que os pressupostos que indicam que a migração feminina é motivada exclusivamente com base na reunião familiar não conseguem abarcar a multiplicidade desses processos. Sobre esses aspectos, Assis e Siqueira (2009, p. 44) explicam: “No passado e no presente, embora as mulheres, em sua maioria, migrem em grupos familiares, elas também migram sozinhas, em busca de autonomia, para fugir de poucas oportunidades ou de discriminações nos locais de origem”.

Com relação à participação das mulheres nas migrações, Neto e Nazareth (2009, p.1) postulam o seguinte:

A força e representatividade com que as mulheres vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado faz com que muitos especialistas venham falando de *feminização dos fluxos migratórios* ou dos *deslocamentos populacionais* (Bilac, 1995; Lisboa, 2007), tornando necessária uma reflexão mais profunda sobre as especificidades da migração feminina, abordando fatores de vulnerabilidade e desigualdade, quanto a abertura de possibilidades e transformações na estrutura social, familiar e do trabalho.

Apreende-se, portanto, que pensar sobre a forma como as mulheres vivenciam as migrações é um exercício que não busca apenas a ratificação numérica do quantitativo de mulheres que integram as migrações internacionais ou mesmo aquelas que se expressam na América do Sul – mais especificamente no Brasil. É a busca por conhecer sobre o que as mulheres pensam sobre a migração, sobre suas histórias e vivências, sobre as vulnerabilidades e possibilidades de transformação social, política, econômica e cultural. É reconhecer as mulheres como sujeitos de direitos, agentes históricos e, portanto, protagonistas de suas histórias.

O estudo produzido por Assis e Siqueira (2009), o qual apresenta o estabelecimento dos projetos migratórios brasileiros desenvolvidos nas cidades de Governador Valadares (Minas Gerais) e Criciúma (Santa Catarina) para os Estados Unidos, evidencia, em primeiro plano, que as migrações do início do século XXI apresentavam uma característica singular: um contingente significativo de mulheres e homens, de diversas classes sociais e econômicas, com culturas e origens diversas, postos em movimento no mundo globalizado e que partiram para os países europeus ou para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. São mulheres que, segundo Assis e Siqueira (2009), no contexto do capitalismo globalizado, na sociedade de destino, são inseridas em um mercado de trabalho sexualmente organizado, exercendo atividades mal remuneradas, com escassas possibilidades de ascensão organizacional, social e econômica.

No estudo sobre a inserção de mulheres nas migrações internacionais, Assis e Siqueira (2009) elaboraram um perfil migratório e resgataram elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno que se expressou em Criciúma (Santa Catarina) e Governador Valadares (Minas Gerais) - que considero de grande valor para a compreensão dos processos chamados de “feminização da migração”. Conforme Assis e Siqueira (2009), as primeiras levas de migrantes valadarenses para os Estados Unidos – no início dos anos 1960 – eram compostas por homens jovens, de classe média e com segundo grau completo, motivados pelo sonho de conhecer

um país repleto de oportunidades e não necessariamente por razões econômicas. Ao final da mesma década, as primeiras mulheres migrantes eram jovens, com baixa escolaridade, com idade entre 22 e 30 anos, e que buscavam no exterior a possibilidade de transformar suas vidas.

Neste cenário analítico, Assis e Siqueira (2009) destacam que as trocas de informações, cartas e fotografias atuaram como estímulo e ponte para que novos/as agentes planejassem a empreitada migratória; verifica-se, então, os primeiros sinais da construção de redes sociais para a manutenção das migrações. De modo geral, a busca por “autonomia” e uma “vida melhor” são os elementos que representam as expectativas criadas pelas migrantes valadarenses por meio da migração.

O registro das primeiras migrantes criciumenses, ocorrido também na década de 1960, demonstra que, diferentemente das migrantes valadarenses que, em alguns casos, migravam sozinhas e em busca de autonomia econômica, as migrações eram motivadas pela reunião familiar. Isso não significa que estes sejam os padrões migratórios das regiões, mas expressa as diferenciações existentes nas migrações de mulheres.

Se se pensa na migração como estratégia para conquistar autonomia, liberdade e independência, emerge, então, a verificação de que esses elementos não se faziam presentes – ou eram escassos - na sociedade de origem. Desta forma, afirmar que as migrações são motivadas, exclusivamente, por fins econômicos ou por reunificação familiar parece reduzir a dimensão que esses processos podem apresentar. Para muitas mulheres, a migração indica a porta de entrada para uma nova vida. Vida pautada em reconhecimento social, político e econômico; em mudança, respeito e dignidade, mesmo que os estudos demonstrem a difícil realidade vivida por mulheres brasileiras migrantes nos Estados Unidos, a conquista mínima dos elementos apresentados representa, ainda assim, uma vida melhor.

Segundo Oliveira (2017), para muitas mulheres, a migração representa um ato de coragem para romper com estruturas de violências vividas que, em diversos casos, são perpetrados no ambiente doméstico. Trata-se, portanto, da adoção de responsabilidades que, ao final, trarão maior autonomia e proporcionarão – esse é o anseio – o protagonismo de suas histórias, fugindo da dependência dos maridos, irmãos, tios ou qualquer outra figura que represente a figura do masculino e que subordine mulheres.

Se as mulheres migram, em alguns casos, em busca de oportunidades de trabalho diferente daquelas ofertadas nos locais de origem que, conforme apontado por diversos estudos, em sua maioria, são voltadas para a execução de atividades no âmbito do trabalho doméstico, nos cuidados com crianças e idosos; ou se observam na migração a esperança de libertação das algemas do seu opressor; ou se migram para conquistar maiores possibilidades de ascensão social ou para garantir o sustento dos/as filhos/as ou de suas famílias que permaneceram na região de origem, quais as chances de que as migrações ocorram sem que se constituam como expressão de um tipo específico de desigualdade social?

Essas questões me acompanharam durante toda a elaboração deste estudo, sobretudo quando encontramos pesquisas que demonstram as múltiplas realidades vividas por mulheres – inclusive de mulheres que, em um contexto de intensas desigualdades sociais, não decidem pela migração, sem esquecermos que os papéis de gênero são distintos em cada país e que influenciam a participação (ou não) das mulheres nas migrações. Eis, portanto, a importância em refletir sobre a feminização da migração a partir das percepções desenvolvidas pelas mulheres migrantes.

Quanto à análise sobre a inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho nas sociedades receptoras, Assis e Siqueira (2009) realizam importantes contribuições quando apresentam que as migrantes valadarenses, em sua maioria, eram inseridas em trabalhos voltados para o cuidado doméstico – como empregadas ou faxineiras – ou como cuidadoras de crianças. Essa característica é apontada por Rodrigues e Vasconcelos (2012), onde, segundo as autoras, a inserção em atividades atreladas aos cuidados domésticos é traço marcante da migração feminina.

Quando Yannoulas (2011) se dedicou a analisar a forma como o magistério foi estabelecido como campo de atuação profissional tipicamente feminino, a autora esclareceu a relação entre os atributos/funções socialmente estabelecidas às mulheres e as possibilidades – previamente definidas – de trabalho as quais teriam acesso. Assim, segundo Yannoulas (2011), as atividades laborais que remetessem aos cuidados e à assistência foram separadas para as mulheres, fato que contribuiu para a reprodução da hierarquia e desigualdade entre os gêneros. Assim, as atividades desenvolvidas pelas mulheres no mercado de trabalho funcionam como uma extensão do trabalho executado no âmbito doméstico, privado (LIRA; LAGO; LIRA, 2019).

No campo das migrações internacionais, esses processos podem ser compreendidos como expressões do processo de “mundialização dos cuidados” ou como “cadeias globais de assistência” (MIRANDA, 2009; LISBOA, 2007), e apresentam a forma como as mulheres têm sido inseridas no mercado de trabalho, associado aos processos de feminização da pobreza. Sobre isso, informações divulgadas pela ONU, em setembro de 2020, indicavam que a pandemia colocaria mais de 47 milhões de mulheres e meninas abaixo da linha da pobreza, o que demonstra que as mulheres, considerando a população mundial, serão afetadas de forma desproporcional em relação aos homens. As projeções indicavam que, em 2021, para cada 100 homens, com idade entre 25 e 34 anos de idade, em situação de extrema pobreza, haverá 118 mulheres. Para 2030, as estimativas indicavam a existência de 121 mulheres para cada 100 homens (ONU NEWS, 2020), e a ampliação do capitalismo contribuindo para a intensificação da vulnerabilização de mulheres.

Marinucci (2018) esclarece que há, nas sociedades desenvolvidas, uma ampliação da busca por mulheres trabalhadoras migrantes para a inserção no mercado de trabalho voltado para os cuidados. Esses contextos podem representar para as trabalhadoras migrantes um campo de dificuldades, entre os quais destacam-se: intensas jornadas diárias, baixos salários, exploração, violência sexual, entre outros (MIRANDA, 2009). Quando as migrantes estão indocumentadas a situação é ainda mais grave, pois as trabalhadoras são impelidas a aceitar as mais diversas formas de exploração da sua força de trabalho, executando trabalhos sem garantias de direitos e que, por conseguinte, limitam o acesso aos serviços públicos disponíveis nas sociedades receptoras, marginalizando as trabalhadoras migrantes, uma vez que, o trabalho doméstico é considerado socialmente uma atividade de baixo prestígio, contribuindo, desta forma, para a discriminação étnico-social (FARIA, 2014).

No universo da “mundialização dos cuidados” e da reprodução das relações desiguais entre os gêneros, Marinucci (2018) explica que:

a emancipação da mulher nativa não se dá por uma mudança das estruturas de gênero no âmbito familiar, com uma consequente renegociação da divisão do trabalho junto ao varão, ou pela reivindicação de políticas públicas que valorizem o trabalho doméstico. A solução paliativa está em descarregar nas mulheres migrantes as responsabilidades domésticas, negando-lhes, com frequência, o direito de cuidar de seus próprios filhos (MARINUCCI, 2018, p. 8).

Quando esse cenário se estrutura, segundo Marinucci (2018), a emancipação das mulheres dos países desenvolvidos implica a subordinação e exploração da força de trabalho das mulheres que migram do Sul globalizado. Com base nos elementos dispostos, eleva-se a importância em refletir sobre os modos como as estruturas de poder, desigualdade, exploração, invisibilidade e subordinação das mulheres se perpetuam por meio do espaço e do tempo, sobretudo em contexto migratório.

A mundialização do trabalho das mulheres voltado para atividades com cuidado expressa um dos elementos constituintes da feminização das migrações e é também uma resposta, direta ou indireta, às articulações desenvolvidas pelo e para o capital. Conforme Miranda (2009), a estrutura gerada a partir da mundialização das atividades maternas interliga um conjunto de mulheres conectadas pelo trabalho com cuidado: a primeira cuida dos filhos das migrantes; a segunda cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da migrante e, por fim, a migrante, na sociedade receptora, cuida dos filhos das mulheres que, nas cidades altamente industrializadas, dedicam-se às carreiras profissionais (BERTOLDO, 2018).

No caso das migrações em Roraima, para Gonzalo e Souza (2017), as mulheres venezuelanas são agentes que vivenciam maior risco e vulnerabilidade social dentro e fora do mercado de trabalho. Gonzalo e Souza (2017) esclarecem que as dificuldades de acessos aos bens de consumo básico e aos serviços públicos foram alguns dos motivos que “expulsaram” um grande número de venezuelanos/as para outros países da América Latina. Assim, com base nas necessidades de sobrevivência, um grande número de mulheres, algumas acompanhadas dos maridos e filhos e outras que migraram sozinhas, buscam, no Brasil, as possibilidades de conseguir uma vida melhor para aqueles que permaneceram na Venezuela.

No entanto, ao chegar ao Brasil, muitas dessas migrantes, segundo Gonzalo e Souza (2017), não encontram oportunidades no mercado de trabalho formal e, por vezes, são direcionadas para o campo das atividades informais, exercendo atividades como domésticas, faxineiras, babás, recepcionistas e/ou atendentes, garçonetes, tanto em Boa Vista quanto em Pacaraima. Gonzalo e Souza (2017) indicam ainda que, na ausência de oportunidades de trabalho mesmo no mercado informal, muitas mulheres são empurradas para a prostituição e, em alguns casos, podem se tornar vítimas do tráfico internacional de mulheres para a exploração sexual.

Os apontamentos realizados por Gonzalo e Souza (2017) demonstram não apenas a reprodução de um padrão das relações de gênero que persistentemente

direcionam as mulheres para as atividades laborais vinculadas ao cuidado, como também manifestam as violências e os sistemas de exploração aos quais as mulheres migrantes são submetidas. De igual forma, considero importante destacar os processos de discriminação e xenofobia vividos por muitos migrantes venezuelanos e, de forma particular, as mulheres.

Há, seguramente, um conjunto de outras conjunturas que podem ser analisadas com base nas reflexões sobre a inserção das mulheres migrantes na sociedade receptora como, por exemplo, a participação das mulheres nos espaços de representação política, bem como às possibilidades de escolarização e profissionalização. No entanto, esse não é o objetivo definido para este momento – o que não impede que esses aspectos sejam retomados posteriormente.

O conjunto dos estudos e das elaborações teóricas sobre a feminização das migrações representa a tentativa de compreender os processos migratórios contemporâneos e contribuir para que as mulheres sejam reconhecidas, independentes da nacionalidade, como pessoas detentoras de direitos, com lugar político e social definido, apontando para a construção de uma sociedade baseada em relações de gênero simétrica, onde o poder não seja utilizado como ferramenta de exploração, coerção, violência ou subordinação, mas que seja compartilhado e utilizado objetivando o desenvolvimento humano.

3. CAPÍTULO 2: GÊNERO, REDE SOCIAL E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

3.1. GÊNERO E DOMINAÇÃO

A luta pela emancipação feminina alcançou conquistas que, certamente, contribuíram para a melhoria na qualidade de vida de muitas mulheres. Na contemporaneidade, é possível observar a maior participação feminina no mercado de trabalho por meio da ocupação de cargos de chefia e coordenação, nos espaços de representação política e nas instituições de ensino – embora esta não seja a realidade de todas as mulheres (SCHMIDT, 2012).

Em linhas gerais, é comum nos depararmos com discursos e mídias que divulgam a igualdade como base para a estruturação das relações sociais nas sociedades contemporâneas. Contudo, as experiências denunciam que vivemos em uma sociedade extremamente desigual para homens e mulheres. Essas desigualdades podem ser observadas, como bem pontuam Pátaro e Mezzomo (2014), no modo como o mundo do trabalho se apresenta para as mulheres, não apenas na questão das oportunidades de emprego como também no aspecto das remunerações, uma vez que mulheres recebem menos que os homens, mesmo quando exercem as mesmas funções.

Por muito tempo, a história da humanidade foi escrita a partir da perspectiva masculina, enquanto as mulheres permaneciam cativas ao ambiente doméstico, compreendidos como espaço pré-político (PEDRO; GUEDES, 2010), exercendo atividades de cuidados com os/as filhos/as e maridos, proibidas de participarem da vida social, política e econômica, condenadas à invisibilidade histórica. Os corpos de mulheres são, diariamente, “objetificados” e, mesmo nos dias atuais, parecem não existir fora da lógica masculina, isso pode ser observado nos comerciais, nas propagandas de marketing, nas telenovelas, nos cinemas, nas conversações diárias, nos locais de trabalho, entre tantos outros espaços.

Neste sentido, de modo geral, as mulheres são ensinadas, desde a infância, que o propósito de vida e sua existência é relativo ao homem – seja o pai, o marido, o irmão ou um filho. Muitas vezes, esses processos de “aprendizagens” são altamente sutis e parecem até não existir. Beauvoir (2009), corretamente afirmou que as mulheres são construídas a partir dos homens. Talvez, essa seja uma via para compreender a forma como muitas mulheres, que resistem a esses preceitos e

corajosamente escolhem seus trabalhos e/ou estudos, são rotuladas, na sociedade contemporânea, como “incompletas”.

Mulheres que escolhem construir vidas diferentes daquelas que historicamente foram estabelecidas sem considerar seus anseios e sonhos, comumente são interpretadas como “infelizes” e “indesejadas”, porque rompem e desestabilizam a ordem “natural” e “divina” das coisas. Ao que tudo indica, a articulação de elementos sociais, políticos, biológicos, econômicos e culturais específicos é realizada para promover a subversão das mulheres, distanciando – ou mesmo extinguindo - a possibilidade de transformação e construção de uma sociedade baseada na igualdade entre os gêneros.

Compreender as dinâmicas sociais estabelecidas entre os gêneros solicita a análise das estruturas sobre as quais esses processos foram erguidos. Assim, recorreremos à análise desenvolvida por Saffioti (2011) no trabalho “Gênero, patriarcado e violência”, onde a autora explica que as desigualdades entre os gêneros podem ser compreendidas a partir da análise do patriarcado. Para a autora:

(...) as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

Nos termos de Saffioti (2011), à gênese da liberdade civil surgiu o reconhecimento legal da sujeição das mulheres já que, como exposto anteriormente, a liberdade civil é um direito do homem e, portanto, ancorado em preceitos patriarcais. Nesses moldes, a história da liberdade está imbricada com a gênese da dominação e do contrato social, na perspectiva da autora, que estabeleceu o direito político e sistemático acesso sexual dos homens aos corpos das mulheres. Desta forma, para a autora, o patriarcado pode ser entendido como expressão do poder político exercido pelos homens que presume o estabelecimento de relações hierárquicas como o fundamento das sociedades.

Embora o termo remeta à figura do patriarca, líder da família e que detém poder absoluto dentro da estrutura familiar, o patriarcado adentrou no núcleo da sociedade e se transformou em um modelo de organização social. Como tal, é

estruturado a partir de relações sociais hierárquicas, resultado do pacto social estabelecidos entre os homens e que tem como objetivo garantir as condições adequadas para que os homens continuem exercendo o poder na sociedade, independente da relação espaço-tempo. De outro modo, o patriarcado pode ser compreendido como uma estratégia para reafirmar a “superioridade” masculina, a qual já era preconizada por meio dos discursos que apontavam as diferenças biológicas como fundamentais entre homens e mulheres. Ou seja, as diferenças sexuais se transformaram em diferenças políticas (SAFFIOTI, 2011).

Embora pareça amplamente discutido nos dias atuais e, muitas vezes, esgotado, a origem do patriarcado remonta a 3.100 a.C e sua consolidação ao ano 600 a.C., o que mostra que a temática é nova em relação a origem dos grupos humanos (SAFFIOTI, 2011). A instauração do patriarcado não ocorreu sem resistência por parte das mulheres mesmo nas sociedades de caça e coleta. Naquele período, a caça era atividade exercida pelos homens, enquanto a coleta era realizada pelas mulheres. Como as atividades de caça não eram realizadas constantemente, segundo Saffioti (2011), os homens tinham tempo excedente para criar símbolos e valores para impor seu poder sobre as mulheres.

Apreende-se, desta forma, que o patriarcado é uma estrutura baseada tanto em ideologia quanto na violência – que pode ser compreendido como sua base material. Por sua própria forma, o patriarcado se perpetuou entre as gerações, agindo quase que automaticamente, por meio das culturas, alimentado, inclusive, por mulheres (SAFFIOTI, 2011). Pátaro e Mezzomo (2014) explicam que o compartilhamento dos valores patriarcais por mulheres acontece, muitas vezes, de forma inconsciente, uma vez que tais preceitos estão naturalizados no subconsciente dos agentes sociais.

Além desses aspectos, Pátaro e Mezzomo (2014) apontam que a forma como os seres humanos, particularmente as mulheres, compreendem o mundo e as pessoas é configurada a partir do modo como são ensinados a enxergá-los, e depende dos modelos e conjuntos de valores e comportamentos oferecidos desde os primeiros anos de vida. Dessa forma, Pátaro e Mezzomo (2014) ainda esclarecem que cada sociedade constrói o modelo de masculino e feminino que devem ser seguidos e transmitidos entre as gerações futuras. Assim sendo, é necessário ter em mente que os papéis e os lugares sociais atribuídos aos homens e às mulheres dependerão do repertório cultural de cada grupo social.

Com base no exposto, é válido ressaltar a importância em refletir sobre o conceito de patriarcado longe das perspectivas que o próprio patriarcado criou sobre suas estruturas, afastando-se, portanto, de compreensões distorcidas e que reproduzam “padrões sociais” discriminatórios. Talvez, este seja um dos maiores obstáculos para as/os pesquisadoras/es que se propõem a estudar sobre gênero.

Tal é o poder exercido pelo patriarcado que Saffioti (2001, p.115) afirma o seguinte:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social **homens** exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

Portanto, a dominação-exploração pode ser compreendida como a dupla face de um mesmo fenômeno: a sujeição. Mulheres são dominadas por homens, ao passo que são exploradas tanto nas atividades domésticas quanto nas atividades sexuais. As mulheres, com base em Saffioti (2011, p. 105), eram vistas como “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”.

Partindo dos elementos apresentados, compreende-se, que como fenômeno histórico, político, econômico e social, as desigualdades de gênero se apresentaram como uma forma específica de opressão presente nas diversas sociedades. Os movimentos em prol da conquista e defesa dos direitos das mulheres, mesmo que pareçam recentes, iniciaram nos anos finais do século XVIII – período da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa representou um período de efervescência das reivindicações sociais, na medida em que abalou fundamentalmente as estruturas políticas e sociais da França. Como resultado, acabou com o absolutismo e implantou as primeiras formas de governos constitucionais; extinguiu as bases feudais que estruturavam a vida em sociedade; inspirou movimentos revolucionários em outros países dentro e fora da Europa. No entanto, essas transformações não impactaram significativamente a vida das mulheres (SCHMIDT, 2012).

Afirma Domingues (2010) que a Revolução Francesa foi um processo de grande valor para a conquista da cidadania moderna. No entanto, esclarece que o

reconhecimento da cidadania – civil, política e social - à população francesa não alcançou as mulheres. Ao longo de sua análise, Domingues (2010) indica que, em meio ao movimento contestatório que lutava contra o “patriarcado político”, reproduziam-se as ideias sobre a incapacidade feminina para participação nos espaços políticos. Assim, Domingues (2010, p. 18) explica:

(...) os homens que lutaram pela conquista de direitos durante a Revolução Francesa acabaram sendo os mesmos que excluíram as mulheres do gozo desses direitos. A igualdade pleiteada esbarrava na diferença do sexo. Se esses homens queriam acabar com o patriarcado político, eles não queriam o mesmo fim para o patriarcado familiar.

A partir das análises desenvolvidas por Domingues (2010), observa-se que, em linhas gerais, a Revolução Francesa foi um movimento que solicitava a repartição do poder entre os homens, sendo, portanto, “apenas simbolicamente o dever de igualdade” (DOMINGUES, 2010, p. 22), uma vez que não incluiu as mulheres no processo de reconhecimento cidadão.

Neste contexto, conforme Schmidt (2012), os papéis sociais atribuídos às mulheres francesas, no período da Revolução, eram baseados em sua “natureza frágil” e delicada e, por isso, a elas eram reservadas atividades de cuidados gerais, seja com o lar, os filhos ou com os maridos, exercendo funções “agradáveis” e úteis –isto porque o casamento era o destino traçado para todas as mulheres e nenhuma delas poderia queixar-se de não possuir qualquer outra opção. Neste sentido, as meninas eram criadas e educadas a partir de princípios que preconizavam a obediência, a docilidade, o sacrifício pela família – pelo marido – que, naquele período, eram consideradas características de uma “mulher virtuosa”. Possuir a função de exercer o cuidado era atividade considerada quase “divina”, um dom superior dado às mulheres para que protegessem e zelassem pelo bem estar dos homens e da sociedade de modo geral.

Assim, Schmidt (2012, p. 8) afirma:

Desde os primeiros anos de vida, as meninas recebiam ensinamento que visavam a assumir o papel ao qual sua natureza reservara. A educação das mulheres tinha como objetivo o casamento ou a vida religiosa. A educação religiosa tinha o objetivo de preparar para a função religiosa ou preparar as meninas para o casamento, cujo destino seria cuidar do marido, responsabilizar-se pela administração da casa e educação dos filhos.

Não havia nenhum outro caminho disponível para as mulheres: ou exerciam “voluntariamente” as atividades concernentes ao casamento ou seguiriam na execução de tarefas voltadas para a vida nas Igrejas. Cabia às mulheres a responsabilidade de se fazerem amadas por seus maridos, honrando-os, consolando-os, na mesma medida em que eram responsáveis por garantir a execução de suas funções “naturais”. A educação recebida por elas tinha o propósito de garantir a boa educação dos filhos, transformando-os em bons cidadãos e preparando-os para a execução das atividades naturalmente reservadas.

Para as mulheres, era proibido o acesso a qualquer forma de conhecimento intelectual que contribuísse para a reflexão e crítica dos ditames postos socialmente. Aquelas que corajosamente se aventuraram nesta empreitada foram rotuladas sob o julgo da desordem e desonra – isso porque cabia às mulheres defender os princípios da boa família e da moralidade, colaborando com a preservação da ordem social.

Elencar o conjunto de elementos que particularizavam a vida das mulheres que viviam na França, no século XVIII, não implica deduzir que elas assistiram passivamente a todo o processo político, econômico e social que sucedia no país. Mesmo que, comumente, os homens sejam citados como revolucionários e defensores da liberdade, muitas mulheres integraram movimentos e reivindicações, acreditando lutar por causas justas, na defesa de si e de suas famílias.

Mesmo excluídas de representação política desde o início dos trabalhos da Assembleia, as mulheres se faziam presentes. Constantemente acompanhando os trabalhos, elas enchiam as galerias onde manifestavam-se aplaudindo, gritando, pressionando os deputados, ou mesmo vaiando quando não concordavam. Na Assembleia, além de fiscalizarem os trabalhos dos deputados, elas eram porta-vozes dos acontecimentos, tendo a missão de informar a população das decisões políticas, até 1793, quando foram impedidas de se fazerem presentes pelos membros da Convenção. Embora impedidas de direitos políticos na assembleia, tentaram ser ouvidas em suas reivindicações através de panfletos, petições ou mesmo através de jornais, na esperança de serem ouvidas, em um universo no qual não havia lugar para elas, ultrapassando assim os limites impostos a sua condição de mulher (SCHMIDT, 2012, p. 13).

Schmidt (2012) apresenta vários outros aspectos que demonstram o movimento de resistência desenvolvido pelas mulheres francesas na busca pela desinvisibilização da vida em sociedade, demonstrando a força que fundamentavam suas organizações por meio da formação de clubes e associações políticas ou mesmo nos levantes, como forma de enfrentamento à crise econômica que assolou a França,

nos anos de 1788 e 1789. Todos os elementos apresentados, na análise desenvolvida por Schmidt (2012), combatem todo o ideário construído sobre a natural e insuperável fragilidade feminina.

Outro aspecto refere-se aos predicados outorgados a cada um dos sexos: aqueles que pertenciam ao sexo masculino eram compreendidos a partir de características como coragem, ousadia, força e espírito altruísta. As pessoas do sexo feminino, no entanto, eram definidas a partir dos seus órgãos sexuais, dotadas pelo excesso de emoção e, por isso, fracas e irracionais (SCHMIDT, 2012).

Recorrer aos aspectos biológicos para justificar a desigualdade entre homens e mulheres parece ser um recurso equivocado e sistematicamente utilizado para fundamentar padrões de relações de gênero que, certamente, não são determinados pela natureza. Se, quando limitadas ao ambiente doméstico, às mulheres foram atribuídas as atividades de cuidado com o lar, trabalho sem remuneração e “improdutivo”, aos homens foram destinadas as atividades que aconteciam nos espaços públicos, por meio da realização de trabalhos “produtivos” e de alto prestígio social.

Embora não tenha promovido efetivamente a conquista de direitos para as mulheres, a Revolução Francesa representou a gênese dos questionamentos sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021) e foi, segundo Domingues (2010), um marco para o fortalecimento e organização do feminismo.

A primeira onda do feminismo, destacam Silva, Carmo, Ramos (2021), tem sua gênese no século XIX, e buscava a igualdade de direitos com os homens, o direito à educação, além de uma relação igualitária no casamento. Domingues (2010) esclarece que a luta pelo sufrágio feminino, na Inglaterra e nos Estados Unidos, é, de certa forma, a gênese do movimento feminista. As mulheres que saíram às ruas, na Inglaterra, para reivindicar o direito ao voto ficaram conhecidas como *suffragettes*. Apesar do confronto direto, o feminismo de primeira onda não alcançou grandes resultados, mas conseguiu maior visibilidade para as demandas apresentadas pelas mulheres.

No mesmo período, nos Estados Unidos, as mulheres, que lutavam pelo direito ao voto, uniram-se aos homens que defendiam a abolição da escravatura (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). A intersecção desses movimentos, segundo Silva, Carmo, Ramos (2021), promoveu a ampliação dos debates dentro do feminismo, já

que a primeira onda do movimento era composta por mulheres brancas e de classe média. Assim, Silva, Carmo, Ramos (2021, p. 107) esclarecem que “se de um lado essas demandas representavam problemas das mulheres da classe média e da elite, por outro lado existiam as mulheres trabalhadoras, proletárias, que tinham outras demandas, como desigualdades salariais, que ocorriam normalmente dentro das indústrias”. Neste cenário, as mulheres negras escravizadas perceberam as desigualdades existentes em relação às mulheres brancas.

Além do direito ao voto, as mulheres da primeira onda do movimento feminista reivindicavam o direito à Educação e acreditavam que era por meio da dela que compreenderiam o contexto de subjugação, discriminação e exploração que viviam. A busca por relação igualitária no casamento tinha como fundamento a verificação de “relações assimétricas” entre homens e mulheres (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021) e porque era no casamento que muitas mulheres eram abusadas sexualmente, “criando uma concepção de casamento como uma forma de prostituição legal, ou de escravidão sexual, pois os homens teriam uma mulher à disposição para servi-los em todos os aspectos, inclusive sexualmente” (SILVA, CARMO, RAMOS, 2021, p. 107).

A segunda onda do feminismo, de acordo com Silva, Carmo, Ramos (2021), compreende os anos de 1960 a 1980. É um período de reflexões sobre as persistentes desigualdades de gênero, pois, no plano jurídico, as mulheres haviam conquistado direitos, porém, na realidade diária, as mulheres permaneciam aprisionadas ao ambiente doméstico e aos ideais difundidos sobre os “dons naturais” femininos. Assim, esse foi um período em que as mulheres passaram a refletir de forma ainda mais intensa sobre o “seu lugar” no mundo, sobre as experiências de mulheres dentro do ambiente doméstico, expondo questões como a violência e a opressão (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Pinto (2010, p.16) esclarece que o feminismo de segunda onda é:

um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Inclusive, é durante a segunda onda do feminismo que surge a pílula anticoncepcional – que surgiu primeiramente nos Estados Unidos e depois na Alemanha (PINTO, 2010) - e as discussões sobre o controle feminino da fecundidade.

No caso brasileiro, Silva, Carmo, Ramos (2021) afirmam que é no contexto de redemocratização que o Estado passou a discutir questões sobre planejamento familiar, promoção da saúde integral da mulher, por meio de políticas públicas voltadas para a violência contra a mulher, enfrentamento ao câncer de mama e colo de útero, direitos reprodutivos, saúde materno-infantil, entre outros aspectos.

Durante a primeira e segunda onda do feminismo, a partir do desenvolvimento teórico e fortalecimento organizacional, as mulheres conquistaram, progressivamente, o reconhecimento de sujeitos, além da ampliação da participação nas instâncias políticas (PINTO, 2010). Destarte, Martins (2015) esclarece que um dos aspectos centrais da terceira onda do feminismo, compreendida a partir dos anos de 1990, são as reflexões acerca da diversidade do feminino, de mulheres. Assim, “Com o reconhecimento da diversidade, há a incorporação de uma variedade de discursos no interior do campo teórico feminista, o que resulta na profunda heterogeneidade do sujeito na contemporaneidade – ou mesmo na sua dissolução” (MARTINS, 2015, p. 236).

Para Silva, Carmo, Ramos (2021, p. 111), a terceira onda feminista emerge a partir das “diversidades femininas, com demandas específicas, trazendo com bastante força do movimento negro, movimento homossexuais, lesbianismo, transexuais, entre outros”. A abertura do campo analítico voltado para a diversificação das mulheres, considerado como campo reflexivo frutífero, torna-se alvo, segundo Martins (2015), de ataques constantes e que anunciavam, inclusive, a “morte do feminismo”. Martins (2015) explica que, em meio a este contexto, a categoria “mulher” continuou sendo utilizada como estratégia de enfrentamento político.

Segundo Martins (2015), o desafio do feminismo contemporâneo reside em reconhecer e fortalecer as identidades localizadas às margens e que não integram necessariamente a categoria “mulheres”. Assim, a globalização e os impactos produzidos no feminismo, impõe a necessidade de pensar quem é o sujeito do feminismo. Neste sentido, o corpo – dinâmico e instável, compreendido como “central na elaboração e emissão de sentidos (MARTINS, 2015, p. 240) – é realocado para o centro de reflexão do feminismo, levantando questões sobre o repertório simbólico e conjunto de valores socialmente construídos sobre os corpos. Desta forma, esclarece Martins (2015, p. 241-242):

Quando, no processo de afirmação do movimento feminista, o gênero se dissociou do sexo para afirmar o caráter cultural do significado atribuído a homens e mulheres nas sociedades, reforçou a desbiologização e a desnaturalização na constituição do sujeito “mulheres”. Questionou, com isso, uma série de atribuições do sexo feminino, como a maternidade e a divisão sexual do trabalho. O sexo, identificado com a natureza e a perenidade, saiu de cena e deu lugar ao gênero como significado de potencialidades, mutabilidade e transformações.

Considero importante destacar que há uma pluralidade de estudos que refletem sobre a origem da categoria “gênero” nas discussões feministas. Entre elas, destaco a análise desenvolvida por Mattos *et al.* (2015), em que, segundo os autores, as construções sociais baseadas nas distinções percebidas entre os sexos determinaram “vantagens” e “obrigações” distintas para o sexo masculino e feminino. Os autores afirmam que é na percepção das distribuições desiguais das responsabilidades na dinâmica social e do fortalecimento da segunda onda do movimento feminista que, nos anos de 1970, o gênero emergiu como uma categoria que denunciava a divisão desigual das atividades, responsabilidades, oportunidades, baseadas nas distinções entre os sexos.

Como dito, o gênero emergiu em contraposição ao determinismo biológico e às permanentes relações de desigualdades de gênero. No Brasil, as discussões sobre “gênero” se ampliaram na década de 1990, a partir da tradução do texto de Joan Scott, intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Dotado de caráter histórico, o gênero pode ser compreendido, então, como um conjunto de valores, códigos, símbolos, comportamentos e representações sociais elaborados sobre corpos sexuados, expressando não apenas as relações entre homens e mulheres, mas as relações sociais de modo geral.

Para Scott (1994, p. 13):

gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

Para Saffioti (2011), gênero corresponde às imagens socialmente construídas sobre homens e mulheres, ao passo em que ressalta uma distinção de grande valor:

gênero não é um conceito substituto ou sinônimo de “mulher”⁵ – o recorte às experiências de mulheres nas migrações internacionais é um recurso metodológico e reflexivo adotado para alcançar os objetivos determinados neste estudo - e não significa, necessariamente, desigualdade ou poder. Para a autora, não existiu uma sociedade sem gênero porque o gênero é construído a partir das relações sociais.

Ao longo do processo reflexivo, observamos que o gênero, compreendido como construções sociais edificadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos, é determinante na distribuição das oportunidades – de participação política, de empregos, de acesso às universidades e aos cursos de pós-graduação, de capacitação profissional – nas sociedades contemporâneas. Além desses aspectos, é o gênero que determina não apenas os “papéis sociais”, mas também os “lugares de gênero” (para as mulheres, esses espaços, muitas vezes, são limitados ao ambiente doméstico e, no mercado de trabalho, às atividades tipicamente “femininas”). Esses lugares, no caso das mulheres, são estrategicamente demarcados para garantir a perpetuação do poder entre os homens e sobre as mulheres, reproduzindo as desigualdades de gênero e exclusão das mulheres da vida política, social e econômica.

Essas desigualdades constituem, em muitos casos, as bases para a migração de mulheres. Seja motivada pela busca por oportunidades de emprego, ascensão social e econômica (ASSIS, 2007; ASSIS; SIQUEIRA, 2009), seja para fugir da violência doméstica (OLIVEIRA, 2017), as mulheres migram e se deslocam em um contexto estruturado a partir do gênero. Verifica-se que, em alguns casos, as desigualdades de gênero não são percebidas pelas mulheres migrantes como a causa das migrações – tanto no contexto nacional quanto internacional.

No caso das interlocutoras desse estudo, nenhuma delas indicou a violência doméstica ou as desigualdades de gênero como a causa das migrações para Roraima – nas entrevistas, de modo geral, a busca pela sobrevivência foi apresentada como questão determinante para a saída da Venezuela. No entanto, em um dos relatos, quando questionada sobre as experiências de trabalho na Venezuela, Lia afirmou que

⁵ A partir das discussões desenvolvidas, torna-se indispensável destacar que o gênero não é uma categoria que atua como sinônimo de “mulher”. Gênero fundamenta as discussões que refletem sobre o conjunto de valores, normas, comportamentos, características e condutas estabelecidas socialmente, observadas a partir da diferença sexual, utilizadas para controlar os corpos e as sexualidades a partir de normativas heterossexuais, articulados para naturalizar as desigualdades entre os gêneros (COLLING; TEDESCHI, 2019).

o cuidado com a casa e com os filhos – manifesto também na preocupação com a segurança das crianças - foram os motivos para que a interlocutora não buscasse outra oportunidade de trabalho no mercado formal. Neste contexto, Lia resolveu trabalhar em casa por meio da venda de pães e tortas – outros aspectos serão discutidos posteriormente.

Em outra oportunidade, ao ser questionada sobre a existência do machismo e da violência contra a mulher na Venezuela, a participante Sara afirmou que não havia machismo no país e que eram as mulheres que “batiam nos homens”. Sara, ao responder a mesma questão, no entanto, afirmou que a violência doméstica contra a mulher existe, mas que também havia a violência de mulheres contra os homens. Certamente, esses aspectos podem revelar informações importantes sobre a realidade vivida pelas mulheres na Venezuela, mas necessitam da realização de outras pesquisas e de um “mergulho” mais profundo nas estruturas das relações sociais e de poder no país. No entanto, para este momento, observei que nem sempre as dificuldades que estruturam a realidade diária e que se fundamentam no gênero são de fácil percepção pelas mulheres.

No decorrer das pesquisas em campo, observei que a migração representa, nas experiências de vida das mulheres, a possibilidade de renegociação dos papéis de gênero. Esses processos foram observados a partir do protagonismo das mulheres na articulação de redes sociais e criação de redes migratórias. No caso de Maria, por exemplo, a estruturação do projeto migratório, o mapeamento das alternativas disponíveis em relação aos locais de destino, a decisão migratória propriamente dita, bem como o sustento dos familiares que permaneceram na Venezuela, demonstram o reposicionamento de Maria como figura central não apenas no contexto familiar, mas também nas redes migratórias estabelecidas com familiares e amigos.

Esses elementos, contudo, não anulam as dificuldades enfrentadas pelas interlocutoras dessa pesquisa e que, com base no referencial teórico adotado, demonstram estreita relação com o gênero. Essas dificuldades foram percebidas na medida em que as interlocutoras manifestaram insatisfação com as “oportunidades” de trabalho encontradas em Boa Vista, voltadas, quase que exclusivamente, para a realização de atividades domésticas e em salões de beleza. Além disso, observou-se que a exploração da força de trabalho dessas trabalhadoras que, por questão de sobrevivência familiar, submetem-se a extensas horas de trabalho e baixa remuneração, é realidade latente na migração de mulheres.

As análises do referencial demonstram a multiplicidade de fatores que estruturam as realidades vividas pelas mulheres na sociedade contemporânea. É certo que, em uma análise preliminar, os direitos conquistados podem se apresentar como uma realidade pronta e acabada em si mesma, demonstrando o tão pretendido fim das desigualdades de gênero. No entanto, quando nos propomos a conhecer a realidade vivida pelas mulheres migrantes – tanto no contexto pré-migratório quanto na realidade vivida na sociedade de destino – observamos a perpetuação de realidades que não apenas marginalizam, mas que também vulnerabilizam as mulheres. Na observação das dinâmicas complexas vivenciadas pelas mulheres migrantes venezuelanas em Roraima, observei que o sofrimento e angústia, o medo que suas famílias não tenham condições de sobrevivência, tanto no Brasil quanto na Venezuela, impede, em alguns casos, que compreendam os processos de violência e discriminação que entrecruzam suas vidas em Boa Vista – e, no caso das mulheres venezuelanas, são situações que revelam as dificuldades que perpassam a questão do gênero e que são ampliadas pelo fato de serem migrantes e “indesejadas”.

Apesar dos avanços conquistados, os dados e as análises demonstram a centralidade em refletir e atentar para as novas expressões das desigualdades de gênero, sobretudo sobre a forma como esses processos se manifestam nas migrações. Para tanto, os estudos sobre o patriarcado e o gênero emergem como centrais, uma vez que o primeiro compreende uma forma de organização social baseada na dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, e o segundo representa as imagens construídas socialmente sobre os corpos sexuados e que servem como base para a perpetuação, naturalização e justificativa para a manutenção do patriarcado. Refletir sobre gênero significa, na perspectiva aqui adotada, reconhecer que homens e mulheres são diferentes, na mesma medida em que são iguais. Assim, já não é suficiente dizer que as desigualdades de gênero podem ser justificadas pelas diferenças físicas e sexuais.

Além disso, compreendo que considerar a categoria gênero nas realidades migratórias é um “caminho analítico” capaz de demonstrar se efetivamente é chegado o fim das desigualdades de gênero. Ou seja, é este exercício analítico, assim acredito, que demonstrará quais as realidades vividas pelas mulheres migrantes na sociedade de origem e na sociedade receptora, valorizando, sobretudo, a forma como as mulheres percebem e compreendem as experiências diárias, observando se a garantia dos direitos das mulheres verdadeiramente ultrapassa fronteiras ou se se dilui

durante o deslocamento. Por fim, acredito que não basta reconhecer que, atualmente, há um número maior de mulheres inseridas no mercado de trabalho ou nos espaços de representação política. É necessário conhecer as formas como essa inserção tem sido gestada, quais as reais oportunidades estão disponíveis e como as mulheres compreendem essas realidades.

No caso das mulheres migrantes, percebi que também não é suficiente verificar se há oportunidade de emprego em Roraima ou se as mulheres estão “formalmente” empregadas. É necessário pensar em quais trabalhos são ofertados – se há uma verdadeira possibilidade de ascensão social ou se são reservadas para as mulheres migrantes aqueles trabalhos que são rejeitados até mesmo pelas brasileiras; sobre as formas como esses trabalhos estão sendo realizados; se há, em Roraima, uma fiscalização e um acompanhamento eficaz no combate à exploração do trabalho feminino; se existem medidas efetivas que proporcionem às mulheres um lugar seguro onde possam deixar seus filhos durante o período de trabalho – uma vez que este foi um dos elementos apontados pelas interlocutoras que impossibilitam a entrada no mercado de trabalho e a consequente acentuação das dificuldades em morar no Brasil; se há enfrentamento às violências vividas pelas mulheres dentro e fora dos abrigos; quais os “estigmas” foram construídos e socialmente compartilhados sobre as mulheres migrantes venezuelanas e como podemos combatê-los, entre outros elementos.

É preciso considerar que há um conjunto amplo de dificuldades vividas pelas mulheres venezuelanas, em Roraima, com íntima ligação não apenas com as desigualdades de gênero que se manifestam de forma mais acentuada no acesso ao mercado de trabalho, mas também com as diversas vulnerabilidades vividas pelo feminino migrante – situações que perpassam a xenofobia, a importunação sexual, o tráfico de mulheres para a exploração sexual, violência doméstica e sexual, entre tantos outros elementos. Neste contexto, as redes sociais surgem como canais de proteção e contato, nas quais as mulheres buscam por informações, oportunidades, apoio e fortalecimento.

Certamente, as questões levantadas neste tópico demonstram uma pequena parcela da realidade vivida pelas mulheres migrantes em Roraima e, talvez, não expressem a complexidade dessa realidade e das diversas angústias e incertezas que constituem o “ser mulher migrante” em Roraima. No entanto, esta é uma tentativa de aproximação com essas realidades e de ampliação dos debates para que seja

possível pensar em políticas públicas efetivas para promoção do trabalho digno, do combate à violência e xenofobia contra as mulheres, que sejam capazes de garantir vida com dignidade em sentido amplo. Além disso, busco compartilhar as experiências vividas durante a pesquisa para que muitas outras pessoas conheçam a realidade vivida em Roraima pelas populações migrantes, sobretudo pelas mulheres.

3.2. INTERLOCUÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, CLASSE SOCIAL E MIGRAÇÕES FEMININAS

As discussões desenvolvidas até o momento apresentaram, em linhas gerais, os aspectos elementares das desigualdades de gênero que impactam, diariamente, a vida de muitas mulheres na sociedade contemporânea. No entanto, considerando a multiplicidade de sujeitos que compõem a categoria “mulheres” e a pluralidade de suas vivências, as análises desenvolvidas, neste tópico, partirão da articulação do gênero com as categorias raça/etnia e classe social.

Este exercício analítico é necessário, assim acredito, porque é imperioso compreender de forma integrada e não hierarquizada as diversas formas de opressão presentes nas sociedades, indicando que as mulheres vivenciam as desigualdades sociais de formas distintas (ROMANO; PIZZINATO, 2019). Assim, ao longo deste percurso analítico, desenvolveremos discussões sobre a forma como a raça/etnia e a classe social, quando articuladas ao gênero, podem determinar a vida das mulheres, sobretudo no contexto migratório – desde a elaboração do projeto migratório na sociedade de origem até a chegada a Roraima. Desse modo, partiremos, como forma de aproximação à temática, da apresentação do panorama geral da violência de gênero, oportunidades de trabalho e estudo, remunerações, além de outros aspectos da vida das mulheres brasileiras apresentados em estudos desenvolvidos pelo IBGE, IPEA e outras bases de dados.

Além disso, apresentaremos os dados do estudo desenvolvido pelo Fundo de População da ONU (UNFPA), em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil e da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), na perspectiva de observar os elementos presentes tanto na vida das mulheres venezuelanas em contexto migratório quanto das brasileiras – seja a questão da violência ou as redes de proteção - na tentativa de compreender quais as dificuldades e os contextos de vida, considerando a raça/etnia, classe social e gênero como elementos particularizantes de cada realidade apresentada.

Ao iniciarmos os debates sobre os estudos interseccionais, é preciso ter em mente, primeiramente, que o movimento feminista está longe de ser acabado. Ao contrário, o feminismo pode ser compreendido como um movimento que, pela própria natureza dos debates desenvolvidos, é estruturado por processo de reflexões e (re) construções teóricas e políticas. De acordo com Piscitelli (2008), a década de 1980 foi marcada pela crítica feminista ao conceito de gênero, compreendido como um conceito dotado de fixidez, uma vez que considerava a existência de apenas dois gêneros e, conseqüentemente, dois sexos. Além disso, Piscitelli (2008) esclarece que o gênero, enquanto, categoria de análise – embebido pela visão ocidental das relações de gênero, reduzia a pluralidade de mulheres a uma base comum. Esse processo reflexivo em relação à categoria gênero foi acompanhado, segundo Piscitelli (2008), pelas reivindicações de mulheres negras e lésbicas que compunham o movimento feminista.

Esta é a base para a gênese de questionamentos sobre formas de hierarquização existentes, inclusive, entre as mulheres. Assim sendo, se as desigualdades sociais são estruturadas a partir do entrecruzamento de fatores como, por exemplo, idade, raça/etnia, nacionalidade, classe social e gênero, então, para compreender as formas como as mulheres vivenciam essas experiências cotidianamente, sobretudo em contexto migratório, é necessário analisar esses elementos de forma interdependente – não hierárquico - como partes de um todo dinâmico (PISCITELLI, 2008).

Biroli e Miguel (2015), por sua vez, afirmam que os questionamentos sobre os fundamentos das desigualdades sociais, as críticas desenvolvidas ao movimento feminista marxista - que privilegiava a relação gênero-classe, bem como o fortalecimento do feminismo negro -, fundamentaram o pontapé para o desenvolvimento de reflexões que sinalizavam a existência de outras formas de dominação e de elementos que determinariam a forma como o sujeito participaria da vida em sociedade.

Se o feminismo marxista dos anos de 1970 afirmava que as críticas ao capitalismo não poderiam “apagar as especificidades da posição de mulheres e homens na sociedade capitalista”, ao passo em que “expõem a inclusão desigual das mulheres nas relações de trabalho no capitalismo, jogando luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 31), o feminismo negro anunciava “críticas

às exclusões produzidas pela afirmação de um sujeito coletivo de luta aparentemente indiferenciado -‘nós, mulheres’ (...)’ (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 36), na medida em que valorizavam as vivências e trajetórias das mulheres negras, sobretudo no que se referia às dificuldades de acesso à Educação e ao trabalho digno.

Desta forma, a partir da verificação de vivências distintas entre mulheres negras e brancas, Biroli e Miguel (2015, p. 40) explicam o seguinte:

O feminismo negro não suspende ou reduz o peso do gênero como categoria. Os problemas que uma análise das relações de gênero traz à tona são, no entanto, reposicionados. O sexismo, atualizado cotidianamente na forma de divisão sexual do trabalho e da dupla moral sexual, impacta *as mulheres*, mas as impacta de formas diferentes, em graus variáveis e com efeitos que precisam ser analisados contextualmente.

Esta é, pois, a origem dos estudos interseccionais. As análises voltadas para a compreensão das formas combinadas de dominação e exploração das mulheres ganharam força nos anos 1960, a partir do fortalecimento dos movimentos sociais contestatórios (BIROLI; MIGUEL, 2015). Neste sentido, Biroli e Miguel (2015, p. 30) afirmam:

O movimento contestatório que eclodiu com força naquela década, em diferentes partes do mundo, possuía muitas frentes simultâneas: a juventude, a classe trabalhadora, as mulheres, a população negra, a militância anticolonial. Seria praticamente inevitável que pessoas cuja identidade se definia na relação com mais de um desses grupos questionassem sua própria posição e pusessem em xeque as hierarquias internas a cada um deles. Os debates que se estabeleceram a partir de então nos movimentos permitiram, sobretudo nos anos de 1970 em diante, o salto na reflexão teórica que nos levou à riqueza (e à complexidade) da compreensão atual sobre os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade.

Para Romano e Pizzinato (2019), os estudos interseccionais emergiram com mais força a partir de 1990, com a ampliação do debate sobre gênero no centro das discussões feministas e a verificação de que as mulheres negras e pobres viviam as desigualdades sociais de formas mais acentuadas se comparadas às mulheres brancas e pobres – ou mesmo aquelas de classe média. No contexto dos estudos interseccionais, Romano e Pizzinato (2019) destacam as análises desenvolvidas por Kimberle Crenshaw e Avtar Brah. A primeira, conforme Romano e Pizzinato (2019), dedicou-se a estudar a relação entre a discriminação racial e de gênero, apontando a forma como esses processos impactam a vida das mulheres negras. Avtar Brah, por

sua vez, volta suas análises para as categorias de diferenciação e dos sistemas de discriminação, bem como as suas formas de articulação (ROMANO; PIZZINATO, 2019; PISCITELLI, 2008).

Sobre a importância dos estudos e análises interseccionais, Biroli e Miguel (2015, p. 29-30) postulam o seguinte:

Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres.

No contexto das migrações internacionais, os estudos interseccionais podem contribuir para o esclarecimento sobre como a classe, o gênero e a raça/etnia influenciam as migrações de mulheres, além de atuarem como parâmetro para analisar as realidades vividas nas sociedades de destino. Antes de prosseguirmos no exercício reflexivo, apresentarei neste momento, a título introdutório, algumas definições sobre “raça/etnia”, observando os intensos debates em torno da temática e a importância para as análises que desenvolveremos ao longo deste tópico.

Primeiramente, é necessário compreender que “raça” e “etnia” são categorias distintas, embora seja possível observar que, nas conversações diárias, sejam utilizadas como sinônimos. Munanga (2003) esclarece que “raça” tem sua origem na Zoologia e na Botânica como ferramenta para classificar as plantas e os animais. Segundo Munanga (2003), entre os séculos XVI e XVII, na França, o conceito foi utilizado como parâmetro para classificar os sujeitos fisicamente distintos, atuando nas relações sociais francesas.

Santos *et al.* (2010) esclarecem que o uso do conceito “raça” está, historicamente, associado a atitudes preconceituosas que classificavam os seres humanos conforme algumas características físicas e morais. Assim sendo, conforme Munanga (2003) esclarece que, quando utilizadas para promover a organização das classes sociais, as noções de “raça” naturalizaram as relações de dominação e exploração, promovendo a hierarquização dos grupos humanos, onde características físicas foram associadas a questões morais e psicológicas.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2003, p. 5).

Se do ponto de vista biológico não existem raças humanas, Munanga (2003) afirma que, do ponto de vista político, “raça” passou a ser utilizada como uma ferramenta de denúncia das relações de poder, dominação e exploração existentes nas sociedades, e postula a existência de grupos que, a partir de características físicas, acessam determinados “benefícios” ou “vantagens” na realidade social.

A etnia, por sua vez, pode ser compreendida como “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2003, p. 12). Essas definições são importantes porque, no caso das migrações em Roraima, podem contribuir para compreender as dificuldades que se apresentam diariamente para as mulheres venezuelanas migrantes no que se refere, por exemplo, às discriminações sofridas em decorrência do uso da língua – que, no contexto de Roraima, é utilizado como um dos traços definidores entre brasileiros/as e venezuelanos/as, sobretudo no caso das mulheres indígenas Warao e Eñepa.

A partir das definições iniciais, observa-se que as mulheres são pessoas que precisam se reafirmar desde a infância. São aquelas que diariamente enfrentam impasses para romper com os paradigmas impostos na sociedade. Refletir sobre a forma como esses elementos se articulam e quais efeitos produzem na vida das mulheres em processos migratórios é uma tentativa de contribuir para a superação dessas conjunturas.

Rosa (2007), ao analisar a inserção da mulher negra migrante haitiana na sociedade de Santo Domingo (República Dominicana), apresenta alguns elementos que podem contribuir para compreender a forma como o gênero, a etnia e a classe – e em certo grau a nacionalidade – atuam e influenciam as jornadas migratórias femininas. Rosa (2007) esclarece que as mulheres haitianas enfrentam intensas dificuldades para se estabelecer como sujeito singular em Santo Domingo. Tal fato

decorre de três elementos nucleares: as migrantes haitianas são, em sua maioria, de famílias de baixa renda; são mulheres formadas a partir de “imagens” e valores distintos daqueles sob os quais as mulheres dominicanas foram moldadas; e, por fim, são negras. Os homens haitianos, segundo a autora, usufruíam de uma vida com mais liberdade e, inclusive, estabeleciam relações sociais com os/as nacionais – na mesma medida em que as mulheres, dada as dificuldades, vivenciavam as experiências no limite das relações sociais estabelecidas entre a população haitiana.

O estudo desenvolvido por Rosa (2007) é extremamente rico em contribuições para as discussões desenvolvidas neste momento. O primeiro aspecto que gostaria de destacar do estudo desenvolvido por Rosa (2007) é a questão da classe social. As reais possibilidades de migração das mulheres haitianas são visivelmente menores se comparadas aos homens. As mulheres haitianas são “materialmente vulneráveis”, pobres e compõem a força de trabalho da economia informal haitiana.

As desigualdades de gênero, conforme a autora, continuam a se reproduzir mesmo após a chegada a Santo Domingo e se manifestam no não-acesso feminino à Educação formal, ao mercado de trabalho e do controle da sexualidade das mulheres haitianas.

A tendência à endogamia é nítida, tanto por representarem um feminino negro indesejável aos olhos do masculino dominicano, como pela vigilância dos próprios haitianos imigrantes, que controlam a sexualidade das haitianas, como se fosse da irmã, mãe ou parentes mais próximas (ROSA, 2007, p. 75).

Ainda sobre a vigilância da sexualidade das mulheres haitianas, gostaria de destacar o seguinte trecho da análise desenvolvida por Rosa (2007, p. 79):

De acordo com o ponto de vista dos interlocutores haitianos, a imagem da mulher dominicana como objeto sexual é pertinente no Haiti devido à existência de inúmeras prostitutas em Porto Príncipe e à quase inexistência desta prática entre as haitianas. Nesse sentido, a vulgaridade opera quase como uma segunda natureza do feminino dominicano e permite que os haitianos atravessem esse universo sem qualquer constrangimento. Em contrapartida, o feminino haitiano é pensado como puro, pois é concebido a partir da premissa de que está imune às contaminações advindas da liberdade sexual, já que enquanto protetoras da nação, as haitianas colocariam voluntariamente o sexo em segundo plano.

Outro ponto sobre a construção do feminino haitiano na República Dominicana, destacado na análise de Rosa (2007), deve-se ao fato que as mulheres haitianas sejam vistas como ultrapassadas, uma vez que constroem seus cabelos a

partir das tranças, enquanto as dominicanas têm o alisamento capilar como principal símbolo do gênero feminino. Em relação aos traços étnicos, os ataques aplicados contra o idioma e o sotaque das mulheres haitianas são determinantes para limitar a interação social das mulheres ao próprio grupo haitiano – durante a pesquisa de campo, observei que a língua é um fator decisivo para o sentimento de “pertença” e, por isso, algumas mulheres migrantes venezuelanas acabam “preferindo” diálogo com outras mulheres venezuelanas.

O valoroso estudo desenvolvido por Rosa (2007) propõe um campo analítico em que se pode observar como são distintos e complexos os elementos que compõem a realidade das mulheres migrantes e como eles atuam desde a “seleção” daquelas que poderão migrar e exprime a forma como elas serão inseridas na sociedade receptora – no caso observado pela autora, a “inserção” das mulheres haitianas na sociedade dominicana acontece de forma marginalizada, sob a vigilância dos migrantes haitianos.

A partir dos elementos apresentados, observou-se a demarcação de “lugares” específicos para as mulheres pertencentes à sociedade receptora e para as mulheres migrantes. O conjunto das vivências dessas mulheres, como bem destaca Rosa (2007), é atravessada por alguns elementos que estabelecem símbolos e marcadores de gênero, responsáveis por atribuir características específicas ao processo de integração das mulheres migrantes. Na tentativa de compreender como o gênero e a raça se manifestam na vida das mulheres no Brasil, a seguir, serão desenvolvidas algumas análises considerando, sobretudo, o gênero e a raça, e o acesso ao mercado de trabalho, educação, entre outros aspectos.

Os dados apresentados no relatório “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, produzido pelo IBGE (2021), demonstram que, em 2020, o número de mulheres ocupando cargos de vereadoras representou apenas 16,0% do total. As taxas de participação no mercado de trabalho, que apresentam a parcela da população com idade para trabalhar que estão trabalhando ou buscando emprego, apontam desigualdades expressivas entre homens e mulheres: em 2019, a taxa de participação das mulheres, com idade entre 15 anos ou mais, era de 54,5%, enquanto entre os homens marcou cerca de 73,7%. Essas desigualdades se manifestam tanto entre mulheres e homens brancos – 55,7% e 74,1%, respectivamente, quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos – 53,5% e 73,4%, respectivamente.

Além disso, conforme o relatório, as mulheres pretas ou pardas, com crianças de até 3 anos de idade no domicílio, apresentaram as menores taxas de ocupação, em 2019, inferior a 50% - a presença de crianças no domicílio representa, desta forma, um fator determinante, e, muitas vezes, impeditivo, para a efetiva participação das mulheres no mercado de trabalho; entre as mulheres brancas, contudo, as taxas representaram um total de 62,6%. Entre as mulheres que não possuíam crianças na idade determinada, as taxas foram, respectivamente, 63,0% e 72,8%.

Em relação ao número total de horas semanais dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e afazeres domésticos, as mulheres no Brasil, em 2019, dedicaram um total de 21,4 horas, enquanto os homens perfizeram um total de 11,0 horas – a região Nordeste apresentou a maior desigualdade. A desagregação dos dados por raça ou cor demonstra que as mulheres pretas ou pardas – autodeclaradas no estudo - dedicaram cerca de 22,0 horas semanais para os cuidados com pessoas e atividades domésticas, enquanto as mulheres brancas apresentaram um total de 20,7 horas.

Neste contexto, a diferença de rendimentos entre as mulheres exerce influência no total de horas dedicadas aos trabalhos domésticos: entre aquelas que possuem os menores rendimentos – cerca de 20% da população – o total de horas chega a 24,1 horas, ao passo que entre aquelas que compõem os 20% com os maiores rendimentos, o total chega a 18,2 horas semanais. Assim, observa-se que os rendimentos impactaram significativamente no total de horas dedicadas às atividades domésticas, dado que possibilitam a contratação de outras mulheres para a realização das atividades de cuidados com pessoas ou domicílios.

O maior envolvimento das mulheres nas atividades voltadas para o ambiente doméstico impacta diretamente na forma como elas serão inseridas no mercado de trabalho. Em 2019, no Brasil, cerca de 29,6% das mulheres estavam inseridas em trabalhos de tempo parcial, enquanto os homens representavam apenas 15,6%. Nas análises baseadas na desagregação por cor ou raça, as mulheres pretas ou pardas representavam 32,7% do total que exerciam atividades em tempo parcial. Entre as mulheres brancas, a taxa era de apenas 26,0%. Os dados demonstram, mais uma vez, que as mulheres pretas ou pardas são aquelas que vivenciam a dupla jornada de trabalho de modo mais intenso.

Com relação à Educação, os dados indicam que as mulheres brasileiras possuem, em média, mais instrução que os homens. Entre o grupo com 25 anos de

idade ou mais, sem instrução ou apenas com Ensino Fundamental incompleto, os homens representavam cerca de 40,4%, ao passo que as mulheres apresentavam uma taxa igual a 37,1%. Com relação ao Ensino Superior completo, a proporção foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres. Apesar da diferença considerável entre homens e mulheres, o acesso à Educação entre as mulheres se dá de forma desigual: no ano de 2019, as mulheres pretas ou pardas, com idade entre 18 e 24 anos, apresentavam uma taxa de 22,3% de frequência líquida ao Ensino Superior, enquanto a taxa entre as mulheres brancas era de 40,9%.

Em relação à violência vivenciada pelas mulheres brasileiras, especificamente sobre as taxas de feminicídio no Brasil, o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, publicado em 2020, indicou que, em 2019, 66,6% das vítimas eram mulheres negras; 33,1% eram mulheres brancas e 0,3% amarelas. É importante ressaltar que a Lei nº 13.104, de 2015, considera o feminicídio como homicídio praticado em razão da condição do sexo feminino da vítima e, portanto, é uma expressão da violência que se manifesta de modo particular na vida das mulheres. Os dados demonstram a maior vulnerabilidade às quais as mulheres negras estão expostas, dado que, segundo o relatório, elas compunham apenas 52,4% da população feminina dos Estados analisados durante a pesquisa.

Essas informações estão em consonância com aquelas dispostas no “Atlas da Violência 2020”, produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que analisam os dados referentes ao período de 2008 a 2018, onde é possível verificar que, no período entre 2017 e 2018, houve uma queda dos homicídios de mulheres não negras de 12,3%; para as mulheres negras a queda foi de 7,2%. Entre o período de 2008 e 2018, as diferenças são ainda mais elevadas: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras reduziu em 11,7%, o homicídio de mulheres negras cresceu 12,4%. Em 2018, cerca de 68% dos assassinatos foram de mulheres negras.

Em linhas gerais, a taxa de homicídios de mulheres no Brasil, entre 2017 e 2018, apresentou redução de 9,3%. Sergipe (48,8%), Amapá (45,3%) e Alagoas (40,1%) apresentaram as menores taxas do período. Em 2018, Roraima e Ceará manifestaram as maiores taxas de homicídio de mulheres por cem mil habitantes – 20,5% e 10,2%, respectivamente -, com Acre (8,4%) e Pará (7,7%) logo em seguida. Conforme o relatório, a taxa de homicídio de mulheres em Roraima, no ano de 2018, dobrou em relação a 2008, com um crescimento de 186,8%.

O enfrentamento e a mobilização em torno da temática se tornam ainda mais urgente quando se considera o atual contexto de isolamento social, promovido pela pandemia da COVID-19. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), houve uma queda de 9,6%, logo no primeiro semestre de 2020, nas denúncias realizadas em delegacias em decorrência da violência doméstica, concomitantemente, o acionamento da polícia em casos de violência doméstica aumentou em 3,8%. No primeiro semestre de 2020, o número de feminicídio subiu em 2% se comparado ao mesmo período, em 2019.

Sobre esses aspectos, é importante indicar que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), 58,9% dos feminicídios ocorreram dentro das residências das vítimas; 25,4% ocorreram em via pública; e 15,7% em outros lugares. Além disso, sobre a relação vítima-agressor, em 89,9% dos casos, o agressor era companheiro ou ex-companheiro; 4,4% eram parentes; 3,1% eram pessoas conhecidas; e 2,6% eram pessoas desconhecidas. O isolamento social pode ter contribuído para que muitas mulheres não conseguissem realizar as denúncias, afetando, desta forma, os casos conhecidos pelas instituições da Segurança Pública brasileira.

Um estudo produzido pelo Instituto Patrícia Galvão, em parceria com o Instituto Locomotiva (2020), baseado na entrevista com mil e quinhentas pessoas – mil mulheres e 500 homens -, demonstrou que 88% dos/as entrevistados/as acreditavam que o isolamento social contribuiu para o aumento da violência contra a mulher. No entanto, para 95% dos/as participantes, os homens já agrediam as companheiras antes mesmo da pandemia. O aumento no consumo de álcool, o estresse ocasionado pelo isolamento, a maior convivência entre as pessoas no domicílio, a falta de dinheiro, maior contato entre homens e mulheres e a má divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os/as filhos/as foram os elementos indicados como propulsores do aumento da violência doméstica durante a pandemia.

Quando em situações de deslocamento, as mulheres tornam-se mais vulneráveis aos vários tipos de violência e exploração. Ao tratar especificamente das experiências de mulheres venezuelanas em situação migratória em Roraima, de grande importância é a pesquisa realizada pelo Fundo de População da ONU (UNFPA), em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil e da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), realizada em Boa Vista e Pacaraima, sob o título “Violência de Gênero, Nacionalidade e Raça/Etnia em duas cidades de Roraima”.

Desenvolvida e publicada em 2020, a pesquisa apresenta um perfil da violência de gênero contra as mulheres em Roraima – brasileiras, migrantes e refugiadas – e será utilizada como base de dados para aproximação com a realidade das mulheres venezuelanas. A mesma foi realizada com 530 mulheres, brasileiras e venezuelanas, com idade entre 18 e 49 anos, residentes em abrigos, domicílios e ocupações, onde viviam as mulheres em situação de rua, localizadas nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Para fins analíticos, a seguir serão apresentados, de forma sintética, alguns dados.

Em relação à raça/cor da pele apresentadas pelas mulheres venezuelanas, 48,0% se declararam pardas; 22,0% se autoidentificaram brancas; 16,7% eram pretas; 8,4%, indígenas; e 4,4% constituíram a categoria “outros”. Entre as brasileiras, 74,6% se declararam pardas; 9,9%, brancas; 6,6%, pretas; 8,3%, indígenas; e 0,3% constituíram a categoria “outros”. Quanto à escolaridade, as venezuelanas apresentaram bons níveis de desempenho, com índices semelhantes aos apresentados pelas brasileiras: 25,7% das venezuelanas concluíram o Ensino Fundamental; entre as brasileiras o total foi de 23,2%; 52,8% das mulheres venezuelanas concluíram o Ensino Médio; entre as brasileiras, por sua vez, o total foi de 57,6%. Em relação ao nível superior, a taxa foi maior entre as mulheres venezuelanas, com um total de 17,9% - apenas 17,2% das brasileiras concluíram essa modalidade de ensino. Cerca de 59,5% das venezuelanas e 45,9% das brasileiras entrevistadas não possuíam nenhum tipo de rendimento - os índices mais elevados estavam entre as mulheres venezuelanas, as mulheres residentes em Pacaraima e em situação de rua. Entre aquelas que residiam em abrigos, a taxa representou 50,4% e 41,8% para aquelas que residiam em domicílios.

Sobre as experiências migratórias das mulheres venezuelanas, o estudo ressaltou que a maior parte das entrevistadas saiu da Venezuela acompanhada pelos maridos e filhos, mas cerca de 11,9% migraram sozinhas; 3,5% vieram acompanhadas por amigos/as ou conhecidos/as – informações semelhantes foram encontradas na pesquisa de campo e serão discutidas no próximo capítulo. Esses aspectos ressaltam, mais uma vez, que as experiências migratórias são diversas e que as mulheres, em muitos casos, não migram apenas na companhia dos maridos.

Em relação à manutenção dos vínculos familiares, entre as entrevistadas, apenas 38,8% tinham algum familiar morando próximo. Considerando os lugares de habitação das participantes: 18,2% daquelas que moravam em abrigos afirmaram ter

parentes residindo próximo; entre as mulheres que moravam em domicílios, 68,8% responderam positivamente a essa questão; entre aquelas que se encontravam em situação de rua, 40,3% afirmaram ter algum familiar morando próximo. Os vínculos familiares podem atuar de forma estratégica para o enfrentamento à violência e para a superação de dificuldades. No entanto, as situações vivenciadas pelas mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas dificultam a manutenção desses vínculos e podem intensificar a vulnerabilidade social vivida.

Em relação à violência, cerca de 30,3% das entrevistadas afirmaram ter vivido algum tipo de violência psicológica pelo menos uma vez na vida. O tipo mais comum apresentado foi o insulto, com 23,1%; a humilhação com o índice de 16,4%; a intimidação, 14,4%; e ameaça, 10,1%. Entre as mulheres venezuelanas, de modo particular, 24,1% afirmaram já terem sido insultadas. Entre aquelas que estão em situação de rua, 25% indicaram o insulto como principal expressão da violência psicológica; entre as mulheres abrigadas, o total era de 42% e, por fim, entre aquelas que moravam em domicílio, essa variável representou 20% do total.

Cerca de 20% das participantes – 89 mulheres brasileiras e venezuelanas – afirmaram ter vivido algum tipo de violência física. De modo geral, o empurrão foi a agressão mais comum, com um índice percentual de 13,9%; seguido pelo tapa, 12,6%; soco, 8,1%; chute; 6,1%. O uso ou ameaça de uso de arma de fogo representou 4,5% e o estrangulamento surgiu com uma taxa de 1,6%. A violência física durante a gestação também é maior entre as mulheres abrigadas. De acordo com os dados apresentados, 7,4% das mulheres – 33 participantes – afirmaram ter vivido algum tipo de violência sexual em algum momento da vida, onde o sexo forçado representou 6,1%; sexo com medo, 5,2%; e sexo degradante com 3,8%. É importante ressaltar que as mulheres abrigadas apresentaram os mais altos índices de todas as formas de violência sexual.

As violências físicas e sexuais deixam marcas profundas nas vidas das vítimas. Algumas dessas marcas podem ser fisicamente identificadas. Outras, no entanto, habitam a alma e causam dor e sofrimento prolongado. Entre as mulheres que afirmaram ter sofrido violência física, 28,9% indicaram ter lesões resultantes das agressões – a ocorrência de lesões foi maior entre as brasileiras.

De acordo com o relatório produzido pelo UNFPA, entre as lesões físicas indicadas pelas participantes do estudo: 4,2% indicaram a perfuração do tímpano ou lesão ocular; 4,2% sofreram queimaduras; 8,3% disseram ter perdido a consciência

por mais de uma hora; 12,5% afirmaram ter tido seus dentes quebrados; 16,7% perderam a consciência por um período inferior a uma hora; 16,7% indicaram a ocorrência de fraturas; outras 16,7% sofreram torções ou deslocamentos; 16,7% sofreram contusão; 37,5% indicaram a ter sofrido lesão penetrante ou corte profundo; 45,8% apontaram a ocorrência de corte, perfuração ou mordida; por fim, outras lesões representaram 16,7% do total.

Em relação aos impactos causados na saúde mental em decorrência da violência, aponta o estudo que 55,5% das participantes afirmaram que a saúde mental foi afetada. Entre as vítimas que responderam a essa questão, 16,9% indicaram a perda da confiança em si mesma; 4,8% se sentem incapazes de trabalhar; 4,8% não conseguem se concentrar. Além disso, 67,5% afirmaram ter revidado pelo menos uma vez aos atos de violência; 22,9% agrediram ao parceiro em pelo menos uma das agressões; em 12,3% dos casos apresentados, os filhos presenciaram toda a agressão; 10,8% das mulheres foram estupradas em uma ou duas ocorrências de violência e cerca de 10,8% tiveram seus trabalhos interrompidos pelos parceiros.

Em relação às formas de enfrentamento à violência, conforme o relatório, 30% das entrevistadas não buscaram apoio institucional ou familiar; em contrapartida, a 38,6% não foi ofertado nenhuma forma de apoio. A polícia foi procurada por 10,8% das vítimas e ofereceu segurança para 6% delas – a Delegacia da Mulher, segundo o relatório, é a instituição mais procurada pelas vítimas. Em contrapartida, 42,1% das mulheres receberam apoio de suas famílias, ao passo que 54,4% indicaram ter solicitado ajuda para suas famílias para sair da situação de violência.

Entre os elementos apresentados pelas participantes como fatores motivacionais para a agressão, considerando o lugar onde viviam, vale ressaltar: entre as mulheres que se encontravam em situação de rua no período de realização do estudo, 6,2% afirmaram que as agressões ocorriam quando o parceiro estava embriagado; 33,3% dos casos foram motivados por ciúme; 33,4% estão relacionados a problemas com dinheiro ou trabalho; 40,0% das mulheres foram agredidas sem nenhum motivo e 13,3%, por problemas familiares. Entre as mulheres abrigadas, o panorama é o seguinte: 28,6% foram agredidas por conta da embriaguez dos parceiros; 71,4%, por ciúme; 14,3%, por conta da gravidez; e 7,1% foram motivados por problemas familiares. Por fim, entre aquelas que residiam em domicílios, 44,4% foram agredidas quando o parceiro estava embriagado; 24,1%, por ciúme; 22,3%, por dificuldades envolvendo dinheiro e trabalho; 13,0% não apresentaram nenhum motivo;

7,4% foram agredidas por conta da gravidez; 11,2% recusaram o sexo ou foram desobedientes – é lamentável ver o número de mulheres que ainda vivem sem o direito de exercer o controle sobre a própria sexualidade e como ainda são violentadas por seus companheiros -, e 3,7%, por problemas familiares.

Romper com ciclos de violência é um grande desafio para as vítimas. Em muitos casos, a dependência emocional e/ou financeira, o medo do agressor, questões religiosas, entre outros elementos podem atuar como obstáculos para que as mulheres rompam com o silêncio. Entre as participantes da pesquisa realizada pelo UNFPA, o encorajamento para sair das situações de violência, tanto entre as mulheres brasileiras como entre venezuelanas, em sua maioria, partiu de amigos/as e/ou familiares, cerca de 47,7% do total; 27,3% não aguentavam prosseguir com as vivências; 22,7% temiam tirar a vida dos companheiros; 20,5% romperam por conta dos sofrimentos dos/as filhos/as; 15,9% foram ameaçadas ou seus companheiros tentaram matá-las e 11,4% tinham medo de morrer.

Múltiplos são os motivos que colaboram para que as mulheres não recorram às instituições para solicitar ajuda e proteção. Entre eles, pode ser destacada a naturalização da violência, a vergonha, o medo por sofrer mais violência e a culpa sentida pelas vítimas que se responsabilizam – e muitas vezes são responsabilizadas - pela situação vivida e pelo “desarranjo” da família, o temor do julgamento realizado pela comunidade local, entre tantos outros elementos. É necessário, portanto, romper com as bases que culpabilizam as mulheres vítimas de violência e construir meios para o enfrentamento, dando voz ao silêncio.

O relatório produzido pelo UNFPA é uma das poucas fontes encontradas com dados sistematizados e que apresentam informações mais “próximas” às realidades vividas pelas mulheres venezuelanas, no Brasil. Um dos elementos que se destacam, na análise do relatório, é o alto índice de violência sexual sofrido pelas mulheres que residiam nos abrigos e indicam a urgência de estudos sobre os abrigos, como espaços de convivência familiar e social, pautados na segurança, proteção e dignidade das mulheres migrantes.

Recorrer a esses dados foi uma escolha metodológica adotada com o objetivo de conhecer as experiências das mulheres venezuelanas em Roraima, ao passo em que promoveu a análise conjunta dos elementos que constituem tanto as realidades das mulheres brasileiras quanto das mulheres migrantes. Além disso, o relatório elaborado pelo UNFPA demonstrou que há alguns aspectos que caracterizam

particularmente a vida das mulheres em sociedade e que, em muitos casos, superam os limites geograficamente impostos entre os países – como é o caso da violência física, sexual, psicológica e tantos outros fatores que submetem as mulheres a situações de vulnerabilidade.

O conjunto de informações expressa a amplitude das desigualdades sociais, econômicas, bem como as violências, e a forma distinta e dinâmica como esses processos se manifestam tanto se considerarmos, de modo particular, as realidades das mulheres brasileiras, quando comparadas às experiências das mulheres venezuelanas em Roraima. Desigualdade de gênero, classe e etnia/raça não apenas impacta a vida de mulheres como, também, pode impedir que elas se reconheçam como vítimas de processos contínuos de violência, exploração de seus corpos e de subordinação.

Refletir sobre as vivências de mulheres, com base em discussões sobre violência de gênero, pobreza, mercado de trabalho ou acesso à Educação, por exemplo, implica na consideração das formas diversas em que as mulheres vivenciam essas realidades. Como demonstrado, a pobreza e a violência têm cor e classe social definida. Mulheres negras e de baixa renda são expostas, assim como demonstrado por meio dos relatórios, a situações de intensa precarização da vida, inserção marginalizada no mercado de trabalho, baixa qualidade de vida junto à família, além da violência – física, sexual, psicológica, patrimonial e moral.

Entre as mulheres migrantes, a realidade vivida, apesar de apresentar traços semelhantes ao que é vivido por mulheres brasileiras, possui elementos particulares e que as expõem a situações de intensa vulnerabilidade social. Sobre as violências, as informações reforçam os impactos produzidos na saúde física e psicológica das vítimas e que podem levar, inclusive, à morte.

Decerto, a intensificação das migrações venezuelanas para Roraima apresentou novos desafios para o Brasil. No entanto, os dados também revelam que as brasileiras ainda enfrentam desigualdades, violências e/ou vulnerabilidades consideráveis em relação aos homens. Portanto, mais do que tratar a migração sob a égide do conceito de “crise migratória”, cabe agora refletir e propor políticas públicas capazes de garantir a proteção e defesa dos direitos de mulheres – não apenas pautado na perspectiva da nacionalidade, mas com o objetivo de desinvisibilizar um grupo social historicamente invisibilizado, garantindo vida, segurança – nos lares e

nos espaços públicos, oportunidades de emprego, educação e profissionalização, e que sejam, sobretudo, sensíveis, à questão de gênero, classe e raça/etnia.

3.3. O PROTAGONISMO FEMININO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E A FORMAÇÃO DE REDES SOCIAIS

As mulheres integram os processos migratórios, tanto nas migrações nacionais quanto nas migrações internacionais, gestando suas experiências, manifestando necessidades e anseios próprios, criando e articulando redes. Contudo, nesse contexto, é constante a invisibilidade atribuída às mulheres e isso se manifesta na dificuldade de acesso a dados que tratem, especificamente, sobre as experiências femininas e no número reduzido de estudos voltados para a temática – embora seja evidente que as migrações femininas têm despertado maior interesse nos/as pesquisadores/as.

Refletir sobre as experiências migratórias de mulheres não implica na redução das jornadas experimentadas pelos homens. Longe disso, representa uma tentativa de desinvisibilizar agentes que participaram e participam ativamente dos processos sociais, políticos, econômicos, culturais e, portanto, históricos. São mulheres que, muitas vezes, e como tem sido comprovado em dados e estudos, migram sozinhas, como chefes de família, responsáveis pelo sustento dos pais, dos/as sobrinhos, dos/as netos/as, dos/as filhos/as, contribuindo com a ampliação da renda familiar de forma ativa em relação aos homens migrantes, demonstrando, mais uma vez, a força, a coragem, mas, também, as vulnerabilidades que constituem de modo particular as vivências diárias das mulheres e que se agravam por meio do “status” migrante, bem como ressalta e induz reflexões sobre o protagonismo feminino nas migrações recentes.

A partir das análises voltadas para a participação feminina nas migrações contemporâneas, Neto e Nazareth (2009, p. 1) afirmam:

A força e representatividade com que as mulheres vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado faz com que muitos especialistas venham falando de *feminização dos fluxos migratórios* ou dos *deslocamentos populacionais* (Bilac, 1995; Lisboa, 2007), tornando necessária uma reflexão mais profunda sobre as especificidades da migração feminina, abordando fatores de vulnerabilidade e desigualdade, quanto a abertura de possibilidades e transformações na estrutura social, familiar e do trabalho.

Oliveira (2017, p. 5), refletindo sobre as especificidades das migrações de mulheres, indica o seguinte:

Para muitas mulheres partir significa um ato de liberdade. Ao migrar, livram-se do domínio e da opressão do pai, do marido, do irmão mais velho, do tio, do padrasto e assim por diante. Nessa perspectiva, entende-se que as relações de dominação podem ocorrer também em outros contextos familiares nos quais a migração pode representar uma alternativa à opressão dos pais sobre as filhas ou vários outros níveis de relações de poder reproduzidas a partir dos “arranjos” familiares ou nas relações de parentesco.

A autora vai ainda mais longe, quando indica que os estudos sobre a “feminização” das migrações não buscam apenas ratificar o aumento quantitativo da participação das mulheres, mas procuram, sobretudo, demarcar um “novo lugar” político e social para aquelas que, no contexto das migrações nacionais e internacionais, eram compreendidas na perspectiva da dependência dos pais, maridos ou familiares, de forma que possam ser vistas como protagonistas de suas próprias histórias, enfrentando dificuldades que, invariavelmente, compõem a realidade de muitas mulheres em todo o globo.

As mulheres, desde o nascimento, são marcadas por símbolos, expectativas e projetos de vida socialmente articulados para garantir um determinado “lugar” na sociedade – o conjunto desses elementos é plural e difere de acordo com os países e contextos sob os quais as análises são desenvolvidas. Para as mulheres migrantes, essa é uma das primeiras dificuldades que agregam várias outras. Quando participam das migrações, determinadas vulnerabilidades, as quais estão presentes, em muitos casos, nas realidades vividas nos locais de origem, são acentuadas dado que o “ser migrante” caracteriza o “não-nacional” e faz com que as mulheres migrantes sejam transferidas para espaços de silêncio e imobilização. Isso não significa que as mulheres sejam inertes às situações e dificuldades impostas durante o processo, mas o lugar a elas destinado é assim caracterizado. Identifica-se, portanto, um processo de dupla exclusão: o primeiro é justificado pelo status da nacionalidade – ou não-nacionalidade; o segundo é definido a partir do gênero.

Sobre a questão da vulnerabilidade, às quais as mulheres migrantes são expostas, vale apontar o esclarecimento desenvolvido por Lussi e Marinucci (2018). Segundo os autores, a vulnerabilidade é constituída a partir da situação vivenciada pelo/a migrante. Esses esclarecimentos são necessários para a não-caracterização das migrantes como pessoas frágeis ou sem nenhuma ação contestatória em relação

a situação vivenciada. É a forma como se estrutura determinado processo migratório, sobretudo nos casos das mulheres venezuelanas, que reduz as possibilidades de articulação e até mesmo de sobrevivência na sociedade de destino. A vulnerabilidade, no entanto, não é igual para todos/as migrantes. Migrantes que partem sem nenhuma referência no país de destino podem enfrentar dificuldades diferentes, e até mesmo mais intensas, se comparado àqueles/as que migram a partir da conexão estabelecida entre contatos pessoais.

No horizonte analítico, o qual aponta para novos estudos e interpretações sobre os fenômenos migratórios e que percebem a diversificação dos condicionantes que levam as mulheres a decidirem pela migração, Marinucci (2018, p. 8) dispõe o seguinte:

A reunião familiar continua, sem dúvida, uma das principais causas das migrações femininas, sobretudo nos países do Norte do mundo. No entanto, cresce cada vez o número de mulheres que se deslocam por razões de trabalho, frequentemente como primeiras provedoras da renda familiar. Elas costumam assumir um emprego remunerado no país de chegada, garantindo o próprio sustento e o dos próprios familiares.

A questão explicitada pelo autor, sobre a busca feminina por trabalho e autonomia – o que, de acordo com o contexto, é também a busca por liberdade, dignidade e justiça – é discutida também por Bertoldo (2018, p. 317), o qual afirma que as decisões migratórias femininas são sustentadas por motivos baseados:

Desde o desemprego e a falta de oportunidades, a pobreza, violências familiares, necessidade de sustentar a família, melhor condições de educação para os filhos, existência de redes sociais e familiares, dentre outras situações estão nas motivações que levam as mulheres a migrar, buscando dar respostas às necessidades básicas do cotidiano. O aumento das famílias monoparentais e a necessidade do sustento da família e filhos colocam em questão a situação dessas migrantes como agentes fundamentais no envio de remessas de dinheiro para o exterior, colocando-as sempre entre *dois mundos*, aquele onde está agora e aquele onde estão os que ficaram.

A migração de mulheres pode ser compreendida, desta forma, a partir da manifestação de anseios objetivos e subjetivos. No primeiro caso, pode se observar a busca por trabalho e Educação, por exemplo. O segundo, no entanto, é composto por situações que envolvem a busca por autonomia, ou o distanciamento de situações permeadas por preconceito e opressão. Seja motivada pela busca por liberdade, emancipação, trabalho, entre tantas outras razões, é necessário observar o ponto

nuclear: as mulheres migram e organizam estratégias para superar as dificuldades que estruturam a migração desde a tomada de decisão até a integração à sociedade receptora. Essas estratégias, na perspectiva adotada neste trabalho, podem ser analisadas a partir das construções de redes sociais.

Dada à multiplicidade de relações que podem ser desenvolvidas a partir da interação social, nas instituições, nas igrejas, nos espaços públicos, nas escolas e universidades públicas ou privadas, por exemplo - diversos são os instrumentos, as vantagens e os benefícios acumulados por um indivíduo. O conjunto dessas vantagens pode ampliar ou restringir a capacidade de articulação do/a migrante nas relações sociais. Quando essas relações e vantagens são analisadas a partir do contexto migratório, observa-se, então, a forma como esses elementos atuam na sustentação e articulação das redes migratórias. O conjunto das relações estabelecidas forma um complexo que se assemelha a redes – estruturas que conectam pessoas, instituições e/ou organizações por um tipo determinado de laço/relação (SOARES, 2004).

Pensar migração a partir da construção de redes sociais inaugura uma possibilidade analítica, em que a migração deixa de ser considerada como resultado do cálculo racional do/a migrante porque amplia o horizonte e considera as relações sociais e as trocas estabelecidas – seja de informação, de recursos ou materiais. Os estudos demonstram que, quando estabelecidas, as redes funcionam como ferramentas de acolhimento, trocas de informação, acompanhamento e, em certo grau, elevam as possibilidades de integração dos/as migrantes na sociedade receptora na medida em que os/as migrantes estabelecidos possuem informações, adquiridas a partir dos contatos em rede, o que pode facilitar a entrada no mercado de trabalho e o acesso a serviços de Saúde, Educação, Moradia, entre outros.

Se as estruturas sociais, políticas e econômicas de determinado país e/ou região, tanto de origem quanto de destino, atuam como determinantes para o início da migração, conforme Soares (2004), então, são as redes sociais que atribuem certa “estabilidade” para o processo migratório e, dessa forma, contribuem para o deslocamento constante de pessoas. A seleção do local de destino ocorre influenciada a partir de redes bem estabelecidas, onde os laços firmados são densos e, portanto, a confiança é elevada.

Soares (2004) apresenta distinções importantes. Segundo o autor, enquanto as redes sociais referem-se às relações sociais que conectam pessoas, organizações

e/ou instituições, as redes migratórias podem ser entendidas como um tipo específico de rede social que agrega e cria novas redes e têm como objetivo a sustentação da migração entre determinadas regiões. As redes pessoais, por sua vez, indicam um tipo de rede social baseada em relações de amizade e parentesco. Além desses aspectos, as redes sociais podem ser analisadas com base na força dos vínculos – laços – estabelecidos entre os nós – pessoas – da rede (CAMPOS, 2015).

A força estabelecida entre os laços varia de acordo com as relações estabelecidas e da proximidade entre as pessoas. Dessa forma, “quanto mais forte for o laço social tanto maior a proximidade entre os atores de uma rede” (CAMPOS, 2015, p. 16). O caráter dinâmico das relações sociais contribui para a compreensão de que uma rede agrega relações de intensidades e proximidades plurais. Assim, os laços familiares, por exemplo, são expressões de relações sólidas e duráveis se comparada a outras, além de contribuírem sobremaneira para a sustentação das redes migratórias. Não obstante, as redes baseadas em laços familiares são compreendidas em muitos estudos como a origem da migração já que é nela que o/a migrante encontra suporte material, financeiro e simbólico para iniciar a empreitada migratória.

Esse raciocínio sucede na análise de laços sociais um pouco mais frágeis como, por exemplo, aqueles estabelecidos com amigos ou colegas de trabalho que, embora não sejam tão sólidos quanto aqueles definidos a partir do grupo familiar, podem durar por um espaço de tempo considerável. Por fim, há os laços sociais ainda mais “soltos”, estabelecidos com pessoas com as quais não existe um contato direto como, por exemplo, com conterrâneos (CAMPOS, 2015).

Nas migrações, singularmente, as redes sociais funcionam como canal para transmissão de capital social, que pode ser entendido, na perspectiva adotada por Campos (2015), como o conjunto de recursos disponíveis e que resultam das relações sociais estabelecidas entre as pessoas com base nos princípios de reciprocidade e cooperação. Entende-se por recursos não apenas mercadorias ou dinheiro, mas também informações e serviços. Por essas características, as informações transmitidas por meio das redes são revestidas por um maior potencial de confiabilidade e poder de convencimento já que são informações emitidas por pessoas de confiança do/a migrante.

Além da difusão de informações, segundo Campos (2015), as redes sociais podem operar no recrutamento de potenciais migrantes, atuando no fornecimento de ajuda, tanto de informações quanto de recursos materiais propriamente ditos, nos

primeiros momentos de integração do/a migrante na sociedade receptora. Os elementos apresentados não reduzem as migrações internacionais ao estabelecimento de redes sociais. Contudo, apontam uma possibilidade interpretativa, pautada na consideração da importância dos laços e das relações estabelecidas entre pessoas, instituições e organizações envolvidas nos processos migratórios. Além do exposto, vale destacar que as redes sociais são responsáveis pela diminuição das incertezas e dos custos que envolvem o deslocamento e, dessa forma, estruturam as redes migratórias.

Conforme Assis e Siqueira (2009, p. 29):

As ajudas ou *help*, como veremos nos relatos dos imigrantes, ocorrem de maneiras variadas: vão desde presentes para os parentes que moram no Brasil, até o cuidado dos filhos que permaneceram no país com os avós, ou empréstimos para aqueles que ficaram e a administração do dinheiro que os migrantes remetem aos parentes, ou “uma força” dos pais viajando para o país de destino quando as filhas estão para ganhar seus filhos/as nos EUA. Esse dar e receber não ocorre sem conflitos, mas o que importa ressaltar é a relevância dessas conexões para o empreendimento migratório.

Entre os diversos postulados desenvolvidos sobre as “funcionalidades” das redes, considera-se necessário ressaltar o indicado por Neto e Nazareth (2009, p. 2), os quais dizem:

Além de questões de ordem mais prática como viabilização de trabalho, hospedagem entre outros, estas redes têm outras funções essenciais na situação migratória: facilitam a ligação com a terra natal, fazendo a conexão entre os dois lugares; se configuram como local de memória e de reafirmação da identidade (imaginada) de origem; servem de família ampliada.

Ou seja, as redes sociais não são estruturas que se resumem ao aspecto do suporte material. Portanto, não cumprem apenas a função de contribuir para a inserção no mercado de trabalho ou para facilitar o alojamento nos primeiros dias após a chegada. Mais do que isso, Neto e Nazareth (2009) demonstram que as redes são laços firmados em relações de confiança, afeto e reciprocidade, que podem contribuir para o resgate das memórias, na manutenção da cultura dos locais de origem, como estratégia de proteção, sobretudo para as mulheres migrantes que ingressam sozinhas nas migrações. Ao mesmo tempo, essas mesmas redes conectam mulheres migrantes às mulheres da sociedade receptora que, em conjunto a outras agentes e/ou instituições, podem formar uma vasta e complexa rede de apoio.

Além dos aspectos apresentados, as redes sociais podem apresentar uma dada dimensão espacial isso porque no ato da união de pessoas, as redes também ligam lugares. Origem e destino, partida e chegada são momentos e espaços elementares para a migração. Neste sentido, dada as características do processo migratório e os impactos produzidos sobre o/a migrante, observa-se a ocorrência de uma determinada concentração de migrantes em algumas regiões.

Na sociedade de origem, a observação da existência de determinadas regiões que atuam como fortes emissoras de migrantes pode ser explicada por meio dos altos índices de desemprego, das poucas possibilidades de estudo e profissionalização. No caso das migrações que se estruturam a partir da saída do campo rumo aos grandes centros urbanos, por exemplo, pode-se indicar que a mecanização das atividades rurais produziu a expropriação de um número significativo da população. As economias de subsistência já não podem competir com o agronegócio altamente informatizado. Dessa forma, esta pode ser uma via para a compreensão da concentração de emissão nessas regiões. Em certos casos, migram aqueles/as que nem participam da rede do/a migrante que saiu daquela região. No entanto, a circulação ampliada de informações colabora para que determinadas experiências estimulem novas migrações (FARIA; FERREIRA; PAULA, 2019).

Nas sociedades de destino, a localização concentrada em determinadas regiões pode ser explicada como uma forma estratégica acionada pelas comunidades migrantes para garantir o cultivo da cultura do local de origem – mesmo que de forma indireta, como ferramenta de apoio, defesa e fortalecimento. Neste processo, esses lugares são construídos como forma de combater a angústia e ansiedade que estruturam o processo de chegada e inserção na sociedade de destino.

Gallo e Marandola Junior (2008) analisam a concentração de migrantes em determinados espaços a partir da compreensão de que o ser, de modo geral, é constituído desde o espaço onde convive, reúne vivências e memórias, estabelece relações e, dessa forma, edifica e fortalece sua identidade. Neste sentido, para os autores, quando o/a migrante se desloca, ocorre um rompimento da relação “ser-lugar”, abalando a identidade do/a migrante por meio de um processo apresentado pelos autores como desterritorialização.

Quando há o rompimento, então, o/a migrante passa a experimentar sentimentos de incerteza e angústia, por exemplo. Esses elementos expressam, entre outros aspectos, que as migrações produzem impactos na esfera subjetiva

daqueles/as que migram e, portanto, não podem ser reduzidas ao processo de deslocamento geográfico ou ao atravessamento de fronteiras. A partir da necessidade de se enraizar no “novo lugar”, o/a migrante tende a se estabelecer em regiões próximas aos migrantes mais experientes. Essa é uma estratégia utilizada também como forma de preservação e segurança física dos/as migrantes. Neste sentido:

A reconstituição do espaço social do migrante remete à presença das redes sociais cujos lugares constituintes possibilitam o indivíduo ter a sensação de identificação e pertencimento. Essas redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes. Nesse sentido, as redes sociais podem ser reconhecidas como uma expressão marcante da importância dos lugares para o indivíduo e fundamentais para a relação ser-lugar. Essas redes trazem mudanças significativas para o local de destino. Nelas a bagagem cultural migrante interage com o local de destino resultando na recriação de símbolos que fazem parte da identidade desse devido à sua forte significância. Nessas redes, além dos símbolos, os migrantes também recriam suas redes pessoais estabelecendo relações com os indivíduos que integram o grupo migrante, sendo esses “novatos” ou “experientes”. Nesse sentido as redes sociais têm um papel importante para o acomodamento/inserção do migrante (...) (GALLO; MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 4-5).

Ao mesmo tempo em que as redes sociais e o estabelecimento desses espaços promovem o enfrentamento às dificuldades que se apresentam para os/as migrantes, logo após a chegada à sociedade receptora, elas podem contribuir, segundo Gallo e Marandola Junior (2008), para a não constituição de vínculos entre os/as migrantes e os/as moradores/as locais e os espaços, dificultando a interação e a integração dos/as migrantes à sociedade de destino. Esses processos podem ser apreendidos, em certa medida, como dificultadores para inserção adequada ao mercado de trabalho e aos bens e serviços essenciais. É na interação que impera a riqueza dos processos migratórios, uma vez que pode beneficiar o desenvolvimento cultural, científico, econômico e social das pessoas migrantes e não migrantes dos países de origem e destino.

Contudo, os ataques promovidos contra os/as migrantes, a violência, o preconceito e a xenofobia indicam as razões pelas quais a construção de determinados espaços dotados de um marcador específico que distingue nacionais e não-nacionais é realizada.

Todos os elementos apresentados são fundamentais para compreender a forma e o significado das redes sociais para as migrações femininas. Como exposto em momentos anteriores, homens e mulheres vivenciam as migrações de formas

distintas. O mesmo ocorre na estruturação de redes sociais em processos migratórios. A forma como as redes são construídas influenciam no modo como homens e mulheres migrantes são inseridos na sociedade de destino. Assim, ao analisar o papel das redes sociais para a inserção de mulheres migrantes em trabalhos domésticos, Faria, Ferreira e Paula (2019, p. 7) afirmam o seguinte:

Enquanto os homens se inserem em uma rede de controle da organização social do processo de trabalho, as mulheres submetem-se essencialmente no trabalho doméstico e em geral moram no emprego. Assim, as redes sociais das mulheres giram em torno de redes fechadas, ou encapsuladas. E essa situação acaba por influenciar a busca e indicação de trabalho, subjugando assim as empregadas domésticas migrantes em um eterno refúgio que é o trabalho doméstico.

Em linhas gerais, sabe-se que o capitalismo se responsabiliza pela internacionalização da mão de obra, o que significa que é cada vez maior o número de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocam pelo mundo na esperança de alcançar uma vida melhor para si e sua família. As mulheres se inserem nessa conjuntura como chefes de família, motivadas, em muitos casos, pela situação socioeconômica de sua família no local de origem. Na perspectiva adotada por Faria, Ferreira e Paula (2019), a migração feminina é gestada a partir da internacionalização do cuidado. Ou seja, as mulheres são, de modo geral, inseridas em atividades de trabalho voltadas para o cuidado do lar ou de pessoas. Esses processos expressam, segundo os autores, como ocorre a perpetuação de sistemas e relações de poder, da divisão sexual do trabalho e da manutenção das hierarquias sociais, a partir da construção das redes sociais.

Nesse sentido, a análise da constituição de redes sociais, a partir da perspectiva de gênero, colabora para a reflexão sobre as formas em que as mulheres são inseridas nas redes, mesmo que diversos estudos demonstrem o papel central das mulheres na articulação e sustentação das redes migratórias. Segundo Faria, Ferreira e Paula (2019), as mulheres contam com o apoio dado pelas redes estabelecidas a partir dos laços familiares. Essa rede de apoio é responsável pelo acolhimento inicial e inserção da migrante no mercado de trabalho. Os autores explicam que, em alguns casos, a mulher é a sobrinha de uma tia ou tio que vai para a cidade grande para “ajudar” os familiares e para estudar, já que na cidade de origem não há oportunidades de qualificação educacional e profissional; em outros casos,

são as primeiras mulheres trabalhadoras que se encarregam de “abrir o caminho” e ajudam outras mulheres a se estabelecer na sociedade de destino.

Não raro, em Boa Vista, é comum ouvir relatos de mulheres migrantes venezuelanas que trabalham como empregadas domésticas na modalidade de diaristas e/ou faxineiras e que são, verdadeiramente, exploradas nos espaços de trabalho. Muitas dessas mulheres, inclusive, possuem formação em nível superior. Contudo, por conta das dificuldades impostas para a revalidação de documentos, seja por questões burocráticas, seja por questões financeiras, não conseguem atuar em suas áreas de formação o que faz com que recorram ao trabalho doméstico como forma de garantir a sobrevivência.

A pesquisa de campo promoveu a verificação das formas como as redes sociais estabelecidas por mulheres atuam e são necessárias, não apenas para a troca de informações, mas como meio para garantir a integridade física e psicológica dessas mulheres – o que comprova que as redes sociais não são apenas metáforas, mas se materializam na realidade concreta. Essas redes são dinâmicas e envolvem diversos atores: desde outras mulheres migrantes – amigas, familiares ou colegas, mulheres que trabalham em instituições de acolhimento e acompanhamento das migrações em Roraima e até as mulheres que integram a sociedade receptora.

São mulheres que, em alguns casos, conheceram-se em abrigos ou nas ruas de Boa Vista, enquanto não tinham onde se abrigar, e que compartilham estratégias materiais e subjetivas para conseguir trabalho e renda mensal. São aquelas que se unem para conseguir alimento ou algum tipo de ajuda, que enviam o pouco que arrecadam para ajudar a família que permaneceu na Venezuela. São mães, filhas e irmãs que migraram para o Brasil para fugir da crise que se instalou no país de origem, mas que encontraram aqui grandes dificuldades. Algumas delas nutrem a esperança de retornar ao país de origem. Contudo, segundo os relatos, esse sonho parece estar cada dia mais distante.

Há, também, mulheres que desejam trazer suas famílias para o Brasil, mas, mesmo com a tripla jornada de trabalho, não arrecadam recursos suficientes para suprir aos custos dos deslocamentos. Ser mulher migrante venezuelana em Boa Vista representa também vivenciar situações de assédio e objetificação de seus corpos, elemento manifesto em alguns relatos. Os elementos demonstram que essas mulheres estão longe de se apresentar de forma inerte frente aos acontecimentos diários. São histórias que demonstram a coragem e a força de mulheres que chegaram

a uma sociedade completamente diferente daquela por elas conhecidas e que buscam meios para conquistar uma vida com dignidade. Contudo, os mesmos relatos demonstram o quão é difícil ser mulher e migrante, porque essa realidade implica no entrecruzamento de dificuldades variadas que, insistentemente, persistem na sustentação das desigualdades que se manifestam na vida das mulheres.

O sofrimento psicológico, causado pelas dificuldades que estruturam o cotidiano dessas mulheres, é parcialmente amenizado quando elas se conectam às redes. É interessante observar a forma como as mulheres fortalecem umas às outras, enquanto fortalecem a si mesmas. Conhecer essas realidades apresenta não apenas como as redes são construídas, mas também o modo como as mulheres migrantes são inseridas na sociedade boa-vistense e ressalta o protagonismo de mulheres corajosas que buscam, diariamente, alcançar condições dignas de sobrevivência.

Portanto, pensar redes em processos migratórios, enfatizando o protagonismo de mulheres, significa refletir sobre estruturas pautadas nas mais diversas configurações de relações sociais – seja de amizade, parentesco ou origem comum. Refletir sobre o protagonismo das mulheres nas migrações internacionais, é tratar sobre uma temática fundamentada em fatores que envolvem questões como violência de gênero, patriarcado, empoderamento feminino, papéis sociais, vulnerabilidade – social e econômica -, entre outros aspectos, e que proclama imperiosamente o resgate das análises e reflexões históricas para que seja possível pensar em uma sociedade que valorize as trajetórias de mulheres não somente na migração, mas no mercado de trabalho, nas esferas de poder, na economia e que, por fim, desinabilize as mulheres na vida em sociedade.

4. CAPÍTULO 3: MIGRAÇÃO FEMININA NA PERSPECTIVA DAS REDES SOCIAIS

Este capítulo tem como base a apresentação dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada em Boa Vista entre janeiro e fevereiro de 2021. No total foram entrevistadas quatro mulheres migrantes venezuelanas que aceitaram participar voluntariamente desta pesquisa e compartilhar suas histórias de vida e experiências vividas durante o deslocamento para Boa Vista. O objetivo deste tópico não é questionar os relatos ou as experiências vividas pelas interlocutoras. Antes disso, este é um exercício analítico que busca compreender as formas como as mulheres migrantes venezuelanas têm vivido a migração em Roraima e qual a importância das redes sociais nessas conjunturas.

É importante ressaltar que as informações apresentadas estão de acordo com os relatos declarados por cada participante e que os dados foram transcritos tal qual as falas das entrevistadas – considerando, inclusive, a forma e o som das palavras anunciadas. Assim, em alguns momentos será possível perceber o entrecruzamento entre o português e o espanhol, inclusive com palavras oriundas da “junção” entre as duas línguas, com pronúncias de palavras e termos que mesclam os dois idiomas. Os diálogos foram transcritos com o objetivo de zelar pela exatidão das falas considerando o esforço empreendido pelas participantes em aprender o idioma utilizado no local de destino, dado que a comunicação é uma ferramenta imprescindível para que consigam atender as suas necessidades, além de promover a interação social e o fortalecimento de vínculos com a comunidade local.

A pesquisa de campo é um momento à parte de tudo o que pode ser vivenciado durante uma pesquisa. É o momento em que o/a pesquisador/a vê suas expectativas confrontadas e, muitas vezes, diluídas quando postas lado a lado com a realidade concreta. Foi exatamente isso que ocorreu durante esse estudo. Na elaboração do projeto de pesquisa foi estabelecido como objetivo geral a identificação dos processos de (re) negociação das relações de gênero de venezuelanas em contexto migratório, o que, no primeiro momento, fortaleceu a ideia prematura de que as estratégias de (re) negociação levariam à autonomia completa e à emancipação dessas mulheres na sociedade de destino.

A pesquisa de campo demonstrou, no entanto, que a realidade dessas mulheres é permeada por múltiplas dificuldades e impasses que podem tornar o processo de transformação de vida, de busca por autonomia e emancipação uma

realidade ainda mais distante. Essa realidade é envolvida por um contexto amplo de vulnerabilidades – sociais, econômicas, de gênero e étnico-racial - o que faz com que o rompimento com os “papéis” atribuídos socialmente sejam, em muitos casos, mínimos e contribuam, de certa forma, para a manutenção das relações sociais baseadas nas desigualdades de gênero.

Quando vamos a campo, percebemos que há aspectos da vida diária, aquela que não é veiculada nas mídias ou nos jornais, que não aparecem nas estatísticas ou nos gráficos e tabelas, que demonstram as verdadeiras dificuldades de ser “mulher e migrante”. Talvez esses aspectos se manifestem devido aos laços estabelecidos entre entrevistador e entrevistado – mesmo que tenhamos como bússola o afastamento necessário para garantir a não-intervenção do/a pesquisador/a nos resultados das pesquisas. No entanto, é quase impossível não se envolver com as histórias contadas e com as experiências de mulheres que “tentam a sorte” – termo utilizado por quase todas as participantes – em um país desconhecido para salvaguardar suas famílias e suas próprias vidas.

Conhecer essas realidades lançou por terra as expectativas criadas durante a elaboração do projeto de pesquisa. Ao mesmo tempo ampliou consideravelmente as possibilidades de análise porque demonstrou que não existem expectativas “fixas” quando se desenvolve uma pesquisa ou estudo – mesmo que o ideal seja não criar expectativa alguma – já que quando se pensa em relações de gênero é necessário ter em mente que essas relações não são estanques e contribuem ativamente para a(re) construção dessas mulheres enquanto integrantes das sociedades, mesmo que, em alguns casos, não ocorra o rompimento com as estruturas sociais de poder e com os papéis sociais atribuídos às mulheres. Ainda assim, foi possível observar um determinado grau de empoderamento que é gerado pelo contexto migratório.

Na maior parte dos casos, como será demonstrado nos relatos que serão apresentados posteriormente, são as mulheres que encabeçam as redes migratórias, que organizam o envio e o repasse de recursos financeiros, tanto para a família que está na Venezuela quanto para aqueles que foram interiorizados em outros estados brasileiros. São elas que buscam informações, que se inserem no mercado de trabalho, que sustentam as redes. Desta forma, mesmo que em alguns casos não ocorra o rompimento com as relações que demarcam um “lugar” constituído para as mulheres, nota-se que elas já não são as mesmas. Elas se transformaram justamente porque a migração é um processo de mudança. Mudanças que foram forjadas, nos

casos apresentados, pela angústia, pela incerteza, pela ausência de possibilidades de permanecer em suas casas, junto às suas famílias e pelo sonho de alcançar possibilidades de sobreviver com dignidade.

É importante ressaltar que as participantes serão identificadas com nomes fictícios com o objetivo de manter o sigilo, confidencialidade e segurança de todas as envolvidas: Maria (entrevistada 01), Sara (entrevistada 02), Lia (entrevistada 03) e Ana (entrevistada 04). Considerando o tempo hábil para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas um total de quatro (04) mulheres. Essa rede foi construída a partir das indicações das participantes – estratégia de pesquisa preconizada no método “Bola de Neve”. Neste sentido, Maria foi a “semente” para o início da pesquisa de campo e foi por meio das suas indicações que foi possível conhecer as demais participantes dado que “(...) as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado” (VINUTO, 2014, p. 203).

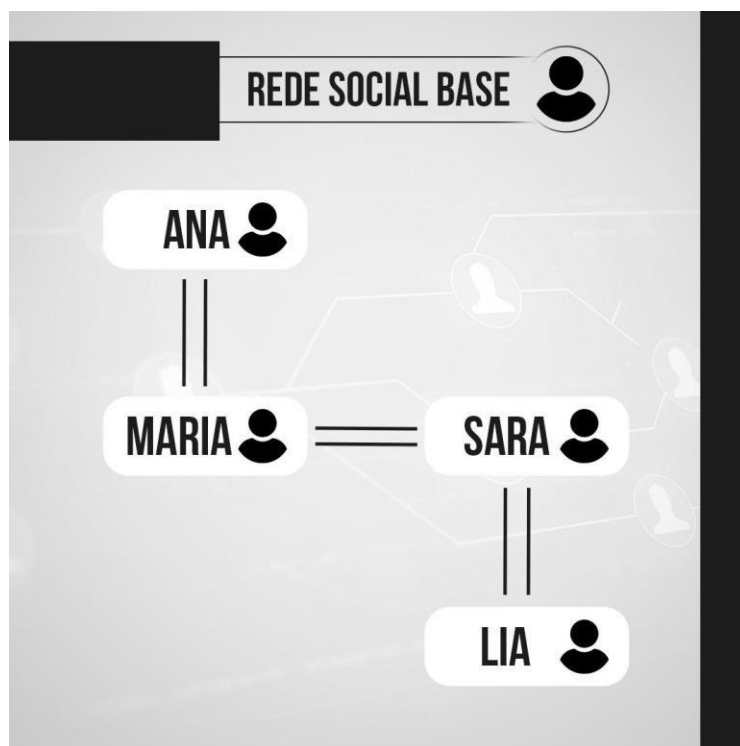
Na perspectiva adotada nesta pesquisa nenhuma relação surge aleatoriamente, mas está inserida em uma rede de laços e vínculos estabelecidos a partir de relações de amizade, parentesco ou trabalho. As análises sobre as redes sociais são, portanto, consideradas indispensáveis para compreender os processos migratórios, não apenas como uma relação custo-benefício ou atração-expulsão, mas como o resultado de compartilhamento de informações, influências e estímulos que, em muitos casos, determinam a inserção do/a potencial migrante no deslocamento (ANGELIN, 2012). Além disso, os estudos desenvolvidos sobre as redes sociais indicam que os atores sociais são caracterizados por suas relações sociais e que, ao mesmo tempo em que recebem influência, também influenciam o meio social em que estão inseridos. A partir disso é válido compreender como esses elementos estão articulados a partir do contexto migratório e com base nas experiências vivenciadas por mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista - Roraima.

Primeiramente é importante esclarecer que este estudo não ambiciona refletir sobre a densidade das relações estabelecidas ou sobre os tipos de conexidade⁶, mas busca compreender a trajetória de vida dessas mulheres na identificação e configuração de redes migratórias e o processo de (re) negociação dos papéis de gênero em contexto migratório.

⁶ Sobre esses aspectos ver, entre outros, o estudo desenvolvido por Vincent Lemieux e Mathieu Ouimet: “Análise Estrutural das Redes Sociais”, coleção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, 2004.

Maria foi contactada a partir da minha rede de amizades e sua participação foi essencial para o desenvolvimento deste estudo. O atributo de rede social não significa, necessariamente, que todas as participantes se conheçam e/ou mantinham contato direto e essa é uma característica essencial do método Bola de Neve. Contudo, de alguma forma, essas mulheres estavam interligadas direta ou indiretamente e foram esses vínculos que possibilitaram as trocas de informações, histórias, memórias e vivências. A imagem a seguir demonstra a disposição da rede base, em que as setas indicam as relações estabelecidas entre cada uma das participantes – a ausência de setas representa o não estabelecimento de vínculo direto entre as agentes.

Figura 2 - Rede Social Base



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Por meio do mapeamento da rede social base é possível observar que nem sempre todos os atores mantêm relação ou contato direto entre si. Essa característica pode ser observada na ausência de relação e/ou contato direto entre Maria e Lia e entre Sara e Ana. Sobre esses aspectos, Vinuto (2014) explica que no decorrer do estudo, conforme os objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa, novas indicações podem ser feitas pelos/as participantes conforme a rede pessoal de cada entrevistada ao perfil estabelecido.

Ademais, se observa que as relações estabelecidas entre Maria e Ana, Maria e Sara, assim como entre Sara e Lia são orientadas, dado que existe a troca de informações entre as integrantes da rede, ao passo em que se apreende a existência de biconexão entre as entrevistadas considerando a existência de relações em um e no outro sentido, ressaltando a inexistência de uma agente dominante na rede. Lemieux e Ouimet (2004) esclarecem que o/a agente dominante é aquele/a que emite uma conexão com cada um/a das participantes da rede (LEMIEUX; OUIMET, 2004). Observa-se que que Maria e Sara estabelecem, cada uma, relações com duas participantes. Maria tem uma relação orientada com Sara e Ana, mas não tem relação com Lia; Sara, por sua vez, tem relação orientada estabelecida com Maria e Lia, mas não com Ana. Desta forma, não é possível afirmar que Maria ou Sara desempenham uma posição dominante na rede social em destaque.

O quadro a seguir apresenta algumas informações sobre o perfil das participantes da pesquisa.

Tabela 6 - Perfil geral das participantes

Nome	Estado Civil	Idade	Estado/Cidade de origem	Escolaridade	Número de Filhos	Profissão exercida na Venezuela	Profissão exercida no Brasil	Tempo morando no Brasil
Maria	Solteira	33 anos	Anzoategui/ El Tigre	Superior Completo	3	Atendente/ Manicure	Manicure	1 ano e 6 meses
Sara	Solteira	60 anos	Bolívar/Bolívar	Ensino Técnico Completo	5	Técnica em Enfermagem	Trabalhadora informal	1 ano e 3 meses
Lia	Casada	32 anos	Carabobo/ Valencia	Segundo Grau Completo	4	Trabalhadora Informal	Desempregada	3 anos e 6 meses
Ana	Solteira	42 anos	Anzoategui/ El Tigre	Primeiro Grau Incompleto	3	Microempresária	Auxiliar de Serviços Gerais	3 anos e 3 meses

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Em relação ao Estado Civil, é importante esclarecer que mesmo que em alguns momentos as participantes tenham citado companheiros de vida ou que vivenciem uma relação marital, nesta pesquisa são consideradas e respeitadas as formas como elas se apresentaram durante as entrevistas. Ana, por exemplo, afirmou que mesmo que tenha um relacionamento caracterizado como união estável, ela se considerava solteira por não ter oficializado a união por meio do registro civil – dado que não é considerado neste estudo como inconsistência, mas que representa a forma como cada mulher compreende as relações estabelecidas.

Como demonstrado na tabela, o grupo entrevistado apresenta uma média etária correspondente a 41,75 anos. Os dados apresentados demonstram, no entanto, a inviabilidade em afirmar que apenas mulheres de determinada faixa etária migram – sejam elas jovens ou com idade mais avançada. Certamente, cada mulher traz consigo experiências singulares que definem suas histórias de vida e, de um modo ou outro, a idade interfere nesses aspectos. Campos e Barbieri (2013) demonstram que alguns atributos individuais podem atuar como agentes determinantes sobre a possibilidade de migrar e que a idade é um desses atributos.

Em suas análises, Campos e Barbieri (2013) demonstram que há certa regularidade e propensão migratória entre os grupos que pertencem à faixa etária mais jovem. Este apontamento, no entanto, não significa que as pessoas com idade mais avançada não migram. Segundo esses autores os determinantes das migrações dos idosos podem ser analisados e compreendidos, em muitos casos, sob uma ótica distinta que considera a busca pela qualidade de vida em um contexto de pós-aposentadoria ou pela busca por cuidado e suporte familiar. No entanto, estudos e pesquisas também demonstram que esses elementos constituem apenas uma pequena parcela do universo de fatores que podem contribuir para a decisão migratória dos idosos.

Sara, por exemplo, se viu obrigada a deixar seu país porque não conseguia adentrar no mercado de trabalho, mesmo com formação Técnica em Enfermagem, devido a sua idade. Em um dado momento da entrevista, quando questionada sobre essa situação, Sara explicou que:

(...) a mí me dicen: “Ten que emplear personas joven porque ya... ten que ser joven”. Ya no pode ya... yo no posso. Entonces, es así. Que pasa: “Vamos a darle una pensión”... ¿Que pensión? Eso no cubre lo que uno necessita. La pensión no cubre como el trabajo. O que si... la pensión é una tercera parte de lo que gana y eso no... no sirve... no da. No sirve, no da para comprar

nada... Ni la medicina, ni la comida, ni... nada. Para uno sostenerse no da. No pode (SARA, 2021).

Entre a multiplicidade de elementos estruturados para responder às demandas do capital mundial, assiste-se nos dias atuais às mudanças agudas na organização e nas formas de ser do trabalho, a partir do enxugamento da classe operária industrial e, em contrapartida, da ampliação da contratação do setor de serviços, acompanhado por um processo de precarização do trabalho, manifesto na expansão do trabalho parcial, terceirizado, temporário e subcontratado que colocam diversos grupos humanos em movimento pelo mundo.

Verifica-se o estabelecimento de um processo antagônico, segundo Antunes (2015), que é formado, de um lado, pelo enxugamento da classe operária industrial e fabril e, por outro, pela ampliação do trabalho precarizado, flexibilizado e parcial que inclui o trabalho das mulheres e marginaliza os idosos no acesso às oportunidades disponíveis no mercado de trabalho local em que o capitalista e a classe trabalhadora se encontram para (re) negociar a força de trabalho.

O trabalho é compreendido como categoria estruturante da vida social em qualquer das suas manifestações – como relação de “(...) intercâmbio entre o ser social e a natureza” (ANTUNES, 2015, p. 103), como meio da construção e transformação da identidade social e como atividade vital. Considerar o trabalho como unidade central para a formação e o desenvolvimento do ser social significa compreendê-lo em uma dimensão mais profunda que um simples “meio de vida”, mas como forma de desenvolvimento humano capaz de promover a igualdade, a dignidade e uma sociedade emancipada. Nos termos de Peres (2005, p. 2): “É pelo trabalho que não só se obtém o sustento, mas, também, que se mantém a dignidade e que se constrói a própria identidade”.

Contudo, as rápidas e constantes transformações nos meios de produção, transporte, extração de matéria-prima e comunicação têm estabelecido novos desafios para a classe que vive do trabalho. Os estudos que se voltam para a análise das chamadas “crises da sociedade do trabalho” podem corroborar a compreensão da perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea⁷. Contudo, torna-

⁷ Sobre esses aspectos é válido consultar o estudo produzido por Silva (1995), intitulado “A crise da sociedade do trabalho em debate” em que o autor reflete sobre as transformações estruturais ocorridas nos processos produtivos e os impactos causados no mundo do trabalho, a saber: maior intelectualização dos processos produtivos, ampliação do setor de serviços e recrudescimento quantitativo do trabalho manual direto – compreendido pelo

se necessário compreender, segundo Antunes (2015), qual a crise que está sendo discutida. Segundo esse autor, se considerarmos que a sociedade contemporânea é regida pelos princípios e valores do capital, então, a crise do mundo do trabalho só pode ser compreendida como a intensificação da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

É de conhecimento geral a abrangência das desigualdades estruturais de acesso e permanência no mercado de trabalho contemporâneo constituída por relações de trabalho precarizadas, por trabalhadores/as que integram o mercado informal ou os/as que vivenciam o desemprego estrutural. Para os/as trabalhadores/as com idade mais avançada, como é o caso de Sara, as dificuldades apresentadas se tornam ainda mais agudas porque os novos paradigmas produtivos fundamentam-se nos princípios da flexibilidade, não apenas dos processos produtivos, mas também dos trabalhadores. Flexibilidade compreendida como capacidade de adaptação, velocidade, inovação, atualização, profissionais com alta qualificação, entre outros elementos.

Peres (2005, p. 3) que:

os profissionais mais velhos, por sua vez, são tidos como lentos, improdutivos, ineficazes, rígidos, desatualizados, rebeldes e sem habilidades para trilhar em equipe. Esses são alguns dos estereótipos negativos do envelhecimento relacionados ao trabalho.

Nota-se, assim, que para o capital a força de trabalho é, entre muitas outras, uma mercadoria que se torna obsoleta. Amplia-se, dessa forma, o número de pessoas desempregadas, porém diferenciadas por categorias. A massa de desempregados já não é constituída exclusivamente por trabalhadores de baixa renda, com baixa qualificação ou pouca experiência profissional. Integram esse grupo aqueles/as trabalhadores da classe média das sociedades, com vasta experiência profissional, que investiram na formação acadêmica e profissional, mas que são expulsos do mercado de trabalho em decorrência da idade (PERES, 2005).

autor como processo de relação direta entre o trabalhador e a natureza no processo de produção de bens - pelo processo de automatização da produção. Para Silva (1995), essas transformações têm contribuído para a diminuição dos postos de trabalho em nível mundial, transformando a sociedade contemporânea em “sociedade do trabalho sem trabalho”. No entanto, ressalta-se a importância do empreendimento de análise cuidadosa, dado que a verificação da diminuição quantitativa dos postos de trabalho não implica na perda da centralidade do trabalho para os/as trabalhadores/as, mas expõe a face perversa de um sistema que exclui de grande parcela da população mundial a possibilidade de acesso e permanência no mercado de trabalho.

Relacionando o universo do trabalho às migrações internacionais vale citar os estudos produzidos por Campos e Barbieri (2013) que elencam um conjunto de elementos e contextos que podem influenciar a migração de pessoas idosas. Em linhas gerais, segundo os autores, as teorias do Ciclo de Vida cumprem a função de explicar, no nível individual, o contexto da vida que promove o ato migratório, manifesto na busca por conquistas materiais, desenvolvimento socioeconômico e que a propensão migratória tende a diminuir conforme a idade avança. No nível familiar, segundo a teoria do Ciclo de Vida, os indivíduos tendem a migrar conforme as necessidades da entidade familiar são estabelecidas.

Campos e Barbieri (2013, p. 73) afirmam que há “(...) a preferência dos idosos em migrar para locais que apresentem “amenidades” como clima agradável, baixa criminalidade e menor custo de vida”. A realidade vivida por Sara diverge da afirmação já que a sua migração se deu não pela simples busca por lugares “amenos”, tampouco ocorreu de forma espontânea, mas se manifestou como busca pela própria sobrevivência, fato observado em diversos momentos durante a entrevista, inclusive quando mesma manifestou o sonho de regressar para o seu país.

O relato de Sara é um valioso exemplo não apenas porque demonstra a pluralidade de fatores que podem influenciar a decisão migratória, mas também porque contribui para o desvelamento de uma das faces das migrações recentes. No seu caso se observa a dificuldade que as mulheres com mais idade enfrentam para adentrar no mercado de trabalho. No caso de Sara essa dificuldade estava presente na sociedade de origem e também se manifesta em Boa Vista. Assim, traçar um perfil único que conjugue todas as mulheres migrantes que residem ou estão de passagem por Boa Vista recairia no erro de homogeneizar uma realidade que é diversa.

Em relação aos estados e cidades de origem, considerados como ponto de partida, observa-se que cada participante tem uma trajetória específica e que deve ser analisada considerando não apenas os aspectos relativos às distâncias percorridas, mas também aos “menores” custos envolvidos no deslocamento, aos impactos causados nas vivências dessas mulheres e nas dificuldades vivenciadas durante o percurso.

Figura 3 - Estados de origem das participantes



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Conforme a figura acima observa-se que três das participantes vieram da região oriental da Venezuela e apenas uma tem como origem a região localizada mais ao ocidente, no Estado de Carabobo. No caso de Lia, especificamente, a importância das redes sociais na configuração das redes migratórias pode ser compreendida pelo fato de que, mesmo que a menor rota entre a cidade de Valência na Venezuela e o município de Villa Del Rosario na Colômbia seja de aproximadamente 681 km, ela decidiu percorrer um trajeto estimado de 1.360 km até a cidade de Pacaraima no Brasil. O percurso migratório de Lia é dividido em dois momentos distintos: o primeiro, em que permaneceu em Pacaraima por aproximadamente três anos e o segundo, ocasião em que veio para Boa Vista onde reside há seis meses. Esse relato demonstra a importância das redes sociais na redução das “incertezas” quanto ao processo migratório, mas também das redes locais de apoio para o acolhimento nas sociedades de destino.

Além disso, as informações concernentes aos locais de origem das participantes estão de acordo com os dados dispostos no “Relatório de Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana” produzido pela OIM (2021). Esse estudo foi

produzido com cidadãos/cidadãs venezuelanos/as com o objetivo de conhecer a realidade vivida pelos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em Roraima e subsidiar estratégias de intervenção. Nele cerca de 27% e 28% dos/as entrevistados/as afirmaram ter vindo dos estados de Bolívar e Anzoátegui, respectivamente.

Em relação ao nível de escolaridade Maria afirmou ter Ensino Superior Completo, mas não conseguiu atuar em sua área de formação; Sara afirmou ter Nível Técnico em Enfermagem, mas, como dito anteriormente, não conseguia atuar em sua área de formação nem na Venezuela e nem no Brasil; Lia, por sua vez, indicou ter o Segundo Grau Completo e Ana, por fim, afirmou ter cursado apenas o Primeiro Grau Incompleto.

Em relação ao número de filhos vale ressaltar: Maria afirmou ter três filhos, sendo um menino e duas meninas, mas que trouxe para o Brasil apenas a filha mais nova que necessita de maiores cuidados porque tem apenas três anos de idade. Conforme Maria seus outros dois filhos permaneceram na Venezuela aos cuidados da sua mãe, avó das crianças. Sobre o contexto vivenciado por ela em relação aos seus filhos é necessário compreender que no ato da decisão migratória, não apenas os investimentos financeiros seriam mais altos para trazer todos os seus filhos para o Brasil, como as dificuldades durante o deslocamento seriam ainda mais acentuadas, entre elas a questão da alimentação, da segurança e do descanso. É importante ressaltar que deixar os filhos aos cuidados da mãe na Venezuela exerce um papel importante no processo migratório para ela, como agente responsável pelos cuidados das crianças e demarca, mais uma vez, a articulação feminina em redes. Isso não significa que essa foi uma decisão fácil para Maria, mas uma estratégia necessária para que ela pudesse vir ao Brasil em busca de meios para garantir a subsistência da família que permaneceu na Venezuela. Assis e Siqueira (2009), no estudo “Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos”, já demonstravam a importância da família como rede de apoio nos cuidados dos filhos que permaneceram no país de origem.

O contexto vivido por Maria, vale ressaltar, não difere dos muitos casos observados em Boa Vista. Longe de significar o abandono dos/as filhos/as, deixar as crianças sob os cuidados da família pode representar, para muitas mulheres, um meio para garantir a segurança e a proteção das crianças, considerando que, em muitos casos, a realidade brasileira é desconhecida por essas mulheres. Nesse sentido,

observa-se que Maria, assim como outras mulheres, decidiu pela migração não apenas por si, mas também por sua família e acreditando de forma veemente que seria possível uma vida melhor (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010).

Sara, por sua vez, afirmou ter cinco filhos, sendo duas mulheres e três homens, todos em idade adulta. Três dos seus filhos moram no Brasil e dois permaneceram na Venezuela. É interessante observar os traços que distinguem as histórias de cada participante: Sara, apesar de não ter filhos na faixa etária que compreende a infância ou adolescência, contou com a ajuda de um dos seus filhos para vir para o Brasil. Sara migrou junto com seus netos e, após o falecimento da sua nora, passou a auxiliar seu filho no cuidado com as crianças. Quando estabelecidos em Boa Vista, Sara e seu filho trabalharam na venda de doces para garantir a sobrevivência da família na capital.

Durante o seu relato, observou-se que Sara é uma base de apoio importante para os seus filhos, não apenas para aqueles/as que residem em Boa Vista, mas também para aqueles/as que permaneceram na Venezuela dado que o pouco dinheiro que Sara consegue no Brasil por meio da venda de doces e “dindim” – um tipo de picolé artesanal - é também enviado para ajudar os/as filhos/as que permaneceram na Venezuela. O relato de Sara vai ao encontro do que é discutido por Assis (2003), em que a autora apresenta reflexões importantes sobre a inserção de mulheres nas migrações internacionais e afirma que, em muitos casos, as mulheres se transformam em principais mantenedoras de suas famílias na sociedade de origem.

Nota-se que essa realidade se manifesta nas experiências de Sara que, além de contribuir ativamente com o sustento da renda familiar dos filhos que permaneceram na Venezuela, precisa também custear as despesas no Brasil. Sara articula, também, o seu trabalho com os cuidados domésticos e familiares para garantir que seus filhos consigam adentrar e permanecer no mercado de trabalho. Ela é, portanto, uma agente de grande importância para a sustentação de todos esses processos.

Parte dos processos vivenciados por essas mulheres a partir das migrações podem contribuir ativamente, mesmo que em grau reduzido, na (re) significação dos papéis de gênero. Esse fato é observado por meio da maior participação feminina não apenas na contribuição do sustento, mas também na participação das decisões processadas no interior do núcleo familiar. Aspectos semelhantes são discutidos por Rodrigues e Vasconcelos (2010), quando as autoras analisam as migrações femininas

que se desenrolam na tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela. Como demonstrado pelas autoras, em alguns casos, a migração pode contribuir para um maior empoderamento feminino proporcionando, dessa forma, transformações nos papéis sociais de gênero e nas relações sociais. Empoderamento, neste sentido, é compreendido como “(...) os mecanismos pelos quais as pessoas e, em especial as mulheres, tomam o controle de sua própria vida e a consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010, p. 344). O empoderamento é percebido como um elemento nuclear para o estabelecimento de relações baseadas no princípio da igualdade e da equidade, tanto na tomada de decisões quanto na realização de tarefas e responsabilidades nos espaços públicos e privados.

Lia, por sua vez, disse que tem quatro filhos, sendo três meninas e um menino e que todos moram em Boa Vista. Duas das suas filhas nasceram no Brasil e, apesar de atualmente trabalhar exclusivamente nos cuidados dos/as filhos/as e nas atividades domésticas, Lia expressou o desejo de adentrar no mercado de trabalho assim que seus/suas filhos/as alcançarem idade mais avançada, considerando que no presente não dispõe de rede de apoio estabelecida que a ajude no cuidado com as crianças. Durante a fala de Lia, observou-se a importância e a necessidade de desenvolver estratégias e espaços de apoio para que as mães possam deixar seus filhos durante o período de trabalho ou para que as mulheres migrantes tenham a possibilidade de adentrar no mercado de trabalho com a certeza de que seus/suas filhos/as estão seguros. A Rede Municipal de Ensino de Boa Vista conta com algumas estruturas, conhecidas como Casas Mãe, que são estabelecimentos educacionais que atuam no cuidado e educação de crianças com idade de 02 e 03 anos e 11 meses, em período integral. Atualmente, Boa Vista conta com 47 Casas Mãe, no entanto, o número de solicitações por uma vaga é elevado, o acesso é limitado e, por isso, muitas famílias não conseguem atendimento.

Mesmo que Lia esteja com todos os/as filhos sob seus cuidados ela atua diretamente no suporte ao marido para estabelecimento do processo de arrecadação e envio de recursos para ajudar suas famílias na Venezuela. Mesmo que não esteja inserida diretamente no mercado formal de trabalho, a atuação de Lia não poderia ser ignorada, dado que a inserção e atuação do marido no mercado de trabalho só é possível graças ao trabalho realizado por Lia no ambiente doméstico.

Ana, por sua vez, tem três filhos sendo um homem e duas mulheres. Uma de suas filhas, no período da entrevista, ainda não tinha alcançado a maioridade. Como em muitos casos, Ana atua diretamente na aquisição e envio de recursos para colaborar no sustento da sua família na Venezuela e foi com o seu trabalho que trouxe todos os seus filhos para o Brasil. Conforme o relato:

Cuando yo llegué aquí, yo llegué sola... Después, a los meses, yo me traje a mi pareja... Después de... como el mes de... Cuando yo llegué aquí exactamente fue el treinta de noviembre de año dos mil diecisiete y en marzo del año dos mil dieciocho mi pareja vino hasta aquí y en julio de dos mil dieciocho é... mi hija vino con mi hermana, una hermana, mi hija mayor. Y mi hermana regresó a Venezuela porque ella no le gustó esto aquí y ella tenía un niño pequeño y tuvo que regresarse por el niño. Mas mi hija, ella se quedó. Después del año mi pareja fue a trabajar a Santa Catarina porque aquí en Boa vista ya uno no consiguió trabajo. Le salió un trabajo en industrias Aurora, frigorífico Aurora allá en Santa Catarina. Él se fue en mayo del dos mil diecinueve. Y mi hija se fue en julio... en junio del dos mil diecinueve para Paraíba porque aquí tampoco consiguió trabajo. Y en el mes de junio del dos mil diecinueve vino mi, un otra hermana mia con su hijo, su esposo y mi hija con mi nieta. La, la segunda hembra. Y después de eso, vino en octubre de ese mismo año, vino mi hijo con su esposa, con su niño, mi hermana fue a buscar sus otros dos hijos y vino mi yerno porque... O sea, teníamos todos un plan de vida de ellos llegar hasta aquí, hasta a Boa Vista y seguir adentro porque aquí no, aquí no hay perspectiva de empleo para... para... más que todo para los hombre debido a la consecuencia de tantas, tantas cosas malas que han hecho muchos venezolanos. Entonces, hay un preconcepto con eso hacia los hombre venezolano aquí y ellos no corrieron con esa suerte, entonces, ellos tuvieron que irse pa Paraíba. Actualmente están mis tres hijos con mis dos nietos, con mis dos yernos, tá mi hermana con sus tres hijos y su esposo (ANA, 2021).

Como exposto, Ana migrou sozinha para o Brasil e mesmo sozinha, com o fruto do seu trabalho, trouxe treze pessoas da sua família para Boa Vista. Cada mulher traz uma história particular e de muita importância para esse trabalho, mas a história de Ana, de modo particular, surpreende porque demonstra a força e a coragem das mulheres venezuelanas que migram sozinhas. Para esse trabalho, afirmar que “migram sozinhas” implica a compreensão de que não migraram para Boa Vista na companhia de qualquer figura masculina, sejam os maridos, pais ou irmãos na tentativa de garantir que suas famílias vivam com dignidade. Nos casos apresentados neste estudo não são deslocamentos promovidos pela intensificação da industrialização ou pela ampliação da urbanização em espaços geográficos distintos, mas é, antes, um deslocamento forçado. Ana, em meio à sua família, foi a pioneira nos processos de deslocamento e agiu diretamente na sustentação e articulação das redes sociais que fundamentaram uma rede migratória particular para o Brasil.

Além das informações dispostas para apresentar, de forma breve, o perfil das participantes desse estudo vale ressaltar que esse capítulo está dividido em dois tópicos que seguem a seguinte ordem temática: o primeiro tópico, intitulado “Compêndio: aspectos históricos e sociopolíticos da Venezuela” apresenta um breve resgate do processo histórico de colonização da Venezuela, destaca os elementos centrais dos conflitos pela Independência, bem como a arquitetura política e a formação do Estado venezuelano e se encerra com a ascensão de Nicolás Maduro ao poder. Essas discussões, acredito, são de grande valor para compreender os processos dispostos na contemporaneidade e são empreendidas na tentativa de afastamento das perspectivas que desconsideram o movimento histórico, político, cultural e social que se desenvolvem ao longo do tempo e espaço e que desaguam na realidade atual. O segundo tópico, intitulado “Redes Sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas em Boa Vista - Roraima” apresenta dados e reflexões sobre o papel das redes sociais na experiência migratória de mulheres venezuelanas. Consideram-se as redes sociais de origem, trânsito e destino relacionando-as aos processos de (re) negociação das relações de gênero em contexto migratório.

4.1. COMPÊNDIO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOPOLÍTICOS DA VENEZUELA

Para compreender os processos contemporâneos que se expressam na Venezuela é necessário desenvolver uma análise que resgate os processos de ocupação do território, da formação social, política, econômica e cultural que, entre outros aspectos, apresentam-se como indispensáveis para analisar os fenômenos sociais recentes. Essa perspectiva analítica se justifica pela necessidade em compreender os processos migratórios recentes a partir de um viés histórico, afastando-se, portanto, das análises que categorizam esses fenômenos como “crises migratórias” que, na perspectiva adotada nesta pesquisa, pouco contribuem para identificar os fatores estruturalmente estabelecidos que promovem, direta ou indiretamente, a gênese das migrações venezuelanas.

A República Bolivariana da Venezuela é um país localizado na região norte da América do Sul, apresentando fronteira ao norte limitada pelo oceano Atlântico; ao Sul, com o Brasil; ao leste, com a Guiana e, à oeste, com a Colômbia. Caracas é a capital do país e é a região onde se concentram os principais centros comerciais e

industriais do país. Apesar de apresentar áreas continentais o país abarca um conjunto de arquipélagos caribenhos, entre os quais estão a Ilha La Blanquilla, Margarita, Los Roques, Los Monjes e La Tortuga. A Venezuela apresenta uma extensão territorial de aproximadamente 912.050 Km² e uma população estimada em 28.435.943 habitantes (IBGE, 2020).

De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) a Venezuela é composta por vinte e três estados autônomos, trezentos e trinta e cinco municípios e um Distrito Capital. O país apresenta uma extraordinária biodiversidade com cadeias de montanhas andinas localizadas na região noroeste; com as extensas planícies do rio Orinoco e, por fim, ao sul o país apresenta três subsistemas “representados por parcela significativa da floresta tropical da Amazônia venezuelana, o delta do Orinoco que é uma região pantanosa com extensão de uma Bélgica e a região da Gran Sabana composta por uma savana aberta com suas famosas montanhas” (FREITAS, 2003, p. 23).

O nome do país teria sido dado por Américo Vespúcio “em referência à semelhança que as palafitas dos índios da região de Maracaibo teria com os pequenos palácios de Veneza” (NEVES, 2010, p. 31). É importante destacar que são múltiplas as teorias e análises que buscam compreender o processo de formação social, política e econômica da Venezuela. Desta forma os elementos apresentados nesse trabalho representam uma tentativa ou um caminho, entre vários outros que podem ser adotados, para compreender os fenômenos recentes que se manifestam na realidade diária da população venezuelana.

Estudos apontam que o povoamento na região data de 12.000 e 14.000 a.C. e era composto por povos indígenas como:

os yanománis ao sul na selva amazônica, otomacos e yaruros juntamente com os arawacos nas planícies, waraos no delta do rio Orinoco caribes na região centro costeira (...) timotocúicas nos Andes, gayones e jirijaras na zona centro ocidental, bobures, motilones e goajiros na zona do Lago de Maracaibo (EMBAIXADA DA VENEZUELA, 2010, p. 4).

A chegada de Colombo no ano de 1492 à ilha de Guanahani, batizada por ele de San Salvador, demarcou um novo período na história da região, baseado na fusão entre as culturas dos colonizadores europeus, escravos africanos e comunidades indígenas locais. Segundo a Embaixada da Venezuela (2010), com informações apresentadas na obra “O livro na rua - Venezuela”, divulgado pela Fundação

Alexandre de Gusmão (FUNAG), a inserção social dos colonizadores europeus promoveu a imposição da religião católica, violência contra as populações indígenas que resistiram veementemente liderados por Baruta, Tamanaco, Tiuna e Guaicaipuro frente ao domínio dos colonizadores.

A economia, durante o período colonial, era baseada, sobretudo, na agricultura do cultivo do cacau, da cana-de-açúcar e do café, além da exploração de pedras preciosas. Contudo, as imposições da Coroa espanhola entraram em confronto com os interesses das elites locais que viviam em regime de estagnação econômica e sem liberdade de participação política. O antagonismo entre os interesses das elites locais, representados pelos *Chapetones* ou peninsulares, colonizadores nascidos na Europa que representavam o domínio e os interesses político-administrativo da Coroa Espanhola e os *Criollos*, descendentes de colonizadores espanhóis nascidos na América e que atuavam como comerciantes e proprietários de terras, mas não ocupavam altos cargos políticos na administração colonial conformavam a base para a gênese dos conflitos. A base da pirâmide social da colônia era formada por *Mestiços* que resultavam do relacionamento entre espanhóis e descendentes de líderes indígenas e, por fim, por indígenas e negros que de modo geral eram escravizados nas colônias.

O contexto histórico de colonização da Venezuela pouco difere dos demais países que compõem a América Hispânica. Tais aspectos não se referem apenas ao período colonial, mas também aos processos de independência liderados pelos *criollos*. Segundo Neves (2010), entre os anos de 1498 e 1520, os espanhóis exploravam o litoral do país em busca de pérolas, sobretudo na ilha de Margarita, região próxima à Cumaná e foi o primeiro estabelecimento espanhol permanente construído em 1523. Além disso Coro, atual capital do estado de Falcón, foi a primeira cidade fundada em 1527. Entre 1527 e 1547 o país foi explorado por grupos expedicionistas da Companhia Alemã dos Welser que buscavam pedras preciosas na região.

De 1547 a 1717, o país foi administrado por governadores indicados diretamente pela coroa espanhola e que respondiam à jurisdição da Audiência de Santo Domingo, constituída atualmente como a capital da República Dominicana. A Audiência de Santo Domingo era “responsável pela administração das colônias espanholas na América Central, Antilhas e Caribe, Flórida e a parte setentrional da América do Sul” (NEVES, 2010, p. 32). Conforme Neves (2010) até o final do século

XVI os vinte núcleos de povoamento que existiam na Venezuela estavam localizados nas áreas litorâneas. As missões católicas se encarregaram de ocupar a porção oeste do território.

No ano de 1717, a Venezuela passou a integrar o Vice-Reino de Nova Granada sediada em Santa Fé, atualmente conhecida como Bogotá, capital da Colômbia. Em 1728 foi fundada a Companhia Guipuzcoana de Caracas que desfrutava do monopólio das exportações do cacau para a metrópole. O antagonismo entre os interesses da Companhia e os produtores de cacau contribuiu para a extinção da instituição em 1780. Neves (2010) demarca ainda que o período colonial venezuelano foi marcado pelo escravismo e pela produção agrícola voltada para a exportação.

O movimento de busca pela independência da Venezuela é marcado por conflitos intensos e conta com a presença constante de militares e sob influência dos princípios da Revolução Francesa iniciaram-se as primeiras rebeliões em busca de liberdade. Alguns estudos consideram a revolução de 1795, empreendida por negros escravizados e liderada por Cimarrón José Leonardo Chirino, cafuzo livre, como a base das lutas independentistas (EMBAIXADA DA VENEZUELA, 2010). Neves (2010), no entanto, indica que a primeira tentativa de revolta com fins independentistas ocorreu em 1797 entre La Guaira e Caracas sob o comando do militar Manuel Gual. Em 1806 Francisco de Miranda, principal aliado de Simón Bolívar na gênese do processo de independência, liderou a segunda tentativa de revolta organizada nos Estados Unidos, porém, sem lograr êxito.

Durante o século XIX a Capitania Geral da Venezuela foi palco de movimentos anticolonialistas constantes. Conforme aponta Neves (2010, p. 33):

Foi em 1810, entretanto, que o movimento de independência da Venezuela, finalizado apenas em 1829, iniciou-se de fato. Nesse ano, com a justificativa oficial de salvaguardar os direitos do rei espanhol Fernando VII, preso na França dois anos antes por Napoleão, os *criollos* de Caracas depuseram os representantes espanhóis e estabeleceram uma junta governativa local formada por Cristóbal Mendonza, Juan de Escalona e Baltasar Padrón. Unindo-se aos representantes de outras partes do país, no entanto, a junta governativa declarou a independência em julho de 1811.

Nesse período, Francisco de Miranda, que havia partido para a Europa em exílio após a tentativa de 1806, retorna para a América e comanda a Venezuela a pedido de Bolívar. O êxito dos revolucionários durou, no entanto, apenas um ano. As

tropas reais organizadas em uma grande ofensiva retomaram o controle da colônia e esse processo marca o fim da Primeira República. Nesse intervalo “Miranda foi enviado preso à Espanha, depois de assinar a capitulação, enquanto Bolívar recebeu salvo-conduto para Curaçao” (NEVES, 2010, p. 33). Bolívar organizou outras tentativas de ascender ao poder e libertar o país do jugo da Coroa Espanhola, contudo, não logrou êxito. Entre 1813 e 1814, quando da instauração da Segunda República, Bolívar conquistou Caracas, mas foi novamente derrotado.

Alianças políticas foram estabelecidas na tentativa de romper com o domínio espanhol à medida que o sonho de liberdade florescia. Em 1819 a Venezuela, liderada por Bolívar, se uniu à Nova Granada sob o nome de República da Grã-Colômbia. A união prevaleceu até 1829 quando o general José Antonio Páez, nomeado por Bolívar para substituí-lo enquanto participava dos processos independentistas no Peru e Bolívia, determinou a saída da Venezuela da Grã-Colômbia. Esse período é caracterizado por uma vasta onda de instabilidade política. Antonio Páez assumiu a presidência da Venezuela em 1831, ano em que foi declarada a independência do país após a morte de Bolívar em dezembro de 1830 (NEVES, 2010).

As guerras e os conflitos que demarcaram esse período trouxeram impactos severos para a vida da sociedade venezuelana, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais. Segundo Neves (2010) as mortes causadas pelas guerras, a queda no preço internacional do café e do cacau que eram materiais indispensáveis para a economia do país, a diminuição produtiva, além das disputas internas por poder e território, delimitou os contornos para uma realidade sombria para o Estado ainda nascente. Diante deste cenário acreditava-se que um governo forte e centralizado seria a resposta para a (re) construção e estabilidade do país.

O general Antonio Páez dominou o cenário político até aproximadamente 1863. Esse período é caracterizado por uma intensa disputa entre conservadores e liberais, grupo representado pelo Partido Liberal criado por Antonio Leocádo Guzmán. Conforme Neves (2010, p. 37-38):

Entre 1858 e 1863, com o vácuo de poder, conservadores centralistas disputaram violentamente o poder com os liberais federalistas. A demanda expressa dos liberais, liderados por Juan Crisóstomo Falcón, Ezequiel Zamora e Antonio Guzmán Blanco, era a alteração da Constituição para dar mais autonomia às províncias, porém, as lutas se desenvolveram muito mais no sentido de uma disputa de poder entre setores da elite para o controle do Estado.

É importante ressaltar que várias alianças e negociações políticas foram estabelecidas entre as duas elites que disputavam o poder. A configuração das alianças variava de acordo com os interesses em pauta e demonstravam o descaso com as necessidades da classe trabalhadora nacional. Os liberais ascenderam ao poder em 1870, ano em que Guzmán Blanco assumiu a presidência do país. O governo de Guzmán Blanco, mesmo que indiretamente, se manteve até 1888. Após a deposição de Guzmán Blanco o país assistiu a ascensão do caudilhismo que, em 1892, consagrou seu poder pela eleição de Joaquín Crespo que permaneceu no poder até 1898. Neves (2010) aponta que o governo de Crespo foi permeado por intensa desordem civil e conflitos, fato que impossibilitou a eleição do candidato de Crespo, Ignacio Andrade, para as eleições presidenciais.

Entre 1899 e 1945, período que ficou conhecido como “Domínio dos Andinos”, o poder político foi exercido por líderes constituintes das Forças Armadas provenientes do estado de Táchira. A partir de então o presidente general Cipriano Castro desenvolveu um governo autoritário e centralizador, apesar de ascender ao poder erguendo a bandeira de um grupo político teoricamente liberal. Castro foi substituído por Juan Vicente Gómez, apoiado pelos Estados Unidos, em 1908. Vicente Gómez foi o responsável por implantar uma política de abertura da economia nacional ao capital internacional, estabelecendo relações vantajosas, sobretudo no que se refere à exploração do petróleo, a partir de 1917.

De acordo com Mota (2019, p. 45), este foi o:

momento em que se fortaleceu a economia venezuelana. Sendo essa fase, enfaticamente associada à ideia da construção do Estado moderno, pois foi o caminho de sua inserção na economia mundial. A exportação do produto transformou o país em uma economia rentável, e possibilitou a construção de uma infraestrutura viária e portuária, permitindo a implantação de um Estado centralizado (...).

O estabelecimento de vínculos políticos e econômicos privilegiados com os Estados Unidos se tornaram característica ímpar das ações adotadas pelo Estado venezuelano neste período e se manifestaram na disponibilização de condições vantajosas das explorações das reservas de petróleo para as empresas norte-americanas e holandesas. As mudanças transcorridas no plano econômico e produtivo promoveram um aumento populacional urbano acentuado.

O governo exercido por López Contreras, que assumiu o poder logo após a morte de Gómez, marca o início da abertura para os processos democráticos na política venezuelana. Em 1945, com o golpe de Estado promovido por civis e militares apoiados pela AD, a Venezuela vivenciou os primeiros indícios de um “ensaio democrático”. Em 1947 o país assistiu as primeiras eleições diretas para a presidência com a vitória de Rómulo Gallegos. No entanto a oposição não tardou em promover um novo golpe, movimento que levou Pérez Jiménez ao poder. Segundo Leotti et al. (2019) esse golpe contou com o apoio dos Estados Unidos. Com base no exposto observa-se que a relação entre Venezuela e Estados Unidos foi construída a partir da exploração e mercantilização do petróleo, bem como nas intervenções políticas.

O governo de Pérez Jiménez pode ser compreendido como um período de “(...) investimentos pesados em infraestrutura, principalmente viária, o que passava uma sensação geral de crescimento econômico” (NEVES, 2010, p.45). Além desses aspectos o governo de Pérez Jiménez, ao ascender, adotou medidas de criminalização dos partidos políticos opositores e a instauração de uma ditadura severa que assolou, sobretudo, os trabalhadores (DAMASCENO; COELHO, 2020). Os vastos recursos advindos da exploração do petróleo possibilitaram não apenas maiores investimentos por parte do Estado, mas também o descontrole na administração desses recursos, o que levou à recessão econômica.

Dado o descontentamento e a contestação popular por maior participação política, bem como o fortalecimento da oposição promovida pelas elites burguesas amplamente insatisfeitas, Jiménez foi deposto em 1958 por meio de um golpe promovido pela AD e COPEI (DAMASCENO; COELHO, 2020; NEVES, 2010). A queda de Jiménez marcou o início de um período singular na história política venezuelana: o Pacto de Punto Fijo.

O Pacto de Punto Fijo, que durou aproximadamente de 1958 a 1998, representou, conforme algumas perspectivas analíticas, uma tentativa de estabelecimento da democracia na política venezuelana. Conforme Neves (2010) o Pacto foi um tipo específico de acordo entre os principais partidos políticos daquele cenário: Acción Democrática (AD), Comité Político Electoral Independiente (COPEI) e Unión Republicana Democrática (URD). Um tempo depois o Pacto passou a representar o acordo entre os dois principais partidos do período: AD e COPEI. A negociação do poder permitiu que os dois principais grupos políticos ascendessem alternadamente ao comando político. Desta forma, os interesses das elites eram

conservados a partir da administração dos recursos advindos das exportações do petróleo, além de garantir a monopolização do poder.

Para Azeredo (2003, p. 113), no entanto:

A estabilidade democrática do país, a sua bem-sucedida trajetória através de décadas, empurrou para o sótão o passado autoritário, por vezes tempestuoso, da Venezuela. Sem embargo, os mesmos instrumentos que haviam assegurado a consolidação e o êxito dessa experiência, consagrada na Constituição de 1961, ensejariam um ulterior enrijecimento institucional, traduzido na incapacidade de admitir novos atores e de adequar-se às novas condições.

Diversos são os estudos que refletem sobre a atuação do Estado no processo de desenvolvimento econômico nacional durante o *Puntofijismo*. Paiva (2011) assinala, por exemplo, que durante a vigência do Pacto o Estado promoveu o crescimento econômico por meio de ações de incentivo à industrialização por substituição de importações. No entanto, a crise do petróleo na década de 1970 promoveu a hegemonia liberal e contribuiu para a diminuição da intervenção estatal. Assim, somente as classes ligadas ao Estado gozavam dos benefícios advindos da exploração do petróleo, o que demonstra que a sociedade de modo geral era excluída do acesso à riqueza socialmente produzida. Nos termos de Paiva (2011, p. 293), a “desestruturação socioeconômica, conduzida pelo processo de exclusão e decomposição dos mecanismos de integração social, impossibilitou que a sociedade tivesse acesso aos benefícios advindos do crescimento econômico do país”.

Damasceno e Coelho (2020) afirmam, no entanto, que a política econômica adotada pelo Estado venezuelano durante o *puntofijismo* estabeleceu uma espécie de “sociedade” entre as elites burguesas, em que as mesmas atuavam como executoras das medidas definidas pelo capital internacional e pelas empresas multinacionais. Essa dinâmica, para os autores citados, impediu o desenvolvimento industrial e inibiu a dinamização da economia em todas as suas possibilidades e tornou o país refém das imposições internacionais. Damasceno e Coelho (2020) referem-se ao Pacto de Punto Fijo como uma “política interburguesa” que primava pelos interesses das elites enquanto retirava da população venezuelana qualquer possibilidade de viver com dignidade ou acessar serviços essenciais de qualidade.

Mesmo tendo sido considerada em algumas perspectivas analíticas como exemplo democrático e como um modelo a ser seguido pelos demais países da América Latina (VIZENTINI, 1994), considerando que diversos países latino-

americanos enfrentaram ditaduras severas, sobretudo a partir de 1960, Fernández (2019) compreende esse processo político sob a forma de uma “democracia autoritária”, dado que, segundo o autor, o governo da Acción Democrática (AD), sob o comando de Rómulo Betancourt, inaugurou um período de repressão aos movimentos e reivindicações sociais, tortura aos/as opositores/as, reservou a ilegalidade aos partidos de esquerda, além de ter suspenso diversas garantias constitucionais. Assim sendo, Fernández (2019) compreende o Pacto de Punto Fijo como um ciclo marcado pela repressão aos movimentos e reivindicações sociais na luta pela qualidade dos serviços públicos, fato que excluiu a possibilidade de participação social no âmbito político (TRENADO, 2007).

Observa-se, desta forma, que a manutenção da democracia proposta e firmada no Pacto de Punto Fijo pairava no plano subjetivo e não se concretizava na realidade social, dado que nenhum outro grupo político logrou a possibilidade de concorrer politicamente ou propor projetos societários alternativos. Conforme Vargas-González (2021) o Pacto representou uma aliança estratégica geoeconômica com os Estados Unidos no controle dos mercados nacionais venezuelanos, em um sistema de distribuição de cargos e benefícios para todos aqueles que integravam o acordo.

Alinhado às perspectivas analíticas anteriores, Paiva (2011) nomeia a estratégia política adotada no Pacto de Punto Fijo como uma forma de “democracia conciliatória”, que objetivava a manutenção das estruturas adequadas para a perpetuação do poder. Segundo Trenado (2007, p. 15):

Durante mucho tiempo, este sistema se fundamentó en la extensiva utilización de los mecanismos de negociación y acuerdo inter e intraélites, lo cual le convirtió en excesivamente consensual y elitista. También cumplieron un destacado papel un Estado y un sistema de partidos altamente centralizado junto con los grupos de interés con sus múltiples funciones. En tercer lugar, se priorizaron algunos intereses socioeconómicos mediante prácticas neocorporativistas que, por un lado, incorporaron a los principales grupos privados y sindicales al ámbito de las decisiones estatales pero que, por otro lado, facilitaron la “colonización” de instituciones públicas por parte dichos actores.

A valorização do petróleo no mercado internacional durante o Pacto de Punto Fijo produziu entre a população a imagem de um país rico e em ascensão. Paiva (2011) expõe, todavia, que os benefícios advindos das vendas do “ouro preto” não alcançaram todos os grupos sociais já que a população venezuelana não acessou plenamente os serviços de saúde, moradia, emprego e saneamento básico, entre

outros. Ademais, conforme aponta Neves (2010), a venda do petróleo não impediu o crescimento da dívida interna e externa do país e a falta de investimentos em infraestrutura delimitou os contornos da crise que se anunciava. Conforme os apontamentos de Neves (2010, p. 49):

Apesar da continuidade dos altos preços do petróleo até 1986, a situação das contas do governo era insustentável. Além disso, a partir de 1986, os preços começam a cair no mercado internacional, impactando de maneira extremada a Venezuela. Some-se a isso a inflação, as altas taxas de desemprego, a desvalorização da moeda e o dreno das finanças públicas pelas políticas de clientelismo e pela corrupção.

No âmbito social, as desigualdades se acentuaram consideravelmente. O índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, entre 1980 e 1990, no contexto urbano saltou de 18% para 33%. Entre a população rural, Neves (2010) indica o aumento de 22% em 1981 para 34% em 1990. O desemprego estrutural saltou de 6% para 11% e os 20% mais ricos aumentaram suas rendas de 37,8% para 44,6% o que indica uma alarmante concentração de renda.

No aspecto econômico, os dados apresentados nos estudos demonstram que uma parcela significativa da população deixou de consumir produtos importados, inclusive alimentos, dada a variação na taxa de câmbio; a produção agropecuária e agrícola nacional não respondia às demandas da população; a queda do investimento público em infraestrutura impactou diretamente a produção industrial; o crescimento no setor de serviços, por sua vez, não correspondeu suficientemente ao número de trabalhadores que haviam perdido seus empregos no setor da construção. Os dados demonstram o caos social estabelecido na Venezuela, bem como as dificuldades enfrentadas pela população das camadas sociais mais empobrecidas. Esses elementos estabeleceram os contornos para a “inflamação” popular, descontente com as condições de vida impostas e que podiam ser observadas em diversos aspectos da vida social.

As insatisfações populares, a partir de então, acentuaram-se e explodiram no movimento conhecido como *Caracazo*, compreendido por alguns autores como “uma rebelião contra o avanço neoliberal” (VARGAS-GONZÁLEZ, 2021). O Caracazo foi um movimento que eclodiu nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1989, em Guarenas, Estado de Miranda. O movimento, que de acordo com alguns estudos era sem planejamento prévio, logo se expandiu por todo o país e representou as faces de uma

sociedade que ansiava por uma vida digna. O movimento iniciou como resposta ao aumento do preço das passagens dos ônibus.

As dívidas internas e externas e a desvalorização crescente do petróleo no mercado internacional, a partir de 1986, contribuíram para que Andrés Pérez, então presidente, recorresse ao “suporte” ofertado pelo Fundo Monetário Internacional. As medidas apontadas pelo FMI, no entanto, impactaram nas condições de vida dos grupos sociais que estruturavam a base da pirâmide social, sobrecarregando o total de despesas e diminuindo a qualidade de vida, já precária naquele momento.

As medidas adotadas foram o aumento de alguns produtos da cesta básica venezuelana, o aumento dos impostos sobre serviços essenciais como energia elétrica, água, transporte público, telefone, a privatização de empresas estatais, a contenção dos gastos públicos aplicadas em subsídios à população, entre outras. Além dos civis, policiais e oficiais de baixa patente das Forças Armadas participaram do levante reivindicando ajustes salariais ao passo em que produziram significativa oposição aos signatários do Pacto. Em consequência dos movimentos, foram notificadas a morte de aproximadamente 300 pessoas e diversos feridos (NEVES, 2010).

O *Caracazo*, segundo alguns autores, representou um divisor de águas na história política recente da Venezuela e indicou a queda da democracia representativa promovida pelo Pacto de Punto Fijo que, na verdade, sustentava não apenas a divisão de poderes intra-elites, organizado sob a égide de um governo corrupto, mas promovia a intensificação das desigualdades sociais e o empobrecimento da classe que vivia do trabalho. Mais do que ocupações de ruas e espaços públicos o *Caracazo* representou o “grito” popular contra toda a precariedade, pobreza e desigualdade instalada no país. Para Vargas-González (2021, p. 60): “Nessa festa na qual os oprimidos conseguiram legitimar suas ações e terem em suas mãos a possibilidade de criar outra história e outra política, a credibilidade na institucionalidade democrática “puntofijista” foi quebrada, bem como foi relegada à “ilegalidade” a política do governo”.

Diante da intensificação dos movimentos populares, em 28 de fevereiro de 1989, conforme Vargas-González (2021), o governo venezuelano instalou medidas de suspensão dos direitos constitucionais que impactaram diretamente o direito de trânsito, liberdade individual e de expressão, o direito à manifestação pacífica, entre

outros. A partir de então, o Exército foi às ruas para conter as manifestações e reestabelecer a ordem social.

No entanto, nos primeiros momentos, a população das favelas se manteve nas ruas e nas barricadas para impedir a entrada do Exército nas suas casas. Nesse instante, o Exército assassinava e a população se multiplicava e reagia. Mesmo com a firmeza e superioridade das forças repressivas, houve confronto com a resistência da população, que acabou apenas dias depois. O poder de fogo do Exército foi comprometendo a força e a coragem de um povo que havia reagido às políticas neoliberais, saindo às ruas e reorientando, mesmo que instantaneamente, o regime de propriedade e de organização social (VARGAS-GONZÁLEZ, 2021, p. 62).

As medidas adotadas pelo governo venezuelano na repressão às reivindicações populares não destoam profundamente das ações adotadas por outros governos da América Latina. A violência aplicada contra a população demonstra, na realidade, a face oculta das elites políticas e econômicas e da capacidade violenta para acionar as estratégias necessárias e, muitas vezes, desumanas para combater aqueles e aquelas que desestabilizam o contexto adequado para a manutenção dos privilégios das elites. Nesse contexto, o mito da democracia e da liberdade se desfaz e comprova a impossibilidade de existência sem conflitos entre os interesses da elite burguesa e da classe trabalhadora.

Em meio à instabilidade política vigente no período, em fevereiro de 1992, grupos militares de baixa patente que tinham Hugo Chávez como um dos seus líderes, promoveram a primeira tentativa de golpe de Estado. Mesmo após a reação do Estado a tentativa de golpe representou uma esperança para a sociedade, já que emergiu a partir das estruturas do próprio Estado. No ano de 1993 Andrés Pérez sofreu *impeachment* e, em 1994, Rafael Caldera assumiu a presidência do país, pondo fim, em tese, ao bipartidarismo produzido pelo *Pacto de Punto Fijo*.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a economia nacional estava fragilizada e o cenário de caos social contribuiu para que Caldera recorresse ao FMI. No entanto, a instabilidade política e a fragilidade econômica que moldavam o cenário nacional ergueram acentuadas dificuldades para o novo presidente, considerando que nenhuma figura política conquistou prestígio ou poder suficiente para combater as estruturas erguidas durante o período do Pacto de Punto Fijo. Em 1994 Caldera concedeu indulto à Hugo Chávez que, desde então, retomou a organização e os debates políticos estabelecidos desde 1982 em torno do grupo político denominado *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200)*.

Desde a saída da prisão, Chávez realizou ações para promover o fortalecimento do MBR-200 e instituir um novo agente político no cenário venezuelano: nascia o partido *Movimiento Quinta Republica (MVR)*. Integrada, em sua gênese, por militares descontentes com a realidade nacional, o MVR surgiu como uma alternativa mediante as estruturas políticas desprestigiadas, estabelecidas historicamente na Venezuela. Com base nos elementos apresentados e no caos socioeconômico estabelecido, representado nos altos índices de desemprego, desigualdade social e violência, Chávez obteve forte apoio popular e foi eleito em 1998 à presidência da República.

Chávez ascendeu ao poder com a proposta de reestruturação do Estado, tornando-o responsável por projetar e promover ações voltadas para o bem-estar social, no combate ao desemprego, às desigualdades sociais e à promoção da diversificação econômica a partir da renda advinda da exploração do petróleo, além de coincidir com um processo de ascensão e fortalecimento dos movimentos políticos de esquerda na América Latina. O petróleo foi protagonista em diversos momentos na história política, econômica e social da Venezuela e, desta forma, se expressou como um dos principais elementos das pautas políticas desde a segunda década do século XX.

Leotti *et al.* (2019) analisam a ascensão de Hugo Chávez ao poder a partir da reorganização política ocorrida na América Latina nos anos finais do século XX, demarcando a ascensão de grupos políticos de esquerda no cenário político, fortemente influenciados pela Revolução Russa e Cubana, como um tipo de movimento de resistência às investidas neoliberais, estimuladas por um processo de fortalecimento da perspectiva crítica e de movimentos emancipatórios (LOPES, 2019), manifestos em processos de resistência ao imperialismo norte-americano expresso, sobretudo, no avanço do projeto neoliberal a partir da segunda metade dos anos 70.

Concomitantemente, assiste-se a um processo extremamente dinâmico em que grupos e propostas político-econômicas se confrontam: de um lado a esquerda reunia forças para combater o avanço do neoliberalismo; do outro, a direita organizada para desestruturar os movimentos opositores e estabelecer um processo chamado por Fernández (2019) de “neocolonialismo do século XX” (tradução nossa) da América Latina, mas da Venezuela de forma especial. Os movimentos de resistência emergiram, portanto, como resposta ao domínio e exploração norte-americanos. No plano político e do discurso esses movimentos representavam para a sociedade civil,

principal afetada pelas dificuldades sociais e econômicas, a possibilidade de libertação para os países do sul explorado. Algumas perspectivas analíticas consideram esse um período de (re) negociação entre as classes burguesas, constituintes dos grupos políticos divergentes, num contexto de disputa pelos recursos advindos da exploração do petróleo.

Considero necessário, para esse momento, apresentar algumas análises desenvolvidas sobre o governo de Hugo Chávez na perspectiva de ampliar os referenciais analíticos, bem como observar a diversidade de estudos que se debruçam sobre a história política, social e econômica venezuelana, para compreender os processos migratórios que se manifestam no país vizinho.

De acordo com Leotti *et al.* (2019), a observação das relações exteriores edificadas pela Venezuela pode contribuir para compreender o cenário gestado naquela nação. Para esses autores a relação de dependência estabelecida entre Venezuela e Estados Unidos começou a ruir após a ascensão de Chávez. Desde a sua primeira eleição em 1999 o discurso de Chávez apontava para uma acentuada crítica ao imperialismo norte-americano e o indicava como principal causa do subdesenvolvimento nacional. Ainda segundo Leotti *et al.* (2019) a partir de Chávez a política externa venezuelana foi desenvolvida com base nos princípios revolucionários, voltada para os interesses da Revolução Bolivariana, afastando-se, portanto, dos ditames postos pelo capital globalizado. Assim, segundo os autores, Chávez estimulou uma política de forte enfrentamento aos Estados Unidos e defendeu a gênese de um processo de descentralização do poder no cenário internacional, processo que levaria ao rompimento da dependência e exploração dos países da América Latina.

Neste sentido, Chávez adotou um discurso político pautado na defesa dos interesses nacionais e da população mais pobre, manifesto na ampliação dos direitos sociais e no desenvolvimento de políticas públicas que culminariam em uma melhora significativa na qualidade de vida da população. Ademais, Chávez, segundo Leotti *et al.* (2019), defendia a instituição de relações de complementaridade e cooperação entre os países da América Latina instituindo um “novo paradigma nas relações internacionais de integração não-capitalista” (LEOTTI *et al.*, 2019, p. 97).

Para Leotti *et al.* (2017, p. 99):

A ascensão da esquerda no continente diminuiu consideravelmente a influência dos EUA sobre a região, com a priorização de políticas de cooperação Sul-Sul e o entendimento de que o mundo estava dividido entre periferia e centro guiando a geopolítica internacional de muitos líderes latino-americanos, sendo Chávez o maior expoente dessa visão.

Paiva (2011) questiona a democracia do governo de Chávez ao indicar que apesar do discurso populista e do carisma do presidente, as mudanças implantadas sufocavam qualquer movimento da oposição ao mesmo tempo em que estabeleceu um intenso controle estatal. Assim, Paiva (2011) afirma que a eleição de Chávez, antes de representar uma vitória para a democracia, estabeleceu uma espécie de “ditadura social” à medida que o Chefe de Estado “tem se utilizado de instrumentos democráticos, como referendos e plebiscitos, para implementar as reformas por ele propostas. Com isso, seus atos são mascarados por uma suposta legitimidade” (PAIVA, 2011, p. 299).

No plano econômico, mesmo com posicionamentos políticos e embates públicos entre a liderança bolivariana e norte-americana, os Estados Unidos permaneceram como o principal parceiro comercial da Venezuela fato que, para alguns autores, é compreendido como um paradoxo se considerarmos o discurso anti-estadunidense adotado por Chávez durante a campanha. A questão central político-econômica venezuelana, no entanto, estaria voltada para a administração dos recursos advindos da exploração desse recurso.

Enquanto as empresas transnacionais enriqueciam a partir da exploração do petróleo, o Estado venezuelano arrecadava uma pequena parte dos recursos advindos das exportações. Ribeiro (2018) destaca que Chávez ascendeu ao poder com a perspectiva de “semeadura popular da renda petroleira” que representa um projeto pautado na utilização da renda do petróleo para enfrentar a crise socioeconômica instalada no país. Ribeiro (2018) questiona, no entanto, se a “semeadura” da renda do petróleo promovida pelo Estado seria capaz de alcançar os mais longínquos espaços e grupos sociais venezuelanos.

Apesar das propostas de desenvolvimento socioeconômico, os anos iniciais do governo de Chávez foram marcados por instabilidades políticas, econômicas e sociais, em uma luta perversa por poder em que a classe trabalhadora, de modo geral, era a maior prejudicada. Em 1999, Chávez promulgou a nova Constituição venezuelana estabelecida a partir das relações conflituosas entre o presidente e os integrantes da AD e COPEI no Congresso. A nova Constituição fora estabelecida,

conforme Paiva (2011), com o objetivo de promover a efetivação dos direitos sociais e já manifestava o posicionamento político adotado pelo novo presidente que apontava para um anunciado “distanciamento” das perspectivas adotadas pelo capitalismo internacional.

A intensificação do tensionamento social e político foi, contudo, inevitável dado a não aceitação pelos opositores, composto pela burguesia venezuelana, das medidas adotadas pelo presidente e desembocou na tentativa de golpe em 2002 deflagrada pela *Coordinadora Democrática de Acción Cívica (CD)*, organização que reuniu os maiores opositores do presidente: Fedecámaras, a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), a Frente Institucional Militar e as empresas de mídia privada. Redirecionado ao poder pelo povo, Chávez adotou uma postura de “negociação” com os opositores e, desta forma, passou a construir sua hegemonia napolítica, inclusive, com apoio no âmbito militar.

É necessário apontar a importância do apoio popular no contragolpe de 2002, dado que, de certa forma, a Venezuela, naquele momento, se transformou em grande exemplo para a esquerda latino-americana e para as múltiplas reivindicações sociais silenciadas pelos golpes de Estado, sendo reconhecida, inclusive, no âmbito mundial (RIBEIRO, 2018).

Para Neves (2010, p. 69):

A partir desse momento, Chávez podia partir para a ofensiva, colocando em prática vários projetos de governo, dos quais os principais eram na área econômica (estatização de empresas que haviam sido privatizadas), na área de comunicação (com a criação de diversos canais estatais e com o combate aos canais privados de oposição) e na área social (com a criação das missões), esses últimos iniciando ainda em 2003.

O alcance das missões que foram, essencialmente, programas e projetos sociais desenvolvidos por Hugo Chávez no que se refere a ampliação do acesso à educação básica e superior, renda, segurança alimentar, Assistência Social, desenvolvimento regional, defesa e desenvolvimento dos povos indígenas, energia e habitação foram consideráveis. A oposição ao governo, em contrapartida, indicava que as ações eram desenvolvidas com fins políticos de perpetuação no poder e que não poderiam garantir efetivamente o fim das desigualdades sociais. A discussão desenvolvida por Paiva (2011) indica que as estratégias populares e as ações carismáticas de Chávez podem ser compreendidas como o caminho para a reeleição

por meio da garantia dos direitos sociais e da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. De certa forma, seja como estratégia de manobra e negociação política ou como projeto de enfrentamento às desigualdades sociais, dados demonstram conquistas importantes para a população em geral a partir do desenvolvimento das missões (NEVES, 2010). Durante o governo de Chávez, a inflação se manteve baixa no período que compreende 1999 a 2006; a pobreza caiu cerca de 20%, além de apresentar os menores índices de desigualdades entre ricos e pobres da América Latina (LEOTTI *et al.*, 2019).

No entanto, apesar das significativas conquistas é necessário refletir se as missões conseguiram promover mudanças significativas nas estruturas sociais que enraizavam as desigualdades sociais e se conseguiram romper com a dependência nacional em relação ao petróleo. Neste sentido, é válido ressaltar os apontamentos realizados por Neves (2010) em que, segundo o autor, um dos paradoxos que emerge a partir das análises das missões no que se refere à segurança alimentar que foi promovida por meio de subsídios para a venda de produtos essenciais, os investimentos em produção agrícola, no entanto, permaneciam escassos e, desta forma, a maior parte dos produtos vendidos eram provenientes das importações. Além disso, segundo o autor, a PdVSA concorria com os programas sociais para a obtenção dos recursos do Estado. Eis aqui uma grande questão, dado que os recursos dos programas sociais provinham das atividades petrolíferas, mas, ao mesmo tempo, necessitavam de maior investimento do Estado considerando o aumento populacional do período.

De acordo com Mota (2019), os altos investimentos realizados por Chávez em projetos sociais para o enfrentamento das desigualdades sociais não foram suficientes para conter a crise econômica que se anunciaria em 2009, acompanhada de índices elevados de desemprego. Além disso, segundo Mota (2019), para algumas perspectivas analíticas o baixo desenvolvimento industrial nacional e a dependência acentuada do mercado internacional seriam as bases para compreender a gênese da crise socioeconômica que assola o país venezuelano.

Paiva (2011), assim como Leotti *et al.* (2019), ressalta ainda que a política externa adotada por Chávez era fundamentada em um planejamento de integração dos países sul-americanos, baseada na ideia de fortalecimento político e econômico que prezava pela redução das desigualdades sociais e pela diminuição da dependência em relação aos Estados Unidos, assim como no estreitamento dos laços

com Cuba. Essas medidas podem ser compreendidas não apenas como estratégias de fortalecimento da América do Sul contra a exploração dos países de capitalismo avançado, sobretudo os Estados Unidos, mas também como medida de enfrentamento ao capitalismo global compreendido como a fonte das desigualdades sociais. Paiva (2011) indica que as medidas adotadas por Chávez expressavam a compreensão do Estado como instituição primordial e central no desenvolvimento nacional que pode se manifestar por meio de medidas voltadas para a proteção da indústria nacional em um movimento que pode ser compreendido como “anti-imperialista”. Nesta conjuntura, o Mercosul pode ser compreendido como uma dessas estratégias adotadas para promover uma maior aproximação entre os países da América do Sul, além de ter estreitado, sob o comando de Chávez, as relações com os países do Oriente Médio.

Com caráter populista e carismático e com discurso de defesa e ampliação dos direitos sociais, Chávez ampliou a participação popular nas esferas políticas com o objetivo de ampliar a democracia participativa, mas Paiva (2011, p. 296) indica que “ao mesmo tempo em que prega essa participação popular, ele estabelece mecanismos de controle para sufocar qualquer manifestação contrária ao seu governo, desarticulando, assim, as oposições políticas”. Esses elementos repercutem, inclusive, no governo de Maduro quando apontado como ditador por algumas vertentes analíticas.

Leotti *et al.* (2019) e Lopes (2019), contudo, afirmam que o discurso político amplamente difundido de que a Venezuela vivencia, sob o governo de Maduro, uma ditadura é uma estratégia adotada pelos países imperialistas para desestruturar um projeto político antagônico ao capitalismo. Além disso, os autores afirmam que não é possível admitir que a Venezuela vive uma ditadura, uma vez que ainda ocorrem processos eleitorais e que a oposição política dispõe de liberdade para organização e manifestação contra o governo. Não raro, no entanto, é possível observar em diálogos informais com os/as venezuelanos/as que chegam à Roraima indicações de que de forma concreta a liberdade de manifestação política contrária ao governo foi cerceada e que essa é uma das causas de intensos conflitos sociais e violência vivenciados na Venezuela contemporânea.

Paiva (2011), no entanto, afirma que o ato de votar não resulta em um governo democrático e não seria um indicador adequado para expressar a democracia plena de determinada nação. Esclarece, ainda, que refletir sobre a materialidade da

democracia venezuelana não significa dizer que Chávez não foi eleito de forma legítima, levando em conta o apoio popular adquirido, mas o processo eleitoral, segundo a autora, não foi baseado em preceitos democráticos, uma vez que alguns candidatos não foram autorizados a concorrer à presidência e o controle exercido sobre os meios de comunicação foram intensos.

Para alguns venezuelanos e venezuelanas, o controle exercido sobre as informações veiculadas nos meios de comunicação, bem como sobre o que é desenvolvido no âmbito acadêmico são um dos fatores que impedem que a comunidade internacional, inclusive a própria população venezuelana compreenda de forma profunda os elementos estrategicamente articulados para promover o controle social. A partir das vivências diárias, observa-se a diversidade de compreensões desenvolvidas por venezuelanos e venezuelanas sobre os processos que têm promovido a migração forçada. No campo teórico, de igual forma, encontramos uma pluralidade de investigações que analisam os fundamentos da migração venezuelana. Compreendo que as percepções construídas no campo teórico e na realidade diária da população migrante em Roraima são construídas a partir de um determinado posicionamento político e das experiências particulares de cada interlocutor. Assim, seria no mínimo um equívoco, no melhor dos contextos, tentar explicar a migração venezuelana sem considerar a pluralidade dos elementos apresentados.

Além desses aspectos, apesar de algumas análises teóricas indicarem a Venezuela como um país com baixo potencial industrial e de produção agrícola pouco desenvolvida, o que, sem o devido cuidado analítico, pode implicar em uma visão reducionista da realidade vivida no país vizinho, venezuelanos e venezuelanas residentes em Boa Vista contrapõem esses argumentos e apresentam o país como uma rica nação e indicam a crise como resultado das decisões políticas adotadas. Ana, por exemplo, afirmou que durante o governo de Chávez conseguia trabalhar e desenvolver seus negócios e indicou a ascensão de Maduro como o marco para a deterioração das condições de trabalho e queda acentuada do poder aquisitivo do povo venezuelano que fez com que ela fechasse uma de suas empresas, além de apontar a estatização das empresas e o controle dos preços das mercadorias também como fatores contribuintes para a estruturação da crise econômica que assola o país.

Embora alguns estudos apontem a estatização proposta desde o governo de Chávez como estratégia para enfrentar a corrupção e promover ações voltadas para a redução das desigualdades sociais, garantindo, assim, respostas às necessidades

sociais, Paiva (2011) indica que este foi um dos pontos de embate entre o governo Chávez e as elites venezuelanas. Isso porque modificou a estrutura econômica nacional, reordenou o posicionamento dos entes articuladores do poder, processos compreendidos em algumas perspectivas analíticas como risco à liberdade e à democracia, pautado em alterações constitucionais compreendidas por alguns autores como provedoras de ações invasoras e expropriadoras, consideradas como risco ao direito à propriedade privada.

Com a morte de Chávez, em 2013, Nicolás Maduro assumiu a presidência em um contexto de instabilidade política e econômica de queda nos preços do petróleo no mercado internacional, em 2014, e a corrupção existente na cúpula administrativa da PdVSA representaram grandes impasses para o novo governo. No plano político a morte de Chávez representou o enfraquecimento acentuado do projeto bolivariano na América Latina.

No contexto regional, Leotti *et al.* (2019) esclarecem que o enfraquecimento do projeto bolivariano foi acompanhado pela ascensão de grupos políticos de direita, corroborando para o isolamento político venezuelano sustentado no “esgotamento” dos movimentos políticos de esquerda. Nesses termos, para Leotti *et al.* (2019, p. 97): “A Onda Vermelha se esgota na América Latina com o fim dos mandatos da esquerda e a substituição via eleições por candidatos de viés centro-direita e direita”.

Sob forte oposição Maduro recorreu às Forças Armadas para se manter no poder e enfrentar a oposição organizada, fato que contribuiu para que alguns autores caracterizem seu governo como antidemocrático e autoritário. Leotti *et al.* (2019) destacam que substituir uma figura carismática e popular como Chávez não foi tarefa fácil para Maduro. Desta forma, não causa estranheza o fato de Maduro continuar com as estratégias adotadas pela política chavista de expansão da produção petrolífera e a redução da pobreza e da desigualdade social. No entanto, a crise econômica e a instabilidade política já anunciada no governo de Chávez se intensificaram no governo de Maduro.

Em relação ao contexto internacional, o governo de Maduro obteve pouca aceitação pelos países de base neoliberal. Assim sendo:

O legado da política herdada ao seu sucessor Nicolás Maduro, não está sendo uma tarefa muito fácil de prosseguir, devido, entre outros, as consequências das pressões capitalistas e neoliberais que pressionam o Estado para uma mudança radical na política interna. Em contraposição o governo atual de Nicolás Maduro defende a continuação do plano de governo

chavista, tornando-se essa queda de braço insustentável pelo cunho social, que vê seu país mergulhado em uma grande crise econômica (MOTA, 2019, p. 49-50).

As sanções aplicadas pelos Estados Unidos constituem também este cenário e não podem ser desconsiderados neste quadro analítico. Conforme Mello (2020), em matéria divulgada no jornal Brasil de Fato, a Venezuela, em especial as populações vulneráveis, tem sofrido com as medidas adotadas pelos EUA desde, aproximadamente, 2014 sem considerar as medidas adotadas pelo Reino Unido, União Europeia e Canadá. Essas medidas, segundo Mello (2020), são responsáveis pelo “bloqueio econômico” adotado contra o país latino e integra o conjunto de medidas aplicadas com o objetivo de interferir e fragilizar a política venezuelana e retirar Maduro e seus aliados do poder.

Um estudo realizado por Weisbrot e Sachs (2019), do Centro de Pesquisa Econômica e Política - CEPR em inglês - demonstra, no entanto, que as sanções aplicadas em agosto de 2017, que proibiram o governo venezuelano de adquirir novos empréstimos no mercado financeiro dos EUA e assim promover a recuperação da economia nacional, e em janeiro de 2019, que impediu a comercialização do petróleo venezuelano com os EUA, impactaram de forma ainda mais violenta as condições de vida da população venezuelana e retirou do Estado qualquer possibilidade de superação da crise. Segundo os autores, as sanções impostas à Venezuela, longe de alcançar o objetivo da desestabilização do governo recaíram diretamente sobre a população civil.

As sanções reduziram a ingestão calórica das pessoas, aumentaram as doenças e a mortalidade (tanto para adultos quanto para crianças) e deslocaram milhões de venezuelanos, que fugiram do país como resultado do agravamento da depressão econômica e da hiperinflação. As sanções exacerbaram a crise econômica na Venezuela e tornaram quase impossível estabilizar a economia, contribuindo ainda mais para as mortes adicionais. Todos esses impactos prejudicaram desproporcionalmente os venezuelanos mais pobres e vulneráveis (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 1).

Para Weisbrot e Sachs (2019), as sanções impactaram diretamente a vida e a saúde da população resultando em aproximadamente quarenta mil mortes entre os anos de 2017 e 2018. Os impactos produzidos nas condições de vida da população venezuelana, a partir das sanções aplicadas em 2017, foram desastrosos. Weisbrot e Sachs (2019) explicam que, entre os anos de 2013 e 2016, já era possível observar

uma queda de 24,7% do PIB; no primeiro semestre de 2017 a alta na inflação anual assombrava os consumidores e marcou, segundo as estimativas dos autores, cerca de 758% e 1.350% ao ano. Com a queda acentuada nas receitas provenientes da exportação do petróleo o governo não conseguiu comprar os insumos necessários para a produção de energia elétrica, medicamentos, alimentos, além de não conseguir investir nas políticas de saneamento básico.

Como a maior parte das receitas do Estado eram provenientes da venda do petróleo no mercado internacional, o governo passou a não dispor dos recursos suficientes para investir e manter os níveis de produção petrolífera, além de não conseguir importar os itens básicos de consumo da população venezuelana. Com a queda na produção, Weisbrot e Sachs (2019) explicam que a Venezuela perdeu, em 2018, cerca de US\$ 6 bilhões de dólares na receita do petróleo. Ao promover o rompimento das relações comerciais entre a Venezuela e os EUA que, segundo Weisbrot e Sachs (2019), em 2018, comprou cerca de 35,6% do petróleo venezuelano exportado, o governo norte-americano passou a pressionar outros países para que não comercializassem com o país latino. Um dos resultados dessas medidas foi a queda acentuada na produção do petróleo em cerca de 36,4%, em 2019.

Ainda de acordo com o relatório produzido por Weisbrot e Sachs (2019), havia cerca de 300.000 venezuelanos e venezuelanas em risco devido ao não acesso aos medicamentos, dos quais cerca de 80.000 eram pessoas com HIV que não receberam tratamento adequado em 2017, 16.000 estavam com câncer, outras 16.000 precisavam fazer diálise e cerca de 4 milhões de pessoas têm diabetes e hipertensão. Sara, uma das interlocutoras deste estudo, disse que um dos motivos que a fez migrar para o Brasil foi a questão do acesso aos medicamentos que ingere diariamente e que já não conseguia comprar na Venezuela.

Tendo em vista o contexto de sanções econômicas, assim como a redução acentuada dos recursos advindos da comercialização do petróleo e os impactos produzidos sobre as condições de vida da população venezuelana, Leotti et al. (2019) apontam a importância dos acordos estabelecidos com a China e a Rússia, ambos com interesses distintos e singularmente posicionados na geopolítica internacional e que são, teoricamente, de oposição aos Estados Unidos, como estratégia de sustentação política e econômica venezuelana.

As informações e análises desenvolvidas até o presente momento buscaram apresentar a complexidade conjuntural que envolve o contexto venezuelano e

demonstram a necessidade de um olhar analítico que se esforça na articulação dos elementos políticos, econômicos e sociais, no plano nacional e internacional que se entrecruzam e costuram a realidade venezuelana. Portanto, torna-se ainda mais importante refletir de modo mais atento sobre as narrativas desenvolvidas sobre a “crise venezuelana” que, como demonstrado, é constituída a partir da conjunção de diversos elementos.

Leotti *et al.* (2019), refletindo sobre as narrativas desenvolvidas sobre a realidade vivida pela população venezuelana, destacam o soerguimento de dois discursos específicos: de um lado a narrativa produzida pela mídia ocidental que, segundo os autores, coletivizam a ideia de que o governo de Maduro seja uma ditadura que desenvolve ações contra uma oposição que defende incansavelmente o retorno da democracia para o cenário sócio-político nacional; do outro lado há um discurso divulgado pelo governo venezuelano em que, segundo Leotti *et al.* (2019), a oposição ao governo conta com o apoio absoluto dos Estados Unidos, com o qual as elites venezuelanas mantêm vínculos ideológicos e que se articulam para derrubar um governo democraticamente eleito.

Informação é poder. Nesse sentido, Leotti *et al.* (2019) apontam a criação e veiculação, sobretudo pelos Estados Unidos, de informações sobre a situação venezuelana capazes de influenciar a opinião pública internacional de tal forma que não apenas o governo venezuelano seja compreendido como um regime ditatorial, mas que, antes de tudo, represente um risco para a América. Leia-se Estados Unidos. Dessa forma, para Leotti *et al.* (2019), o compartilhamento e a adesão a esses discursos por parte da comunidade internacional e nacional é acionado como estratégia para fragilizar os governos, bem como para legitimar as medidas de desestabilização adotadas.

Em meio a este cenário, a importância adquirida pelos meios de comunicação, considerados, nesta conjuntura, como ferramentas políticas para manipulação da subjetividade pública em um processo denominado por Leotti *et al.* (2019) de “guerra informacional” é grande. A “guerra informacional” é o processo de intervenção sobre a opinião/subjetividade da população que tende a moldar comportamentos, obscurecer a compreensão das lutas políticas e econômicas que moldam o contexto venezuelano e dificultam a veiculação e/ou acesso à informação por parte da população. Observa-se, com base no exposto, a impossibilidade em compreender os processos que se manifestam na Venezuela sem considerar os aspectos políticos e

sociais, as lutas de classe, a geopolítica internacional, assim como os conflitos de interesses classistas que estruturam a expulsão da população venezuelana. No caso da Venezuela compreendemos que não basta indicar que a dependência dos recursos advindos da exploração do petróleo é a causa para as instabilidades que cercam o país.

Jubran (2016) esclarece que o petróleo é, na contemporaneidade, um recurso estratégico capaz de garantir não apenas a segurança energética de um país, como também a arrecadação de recursos para o desenvolvimento socioeconômico, transformando-se, desta forma em “instrumento de poder na geopolítica global”, transformando-o em alvo de disputas globais (JUBRAN, 2016). Assim sendo, a conjuntura venezuelana deve ser pensada a partir das relações e tensões internacionais de poder, dos embates e disputas que vitimizam, sobretudo, a classe trabalhadora.

As discussões teóricas apresentadas neste estudo foram adicionadas para demonstrar a multiplicidade de esforços analíticos aplicados na compreensão dos processos que se desenvolvem na Venezuela. No entanto, esse estudo não ambiciona estabelecer uma verdade absoluta sobre um contexto que é demasiadamente complexo. Ainda assim, acredito que algumas questões podem ser alvo de pesquisas futuras e, de igual forma, podem ser aprofundadas, mas se apresentam aqui para demonstrar as múltiplas propostas reflexivas e buscar elementos que em associação possam contribuir para a compreensão da realidade, articulando as elaborações teóricas às informações obtidas na pesquisa de campo. Ressalto, ainda, que a articulação entre as diversas proposições teóricas acerca do contexto político, econômico e social venezuelano, se apresenta, ressaltando a importância de todos os estudos produzidos até o presente, como uma alternativa para buscar as “tendências conceitualmente subterrâneas”, para utilizarmos um termo de Saskia Sassen (2016), na tentativa de ultrapassar o superficial e compreender elementos de dinâmicas sistêmicas ainda mais profundas e que, à primeira vista, parecem estar desconectadas, buscando o afastamento de formulações generalizantes que se baseiam em distinções como cidade e campo, Oriente e Ocidente, capitalismo e comunismo.

Assim, o objetivo deste tópico foi apresentar uma perspectiva de análise que se baseia na articulação das elaborações teóricas desenvolvidas, compreendendo que a realidade vivida pela população venezuelana – leia-se, pela classe que vive do

trabalho – é resultado de uma luta de classes que se articula por meio de políticas, legislações, instituições especializadas e se expressa em conflitos de interesses políticos e econômicos que manifestam um aprofundamento agudo das relações capitalistas em que a população, como classe trabalhadora e grupos de consumidores, é vista de forma cada vez mais descartável. Neste cenário, confrontar grupos politicamente distintos, pelo menos no campo teórico, já não parece suficiente para explicar as raízes que sustentam um nível tão intenso de precarização da vida.

É paradoxal e realmente um “enigma social”, para utilizar mais uma vez as proposições de Saskia Sassen (2016), de que uma nação diversa e abundante em recursos naturais e não apenas petróleo, mas também em ferro e ouro, por exemplo, enfrente dificuldades tão severas, sobretudo no que se refere à baixa qualidade de vida da população. Paradoxal que essas riquezas, antes de serem utilizadas para promover maior qualidade dos serviços públicos, fortalecer e ampliar os direitos sociais, caminhem na direção contrária, gerando mais desigualdade, exclusão social e expulsão de pessoas das camadas sociais mais empobrecidas dos seus trabalhos, suas casas e suas famílias.

Nesse sentido, não basta apontar a busca pelo trabalho, a fome, a ausência ou a fragilidade do sistema de segurança pública venezuelano, a intensificação da criminalidade e/ou a violência urbana como as causas para a migração venezuelana. Essas são, antes de tudo, as consequências de um processo violento que manifesta as lutas intra-elites e que afetam diretamente a vida da classe que vive do trabalho e que forma a base da pirâmide societária e que está refém de um sistema internacional que expulsa um número cada vez maior de pessoas de suas casas, que vitimiza crianças, mulheres, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e idosos das mais diversas formas, que retiram o direito de não-migrar da população venezuelana e que obscurece estrategicamente os elementos que podem contribuir para o desvelamento da realidade social, política e econômica vivenciada no país vizinho. É em meio a esse contexto que as experiências migratórias de mulheres venezuelanas para Boa Vista, a partir da formação de redes sociais, se tornaram alvo dessa pesquisa.

4.2. REDES SOCIAIS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE MULHERES VENEZUELANAS EM BOA VISTA – RORAIMA

Diariamente são veiculadas informações e notícias em canais nacionais e internacionais sobre os dilemas vividos pela população venezuelana nos anos recentes. Há quem conceitue o processo como “crise migratória”, inclusive instituições reconhecidas internacionalmente e outros falam em “crise humanitária”. No entanto, nesse trabalho, os processos que se desenrolam no país vizinho são considerados como uma das expressões dos manejos sistemáticos do capital internacional e, portanto, compreendidos como migrações forçadas.

Entende-se que o termo “crise migratória” culpabiliza os homens e mulheres, jovens, crianças e idosos venezuelanos pela situação vivida no país e obscurece a compreensão crítica do cenário sócio-político. “Crise humanitária”, de igual forma, parece obscurecer a responsabilidade política, econômica e social dos agentes que manejam o poder em escala global e que, ao que tudo indica, levam a compreensão de que os deslocamentos humanos cada vez mais acentuados parecem ser resultados de condições naturais, sejam elas de ordem demográfica ou por catástrofes ambientais que, de certa forma e sem nenhuma conexão com os interesses econômicos em questão, levam um contingente humano expressivo a deixar suas casas.

De acordo com as informações apresentadas no relatório “Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2021”, produzido pela Universidade Católica Andrés Bello e publicado em setembro de 2021, um dos poucos levantamentos de dados elaborados sobre a Venezuela, recentemente a população venezuelana enfrentou dificuldades sociais e econômicas ainda mais agudas no contexto da pandemia da COVID-19, com a elevação dos índices de pobreza e desigualdade social. Segundo o relatório, no período correspondente a 2014-2020 o PIB venezuelano apresentou uma redução de 74%, acompanhado por uma queda da renda proveniente da exportação do petróleo que, segundo o estudo, além de ter sofrido os impactos produzidos pelos embargos econômicos, resultam também de problemas internos, sobretudo relacionados à gestão da PDVSA.

Além dos aspectos econômicos os dados do ENCOVI (2021) demonstram que pouco mais de 4 milhões de pessoas deixaram a Venezuela no período de 2015-2020, considerando a não publicação de dados oficiais por parte do Estado venezuelano, essas estimativas representam algumas tentativas em conhecer a realidade do país,

embora outras estimativas elaboradas no estudo apontem que esse número ultrapassou 5 milhões de pessoas em 2021. Além disso, o relatório indicou uma redução na expectativa de vida que antes da crise sócio-política e econômica era de 83 anos em uma projeção feita para 2050; agora, considerando o cenário, a expectativa reduziu para 76,6 anos. Houve também uma queda na taxa de nascimento de crianças devido à migração das mães para outros países, fato que implica diretamente no crescimento demográfico nacional.

O levantamento sobre o perfil migratório desenvolvido pela Universidade Andrés Bello indicou uma maior participação de homens na emigração venezuelana. Cerca de 51% tinha idade entre 15 a 29 anos, o que indica que a população migrante é composta, em sua maioria, por jovens em idade ativa e que apresentaram a busca pelo trabalho como uma das principais causas motivadoras para o deslocamento, seguido pela reunião familiar. Este perfil migratório é o mesmo indicado no relatório “Encovi 2019-2020” em que, segundo o relatório, uma parcela significativa dos emigrantes havia interrompido a trajetória acadêmica ou havia concluído a graduação e buscava oportunidades. Além desses fatores emergem questões relacionadas à insegurança, saúde e estudos.

O desemprego é uma questão que assola diariamente a população venezuelana. Dados do Encovi (2021) indicam que 51% da população se tornou inativa dada a redução das demandas de emprego, com a redução dos empregos formais no período que corresponde a 2014 e 2021. Esse fato incide diretamente na oferta de oportunidades de trabalhos formais e qualificados para as mulheres.

O índice de pessoas vivendo em situação de pobreza alcançou a marca de 94,5% enquanto o índice da extrema pobreza chegou a 76,6% até o ano de 2021. Os dados do “Encovi 2019-2020”, por sua vez, demonstraram que 96,2% da população venezuelana vivia em situação de pobreza, enquanto 79,3% viviam em situação de extrema pobreza e que desde o ano de 2014 os índices vêm aumentando. Esse cenário foi construído a partir da conjunção de diversos fatores, entre eles a redução acentuada do PIB em cerca de 70% entre 2013 a 2019, acompanhado pelo aumento acentuado da inflação em cerca de 3.365% entre março de 2019 e 2020. Ainda conforme o relatório os índices de pobreza apresentados pela Venezuela podem ser comparados com os países mais pobres do mundo e que dispõem de maior instabilidade política.

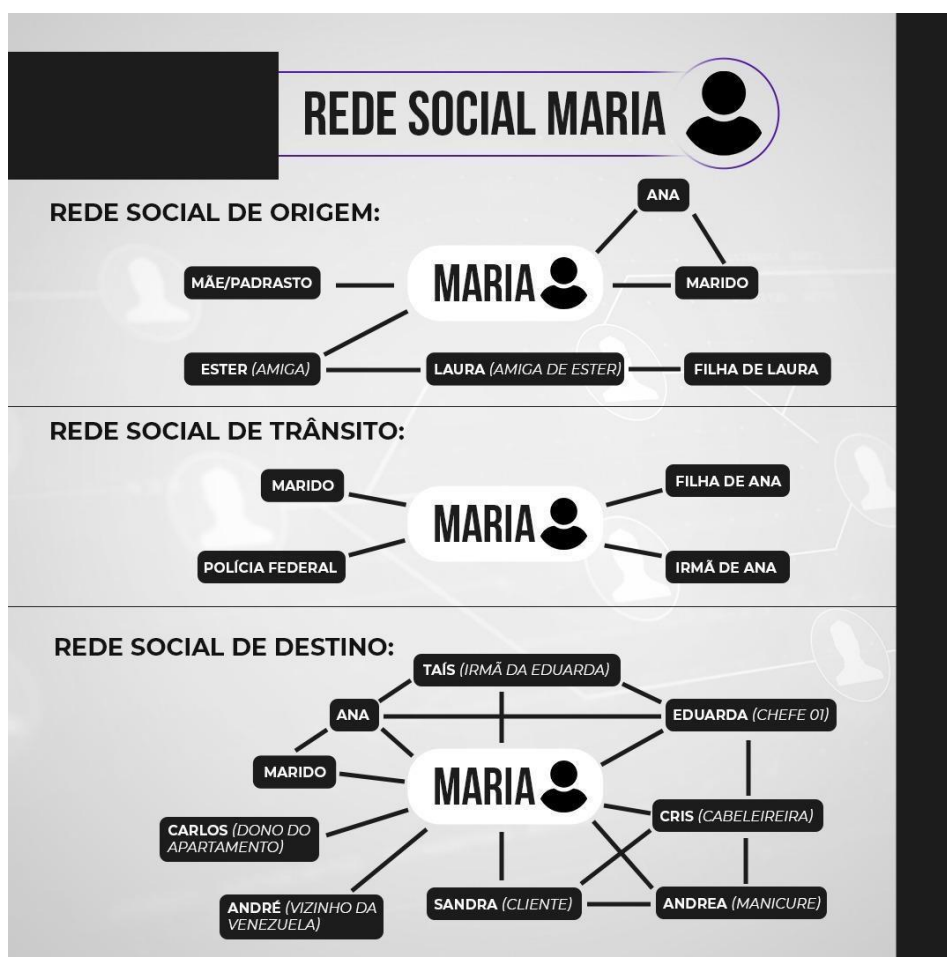
Além disso o relatório “Encovi 2019-2020” demonstrou, ainda, que os programas governamentais de transferência de renda representaram cerca de 25,3% da renda familiar, mas conseguiram diminuir apenas 1,5% da pobreza extrema. Outra informação de grande valor e que demonstra a grave situação vivenciada pela população venezuelana se refere a segurança alimentar. Os dados da “Encovi 2019-2020” demonstraram que, considerando os três últimos meses em relação à realização da pesquisa, 57% dos entrevistados afirmaram ter permanecido sem alimentos devido à falta de dinheiro ou outros recursos para adquirir os produtos, fato que causa ansiedade e preocupação a essas famílias quanto à capacidade de provisão de alimentos. Além disso, cerca de 49% afirmaram ter sentido fome, mas não tinham o que comer. No mesmo período 34% dos participantes afirmaram ter comido apenas uma vez ao dia ou passaram um dia inteiro sem ingerir qualquer alimento. O estudo ainda indica que a insegurança alimentar severa alcançou cerca de 33% das residências venezuelanas no período de 2019-2020 – entre a população mais pobre, três em cada sete moradias apresentavam o quadro de insegurança alimentar severa. Em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, apenas 3% das residências poderiam ser categorizadas como “Sem Insegurança Alimentar”.

Em meio a esse cenário, há um aumento considerável nos núcleos familiares (cerca de 60% do total) chefiados por mulheres que atuam na administração de recursos – financeiros, alimentares e materiais. Esses e outros elementos fundamentam as análises que serão desenvolvidas a seguir e contribuem para situar o contexto migratório venezuelano, considerando a emergência de diversas famílias em busca de meios para garantir a sobrevivência. Esses e outros elementos fundamentam as análises que serão desenvolvidas a seguir e contribuem para situar o contexto migratório venezuelano, considerando a emergência de diversas famílias em busca de meios para garantir a sobrevivência. Dessa forma, reitera-se que neste tópico serão apresentados e discutidos de forma detalhada os dados obtidos na pesquisa de campo por meio da apresentação simultânea das questões que nortearam o diálogo, bem como do entrecruzamento das respostas apresentadas por cada participante.

4.3. “NOSOTROS NO ESTAMOS AQUÍ PORQUE QUEREMOS. LAS CIRCUNSTANCIAS NOS SACÓ DE NUESTRA TIERRA PARA OTRO PAÍS”

As trajetórias e experiências apresentadas, ao longo desse tópico, são diversas e evidenciam alguns aspectos comuns às mulheres que participaram deste estudo e outros que são particulares e singularizam cada história de vida. Iniciaremos nossa imersão apresentando as estruturas das redes sociais estabelecidas antes e durante o deslocamento, assim como aquelas estruturadas na sociedade de destino. A imagem a seguir apresenta, de forma conjunta, a estrutura das redes sociais estabelecidas por Maria (2021), a primeira interlocutora desse estudo.

Figura 4 - Redes Sociais - Maria



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Ao observar a rede social de origem é possível perceber que a estrutura base para suporte e informação estabelecida por Maria se fundamenta, em linhas gerais, em laços familiares e de amizade. Nessa estrutura inicial, Ana, Ester, Laura e sua filha desempenharam papéis centrais nas experiências compartilhadas por Maria durante

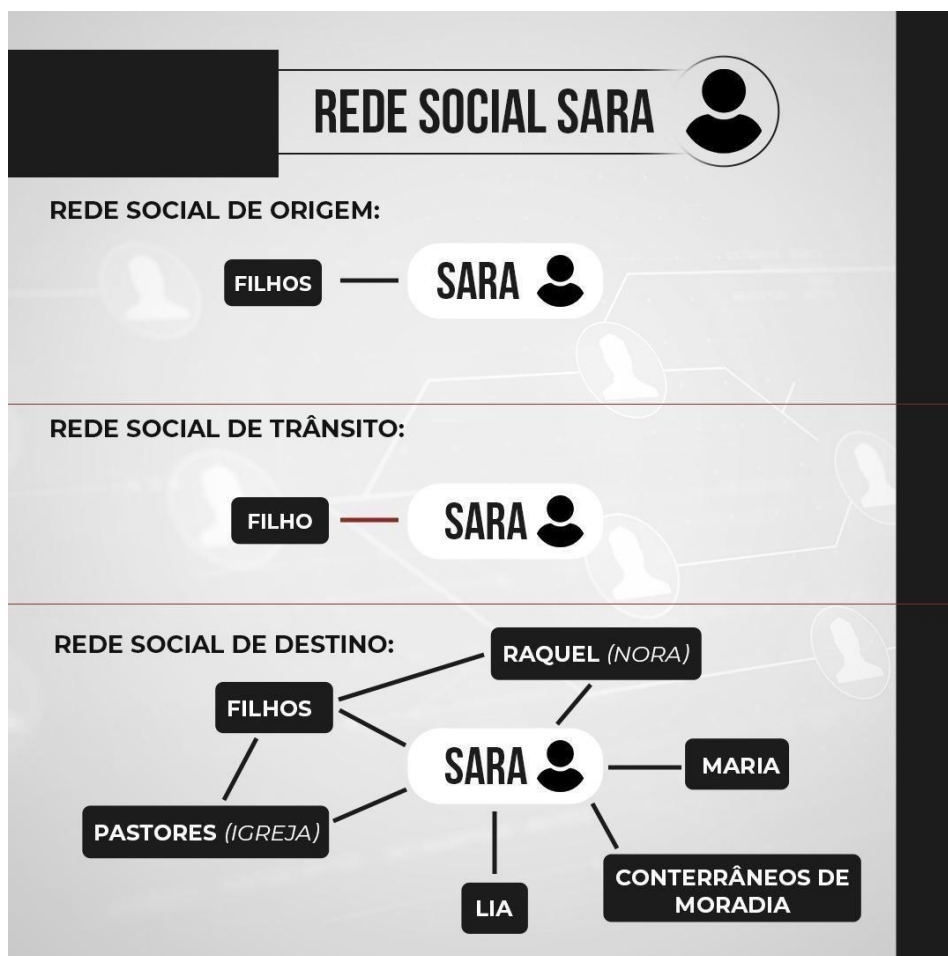
a realização das entrevistas. Essas informações serão apresentadas e discutidas posteriormente.

Quando a análise é voltada para a rede social de trânsito torna-se visível a redução dessa estrutura que passou a ser formada, segundo as informações apresentadas, apenas pelo marido e por duas companheiras de viagens. A Polícia Federal também integra esta rede e considero essa informação de grande relevância porque demonstra, assim como apresentado por Soares (2004), que as redes também são constituídas por instituições e/ou organizações conectadas por algum tipo de relação e que podem atuar tanto na gênese dos processos migratórios, quanto no apoio durante o percurso ou na acolhida após a chegada ao local de destino. A Polícia Federal foi apresentada por Maria como a instituição responsável pelo acolhimento e pelas orientações recebidas em Pacaraima.

Em Boa Vista, além de ser notória a ampliação das redes sociais tecidas, um componente interessante das redes estabelecidas por Maria é que boa parte dos laços são firmados com mulheres, inclusive, foram apresentadas como pontos de referência mediante situações de dificuldades. As questões singulares das redes sociais de Maria extrapolam a verificação de que são, essencialmente, redes de mulheres, mas também demonstram que, em alguns casos, as redes sociais estabelecidas com as mulheres nas sociedades de destino (nesse caso, brasileiras) se transformam na principal ferramenta de fortalecimento social, emocional, psicológico e material.

Sara, por sua vez, além das questões econômicas e dos aspectos relacionados à qualidade de vida, disse que não conseguia emprego na Venezuela por conta da sua idade. Sendo assim Sara veio para o Brasil na esperança de conseguir um trabalho na sua área de formação e para ajudar o seu filho no cuidado com os netos. Nota-se, dessa forma, que a migração de Sara ocorreu dentro do núcleo familiar como estratégia de apoio e cooperação.

Figura 5 - Redes Sociais - Sara



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Diferentemente de Maria, a rede social de origem e trânsito de Sara foi estruturada com base nos vínculos familiares. A ampliação da rede é observada no local de destino pelo contato estabelecido com uma família brasileira que os acolheu e com as amizades estabelecidas com outras famílias venezuelanas que moravam no mesmo condomínio. Este é, inclusive, um aspecto que chamou a atenção durante a entrevista: o condomínio em questão era ocupado, em sua maioria, por famílias venezuelanas que estabeleciam laços entre si, com escalas diferenciadas de proximidade, em um ambiente em que era possível falar o mesmo idioma, compartilhar elementos culturais, memórias e vivências.

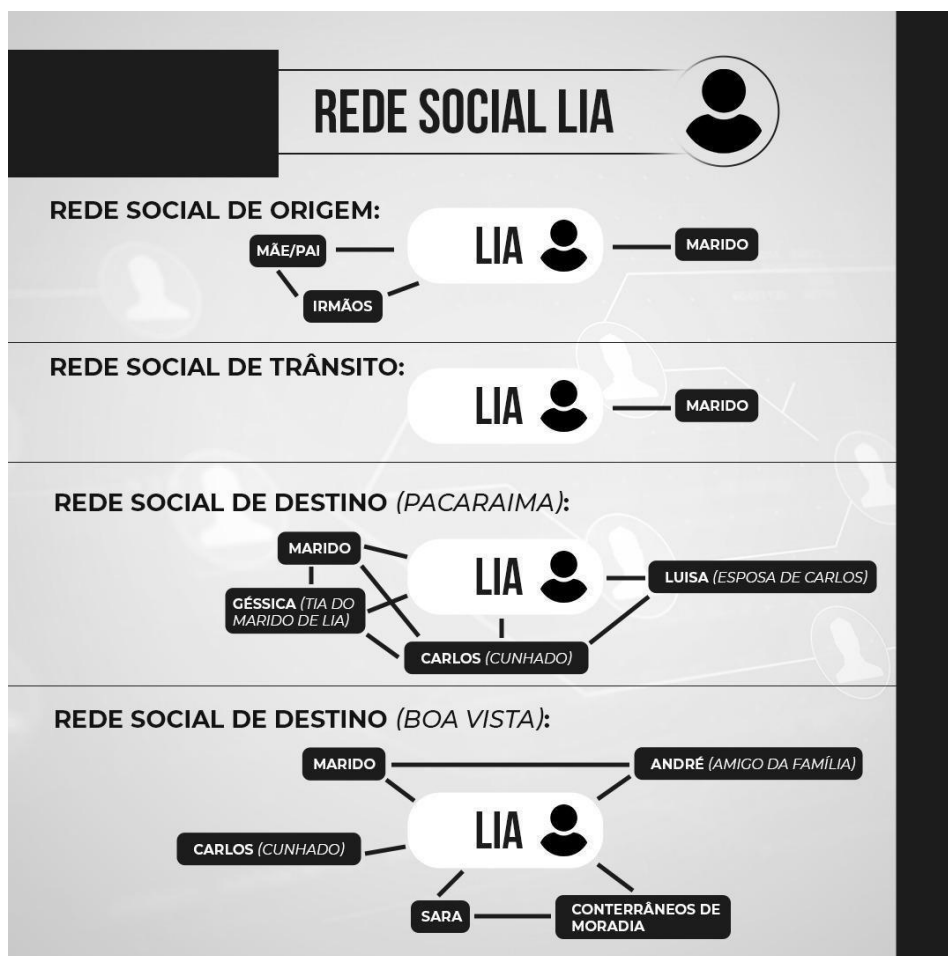
Esses espaços, conforme assinalam Gallo e Marandola Junior (2008), podem atuar na adaptação e inserção do/a migrante, funcionando como mecanismos de proteção existencial, ao passo em que também podem promover a restrição social do/a migrante às redes sociais e de locais estabelecidos com outros migrantes. Dessa

forma, a interação do/a migrante com os locais de destino, bem como com as pessoas fica impossibilitado.

Nos termos dos autores “Esse desligamento serve como um estímulo ou agravante da falta de interação migrante-local de destino e migrante-habitantes locais” (GALLO; MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 6). Além disso as relações estabelecidas por Sara nesse espaço social determinado eram ferramentas pelas quais percorriam as mais diversas informações sobre a Venezuela e o Brasil, bem como sobre oportunidades de trabalho, auxílios, experiências migratórias e/ou assistência no Brasil, seja no âmbito social e/ou econômico.

No caso de Lia, no entanto, as redes de origem, trânsito e destino estabelecidas se fundamentam, em linhas gerais, em relações familiares (considerando o período em que morou em Pacaraima). Embora Lia tenha trabalhado como atendente em um estabelecimento em Pacaraima, as relações indicadas como referência para ajuda e troca de informações se voltam, quase que exclusivamente, para o âmbito familiar. Observa-se uma leve ampliação das redes sociais de Lia ao chegar a Boa Vista e, ainda assim, são relações com níveis diversos de proximidade. A aproximação com os vizinhos conterrâneos que vivem no mesmo condomínio que ela, por exemplo, não é tão intensa quanto o vínculo estabelecido com Carlos (cunhado) ou André (amigo da família), ambos apontados como referência de apoio.

Figura 6 -Redes Sociais - Lia



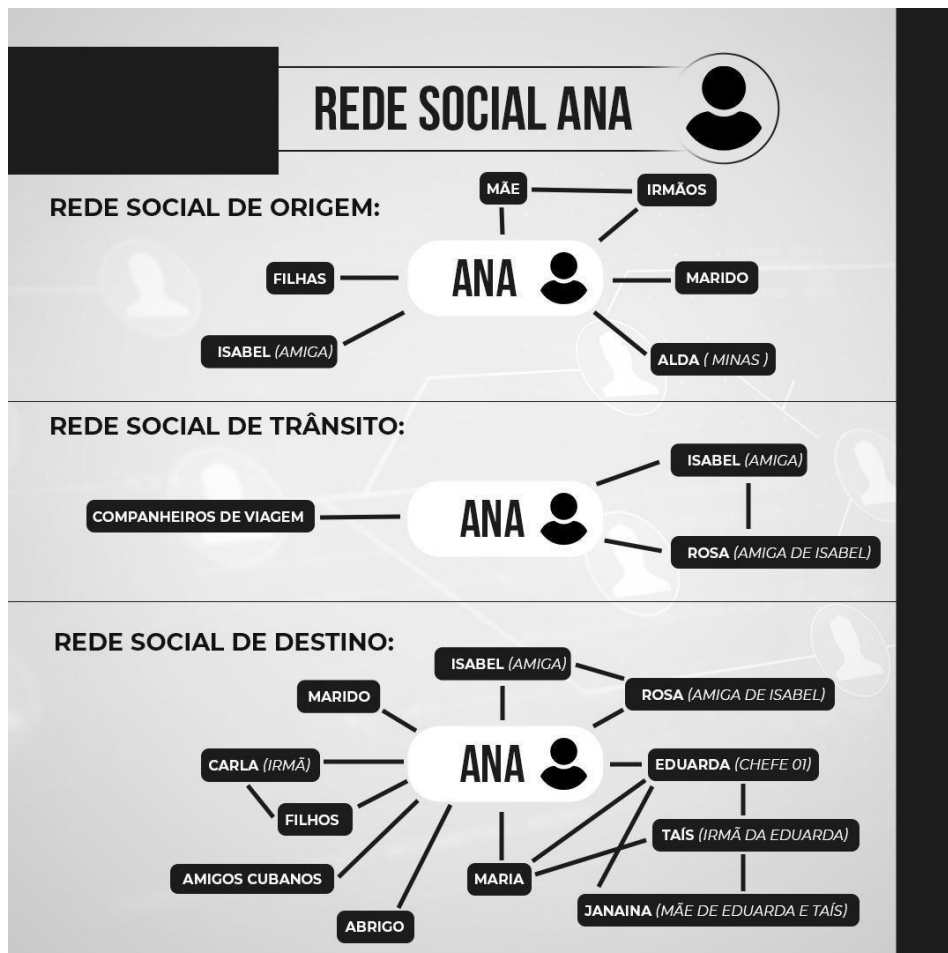
Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

A concentração dos vínculos de Lia no ambiente familiar é uma característica que a particulariza, de certa forma, no universo de análise. Uma das possibilidades explicativas é a questão de que Lia não trabalha no mercado formal e se dedica exclusivamente aos cuidados com os filhos e, por isso, não interage de forma tão intensa com a comunidade local. Durante a entrevista foi possível observar que o ambiente do lar, para Lia, é um espaço de cuidado e segurança, ao passo que a pandemia foi apontada como um impeditivo para maior interação social com a população boa-vistense.

Ana, por sua vez, tem suas redes sociais de origem e de trânsito estabelecidas a partir de vínculos de parentesco e amizade. Sua amiga Isabel foi o ponto-chave para estabelecer contato e troca de informações com Rosa (amiga de Isabel) que já residia em Boa Vista e ofereceu acolhida, caso Ana e Izabel decidissem vir para o Brasil.

Para Ana a rede familiar atuou como ponto de suporte financeiro e psicossocial e as demais estruturas das redes podem ser observadas na imagem a seguir.

Figura 7 - Redes Sociais - Ana



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Ao observar a figura verifica-se que as redes sociais de Ana se ampliaram consideravelmente em Boa Vista. Por meio dessas redes, constituídas majoritariamente por mulheres, Ana alcançou oportunidades de emprego, conseguiu sair do abrigo em que vivia e conseguiu trazer muitos familiares para o Brasil. Essas são conquistas de grande valor, conforme o relato da mesma. Considero importante destacar que Ana desempenha um papel fundamental na estruturação e sustentação dessas redes, atuando na transferência e processamento de informações entre Boa Vista e a Venezuela, contribuindo diretamente na viagem de seus familiares para o Brasil, tanto no processo de estímulo quanto na acolhida ao chegar em Boa Vista.

Ao iniciar as entrevistas, cada participante foi questionada sobre quais as motivações que contribuíram para a determinação do projeto migratório. Entre os

elementos apresentados foram recorrentes as questões relativas à baixa qualidade de vida, à ausência de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, à escassez de recursos para comprar materiais para desenvolver alguma atividade laboral autônoma, às questões relativas ao acesso aos serviços de saúde, bem como a medicamentos, saneamento básico, entre outros elementos. Em seu relato, Maria disse o seguinte:

Eu era manicure lá y eu tinha muita cliente, muita. Mas no conseguia ter un valor pra ela seguir facendo a uña y eu consegui compra de novo o material. Enton, era muito difícil eu ficar comprando mias cosas y facendo, né. Mas eu queria, mas no conseguia. Tipo así: eu facia uma uña y no dava pa comprar un esmalte, no dava pa comprar uma acetona... Y fue de ese jeito que eu decidi sair lá porque eu vi que no era, no dava, no dava pra tú trabalhar, f icar con dinero... ¿Entendió? No dava. Aí eu fui, tipo así, eu tinha muitas cosas e fue acabando tudinho. Fue acabando e eu fique así olhando e eu falava: “No da porque a gente no tem dinero, a gente quer se arrumar, mas no tem”. No tem como eu falar: “Eu vo colocar un valor y elas no vão facer”. ¿Entendeu? Porque no dava, no dava pa facer. A gente se arruma, gostava de se arrumar, né, mas se eu colocar un valor exagerado elas no iban a facer. Enton, eu decidi... (MARIA, 2021).

Além dos aspectos apresentados a história de Maria desvela alguns dos riscos vivenciados por mulheres venezuelanas que vislumbram na migração a possibilidade de melhorar a vida de sua família: o tráfico internacional de mulheres para a exploração sexual. De acordo com o seu relato, Maria conheceu, por meio de uma amiga (que aqui chamaremos de Ester), uma mulher (Laura) que lhe ofereceu a oportunidade de migrar para trabalhar como manicure em uma barbearia na Colômbia. Maria contou que já pensava em sair da Venezuela, mas que não conhecia ninguém, naquele momento, que pudesse apoiá-la com informações ou que pudesse acompanhá-la durante o percurso. “(...) *eu queria sair también, mas no queria ir só eu. Quería ir con otra pessoa que me orientasse*” (MARIA, 2021).

Os relatos de Maria demonstram o nível de insegurança vivido pelas mulheres venezuelanas, ao passo em que apresentam uma das estratégias utilizadas por elas, ou seja, a de migrar a partir de uma rede de contatos estabelecidos em relações de confiança que possam diminuir os riscos e, inclusive, o medo de migrar, presente nos deslocamentos, sobretudo aqueles de longa distância. No caso apresentado, observou-se que a questão da identificação com a pessoa do mesmo gênero pode ter contribuído para a confiabilidade das informações transmitidas e das “boas intenções” de Laura. Nesse caso, migrar com outras mulheres, sobretudo, aquelas que

compartilham necessidades, contextos socioeconômicos e familiares semelhantes, parece promover certa “identificação” entre o grupo.

Outra informação que se destacou nos relatos de Maria é o nível de segurança e confiança transmitido para uma pessoa que seja conhecida de algum amigo ou familiar. Essa é, inclusive, uma das características das análises de redes sociais. Algumas vezes os sujeitos que compõem a rede não mantêm relação direta entre si, mas podem estar conectados por relações intermediárias. Maria não conhecia Laura, mas sua amiga Ester conhecia. Esse elemento, relacionado com as necessidades vividas por Maria, delinearam o contexto que propiciou a decisão migratória.

Nesse primeiro projeto migratório, Maria migraria sozinha e seus filhos permaneceriam na Venezuela com o pai e o restante da família, o que demonstra que as redes familiares atuam diretamente no suporte ao projeto migratório. No entanto, com o decorrer dos dias, Maria observou que outras dez mulheres desconhecidas, além dela, faziam parte do grupo que iria para a Colômbia. Além disso, segundo o seu relato, Laura passou a insistir veementemente para que Maria não levasse seus materiais de trabalho e outros itens pessoais e não teve acesso a qualquer informação sobre o endereço da residência em que supostamente ficariam. O aliciamento às mulheres era feito, segundo Maria, com a promessa de trabalho e muitas oportunidades para melhorar a vida das famílias de cada uma das que migrariam para a Colômbia. Maria decidiu não ir para Colômbia pois suspeitou que se tratava de uma rede de aliciamento de mulheres para o tráfico internacional voltado para a exploração sexual. Em seus relatos, Maria afirmou que essa é uma realidade presente na vida de muitas mulheres venezuelanas, inclusive, vítimas do tráfico para exploração sexual em regiões de garimpo. Ana, por exemplo, afirmou que foi convidada por uma mulher “conhecida” (identificada como Alda) para trabalhar como cozinheira em uma região de garimpo na Venezuela: “Yo me interesé porque... O sea, podía ganar un poquito más de dinero. Tenía tres hijos, una madre a quien nosotros ayudamos” (ANA, 2021). No entanto, a senhora dona do acampamento pediu um dinheiro emprestado para Ana e desapareceu desde então.

Com o objetivo de conhecer os meios pelos quais as mulheres migrantes recolhem e quais são as informações disponíveis sobre o local de destino, as participantes foram questionadas sobre quais informações possuíam sobre o Brasil no ato da decisão migratória. Nenhuma das entrevistadas indicou ter tido posse de informações consideradas relevantes sobre o Brasil como a oferta de trabalho, o

funcionamento da economia, as políticas públicas voltadas para o acolhimento de migrantes, entre outras.

Observou-se que, em linhas gerais, as participantes conheciam apenas alguns aspectos da cultura brasileira e tinham a televisão como principal canal de transmissão. Esses elementos demonstram que, algumas vezes ou talvez em mais casos do que se possa ter conhecimento, os/as migrantes deixam seus países sem qualquer informação considerada relevante por eles/as sobre o lugar de destino. No caso das participantes desse estudo as informações que tinham acesso eram do Brasil como o “país do futebol” e do carnaval, representado pelo Cristo Redentor ou por músicos famosos como Roberto Carlos, por exemplo.

Esse elemento é interessante porque diverge da idealização construída de que as redes sociais são estruturas homogêneas, acabadas em si mesmas, que veiculam informações completas e de que o/a migrante sempre dispõe de informações múltiplas. Verificou-se, portanto, que poucas eram as informações, assim como eram frágeis as possibilidades de acessá-las de forma integral. Maria, por exemplo, afirmou que não tinha um celular bom ou acesso efetivo à internet que lhe permitisse buscar mais informações sobre o Brasil ou que possibilitasse aprender sobre o idioma, estratégia que ela considerava importante para não enfrentar tantas dificuldades ao chegar ao Brasil.

Nesses casos, as migrantes se lançam no mundo ou “*tentam la suerte*” como dito em vários momentos nas entrevistas. É um processo de lançar-se sem ter a certeza de que conseguirá emprego ou algum meio para promover uma vida melhor para si e para sua família. Assim, as migrações dessas mulheres e desconfio que seja dessa forma para muitas outras, é um processo de “sorte ou azar” porque, muitas vezes, se lançam sem ter a certeza de que estarão seguras, se conseguirão um lar ou trabalho, se mudarão seu contexto de vida.

Os impactos provocados na vida dessas mulheres em decorrência da ausência dessas informações foram observados em alguns momentos em que os relatos apresentaram as dificuldades para acessar o mercado de trabalho, seja pela questão da idade, gênero ou nacionalidade, o que gera tristeza e descontentamento. Em uma das entrevistas, ao falar sobre as dificuldades em atuar em sua área de formação, foi possível perceber em Sara uma profunda decepção e tristeza por não conseguir adentrar no mercado de trabalho, tanto na Venezuela quanto no Brasil, por conta da idade.

Sara, Lia, Ana e Maria são mulheres, entre tantas outras, que migraram para o Brasil sem nenhuma informação relevante sobre o mercado de trabalho, os costumes, o idioma e as demais informações consideradas importantes para conhecer o modo de vida no Brasil e as possibilidades que encontrariam ao chegar. Ouvir os relatos dessas mulheres comprova a importância e a necessidade de refletir não apenas sobre a complexidade da migração venezuelana, mas sobre os efeitos concretos que esses processos têm produzido na vida dessa população. Entende-se por efeito concreto não apenas os aspectos relacionados aos bens materiais e/ou financeiros, mas também a questão da saúde mental dessas mulheres.

Para tanto, basta compreendermos que são mulheres que se lançaram no desconhecido, forçadas a abrir mão de suas âncoras - laços, lares, amigos, famílias, trabalhos - do habitual para mergulhar em uma viagem com tamanhas incertezas e, ainda assim, ter que partir porque não há possibilidade de permanecer em seu lar. Não há chance, não existem possibilidades para elas.

Quando questionadas sobre quem foi a pessoa que compartilhou a possibilidade de migrar para o Brasil, vale destacar que Maria disse que a decisão de vir ao Brasil foi resultado de uma análise das possibilidades que ela dispunha naquele momento. Em seus termos:

Porque é, tipo así, tem tres frontera y a posibilidad era Colombia o Brasil pra gente sair. O, tipo así, si a gente vai lá en Colombia tem que ir, tem que pasar por Colombia pra poder ir pra otro país, por exemplo, Peru, Chile... tem que pasar obligatoriamente por Colombia, mas eu achava muito longe y muito peligroso salir con mia filha y chegar lá en Peru o Chile por causa do frío que tem que pasar.

Um aspecto relevante presente nos relatos de Maria é que no núcleo familiar a elaboração do projeto migratório e a decisão em si foram tomadas por ela e seu marido atuou como base de apoio. Esse elemento é importante porque rompe com o paradigma de que as mulheres migram apenas como acompanhantes e demonstra a atuação feminina na tomada de decisões, bem como o protagonismo direto no contexto de decisões importantes para a manutenção socioeconômica familiar. Além disso, o contexto vivenciado por Maria manifesta algumas unidades do processo de (re) negociação das relações de gênero na medida em que ela passou a deter maior protagonismo na esfera das decisões familiares.

No que se refere à importância das redes sociais, o relato de Maria demonstrou que mesmo quando a articulação entre as redes não é percebida pelas migrantes como estratégia de grande importância para o desenvolvimento do empreendimento migratório, é justamente a estruturação das redes sociais e o suporte material e imaterial que por elas transitam que influenciam e, em alguns casos, determinam a migração. Ou seja, mesmo ao afirmar que a decisão de vir para o Brasil foi resultado de uma escolha autônoma, Maria fez uso do contato com Ana para conhecer, mesmo que minimamente, a realidade vivida pelos/as migrantes venezuelanos/as no Brasil. Durante o diálogo, Maria afirmou que as informações que obteve sobre como seria o deslocamento, os custos financeiros envolvidos, assim como sobre as dificuldades para chegar ao Brasil foram adquiridas com base nas experiências de Ana que já morava em Roraima há algum tempo.

Em contrapartida, nos relatos de Maria observou-se que, em determinadas circunstâncias, as redes sociais são estabelecidas a partir de relações de reciprocidade, mas também de conflitos. Assim, momentos de conflitos podem emergir devido a “compromissos” firmados entre aqueles/as que ainda migrarão e aqueles/as que se encontram na sociedade de destino e que se comprometem em ajudar no momento da chegada. Vale ressaltar que essa ajuda pode ocorrer de diversas formas como, por exemplo, por meio do abrigo nos primeiros dias após a chegada, na ajuda com alimentos, “segurando” uma vaga de emprego ou até mesmo buscando informações sobre moradias – casas ou apartamentos - para alugar em Boa Vista já que em muitos casos, como foi o de Maria, as famílias não desejam ir para os abrigos porque conhecem ou já ouviram falar das dificuldades vividas dentro desses espaços, sobretudo as dificuldades vividas por mulheres. Além disso, observou-se que “acordos financeiros informais” são também elementos geradores de conflitos. Em alguns casos, os núcleos familiares venezuelanos vendem alguns objetos de uso pessoal para arrecadar dinheiro não apenas para o deslocamento, mas também para adquirir os materiais essenciais para os primeiros momentos após a chegada a Roraima como alimentação, ventiladores, medicamentos ou para alugar alguma residência.

Nesses casos, quando decidem vir para o Brasil e acionam os contatos em rede, alguns desses núcleos familiares trazem pessoas que pertencem às famílias daqueles/as que já moram no Brasil e até custeiam as despesas durante a viagem que, segundo o acordo estabelecido, serão quitados no ato da chegada ao Brasil. O

que ocorre, no entanto, é que algumas vezes esses compromissos não são cumpridos, fato que torna os primeiros dias dos/as recém-chegados/as ao Brasil ainda mais difíceis porque já não dispõem do mesmo valor arrecadado ao sair da Venezuelae, muitas vezes, os mesmos são insuficientes para suprir as despesas nos primeiros meses de residência no Brasil.

Nos casos observados, apesar desses conflitos, os laços estabelecidos entre as mulheres permaneceram firmados – mesmo que de formas diferentes – porque as redes nos locais de destino funcionam como base de apoio, fonte de informação, de uma forma ou de outra são pessoas que remetem ao que é “conhecido” e até que as famílias recém-chegadas se estabeleçam de forma “segura”, são essas redes que fornecem apoio diretamente ou indiretamente, bem como certa estabilidade aos deslocamentos.

Sara, por sua vez, afirmou que a possibilidade de migrar para o Brasil foi apresentada por seu filho e que se fundamentou em um contexto de cooperação familiar. Para Lia migrar para o Brasil foi um projeto apresentado pelo irmão do seu esposo que já morava em Pacaraima há algum tempo. Nos casos citados a família foi a instância fundamental no estabelecimento e no suporte ao projeto migratório. Ana, no entanto, disse que a proposta de migrar para o Brasil foi realizada por Isabel, uma amiga de longa data que trabalhava com ela na Venezuela:

Entonces, esa amiga me dijo para venimos para Brasil. Me dijo: “¿Que te parece si nós vamos para Brasil? Allá yo tengo una amiga y vamos a ver como nós vai allá en Brasil. Vamos a probar suerte”. Mis palabras fueron: “Sitú vas, yo voy porque sola yo no voy a ir” (ANA, 2021).

Conforme demonstrado acima, Ana migrou para o Brasil a partir do contato com Isabel que, por sua vez, tinha uma amiga (Rosa) já estabelecida em Roraima. Na impossibilidade de permanecer na Venezuela, já que Ana não conseguiu continuar com o funcionamento de suas empresas, migrar para o Brasil foi uma alternativa para “probar suerte”. Para fins dessa análise vale apontar que Rosa, amiga de Isabel, não conhecia Ana e mesmo assim se dispôs a ajudá-la, fato que demonstra, mais uma vez, que nem sempre todos os/as integrantes da rede mantêm relação direta. Além de Isabel e Ana, Rosa ajudava diretamente outras pessoas – familiares, amigos e desconhecidos – que desejavam vir para o Brasil e concedia abrigo temporário para todos/as em sua tenda no abrigo Tancredo Neves.

As informações apresentadas por Ana demonstraram que, a partir das redes sociais, é instituído um tipo específico de “solidariedade feminina” construída nas sociedades de origem e de destino e que auxiliam no deslocamento e nos primeiros momentos após a chegada ao lugar de destino (ASSIS, 2007). Naquele momento o apoio prestado por Rosa foi de grande importância para Ana, sobretudo porque o dinheiro que Ana arrecadou acabou assim que chegou a Pacaraima e ela não tinha condições financeiras para chegar até Boa Vista. Ana disse que Rosa:

(...) fue una buena persona en ese momento, ella dijo que ella no nos iba a dejar sola. Este que si no, si a nosotros no teníamos dinero para entrar a Pacaraima aqui a Boa Vista, viniendo de Pacaraima en un carro, ella venía con nosotros a pie, si era venirnos caminando, o venirnos en carona (ANA, 2021).

Este pequeno trecho nos permite compreender que, muitas vezes, não se trata apenas de ter ou não recursos financeiros para chegar a Boa Vista. O apoio, a amizade, a solidariedade entre as mulheres que juntas migram para o Brasil são de grande valor para cada uma delas. Mulheres que podem se reconhecer umas nas outras, nas dificuldades, nas histórias de vida, que compartilham experiências e que se fortalecem mesmo em um contexto adverso.

Os relatos de Ana e Maria demonstram que, no caso da migração venezuelana, as redes sociais são estabelecidas considerando não apenas a questão dos laços firmados, mas também a questão de gênero. São mulheres que acionam redes sociais de mulheres para vivenciar o deslocamento da forma mais segura possível, com o maior grau de confiabilidade nas informações transmitidas, baseadas e inspiradas nas trajetórias daquelas que já haviam migrado. Além disso esses relatos expressam o protagonismo das mulheres nas migrações recentes, demonstrando que elas adotam as medidas e intervenções que consideram necessárias para transformar o contexto familiar.

De acordo com o dicionário Michaelis (online) o “protagonista” pode ser compreendido como a principal figura de uma peça, um filme ou a personagem de destaque em um determinado acontecimento. Dessa forma considero importante esclarecer que o uso do termo “protagonismo feminino” adotado nesse trabalho representa um posicionamento analítico que compreende a participação das mulheres nas migrações contemporâneas, não em relação aos homens, mas como pessoas singulares, respeitando e valorizando a forma como as mulheres compreendem as

migrações, conhecendo os desafios vividos durante os deslocamentos e mesmo após a chegada à sociedade de destino. Não se trata apenas de afirmar que as mulheres migram, mas reconhecer o protagonismo feminino nas migrações internacionais é uma estratégia para pensar em ferramentas de enfrentamento às desigualdades de gênero, às diversas formas de violência vividas pelas mulheres migrantes. É também um exercício que permite conhecer o modo como a migração pode representar um caminho para a (re) negociação dos papéis de gênero, promovendo o empoderamento feminino.

Em relação às expectativas ao migrar, Maria, Sara e Ana destacaram a busca pelo trabalho, mesmo que essa questão seja primordial para compreender as migrações dessas mulheres, não basta reduzir suas experiências a uma lógica baseada em razões puramente econômicas, como resultado de uma escolha entre regiões com mais ofertas de trabalho e melhores salários, uma vez que a realidade das migrações venezuelanas ocorridas nos últimos anos é baseada, fundamentalmente, na busca por sobrevivência. No entanto, cada uma enfrentou dificuldades próprias ao chegar em Boa Vista e não alcançaram, em muitos casos, suas expectativas. Maria disse que:

(...) a gente no sabia que iba... que, como iba ser a experiencia aqui. Nós, a verdade, nunca imaginé pasar por tanta dificuldade aquí. Nunca, nunca, nunca. Y eu no fico con vergonha así de falar que eu dormía no chão, que, a vece, no tinha o que comer, eu no fico con vergonha no porque... porque así son muita experiencia boa. A gente crece como pessoa, como humano, né. Mas é así...é... tem muita gente en Venezuela que pensa así que nós aqui somos ricos, ¿entendió? Y que aqui é todo fácil y no é así. Eu, eu tenho una guerra con mia mãe por eso mismo. Porque ela pensa que aqui eu pego dinero de, de cualquier lado. ¿Entendeu? Y no é desse jeito (MARIA, 2021).

Ao compartilhar esse relato, Maria contou que no início da pandemia o salão de beleza em que trabalhava como manicure fechou e ela ficou sem dinheiro. Por isso, um certo dia Maria foi a uma casa no bairro Paraviana, área nobre de Boa Vista, para fazer uma faxina com Ana. Ao findar um dia inteiro de trabalho as duas receberam apenas cinquenta reais e, por fim, cada uma ficou com apenas trinta reais devido as despesas obtidas com o transporte na ida para o trabalho e na volta para casa. Maria disse ter se sentido humilhada e triste por ver a forma como alguns/algumas brasileiros/as tratavam os/as venezuelanos/as e como a mão de obra das trabalhadoras migrantes era desvalorizada. Além de trabalhar como manicure e fazer faxinas, Maria também trabalhou em um espaço de bronzeamento em que realizava

várias funções, recebendo setenta reais por diária. Segundo Maria, o intenso calor a fez sair desse trabalho porque todos os dias se sentia mal após o expediente. As informações apresentadas por Maria destacam dois aspectos essenciais para analisar o mercado de trabalho destinado para as mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista: o mercado de trabalho informal e as atividades de “cuidados”. Sobre esses aspectos Maria afirmou que ao chegar em Boa Vista percebeu que o mercado de trabalho boa-vistense abre duas portas para as mulheres venezuelanas: trabalhar em salões de beleza ou fazer faxinas nos domicílios de famílias brasileiras.

É interessante observar que a destinação de mulheres migrantes para esses nichos laborais não é uma característica exclusiva da migração de mulheres venezuelanas para Roraima. Assis e Siqueira (2009), ao analisarem as redes migratórias e as trajetórias de mulheres de Governador Valadares (Minas Gerais) e de Criciúma (Santa Catarina), demonstraram que os trabalhos domésticos, assim como outras atividades de limpeza e cuidados, eram as principais atividades de inserção das mulheres migrantes brasileiras nos Estados Unidos que, no caso das primeiras levadas de mulheres valadarenses, assim como outras migrantes da América Latina, chegaram a morar na residência em que trabalhavam para não serem “empurradas” para a prostituição ou acionavam essas estratégias para conseguir maior proteção, ao passo em que contribuía para a diminuição do convívio social com parentes e amigos.

É verdade que a inserção das mulheres venezuelanas em trabalhos voltados para as atividades domésticas pode ser compreendida a partir da estruturação econômica do estado de Roraima, com uma economia baseada, sobretudo, no setor de serviços. No entanto, acredito que essa realidade é fundamentada, sobretudo, em relações de gênero regidas pelo ideal de atividades naturalmente delegadas ao universo feminino e pela segregação social no mercado de trabalho vivenciada pelas mulheres migrantes. Em Boa Vista é “comum” encontrarmos mulheres venezuelanas nos semáforos da cidade com mensagens escritas em papelões onde lê-se “preciso de trabalho” ou “faço faxinas”. Esse nicho de trabalho em Boa Vista é demarcado pelo gênero e pela nacionalidade. As faxinas a preços extremamente baixos, como observado nos relatos de Maria, são atividades destinadas às mulheres venezuelanas.

De igual forma, às mulheres venezuelanas estão relacionadas às imagens de prostituição e isso porque muitas mulheres venezuelanas, pela ausência de

oportunidades e pela urgência para garantir a sobrevivência, foram empurradas para zonas de prostituição em Boa Vista localizadas próximo à Feira no Passarão, no bairro Caimbé. Dessa forma observa-se “imagens” socialmente construídas sobre as mulheres venezuelanas que ferem a autoestima, a saúde mental e marcam, muitas vezes, os corpos dessas mulheres. Assim, os contextos de violência, preconceito e exploração observados em Roraima são múltiplos e expõem muitas venezuelanas à vulnerabilidade e à violação dos direitos humanos.

Faria, Ferreira e Paula (2019) indicam que a inserção das mulheres migrantes em atividades voltadas para o trabalho doméstico deve ser compreendida a partir da divisão sexual do trabalho e da internacionalização do trabalho reprodutivo, “(...) considerado como uma produção durante a criação de bens e serviços para o consumo direto dos membros da casa” (FARIA, 2014, p. 77). Para Lisboa (2007) o aumento expressivo de mulheres que migram para trabalhar como domésticas nos países desenvolvidos é reflexo do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal.

No mesmo horizonte analítico Bertoldo (2018) explica que a demanda pelo trabalho feminino surge como resposta às articulações do capital internacional como forma de ampliar a exploração da classe que vive do trabalho. No caso das mulheres migrantes, de modo particular, o discurso neoliberal dissemina a livre circulação de capital e mercadorias, preconiza a flexibilização dos processos e da força de trabalho ao passo em que proclama a “liberdade feminina” como grande progresso contemporâneo capaz de libertá-las das amarras do lar e possibilitar o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, compreendo que é necessário refletir sobre as formas como essas mulheres estão sendo inseridas no mercado de trabalho. No caso migratório se verifica que muitos são os casos de exploração e precarização do trabalho feminino.

No contexto das migrações internacionais, Bertoldo (2018) analisa a estruturação das cadeias globais de cuidado como uma estrutura formada por mulheres que saem de seus países em busca de alternativas de sobrevivência para suas famílias e acabam se inserindo no mercado da assistência, realizando trabalhos relacionados às atividades de cuidado, gerando consideráveis benefícios para os países desenvolvidos “(...) à custa de pessoas que estão em condições desvantajosas, entre elas um grande número de mulheres” (LISBOA, 2007, p. 807).

Para Lisboa (2007, p. 811):

Essas cadeias, na maioria das vezes, ligam três conjuntos de cuidadoras: uma mulher cuida dos filhos da migrante em casa, no país de origem; outra cuida dos filhos desta mulher que cuida dos filhos da migrante, que muitas vezes é a sua mãe ou a filha mais velha cuidando dos próprios irmãos; e a terceira na cadeia é a própria mãe migrante que deixa o seu país para cuidar dos filhos de profissionais liberais no Primeiro Mundo.

A rica análise desenvolvida por Lisboa (2007) e Bertoldo (2018) contribui não apenas para desnaturalização das migrações femininas na realidade recente, mas abrem novas possibilidades analíticas que permitem compreender os desafios vividos por essas mulheres no acesso ao mercado de trabalho decente, apontando para dificuldades que envolvem a questão do idioma, da revalidação de diplomas, da exploração da força de trabalho, na ampliação da informalidade, do trabalho não protegido, da violência psicológica e sexual vivida por milhares de mulheres migrantes em todo o mundo.

Compreende-se, portanto, que a reflexão acerca da divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho doméstico e as práticas de cuidado são atividades destinadas às mulheres (LISBOA, 2007), pode contribuir para a apreensão das relações de subordinação, dominação e exploração do trabalho feminino, do antagonismo estabelecido entre “coisa de homem” e “coisa de mulher” e que demarcam locais e papéis específicos para as mulheres nas sociedades contemporâneas, considerando ainda a articulação entre classe, raça/etnia e gênero como elementos centrais para essa reflexão. Nesse sentido verifica-se que as ofertas de trabalho estabelecidas para as mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista expressam o *modus operandi* do mercado de trabalho local, organizado com base no gênero, contribuindo para a ampliação das desigualdades entre homens e mulheres e ainda mais para a vulnerabilização e exploração das mulheres migrantes. Não obstante, Faria (2014, p. 77) explica:

O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona-de-casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, maridos e filhos.

Para Faria (2014), quando o gênero é considerado como norteador para a compreensão das migrações internacionais de mulheres é possível apreender de

forma ainda mais profunda as razões e os modos pelas quais um número significativo de mulheres migrantes é inserido no mercado de trabalho, mesmo o informal, voltado para atividades de cuidados e na realização de trabalhos domésticos. Nos casos apresentados nesse estudo, Lia apresenta uma realidade singular já que ao chegar em Pacaraima trabalhou como caixa e atendente em uma panificadora com carteira assinada. Em Boa Vista recebeu uma proposta de trabalho como caixa em um supermercado, mas não assumiu o cargo porque estava em período gestacional. Durante a entrevista, Lia demonstrou contentamento em poder trabalhar e, mesmo vivenciando dificuldades, proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus filhos. Atualmente, Lia trabalha apenas com as tarefas domésticas e no cuidado com os/as filhos, realidade que manifesta uma das faces das relações de gênero que regem a sociedade contemporânea em que às mulheres são destinadas as responsabilidades de cuidado e educação dos filhos, a assistência e a reprodução social nas unidades domésticas.

Sara, por sua vez, trabalha atualmente no mercado informal com venda de doces, mas também trabalhou como babá da filha de Maria. Nesse caso, Sara cuidava da filha de Maria durante o período de trabalho em que a mesma arrecadava remessas financeiras para enviar para sua mãe que estava na Venezuela cuidando dos seus demais filhos. Parte do dinheiro adquirido por Sara na realização dessas atividades também era enviado para a Venezuela para ajudar o restante da família. Não basta apontar que a história de Sara expressa a questão da internacionalização das atividades de cuidado, mas também demonstra a complexidade das estratégias adotadas em rede para a cooperação e a ajuda.

Compreendo que os relatos de Sara demonstram ainda que, em alguns casos, o rompimento com as relações sociais de gênero manifesto na feminização das atividades de cuidado é um processo difícil de ser concretizado e isso pode ser observado no momento em que as mulheres que estruturam as redes construídas por Maria, inclusive ela mesma, são responsáveis diretas pela execução de atividades desse nicho laboral. Durante os relatos, no entanto, tanto Maria quanto Sara expressaram o anseio em trabalhar em sua área de formação, mas não dispunham naquele momento de outras oportunidades laborais.

Ainda sobre o trabalho exercido em Boa Vista, Ana disse que atualmente trabalha como auxiliar de Serviços Gerais em uma empresa de soluções tecnológicas, mas contou que trabalhou um longo período, como empregada doméstica, na

residência de uma família brasileira. Um aspecto da vida laboral de Ana que considero importante para essa análise se deve ao fato de que tanto no passado quanto no presente, Ana continua realizando faxinas em casas de famílias brasileiras, inclusive aos sábados e domingos porque precisa ajudar sua família que está na Venezuela e aqueles que foram interiorizados pela Operação Acolhida⁸.

Conforme análise das informações apresentadas, ao chegar a Boa Vista nenhuma outra possibilidade de trabalho foi oferecida para as participantes deste estudo. Sobre essa realidade, Sara disse:

Me siento súper, súper mal por eso porque necesito trabajar. Una: que necesito trabajar; una que necesito ejercer mi profesión porque me gusta. Me gusta servir a la gente, me gusta atender a la gente. Esa es mi profesión, me encanta. Pero no puedo y soy un poco media incomodada... frustrada. Me siento así. Mal por eso. Quiero hacerlo, pero no puedo (SARA, 2021).

Ainda sobre as redes sociais e a inserção no mercado de trabalho destaca-se uma fala de Maria de que apesar de se sentir capaz para realizar qualquer atividade, nunca buscou emprego no mercado de trabalho formal porque havia conseguido uma vaga em um salão de beleza, oportunidade que conseguiu por indicação de Taís (irmã de Eduarda que é dona do estabelecimento) e, por isso, não sabia dizer se teria alguma dificuldade por ser mulher venezuelana: “As veces, a gente tem sorte, né, vai leva um currículo en un supermercado, pronto. Consiguió. Mas, as veces, a outra vai y lleva, lleva y no consigue. Eu no sé, a verdade, porque nunca fiz eso” (MARIA, 2021). Na história de Maria é possível observar que a rede social estabelecida em Boa Vista facilitou sua inserção no mercado de trabalho, mesmo o informal que respondeu às necessidades urgentes naquele momento.

Lia disse que nunca buscou emprego formal em Boa Vista porque atualmente se dedica exclusivamente aos cuidados dos filhos, mas que a única proposta que recebeu foi do antigo “patrão” do seu marido que já a conhecia há muito tempo. Sara, por sua vez, disse que não conseguiu emprego e que para os/as migrantes venezuelanos/as é difícil conseguir qualquer oportunidade porque ao chegar aos

⁸ Estratégia instituída pelo governo brasileiro em março de 2018 como resposta ao intenso processo migratório proveniente da República Bolivariana da Venezuela com o objetivo de garantir atendimento humanitário aos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em Roraima. A Operação Acolhida é fundamentada em três pilares: Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização e conta com aproximadamente 265 mil solicitações de regularização migratória; mais de 60 mil migrantes e refugiados/as venezuelanos/as interiorizados/as e aproximadamente 890 mil atendimentos realizados na fronteira. Dados disponíveis em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida>>. Acesso em: 25/10/2021.

lugares logo são identificados como “venecos”, palavra com intensa carga discriminatória que marginaliza a população venezuelana em Boa Vista e demarca quem são os “de fora”, responsáveis pelo “caos social” estabelecido em Roraima. Durante o diálogo a interlocutora manifestou tristeza ao falar das experiências que vivenciou no Brasil e lembrou que muitos/as migrantes, inclusive brasileiros/as, foram acolhidos na Venezuela durante os anos de prosperidade do país vizinho.

Ana também disse que nos dois casos em que trabalhou com carteira assinada não sentiu dificuldade por ser mulher migrante. No caso do segundo vínculo empregatício estabelecido Ana contou que foi indicada por alguns amigos cubanos que já trabalhavam naquela empresa e que isso facilitou para que ela conseguisse o emprego. Observa-se, mais uma vez, a articulação das redes sociais como ferramenta para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. São redes de migrantes, mesmo que de origens diferentes, que compartilham dificuldades semelhantes e que cooperam entre si para superá-las.

Quando questionadas sobre a arrecadação financeira para o desenvolvimento do projeto migratório, todas as participantes afirmaram que vieram com recursos próprios da estrutura familiar, conquistados por meio do trabalho ou da venda de materiais domésticos como geladeiras, além do ato de “economizar” dinheiro por algum período de tempo para custear as despesas do deslocamento. Ana, de modo particular, disse que sua irmã lhe emprestou cerca de trezentos mil bolívares para que pudesse vir para o Brasil. Foi com esse dinheiro, junto com suas “economias”, que Ana conseguiu chegar até Pacaraima.

Em relação ao meio de transporte utilizado durante o deslocamento, todas as participantes afirmaram ter utilizado o ônibus para chegar até Santa Elena e o táxi como meio de transporte para sair de Santa Elena e chegar até Boa Vista, com exceção de Ana que veio de “carona” para a capital roraimense. Buscando compreender as trajetórias percorridas durante o deslocamento, bem como as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas, cada participante foi questionada se havia realizado paradas em locais específicos até chegar ao Brasil. Os percursos foram mapeados conforme as informações apresentadas por cada uma das quatro entrevistadas e podem ser observados na figura a seguir.

Figura 8 - Trajetórias migratórias



Produzido por: Guelmi José Cabrera Carvajal - Designer de Criação (2021).

Além da distância percorrida por cada participante, a figura e os dados revelam a importância das redes sociais estabelecidas a partir dos laços familiares para a realização do projeto migratório. Lia, por exemplo, mesmo estando geograficamente mais próxima da Colômbia, percorreu aproximadamente 1.616 Km para chegar ao Brasil considerando a rede de apoio estabelecida no país.

Embora Maria, Sara e Ana tenham afirmado que o Brasil foi escolhido como destino considerando a proximidade com as cidades na Venezuela onde residem suas famílias, na pesquisa de campo evidenciou-se que todas dispunham de uma rede de apoio em Roraima, elemento que pode ter atuado como determinante para a decisão migratória. Considerando os locais de origem de cada uma das participantes vir para o Brasil significava estar mais perto da família. No caso de Maria, por exemplo, o percurso para vir para o Brasil era mais tranquilo porque no período em que saiu da

Venezuela para ir para Colômbia ela precisaria ir por “trochas” que são rotas irregulares que expõem os/as migrantes a riscos ainda mais intensos.

Portanto, para além da questão da proximidade geográfica há questões maiores e diversas que, muitas vezes, não são apresentadas de forma direta no diálogo com as participantes, mas que hora ou outra emergem no cenário de pesquisa e que demonstram o papel fundamental das redes sociais como, por exemplo, migrar acompanhada por uma amiga que tenha algum contato de confiança na sociedade de destino; migrar a partir de uma rede de contatos que possa garantir certa “segurança” durante o deslocamento; reconhecer em outras mulheres as trajetórias, dificuldades e anseios vivenciados além de observar que é por meio das redes que são acionadas determinadas estratégias para o suporte habitacional e alimentar, baseado em relações de confiança e laços de solidariedade que extrapolam os limites geográficos e políticos dos países.

Na tentativa de compreender as dificuldades vivenciadas especificamente por mulheres durante as migrações, as participantes foram questionadas se vivenciaram alguma dificuldade durante o deslocamento até o Brasil. Todas as participantes responderam negativamente a essa questão, indicando a inexistência de qualquer situação que tenha envolvido assédio, machismo, ofensas, violência ou qualquer outro tipo de dificuldade relacionada ao gênero. Ao comentar a experiência migratória Maria explicou que todo o percurso foi tranquilo, mas que não sabia afirmar se a experiência migratória foi delineada dessa forma porque estava acompanhada por seu marido, o que pode indicar a “incerteza” quanto ao nível de “sorte” daquelas que migram para o Brasil sem a companhia de alguma figura masculina.

Sara, no entanto, apesar de não ter apresentado queixa em relação ao questionamento feito, apontou o cansaço físico como dificuldade durante o percurso e que um de seus netos migrou com problemas de saúde, o que deixou o processo ainda mais fatigante. O relato de Lia, apesar de não conter nenhum indicativo de dificuldade condicionado ao gênero, apresentou uma característica importante que ressalta uma das várias estratégias adotadas por mulheres dentro e fora dos processos migratórios. De acordo com as informações apresentadas a viagem para Pacaraima ocorreu à noite porque este era o período mais tranquilo e apresentava menos riscos, estratégia apoiada, inclusive, por seu marido que à época já morava em Pacaraima. Lia justificou sua escolha pela viagem no período noturno baseada na necessidade de proteger, acima de tudo, seus filhos. Durante o relato, foi possível

observar que a interlocutora não conseguia identificar que o processo vivenciado resulta de uma série de elementos socialmente estabelecidos que representem riscos para as mulheres, ao passo em que exprimia as preocupações em relação à proteção e cuidados com os filhos. Esse aspecto é uma das manifestações concretas de que as mulheres, em muitos casos, não conseguem identificar as dificuldades que estruturam o “ser mulher” nas sociedades contemporâneas tamanha é a naturalização desses elementos.

Destarte, Ana, além de ter afirmado não ter vivido nenhuma situação de violência ou agravo em decorrência do gênero, indicou, assim como Lia, que no ano em que migrou para o Brasil a situação não era tão grave quanto no presente e que *“Ahorita el venezolano para salir de allá tiene que pasar mucha dificultades, muchos problema... é... mucha... é... confrontos en la vía, o sea, con los mismos policías, persona...”* (ANA, 2021), sobretudo, aqueles/as que migram para o Brasil em rotas irregulares popularmente conhecidas como “trochas”.

Sem desconsiderar os relatos apresentados vale ressaltar que em alguns casos, as situações que envolvem desigualdade ou violência de gênero não são percebidas na cotidianidade dada a intensa naturalização desses processos nas sociedades contemporâneas.

Nos relatos de Ana, é possível observar também as estratégias desenvolvidas no meio intrafamiliar para garantir a segurança e a cooperação durante o deslocamento. Tal fato foi observado quando Ana compartilhou as experiências vividas ao trazer sua família para o Brasil. Após algum tempo trabalhando em Boa Vista, Ana trouxe sua irmã e uma de suas filhas. A irmã de Ana regressou à Venezuela após se deparar com a realidade vivida por venezuelanos e venezuelanas em Boa Vista e isso inclui a questão do desemprego, habitação, qualidade de vida, entre outros aspectos. Algum tempo depois a filha mais nova de Ana veio para o Brasil, acompanhada de outra tia.

Ana expressou em diversos momentos sua gratidão e a felicidade em ter seus filhos no Brasil não apenas porque estão juntos, mas porque sabe que estão seguros.

Tan todo juntos porque... O sea, para mi es un... fue... O sea, me siento agradecida con Dios de que él me dio la oportunidad de yo traer a mis hijos. Primero traje a uno, después traje a los otros dos porque si estuvieran en Venezuela fuera mucho difícil para mi. ¿Entiende? Porque nosotros de aquí trabajamos y ayudamos a los que quedaron allá en Venezuela. Mi hermana

está allá en Paraíba, ella con su esposo, y ella tiene ya un año en Paraíba van a cumplir ahora en marzo (ANA, 2021).

Entre as dificuldades apresentadas por Ana em estabelecer sua família no Brasil, destaca-se a inserção no mercado de trabalho formal. De acordo com Ana, sua irmã, que atualmente mora na Paraíba, conseguiu emprego após quase um ano morando no Brasil. Ana e sua irmã, inclusive, são as responsáveis pelo envio de recursos para o sustento da família na Venezuela. A história de Ana reflete mais uma das estruturas observadas durante a realização desse estudo: mulheres do mesmo núcleo familiar que se organizam para o envio de remessas para o país de origem.

Ellos se fueron en el año pasado, el dieciséis de marzo. Y ahora es que ella, ahora fue que ella consiguió trabajo ahí en Paraíba. Y ella... O sea, entre nosotras dos, somos las que mandamos para Venezuela. Cuando yo no puedo, ella es la que manda para allá. Y a veces mandamos las dos, a veces no tenemos y así estamos porque... é... como tú sabes, aquí uno trabaja, sueldo mínimo, pagamos alquiler, pagamos luz, comida, los otros gastos. De lo poco que nos queda es para nosotros mandar para Venezuela. Solo que la cuestión en Venezuela es muy difícil, demasiado caro. O sea, el poder adquisitivo ha caído demasiado y el dinero que tú mandas de aquí para allá no alcanza pa nada. Pero me siento satisfecha de que mis tres hijos, mis dos nietos, mis tres yernos porque son tres porque la última hija mia se casó aquí en Brasil, mas con un venezolano. Y están aquí pues no están pasando necesidad ni están pasando trabajo. Tengo dos nietos hermosos, bellos, los amo y sé que van a crecer en un país donde hay futuro, hay posibilidad económica, donde sé que no están pasando necesidad (ANA, 2021).

A história de Ana, assim como as das demais interlocutoras, apresenta a intensa preocupação com a família. A questão da perda do poder aquisitivo na Venezuela foi um aspecto que surgiu em diversos momentos durante as entrevistas e foi possível observar que é um dos fatores que causa angústia nas participantes. O alto custo de vida mensal tanto no Brasil quanto na Venezuela faz com que as mulheres busquem avidamente por trabalho em Boa Vista. Assim, muitas delas enfrentam dois turnos de trabalho diário, atuando, em alguns casos, em um local com vínculo empregatício estabelecido e em domicílios realizando faxinas ou outras atividades domésticas.

A xenofobia é uma das mais acentuadas dificuldades observadas nos relatos de Ana, dado que esse é um dos fatores que diminui consideravelmente as possibilidades de conseguir emprego em Boa Vista. Segundo o relato apresentado foram essas questões que geraram a impossibilidade de conseguir um emprego e que promoveram a migração dos/as filhos/as e da irmã de Ana para a Paraíba. No entanto,

durante o diálogo, observou-se que Ana, em momentos pontuais, considerou “razoável” que os/as brasileiros/as “desconfiem” dos comportamentos e intenções dos/as venezuelanos/as devido a tantas “cosas malas” que alguns venezuelanos/as têm feito em Roraima.

O sea, a veces, nosotros escuchábamos, a veces, a muchos brasileiros hablar mal de nosotros, los venezolanos, mas no les quito su razón en cierta parte porque sí la tienen, o sea, ellos no estuvieron acostumbrados a vivir esta vida, esta lo... como dijera usted, esta locura que está pasando ahorita Brasil con toda esta migración venezolana. No solo venezolanos, si no haitianos y cubanos. Mas la venezolana es la que afectado más a Brasil porque se há escuchado muchas, se escucha muchas cosas de los venezolanos, mas no somos todos los venezolanos que venimos aquí a hacer las cosas malas... (ANA, 2021).

Conforme o dicionário Michaelis (online), a xenofobia pode ser compreendida como rejeição a um conjunto de elementos que remetem ao estrangeiro. Esses comportamentos, sustentados sob um conjunto de representações simbólicas sobre o “eu” e o “outro”, têm prejudicado a vida diária dos/as migrantes venezuelanos. No caso particular das mulheres esse processo pode ser percebido a partir da relação de dois elementos centrais: o gênero e a nacionalidade.

Longe de culpabilizar os agentes sociais, homens e mulheres, tanto da sociedade de origem quanto de destino pela realidade vivida e compreendendo que a classe que vive do trabalho é movida conforme as articulações realizadas pelo capital internacional, vale apontar uma das considerações empreendidas por Bauman (2017, p. 10) em que o autor, refletindo sobre os altos índices de deslocamentos humanos pelo mundo e os impactos causados na sociedade receptora, afirma que:

para a massa da população, já assombrada pela fragilidade existencial e pela precariedade de sua condição e de suas expectativas sociais, esse influxo sinaliza ainda mais competição pelo mercado de trabalho, uma incerteza mais profunda e chances declinantes de melhoramento: um estado mental politicamente explosivo – com políticos oscilando com dificuldade entre os desejos incompatíveis de satisfazer seus amos detentores de capital e aplacar o medo dos eleitores.

Dia após dia, um número ainda maior de pessoas, homens e mulheres, jovens e idosos, mesmo que em escalas diferenciadas, se deslocam pelo mundo como fugitivos de guerras, conflitos e de uma sociedade que nega cada vez mais as possibilidades de sobreviver com dignidade, com perspectiva de vida e não qualquer vida, mas vida com qualidade. Bauman (2017) explica que essa grande massa de

migrantes que bate às portas foi e continuará sendo estranha para aqueles/as que pertencem à sociedade receptora. Esse status por si só, segundo o autor, causa medo na sociedade de destino porque pelo “que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida” (BAUMAN, 2017, p. 14).

Parte desse sentimento de eminente temor é sustentado pelos discursos políticos de “defesa nacional” estimulando a construção de muros entre “os/as de dentro e os/as de fora”, entre aqueles/as que são e os/as que não são, alimentando comportamentos e valores simbólicos de que o/a migrante é um risco à segurança nacional, sobrecarrega e contribui para a baixa qualidade dos serviços públicos, representa criminalidade, violência e tudo o que pode representar de mais indesejado em uma sociedade.

É interessante, no entanto, o indicativo feito por Bauman (2017) de que as migrações contribuem para demonstrar a fragilidade existencial daqueles grupos sociais que instituem a sociedade receptora. Não são, portanto, os/as migrantes que geram o desemprego ou o sucateamento dos sistemas públicos de saúde ou educação, por exemplo. Essas são, antes de tudo, condições já experimentadas pela sociedade receptora, mas que agora contam com um novo contingente humano para ser responsabilizado: os/as migrantes.

Para aqueles/as que compunham o grupo dos marginalizados na sociedade receptora, que não tinham acesso a serviços públicos de qualidade ou ao mercado de trabalho formal, que estavam no “fundo do poço”:

a descoberta de outro fundo abaixo daquele em que eles próprios foram lançados é um evento de lavar a alma, que redime sua dignidade humana e recupera o que tenha sobrado de sua autoestima. A chegada de uma massa de migrantes sem teto, privados de direitos humanos não apenas na prática, mas também pela letra da lei, cria a (rara) chance um evento assim (BAUMAN, 2017, p. 18).

São esses pressupostos que alimentam comportamentos xenofóbicos e impedem a compreensão das “raízes” dos deslocamentos contemporâneos. Esses elementos estão também presentes na sociedade boa-vistense, sobretudo nas realidades das mulheres migrantes venezuelanas. Essas considerações, na perspectiva desse trabalho, bastam para compreender que, de forma alguma, as mulheres vivenciam as migrações do mesmo modo que os homens.

O gênero, como bem destacado por Rodrigues e Vasconcelos (2010), é uma construção social percebida a partir da diferença entre os sexos considerando um tempo e espaço determinado. Neste caso, é necessário considerar as formas como as relações sociais dessas mulheres eram compreendidas na sociedade de origem. Nenhuma das participantes desse estudo afirmou ter identificado alguma vivência de desigualdade em decorrência do gênero enquanto vivia na Venezuela. Sara, inclusive, afirmou que as mulheres tinham as mesmas oportunidades no mercado de trabalho, no cenário político e que as ações desenvolvidas durante o governo Chávez promoveram maior empoderamento feminino.

Considerando, no entanto, as dificuldades enfrentadas pelas próprias participantes em identificar situações que envolvam desigualdades sociais com raízes nas questões de gênero e nos limites analíticos desse estudo, considero necessário o desenvolvimento de pesquisas mais detalhadas e imersões ainda mais profundas para compreender genuinamente como é delineada a realidade das mulheres venezuelanas na sociedade de origem.

Os relatos de Ana me fazem refletir sobre o impacto que esses processos causam na subjetividade das migrantes. Quando penso em subjetividade das migrantes considero aqueles aspectos mais difíceis de serem quantificados e expostos em gráficos e que exigem por parte do/a pesquisador/a um “ouvir apurado”, sensível aos aspectos das falas que atentam não apenas para as necessidades e dificuldades materiais que envolvem o deslocamento desde a saída até a chegada ao lugar de destino, mas, antes disso, considera as expectativas, as angústias, a saudade, o medo, as incertezas, os sonhos de cada mulher que se lançou à sorte e observou no Brasil uma chance para melhorar a vida da sua família (ASSIS, 2002).

Não raro, observa-se, na mídia e nas discussões locais, uma espécie de “colonização” das mentes com a coletivização de discursos e informações que responsabilizam os/as migrantes venezuelanos/as pelas dificuldades enfrentadas em Roraima, mesmo antes da acentuação dos processos migratórios para o estado. É indiscutível a influência que as mídias possuem na “construção” do/a migrante na sociedade de destino. Bauman (2017) indica que é por meio dos noticiários e manchetes de jornais, das informações veiculadas nas redes sociais que o pânico migratório é anunciado e a ansiedade e o temor público são alimentados. É o acesso ao conjunto dessas informações que delinea quem são os estranhos que batem às nossas portas, os diferentes, os “inaceitáveis”, alimentando o preconceito contra os

“indesejáveis” e são esses elementos que têm constituído a realidade de uma grande massa de venezuelanos e venezuelanas em Boa Vista. Em decorrência desse processo, Bauman (2017, p. 44) afirma:

As pessoas estigmatizadas são repelidas, expulsas, banidas do grupo a que poderiam aspirar – e ainda, abertamente ou no fundo de seu coração, aspiram -, mas do qual foram excluídas e ao qual foram impedidas de retornar – depois de serem, além disso, para piorar ainda mais as coisas, pressionadas a reconhecer e aceitar o veredicto público de sua imperfeição e, portanto, de inferioridade: seu fracasso autoimposto em atingir um padrão do qual se declara oficialmente depender o visto de entrada no grupo desejado.

Decerto, a análise desenvolvida por Bauman (2017) pode contribuir para compreender a forma como os preconceitos materializados em estigmas que “identificam” e distinguem a população venezuelana em Roraima são internalizados pela população migrante. Alguns desses aspectos foram observados durante a pesquisa de campo e demonstraram a angústia vivenciada por essas mulheres e que podem contribuir para o fortalecimento do sentimento de “não pertencimento” (LIMA, 2012), como pessoas que vivem em processo constante de ressignificação entre dois mundos culturais distintos e que pode impactar a subjetividade das populações migrantes de forma plural.

As experiências cotidianas e os contatos estabelecidos entre o/a migrante e os grupos sociais na sociedade de destino promovem a construção de uma densa teia de interações. Durante o processo, as trocas de informações, o contato entre culturas e percepções distintas podem contribuir para a transformação de alguns modelos de referência como, por exemplo, as relações familiares, as religiões, os papéis sociais de gênero, entre tantos outros elementos que podem alterar a noção de pertencimento. No caso de Sara, por exemplo, foi possível observar que a troca de experiências com brasileiros/as ocorre em uma intensidade diferente se comparada às interações desenvolvidas com outras mulheres venezuelanas, o que, de certa forma, pode representar um tipo de “isolamento social” à medida que Sara priorizava os contatos estabelecidos nas redes sociais firmadas com seus conterrâneos. Durante a entrevista Sara contou que seu filho sempre explicou a importância em aprender a falar português, mas ela explicou que teve certa resistência no primeiro momento. No decorrer do diálogo observei que mediante as situações vividas, Sara se manteve “restrita” aos relacionamentos e interações com outros/as venezuelanos/as porque

aquele espaço era considerado um lugar seguro em que ela se identificava com os demais e ali eram estabelecidas relações entre os/as iguais.

Além desses aspectos, durante as pesquisas em campo observei que muitas outras situações e experiências que envolvem xenofobia e violência em Roraima passam, muitas vezes, despercebidas pelas mulheres migrantes. Lia (2021), por exemplo, ao contar sua experiência ao trabalhar em uma padaria em Pacaraima, disse que:

Eu no sabia nada y os primeros dias fue muito difícil. Eu chorava porque, tipo así, a gente ficava: “É que esa minina no sabe nada. Ten que deixa...”. ¿Como é que é? “Mandar embora. Ten que desmiti ela. Tú ten que... é... contratar brasileiro pa entender a nós... que no sé que más... que os venecos, que eso ahí”. Aí eu ficava “Poxa”... Eu ficava, eu chorava. Yo cuando iba pra casa, yo falava pra mi esposo: “Eu no vou más trabalhar, no. Eu no vou más trabalhar”. Y falava que no y sempre iba. Aí un, tipo así, una señora: “Me dá un real de pão” y, a veces, eu no conseguia entender. Aí ficava “Ay, me dá un real de pão”, gritava, né. Aí yo ficava como chorando, né. Aí a señora “Ah, ten que ter”... A mia dona, a mia... Ela ficava: “Ten que ter un poco de paciencia que ela é nova, que no sé que más”. Y ela: “No. Ten que colocar só brasileiro, que eso”, “Que ten que ter paciência que ela vai aprender, ela vai aprender”. Ela fue muito paciente conmigo. Aí después eu falava, ela: “Mariana, ten que prestar un poco más de atención, ten que falar que falem divagar pa tu poder entender”. Y así fue poco, divagar que fui entendendo. Cuando a gente ficava: “Eu quero eso”. Eu falava: “¿Ah, pode falar un poco más divagar?”, ele ficava: “Ay, tu é veneca”. Yo fale: “Sí. Soy venezolana”. Aí ele: “Bueno, me da un real de pão” y aí eu entendi y aí fue que eu fui poco a poco, divagar, divagar fui entendendo y me acostumbrando.

Sobre outros elementos estigmatizadores, é válido ressaltar o processo de sexualização das mulheres migrantes venezuelanas em Roraima. As histórias contadas por Maria demonstram mais um dos aspectos do “ser mulher” em Boa Vista, ou seja, a relação entre as mulheres venezuelanas e a prostituição. Durante a entrevista Maria relatou as diversas situações de importunação sexual que viveu na capital roraimense quando se deslocava para o trabalho e expôs as vivências violentas e humilhantes que muitas mulheres venezuelanas são submetidas em Roraima. Maria contou que, algumas vezes, no caminho para o trabalho, foi abordada por vários homens que ofereceram dinheiro para que ela mantivesse relações com eles. Em seus relatos Maria manifestou o medo que cercava seus dias, percorrendo ruas em busca de ajuda, tentando resguardar a própria vida. Em um dos casos ela contou que chegou a dizer ao importunador que ligaria para o seu marido, mas mesmo assim não obteve êxito. Isso aconteceu por vários dias seguidos e, segundo ela, sentiu-se desrespeitada, humilhada, sem a possibilidade de ir para o seu trabalho sem

que fosse confrontada por alguma situação dessa natureza. O relato de Maria é apenas uma parcela do que muitas mulheres venezuelanas vivem em Roraima, diariamente, expostas às situações de violência e constrangimento, sem o direito de utilizar os espaços públicos ou mesmo de ir para o trabalho sem serem submetidas a situações semelhantes.

Para conhecer e compreender as experiências vividas ao chegar a Roraima, as participantes foram questionadas se já possuíam algum lugar para morar ou alguma proposta de trabalho previamente estabelecida. As respostas foram as seguintes: Maria e Sara afirmaram que não tinham nenhum lugar para viver ou trabalhar. Sara, inclusive, destacou a ajuda de uma família brasileira de pastores que a acolheu com sua família por cerca de quatro meses; Lia, apesar de não ter proposta de trabalho estabelecida, morou em uma casa alugada com sua família na cidade de Pacaraima; Ana, por fim, morou com outras famílias venezuelanas por pouco mais de um mês no abrigo Tancredo Neves, mas não possuía nenhuma proposta de trabalho previamente estabelecida e, inclusive, nos primeiros dias após a chegada, ficou nos semáforos da capital em busca de emprego.

Considerando as fronteiras da Venezuela e as demais possibilidades de destino migratório, as participantes foram questionadas sobre as razões que as fizeram escolher o Brasil como país de destino. Como resposta, obteve-se os seguintes resultados: Maria, Sara e Ana afirmaram que escolheram o Brasil pela proximidade geográfica e pela segurança, tendo em vista que migrar para outros países como Colômbia, Equador ou Peru seria mais perigoso. Lia, no entanto, disse que veio para o Brasil apenas para acompanhar o marido. Assim sendo, no caso de Lia, o percurso transcorrido não resultou da análise de possíveis destinos, mas sim da articulação em rede familiar para o suporte e acolhida no local de destino.

Compreendo que, a partir das respostas apresentadas, alguns apontamentos devem ser feitos. Comumente, acredita-se, e alguns estudos indicam, que a população venezuelana opta por migrar para países que compartilham do mesmo idioma na tentativa de alcançar maiores possibilidades para melhorar de vida. No entanto, as informações apresentadas pelas participantes demonstraram a multiplicidade de elementos que influenciam e atuam como determinantes para o deslocamento. Nos casos apresentados, apesar das dificuldades impostas pelo idioma e pelo encontro com uma cultura distinta, as interlocutoras preferiram migrar para o Brasil como estratégia de proteção de si e de suas famílias, tanto aqueles que

estão no Brasil quanto os que permaneceram na Venezuela. Além disso, as interlocutoras afirmaram que se viessem para o Brasil seria mais fácil regressar para a Venezuela caso acontecesse alguma coisa com suas famílias.

Quando questionadas sobre qual o primeiro contato realizado ao chegar a Boa Vista, as respostas foram as seguintes: três participantes afirmaram que os primeiros contatos realizados foram com amigos/as da família e apenas uma indicou ter feito, primeiramente, contato com conterrâneos.

Considerando que a busca pelo trabalho e por melhores condições de vida para suas famílias foram os elementos que mais se apresentaram como base para o desenvolvimento do projeto migratório, as participantes foram questionadas quanto ao envio de recursos financeiros para a Venezuela. Todas as mulheres afirmaram que enviam recursos financeiros e, em algumas ocasiões, ajudam parte da família já interiorizada no Brasil. Os dados apresentados no “Encovi 2021” apontam que 3 em cada 5 pessoas enviam remessas financeiras para as famílias que permaneceram na Venezuela. Além disso o relatório demonstrou que 57% desses envios acontecem uma ou duas vezes ao mês. Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, 63% dos/as migrantes continuam enviando ajuda na mesma quantidade e frequência, 11% deixaram de enviar e outros 22% reduziram a quantidade e frequência com que as ajudas eram enviadas. Ademais o estudo indica ainda que 54% do total envia apenas ajuda financeira, 1% envia apenas bens, 41% não envia nenhum tipo de ajuda o que pode ser compreendido devido aos altos custos mensais que os/as migrantes enfrentam nos países de destinos, na ausência de oportunidades no mercado formal de trabalho e nos baixos salários arrecadados nas atividades exercidas, elementos que impedem o envio de recursos financeiros para a Venezuela.

Observou-se, em todos os relatos, que os valores e a frequência com que as remessas são enviadas variam mensalmente porque estão condicionados às arrecadações financeiras que cada família recebe pelos trabalhos realizados em Boa Vista. Assim, ao custear todas as despesas mensais, as interlocutoras afirmaram que enviam o restante para os familiares que permaneceram na Venezuela. Maria (2021), em um relato emocionado, disse o seguinte:

No tem como. Tem que mandar. Ai, Kesy, eu, eu... Olha aí o que eu vo te falar uma cosa: eu sempre jogo un jogo de Roracap, né, a gente tenta a sorte. Eu fale con mio marido así ó: “Si eu algún día ganho un premio desse... que a metade a gente compra uma casa aqui”, mas, a verdade, eu compraria muita comida y mandara para lá direto porque eu sé que é muito forte. No só

comida, né, eu compraria ropa, compraria é... perfume, esas cosa, creme, champú, esas cosa, muitas cosa y mandara porque eu sé que é muito difícil y no só para mi família, no. A cualquier pessoa que eu pudiese ayudar, ayudo. Eu agora tô ajudando só a mia família, né, mas se eu conseguiera ajudar otra persona, eu ayudo porque eu sé que é difícil.

As participantes afirmaram que, há alguns meses, não conseguem enviar nenhum valor para a Venezuela por conta das despesas e da pequena renda mensal recebida pelos trabalhos realizados, considerando que duas das entrevistadas estavam inseridas no mercado informal, uma está desempregada e somente uma trabalha com carteira assinada. Além disso as interlocutoras afirmaram que o envio das remessas não garante que os familiares que vivem na Venezuela consigam adquirir todos os meios necessários para sobreviver. Os relatos, de forma geral, apresentaram a questão da perda do poder aquisitivo da família venezuelana nos dias recentes o que faz com que, muitas vezes, seja impossível comprar todos os itens da cesta básica mensal.

Ana, por exemplo, afirmou que foi esse contexto, inclusive, que a fez conversar com sua irmã e desenvolver um projeto para trazê-la para o Brasil. Segundo Ana o dinheiro que ela conseguia por meio do trabalho como empregada doméstica em uma casa de família brasileira, bem como por meio das faxinas realizadas nos fins de semana não era suficiente para manter as suas necessidades no Brasil, tampouco para custear as despesas de toda a sua família na Venezuela. Por isso Ana decidiu trazer sua irmã como uma forma de arrecadar mais recursos e garantir a sobrevivência da família: *“O sea, hablé con ellos para traérmelos para acá porque yo no podía... O sea, para darle a todos, no podo. No me da la base para yo ayudarlos a todos, ¿me entiende?”* (ANA, 2021).

O relato de Ana expressa os rearranjos familiares estabelecidos a partir das redes familiares como ferramenta para transpor dificuldades, além de apresentar características nucleares analisadas em diversos estudos, quais sejam o papel das redes sociais para o estabelecimento e sustentação das redes migratórias; a resiliência empreendida pelas mulheres para superar as dificuldades; a importância da família como polo central no processo decisório; a estruturação das redes tanto para a transmissão de recursos quanto para a redução dos danos e custos que envolvem as migrações de longa distância, além de ressaltar o protagonismo das mulheres no planejamento e execução do projeto migratório, participando ativamente de todas as etapas que envolvem o ato de migrar desde o acionamento dos/as

potenciais migrantes no núcleo familiar, passando pela alocação de recursos para o deslocamento, acolhida na sociedade de destino e inserção no mercado de trabalho.

Contribuem com essa reflexão os estudos desenvolvidos por Peres (2004), ao analisar as trajetórias de homens e mulheres nas migrações. A autora pontua que a reconfiguração das relações familiares é um dos pontos centrais que integram as migrações internacionais e só podem ser compreendidos a partir de uma análise que considera o gênero. Assim sendo, Peres (2004) ressalta que, em alguns casos, as mulheres podem vivenciar, na experiência das migrações, maior empoderamento ao aumentar a contribuição na renda mensal, assim como alcançar maior participação nas decisões familiares.

Os homens, no entanto, segundo a autora, podem desejar retornar à sociedade de origem para reestabelecer as estruturas relacionais de outrora. Peres (2004) explica que o processo inverso também é possível, ou seja, as relações de gênero estabelecidas dentro da estrutura familiar podem ser transferidas para a sociedade de destino, o que faz com que as relações de desigualdade entre os gêneros se perpetuem.

Sabe-se que a migração dessas mulheres, assim como exposto em outros momentos, busca promover a melhora na qualidade de vida de suas famílias. Assim sendo as participantes foram questionadas se conseguiram alguma oportunidade de estudo ou qualificação profissional em Boa Vista. Três participantes afirmaram não ter recebido nenhuma indicação direta para realizar cursos voltados para a capacitação profissional, embora tenham manifestado interesse. Ana, no entanto, afirmou que seu companheiro havia lhe falado sobre a possibilidade de estudar no SENAI, mas ela, no entanto, não tinha interesse nos cursos ofertados.

Como melhorar a qualidade de vida das suas famílias era o objetivo central do projeto migratório as participantes foram questionadas se alcançaram esse objetivo ao chegar em Boa Vista. Maria disse que conseguiu melhorar tanto a qualidade de vida de sua família que mora em Boa Vista quanto daqueles/as que permaneceram na Venezuela. Sara, no entanto, disse que a melhora em sua qualidade de vida foi relativa. O relato de Sara, nesse sentido, é de grande valor porque manifesta as perspectivas singulares que cada sujeito tem sobre o que seria “uma vida melhor”. Sara nos contou que vive uma situação um pouco menos amena em Boa Vista porque consegue acessar serviços básicos de saúde, o que já não era possível na Venezuela, além de conseguir comprar seus medicamentos. Ainda assim, não considerava que

tinha uma “qualidade de vida” em Boa Vista considerando as dificuldades vivenciadas, manifestas em seu relato, sobretudo, pelo descontentamento em não conseguir acessar o mercado de trabalho e atuar em sua área de formação. Além disso, Sara contou que, atualmente, o dinheiro arrecadado após um mês inteiro de trabalho é direcionado exclusivamente para o custeio das despesas básicas e que não resta nenhum outro recurso que possa ser direcionado para atividades de lazer, por exemplo. Em seu relato, Sara disse que a Venezuela é sua casa e, por isso, não era possível ter qualidade de vida em outro lugar. Considerando esses aspectos torna-se possível compreender as razões pelas quais Sara expressou em alguns momentos que morar no Brasil era uma experiência “terrível” para ela:

Aquí no. É... no mejor. Porque uno: en lo de uno vive mejor, vive bien. Lo que passa es que las circunstancias no, no... Allá en Venezuela, pero aqui es terrible. Si tú no trabaja no come, si tú no hace no come, si tú no sale a ver no consigues. Eso es... no pode. No es mejor no, no es muy bien. Uno se estresa en ver que no puede hacer nada, en ver que no puede salir, hacer nada. En ver que necesito hacer algo y no puedo, no hayo. ¿Como lo hago? Es estrés. Uno se estresa. Es como, es como un encierro total... Ay es horrible. Es terrible. Es algo que no... no é... O sea, por una parte bien, por otra no porque no me hallo. Estoy acostumbrada a mi país, a lo que soy, a loque... Yo tengo mi casa. Es mi casa (SARA, 2021)

A fala de Sara demonstra a profundidade do que pode ser considerado como qualidade de vida e manifesta que não basta “ter o que comer” ou “onde dormir”. Vários são os aspectos que contribuem para a qualidade de vida de uma pessoa e o direito ao trabalho decente e lazer estão entre eles. Conhecer a história de Sara me fez refletir sobre o quão difícil é deixar o conforto da sua casa, seus objetos pessoais carregados de vida e memória, a família e sair do seu país contra a própria vontade regida pela necessidade de proteger e manter a vida. Esse é um elemento que expressa, talvez, o lado mais doloroso da migração venezuelana e que foge aos olhos dos grupos que observam as migrações venezuelanas como resultado da escolha própria das populações migrantes.

Lia, por sua vez, respondeu positivamente a essa questão e disse que por meio do trabalho conseguiu melhorar a realidade vivida por sua família. Ana, no entanto, disse que conseguiu melhorar apenas o seu modo de vida, mas não o de sua família:

Bueno, mi calidad de vida sí conseguí mejorar... Mas la de mi familia es muy difícil porque no he podido. Lo que tú mandas para allá, allá ya no alcanza el

dinero, solo da para... lo que con... lo que aquí tú con doscientos reales, para mí por lo menos, yo sola, con doscientos reales yo hago un mercado, unas compras y me duran um mes a mi. Allá no van a durar. Allá duran uma semana. ¿Me entiende? Entonces, es muy difícil mantener la calidad de vida de mi familia. Pero aquí en Brasil vivimos... (ANA, 2021).

Quando questionadas se migrariam para outro país caso a Venezuela não estivesse vivenciando todo esse processo, todas as participantes afirmaram que teriam permanecido em seu país de origem. Essa informação revela, ainda, que os casos analisados neste estudo não se tratam de pessoas que estão reemigrando. Na verdade, são mulheres e famílias que migraram e apenas saíram dos seus países porque foram expulsas pelas circunstâncias que atualmente permeiam a vida da população venezuelana.

Durante a entrevista, Maria (2021) disse:

No, mana. Mana, a verdade, eu era una pessoa que falava así: “Eu nunva vo embora pra otro país”. Eu falava, mas despois a situación apretó, né, aí a gente tem que salir, tem que sair. Eu falo así: “Graças a Deus a gente salió cedo porque eu acho que se nós tivéssemos lá ainda... Nossa Senhora, eu acho que iba ser muito difícil”.

Sara, por sua vez, disse que tem esperança de que a Venezuela um dia consiga se reerguer e afirmou que quando isso acontecer voltará imediatamente para o seu país. Lia, apesar de ter afirmado que tinha planos para conhecer outros países, disse que nunca pensou em morar em outro lugar que não fosse a Venezuela. Ana (2021), no mesmo sentido, esclareceu que *“(...) me hubiese quedado allá en Venezuela porque ya tenía mis trabajos, mis, mis propios trabajo, mi propio comercio y no, no tendría la necesidad de salir fuera del país. Por lo menos a conocer, a pasear sí, pero a vivir no. Mas no dio de outra forma”*.

Como demonstrado por Assis (2002) e Faria (2020), a partir do estabelecimento do/a migrante na sociedade de destino, são as redes sociais que possibilitam que outros integrantes do grupo familiar migrem como foi demonstrado, inclusive, nos relatos de Ana e Lia. Por meio do seu trabalho, Ana trouxe 13 pessoas da sua família para o Brasil. O marido de Ana, que veio ao Brasil a partir da ajuda oferecida por ela, trouxe seus irmãos e sua filha e todos estão trabalhando e morando em Minas Gerais e em Santa Catarina. Além desses, Ana tem se articulado para trazer sua irmã e expressa a luta empreendida pelas mulheres venezuelanas em ajudar suas famílias.

Maria, por sua vez, contou-nos que ainda não trouxe nenhum integrante da sua família para Boa Vista, mas que está em articulação para trazer sua irmã mais nova que já tem projeto migratório estabelecido. Durante a conversa, Maria contou que não só apoia a decisão da sua irmã como também está buscando estratégias para que ela alcance boas oportunidades na capital roraimense: *“Eu ayudaria ela en todo que eu puder. En todo. No dexaria ela no, así... pasar por todo que eu pasé, no”*.

Esse relato não só evidencia as estratégias adotadas, no núcleo das redes familiares, para diminuir os riscos que envolvem a migração, desde a saída do local de origem até a chegada ao local de destino, como demonstra claramente que as mulheres encabeçam diretamente esses processos. No caso da irmã de Maria, vale ainda ressaltar que ela pretende migrar sozinha para o Brasil, conseguir um emprego e depois mandar buscar o restante da sua família.

Sara, no entanto, disse que não trouxe nenhuma pessoa da sua família e que atualmente não tem condições de contribuir ou apoiar a migração da sua família ou de amigos/as para o Brasil porque não tem um trabalho estável. Em seus termos:

Mi yerno, el marido de mi hija, y mi otro filho tan sin trabajo. ¿Como se trae?, ¿como se ayuda? Ahora si ellos tuvieran trabajando, si ellos tuvieran posibilidad de traerla, ok. Pero así no, no puede. Entonces tiene que quedarse allá, tiene que ficar en casa allá. Tratar de sobrevivir allá ayudarlo uno aquí con lo que pueda para enviarle, pero de traerla no, no... Entonces, sería una... sería de nuestra parte una... ¿Como te dijo? Una irresponsabilidad de nuestra parte, que traigo para acá, pero ¿con qué propósito?, ¿con qué fin?, ¿para pasar más trabajo? No... Mejor se queda allá, se queda y que trate de sobrevivir allá. Para acá no. Sin la ayuda... Yo tengo un trabajo, mia filho ten trabajo, el otro filho trabaja, el outro trabaja, la outra... Así sí. Se puede. Pero así no. Sin trabajo, sin, sin... Sin tener de donde echar mano, no... así no. No se puede (SARA, 2021).

Em vários momentos, Sara disse que não pode e não é “capaz” de apoiar a migração de qualquer pessoa – seja de familiares ou amigos/as – porque não tem como promover suporte financeiro ou material durante o deslocamento ou acolhimento. Sara nos contou que, nos casos em que alguém lhe pergunta como é a vida no Brasil, ela compartilha as experiências e dificuldades que tem enfrentado, ao passo em que esclarece que vir ou não para Boa Vista é uma decisão particular e que não pode fornecer apoio. Destaca-se que não se trata de negar ajuda ou auxílio para parentes e amigos/as, mas de agir, segundo Sara, com honestidade e transmitir todas as informações de forma clara.

Nesse sentido, com base nos elementos expostos no decorrer deste trabalho, observou-se que as principais redes sociais estruturadas para apoiar e incentivar a vinda de outras mulheres para o Brasil são, mais que tudo, redes sociais baseadas em laços de família e amizade. Maria, por exemplo, disse que além de sua irmã, sua prima e várias outras amigas querem vir ao Brasil para trabalhar e contam com as informações transmitidas por Maria para concretizar o projeto migratório.

Essas informações, segundo os relatos, dizem respeito às possibilidades de trabalho, aos valores mensais gastos com aluguel, comida, luz, cesta básica, entre outras que são consideradas indispensáveis para os/as recém-chegados.

Son mulheres chefas de familia que no tem marido y quiere venir a trabajar. Aí eu pregunto con quem va dexar un filho, por exemplo, né: “É, con mia mãe”. Mas aí eu falo así: “Eu te falo a verdade, né, que é dura, mas tem que falar: tú tem que saber que pra ti va ser poco difícil um começo achar um trabalho. Tú va procurar trabalho y a vece va ser difícil, mas no desista, né, continua buscando trabalho”. Porque tem pessoa que piensa que ele va vim aqui a Brasil y va achar un trabalho el otro día y no é de ese jeito (MARIA, 2021).

O canal que comporta esse fluxo de informações indicado pelas participantes é o aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp e em menor grau o Messenger, embora tenham afirmado que a fraca conexão com a internet dificulte o contato. De acordo com as participantes, os aplicativos facilitam o contato com as famílias e os amigos/as mais próximos e faz com que a troca de informações seja constante. Sara também afirmou que as informações de como está a realidade recente na Venezuela sempre chegam por meio dos/as recém-chegados, mesmo que esse não seja o principal meio para trocar informações.

As entrevistadas foram questionadas se participavam de algum grupo ou comunidade em plataformas digitais com outros venezuelanos na perspectiva de compreender se essa era uma outra possibilidade de sustentação das redes migratórias. No entanto, duas participantes afirmaram que não participam de nenhum grupo; uma afirmou que participa apenas de um grupo familiar no WhatsApp e uma disse que tem um único grupo que já existia há muito tempo por meio do qual ela trocava informações, lembranças, dicas e orientações com amigos/as e antigos/as colegas de trabalho.

Essas informações e dados circulam nas redes sociais de familiares e amigos/as e promovem a sustentação das redes migratórias, considerando as

mulheres como principais articuladoras desses processos. Além disso, esses canais de informação possibilitam “matar a saudade” dos que estão longe, trocar experiências, aproxima locais geograficamente distantes e contribuem para a perpetuação de costumes. Nas regiões de destino, as redes sociais estabelecidas funcionam como redes de apoio ou como pontos de referência para solicitar ajuda quando necessário. Maria, por exemplo, apontou suas amigas de trabalho e um amigo conterrâneo como pontos de referência para solicitar ajuda; Sara, no entanto, disse que conta apenas com os seus filhos; Lia disse que vê em um amigo conterrâneo e no seu cunhado seus pontos de referência e, por fim, Maria disse que a família brasileira que a acolheu desempenha essa função.

Várias foram as informações apresentadas, ao longo deste item, e demonstraram o modo e quais são os tipos de redes sociais estabelecidas durante as migrações, ressaltando, sobretudo, o protagonismo das mulheres na articulação e sustentação de redes migratórias. Ao longo do percurso analítico foi possível observar a importância das relações de confiança e dos vínculos estabelecidos entre as mulheres, migrantes e brasileiras, como ferramenta para acolhimento, troca de informações, superação das dificuldades, proteção e fortalecimento das identidades.

Além do exposto até o momento, um elemento que se destacou nas análises dos dados coletados a partir das pesquisas em campo é que as principais agentes de referência dessas mulheres na sociedade de destino são, em sua maioria, mulheres, ou seja, as participantes desse estudo são pessoas que deixaram seus países e que foram acolhidas por outras mulheres na sociedade de destino. Os laços firmados em Boa Vista formam redes de mulheres estruturadas a partir de um tipo específico de reconhecimento feminino. São mulheres, brasileiras e venezuelanas, que desenvolvem relações de amizade e cooperação, que compartilham informações sobre os serviços de ajuda, benefícios, auxílios e que colaboram entre si para superar as dificuldades e compartilhar histórias nas experiências diárias em Boa Vista.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Estudos e pesquisas demonstram que a intensificação das migrações contemporâneas, em escala global tem produzido impactos diversos na vida de um número cada vez maior de pessoas – tanto daqueles/as que compõem a sociedade de origem ou de residência habitual dos/as migrantes quanto daqueles/as que integram a sociedade de destino. Além disso, observa-se que, para compreender as migrações recentes, é necessário articular as discussões a partir do entrecruzamento de elementos como, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo, as estratégias aplicadas nas disputas por territórios e zonas de poder, assim como os impactos causados sobre a vida da classe trabalhadora.

As discussões desenvolvidas, ao longo deste trabalho, demonstraram que as transformações tecnológicas, as dinâmicas sociais e, inclusive, as “formas de ser do trabalho” contemporâneo, colocam sob reflexão a capacidade explicativa das categorias de análise tradicionalmente utilizadas para explicar as realidades emergentes e, nos termos de Castells (2020), a nova “sociedade em rede”. A “sociedade em rede”, conforme Castells (2020), é uma estrutura social organizada e interligada a partir de redes globais de comunicação, responsável pelo gerenciamento e reordenamento das relações de poder em nível mundial, ampliando as desigualdades sociais e impactando, diretamente, as dinâmicas migratórias. Neste cenário de disputas e interesses classistas, a classe trabalhadora é expulsa de suas terras e famílias, posta em movimento pelo mundo às margens da atuação dos estados nacionais e, muitas vezes, responsabilizada pelo contexto de vulnerabilidade social vivenciado.

A partir das análises, é possível observar que à medida que a “sociedade em rede” facilitou a integração de agentes políticos e econômicos estratégicos para a economia capitalista internacional, também excluiu um grande contingente humano, considerados dispensáveis para o sistema capitalista, do acesso à riqueza socialmente produzida e às condições adequadas para uma vida com dignidade. Nesses processos de reestruturação do capitalismo e da dinâmica social, sobretudo nos anos finais do século XX, emergiram os princípios de flexibilidade, do temporário, onde tudo parece descartável, inclusive a própria força de trabalho. Assim, grupos de trabalhadores e trabalhadoras são expostos aos sistemas de exploração e vulnerabilidade que atendem, prioritariamente, aos interesses do capital.

Ao longo do percurso analítico, observou-se que os deslocamentos participaram da história dos grupos humanos. No entanto, as migrações contemporâneas se distinguem dos processos anteriores porque são complexas, envolvem diversas regiões – tanto de trânsito quanto de destino, são ainda mais volumosas, não apresentam motivações claras e, justamente por isso, não é possível definir as pessoas que se deslocam apenas como

migrantes econômicos. A história da América Latina, inclusive do Brasil, é uma história de migrações. No caso do Brasil, Levy (1974) explica que os processos migratórios foram estimulados em contextos específicos seja para atender aos interesses da metrópole, seja pela via do tráfico de pessoas para a escravidão ou por políticas migratórias adotadas pelo Estado para promover a ocupação do território e garantir a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento econômico nacional.

No plano das migrações intrarregionais, no final do século XX e nos anos iniciais do século XXI, ocorreram a intensificação das migrações na América Latina, estimuladas, sobretudo, pela proximidade geográfica e pelo idioma compartilhado na região. Baeninger *et al.* (2018) explicam que o desenvolvimento de medidas restritivas nos países do Norte global pode ter influenciado o aumento da migração entre os países do Sul global, sobretudo na América Latina. Assim, à medida em que estratégias foram criadas para facilitar o deslocamento de bens, serviços e capitais, o deslocamento de pessoas tem sido estruturalmente limitado, fortalecendo, desta forma, as desigualdades existentes entre os países do Norte e Sul globalizado.

Essas premissas foram as bases analíticas que fundamentaram as reflexões sobre as migrações venezuelanas observadas em Roraima, afastando-se, portanto, dos discursos que caracterizam as migrações venezuelanas como “crise migratória” ou “crise de refugiados” que contribuem para a responsabilização do/a migrante e/ou refugiado/a pela situação vivida e obscurecem a compreensão de que os deslocamentos observados em Roraima, em linhas gerais, são migrações forçadas. As interlocutoras deste estudo, por exemplo, afirmaram que vieram para o Brasil em busca de sobrevivência, considerando que, enquanto viviam na Venezuela, já não tinham acesso aos recursos básicos de alimentação e saúde.

Os estudos demonstraram que os processos que fundamentam a expulsão da população venezuelana de seus lares e de suas famílias têm origem em disputas econômicas, políticas e de poder. As análises desenvolvidas por Jubran (2016) esclarecem que a disputa pelo petróleo – considerado elemento estratégico tanto no plano da segurança nacional quanto nos aspectos políticos e econômicos internacionais – é o elemento central para compreender o cenário vivido pela população venezuelana.

Vários estudos demonstram que o petróleo representou uma ferramenta importante para viabilizar o desenvolvimento econômico e social da Venezuela, ao longo de toda sua história. De igual forma, as disputas políticas, tanto no cenário interno quanto externo, em torno da administração dos recursos advindos da exploração do petróleo também foram intensas. Além disso, a instabilidade política vivida pela Venezuela nos últimos anos, sobretudo após a

ascensão do presidente Nicolás Maduro, influenciou diretamente na configuração das migrações forçadas da população venezuelana. Neste cenário, é necessário também ter em conta os impactos e prejuízos sociais que as sanções impostas pelos Estados Unidos à economia venezuelana produziram nas condições de vida da população, ampliando a pobreza e as desigualdades sociais.

Nessa trama de disputas políticas e econômicas, Weisbrot e Sachs (2019) esclarecem que as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos foram medidas adotadas para desestabilizar o governo de Nicolás Maduro e fragilizar a política venezuelana. No entanto, os resultados alcançados promoveram a expulsão intensa de venezuelanos e venezuelanas que precisaram partir em busca de condições mínimas de sobrevivência. Como a maior parte das receitas do Estado venezuelano eram provenientes da venda do petróleo no mercado internacional, o governo passou a não dispor dos recursos suficientes para investir e manter os níveis de produção petrolífera, além de não conseguir importar os itens básicos de consumo da população, tampouco investir nos serviços de atendimento público como saúde, por exemplo, ampliando a instabilidade política, econômica e social no país.

Este é, portanto, um dos aspectos centrais desta análise: as migrações venezuelanas recentes não podem ser reduzidas ao aspecto econômico, como se o deslocamento fosse resultado de uma escolha livre e racional do/a migrante que, dotado de um conjunto completo de informações e dados, busca oportunidades de ascensão econômica e social em outras regiões. Os dados das pesquisas em campo demonstraram que as interlocutoras buscavam, sobretudo, garantir a sobrevivência ao passo em que afirmaram que não teriam migrado para o Brasil ou para nenhum outro país se a Venezuela não estivesse vivendo este contexto de instabilidade política e econômica.

Desta forma, discordamos de análises que, assim como Oliveira (2019), apontam as migrações venezuelanas como migrações laborais. Compreendemos que o deslocamento vivenciado pela população venezuelana não é resultado de uma escolha baseada em decisões individuais e puramente econômicas. São pessoas que buscam o mínimo para sobreviver e que precisam, para tanto, vender sua força de trabalho já que esta é a única mercadoria que a classe trabalhadora possui na sociedade capitalista. Assim, é necessário compreender: mesmo que o “trabalho” seja a palavra de ordem emitida pelos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima, uma análise mais ampla observará que o que se busca é a sobrevivência, uma vez que é pela venda da sua força de trabalho que o/a trabalhador/a

consegue alcançar um montante em dinheiro pelos quais manterá condições mínimas - e ainda assim precárias - de sobrevivência.

Estes elementos foram fundamentais para compreender as trajetórias migratórias e os relatos desenvolvidos pelas interlocutoras desse estudo. É importante destacar que as pesquisas em campo demonstraram que as redes sociais estruturadas a partir dos vínculos familiares e de amizade foram as principais fontes de sustentação das redes migratórias estabelecidas pelas interlocutoras. Em alguns casos, observou-se a atuação direta das mulheres na construção e acionamento das redes como estratégia para o desenvolvimento do projeto migratório. Em outros casos, mesmo quando não atuavam na construção das redes, as mulheres tinham papel fundamental na articulação dos recursos e informações. Neste contexto, as redes sociais acionadas antes da migração foram importantes para a canalização de informações, consideradas indispensáveis pelas interlocutoras, sobre como era viver no Brasil, onde buscar ajuda, acolhimento, quais eram os custos de vida com alimentação, aluguel, cesta básica e, em alguns casos, veiculavam também as experiências vividas por outras mulheres venezuelanas no que se refere à violência sexual e física, além do aliciamento para prostituição.

No que se refere às redes sociais acionadas durante o deslocamento, observou-se realidades singulares: Maria e Sara, por exemplo, vivenciaram o deslocamento a partir de sua rede familiar; Lia, apesar de ter vivido o deslocamento para Roraima acompanhada pelos filhos, acionou a rede familiar como determinante para a definição do destino migratório e como estratégia de colaboração com as despesas advindas do deslocamento; Ana, de modo particular, migrou a partir das redes sociais constituídas por de laços de amizade.

Durante os relatos, observei que ter uma rede de apoio ao chegar em Boa Vista era importante como estratégia de enfrentamento às dificuldades, proteção e suporte – tanto material quanto subjetivo. A partir dos relatos de Maria, por exemplo, observei que a rede social estabelecida com Ana foi importante para buscar moradia em Boa Vista e para viabilizar o acesso a informações que, mesmo indiretamente, contribuíram para o acesso ao mercado de trabalho.

Ana, no entanto, explicou que, ao chegar em Boa Vista, estabeleceu contato apenas com conterrâneos com os quais compartilhava o espaço de moradia no abrigo Tancredo Neves. O relato de Ana demonstrou um aspecto central nos estudos sobre as redes sociais: a importância dos contatos estabelecidos em rede para acessar os serviços necessários considerados indispensáveis pelo/a migrante recém-chegado/a. No caso de Ana, como a rede social que dispunha ao chegar em Boa Vista era estruturada apenas com conterrâneos – com

os quais não possuía vínculo de amizade previamente estabelecido, ela precisou ir para os semáforos da capital roraimense para buscar trabalho ou alguma ajuda para sobreviver. Ana contou que permaneceu nos semáforos até que uma família brasileira ofereceu trabalho como empregada doméstica e, dessa forma, ela conseguiu deixar o abrigo e ajudar sua família na Venezuela.

Lia, por sua vez, contou com o apoio familiar não apenas no processo de acolhimento como também para inserção no mercado de trabalho na cidade de Pacaraima. Sara, no entanto, contou com o apoio de uma família brasileira - membros da mesma igreja que seu filho frequentava - durante a acolhida em Boa Vista. Sara afirmou que a ajuda recebida foi de grande importância para garantir a alimentação, moradia e segurança, considerando as dificuldades enfrentadas para acessar o mercado de trabalho – sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19.

Um outro aspecto que se destacou durante o mapeamento das redes migratórias é que os laços estabelecidos pelas interlocutoras são, em sua maioria, firmados com outras mulheres, venezuelanas e brasileiras. Os laços firmados em rede são baseados, sobretudo, em relações de confiança. No caso das interlocutoras desse estudo, é possível notar que as redes atuam na redução dos riscos que envolvem a migração – sejam físicos ou subjetivos. Ou seja, as redes são estruturas que atuam não apenas no acesso à moradia ou alimentação – considerados suportes materiais, mas também reduzem o medo e a angústia vivida por aquelas que precisaram deixar suas famílias e buscaram em um país desconhecido as condições para sobreviver. Essas questões não podem ser desconsideradas quando analisamos as migrações venezuelanas em Roraima, sobretudo as migrações de mulheres, isso porque o medo do desconhecido e a angústia por conta do futuro incerto impactam diretamente a vida das mulheres migrantes.

Desta forma, observamos que as redes sociais, a depender do tipo de vínculo estabelecido, ampliam o potencial de confiabilidade das informações transmitidas; contribuem para a redução das angústias, do estresse e das incertezas que cercam o dia-a-dia das mulheres migrantes em Roraima, além de constituírem espaços de interações, trocas culturais e estratégias de reconhecimento – identificação – entre as migrantes. Durante as entrevistas, observei que os contatos estabelecidos entre as interlocutoras eram oportunidades para se “reconhecer no outro”. Esse processo ocorre tanto pelas semelhanças entre suas histórias, nas dificuldades encontradas em Roraima, quanto pelo compartilhamento do idioma, pela recordação dos costumes e das lembranças que resgatam traços de como era viver na

Venezuela, constituindo momentos de saudade, mas também de alegria em poder saber que contribuem para a melhoria na qualidade de vida de suas famílias.

Além desses aspectos, identificou-se que as relações de conflito observadas nos processos migratórios, emergem a partir dos “acordos financeiros informais” firmados entre as migrantes. Nos casos em questão, observei que as mulheres migrantes contribuem no custeio da migração dos familiares das migrantes que já moram em Roraima – o acordo previamente firmado garante que os custos das viagens serão quitados no ato da chegada ao Brasil. Desse modo, os conflitos emergem quando os compromissos firmados não são cumpridos. Este processo, por sua vez, contribui para ampliação das dificuldades vividas pelas migrantes recém-chegadas, uma vez que já não dispõem do mesmo valor arrecadado ao sair da Venezuela e que são, muitas vezes, insuficientes para suprir as despesas nos primeiros meses de residência no Brasil.

Em relação às estratégias de (re) negociação das relações de gênero das mulheres venezuelanas em contexto migratório, observei que o contato com outras mulheres – brasileiras e venezuelanas – e o acesso ao mercado de trabalho são as principais ferramentas para a ampliação do protagonismo feminino no contexto familiar. No caso das interlocutoras desse estudo, observamos que o gênero é um elemento que atribui aspectos singulares às migrações de mulheres, tanto no que se refere às dificuldades vividas quanto nas oportunidades acessadas. Esses aspectos, por sua vez, podem se manifestar desde a exposição das mulheres migrantes ao tráfico para a exploração sexual, tanto na sociedade de origem quanto de destino; impactam o modo como são recebidas pela sociedade boavistense, no caso das mulheres migrantes venezuelanas, elas são, geralmente, associadas às atividades de prostituição; limitam o acesso ao mercado de trabalho, uma vez que para as mulheres migrantes estão reservadas, no mercado informal, os trabalhos de empregadas domésticas e manicures em salões de beleza e, no mercado formal, como atendentes em supermercados.

No âmbito familiar, observou-se que romper com os “padrões” das relações de gênero é um desafio diário, uma vez que persistentemente as mulheres são compreendidas como agentes responsáveis pelos cuidados com o lar e com a família. Neste contexto, verificou-se que a urgência em garantir o sustento familiar – tanto daqueles/as que residem no Brasil quantos os que permaneceram na Venezuela – “empurram” as mulheres para o mercado de trabalho, promovendo um certo “rompimento” com a ordem de gênero estabelecida. É por meio da

inserção no mercado de trabalho que as mulheres passam a participar das relações familiares de um modo distinto, também como provedoras e escritoras de suas histórias.

No entanto, verifiquei que quando as mulheres migrantes ultrapassavam os limites do ambiente doméstico e passavam a conviver e constituir vínculos com a comunidade local, elas enfrentavam as desigualdades de gênero que persistem na sociedade brasileira e, no caso das mulheres migrantes, são ainda mais intensas porque além de “mulheres”, elas são “migrantes” e constituem o grupo dos “indesejados” e “invasores da nação”. Durante os relatos, algumas interlocutoras afirmaram que em alguns momentos de interação com a comunidade local, perceberam que eram compreendidas como aquelas que “tomam as vagas de emprego e os maridos das brasileiras”, e indicaram que essas experiências geraram sofrimento e angústia intensa, uma vez que o que as motivou migrar para o Brasil foi a busca por sobrevivência e estavam aqui para garantir o sustento de suas famílias. Em outros momentos, contudo, observamos que a questão das desigualdades vividas em Boa Vista em decorrência do gênero e da xenofobia não eram percebidas pelas mulheres migrantes. Desta forma, apreende-se que o grau de vulnerabilidade e precarização vivido pelas migrantes contribuem diretamente no modo como as experiências diárias serão percebidas e compreendidas.

Com base nos elementos apresentados, observa-se que os processos de (re) negociação das relações de gênero vivido pelas mulheres migrantes é envolvido por dificuldades, tanto em relação às características próprias das relações de gênero estruturadas na Venezuela quanto ao modo de ser das relações de gênero no Brasil, e atravessados por elementos que envolvem a xenofobia, a violência, o desemprego, a angústia, a necessidade de deslocamento para outros estados, uma vez que Boa Vista não oferece as condições adequadas para permanecerem na região – importante destacar que, ao contrário do que é comumente dito em diálogos informais em Boa Vista, migrar para outros estados brasileiros é uma necessidade que se impõe para muitos/as migrantes venezuelanos/as e até mesmo famílias inteiras, mas que esse não é, no primeiro momento, o projeto desenvolvido pelos/as migrantes, pois, assim como dito por uma das participantes da pesquisa, migrar para outros estados significa estar mais distante da família que permaneceu na Venezuela e sem a certeza de que será possível retornar.

A análise do referencial teórico e dos dados obtidos nas pesquisas em campo expressaram também que as redes sociais são estruturas que influenciaram e atuaram diretamente no desenvolvimento dos projetos migratórios empreendidos pelas interlocutoras da pesquisa. Como demonstrado no último capítulo, as migrações para Roraima não são determinadas exclusivamente pela proximidade geográfica entre o Brasil e a Venezuela, uma

vez que, como demonstrado, os/as migrantes consideram também os possíveis “benefícios” disponíveis na sociedade de destino e que podem ser acessados através dos contatos em rede. O caso de Lia, que atravessou a Venezuela para chegar à Pacaraima, é um exemplo claro desses processos.

Considero importante esclarecer que este estudo tem como objetivo discutir sobre as redes sociais nas experiências migratórias das mulheres venezuelanas em Roraima e que as situações apresentadas ao longo do percurso analítico estão relacionadas diretamente aos dados obtidos nas pesquisas em campo. Dessa forma, este trabalho não adota uma perspectiva de culpabilização das mulheres migrantes, tampouco adota processos representativos em que as interlocutoras são reconhecidas como “naturalmente frágeis” ou como agentes passivas nas experiências vividas cotidianamente em Boa Vista. Pelo contrário, as interlocutoras deste estudo são mulheres que vivenciaram situações de vulnerabilidade e risco social porque estavam reféns da negligência institucionalizada nos espaços públicos e, muitas vezes, naturalizada em meio a população local, mas que resistem diariamente às adversidades e buscam no trabalho a oportunidade de melhorar a vida de suas famílias.

Ao conhecer as realidades vividas pela população migrante em Roraima por meio de pesquisas ou das matérias divulgadas em mídias e jornais, talvez não seja possível compreender a complexidade, a dinâmica e a vulnerabilidade as quais núcleos familiares de migrantes venezuelanos/as estão expostos em Roraima. Ao observar os diálogos informais desenvolvidos entre os/as boa-vistenses, é possível identificar um determinado grau de naturalização das realidades vividas pela população venezuelana. Parte desse processo pode ser compreendido a partir dos efeitos subjetivos produzidos e socializados pelos meios de comunicação local, sobre a “imagem” produzida sobre o/a migrante venezuelano/a. Como exposto ao longo do trabalho, os meios de comunicação executam um importante papel no processo de “modelagem” dos pensamentos e dos comportamentos.

Neste sentido, observa-se que se os discursos políticos e midiáticos apresentam o/a migrante venezuelano/a como a causa para a precarização dos serviços públicos ou pela acentuação das disputas por emprego em Roraima, ocorre a ampliação da estigmatização dos/as migrantes e do fortalecimento de comportamentos e discursos que definem em polos opostos o “eu” e o “outro”, colocando o/a migrante venezuelano/a como um fator de desestabilização da “ordem social” local.

No caso das mulheres migrantes venezuelanas, esses elementos foram observados nos relatos em que expressaram as dificuldades para estabelecer, em alguns casos, laços com a população boa-vistense. Outros relatos, por sua vez, demonstraram a dificuldade em

ser mulher migrante venezuelana em Boa Vista justamente pela importunação sexual vivida diariamente por essas mulheres. Além disso, os relatos manifestaram a exploração da força de trabalho aos quais as mulheres venezuelanas estão expostas em Boa Vista. Considero importante esclarecer que este estudo é apenas uma parcela do que as mulheres venezuelanas vivem em Roraima e que possui uma capacidade explicativa limitada, uma vez que cada mulher apresenta uma trajetória, história de vida, anseios, dificuldades – que perpassam desde a saída da Venezuela, que se manifestam nas vivências dentro dos abrigos instituídos em Roraima e se expressam nas interações sociais do dia-a-dia.

Toda a discussão desenvolvida ao longo deste trabalho constituiu um esforço analítico voltado para compreender o modo como as mulheres venezuelanas têm vivido em Roraima, quais as ferramentas acionadas no âmbito familiar para desenvolver o projeto migratório, os modos como as mulheres, de modo particular, vivenciam as migrações, quais as dificuldades e potencialidades encontradas no processo de (re) negociação das relações de gênero, entre outros aspectos. Este é um trabalho estruturado a partir das percepções que as mulheres venezuelanas construíram sobre suas experiências e expressa a importância da ampliação das discussões sobre a forma como o acolhimento às populações migrantes tem sido gestado em Roraima, sobretudo no caso das mulheres migrantes que estão expostas a riscos específicos durante o deslocamento e mesmo após a chegada ao Brasil, propondo medidas que viabilizem o acolhimento humanizado e seguro.

Ao analisar a migração em Roraima, é necessário considerar que para o migrante venezuelano que chega ao Brasil, sobretudo no caso das mulheres, não basta garantir que existam locais que ofereçam alimentação mínima e condições (in) adequadas para pernoitar. É preciso reconhecer que o/a migrante não é um problema contingencial que precisa ser “solucionado”. As populações migrantes são compostas por pessoas que foram forçadas a deixar tudo na Venezuela, que veem os pratos vazios dos seus filhos, que mesmo quando vendem a força de trabalho não arrecadam o suficiente para comprar sequer um pão e buscam no Brasil a oportunidade de existir e de garantir que suas famílias tenham acesso a vida digna.

Portanto, não é suficiente que o Brasil garanta a entrada dos/as migrantes venezuelanos/as em território nacional, tampouco é o bastante que eles/elas sejam reconhecidos/as como refugiados/as. É necessário considerar aquelas pessoas que não se enquadram no “perfil” do refugiado/a estabelecido/a em legislação específica e garantir que essa população também tenha acesso aos direitos mínimos que o ser humano ainda dispõe.

Além disso, durante o desenvolvimento da pesquisa, observamos que é necessário desenvolver medidas de sensibilização e conscientização junto à comunidade local no que se

refere ao enfrentamento à xenofobia, à exploração do trabalho, violência verbal e física; de promoção ao respeito ao migrante, sobretudo as mulheres, e de construção de espaços de socialização e reflexões. Em meio aos esforços desenvolvidos por algumas instituições em Roraima, e através dos relatos apresentados, nota-se a perpetuação de comportamentos xenofóbicos persistentes, manifestos, inclusive, nos discursos informais. Por isso, permanece urgente o fortalecimento dos estudos, das discussões e dos debates sobre a migração venezuelana em Roraima, inclusive na perspectiva de solicitar do Estado brasileiro o desenvolvimento de políticas que garantam o acesso pleno ao mercado de trabalho, à profissionalização, à Saúde e Educação com qualidade para a população migrante e, dessa forma, garantir o acesso a vida com dignidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, L. C. **A migração haitiana para região metropolitana de Belo Horizonte**: O Brasil como polo atrativo e receptor no início do século XXI. 2016. 73 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_AguirreLC_1.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS *et al.* **Migrações, Refúgio e apatridia**: guia para comunicadores. 1ª ed. [S.l.:s.n.]. 2019. 40p. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>>. Acesso em: 05 abril 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - BRASIL (ACNUR BRASIL). **Dados sobre Refúgio**. 18 jun. 2020. Disponível em:<<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

_____. Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Brasil** (ACNUR). 20 jun 2016. Disponível em:<<https://www.acnur.org/portugues/2016/06/20/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/>>. Acesso em: 08 set 2020.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H.G. F. D. DA. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, on-line, Ribeirão Preto, 1992, n. 2, p. 61-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

ANGELIN, P. E. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ANSELMO, C. A. C. Migração forçada e categorização: entre a ampliação da proteção e a exclusão. In: PEDONE, C.; MIRANDA, B.; VELASCO, S. A. (Org.). Corredores Migratorios en America Latina: nuevos flujos migratórios, nuevas territorialidades, nuvas restricciones. **Periplos**: Revista de Pesquisa sobre Migrações, [S.l.:s.n.], 2021, v. 5, n. 1, p. 131-156. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34738. Acesso em: 13 mar. 2021.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

ASSIS, G. DE O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, setembro-dezembro/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2021.

_____; MAGALHÃES, L. F. A. Migrantes Indesejados? A “diáspora” haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira. In: SILVA, S. A. DA; ASSIS, G. DE. O. (Org.). **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**, Manaus: EDUA, p. 209-250, 2016.

_____; SIQUEIRA, S. **Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos**. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU, v. 17, ano XVII, n. 32 (2009): REMHU: “Redes migratórias”. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/143>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

_____. **Estar aqui, estar lá...** Uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. / Gláucia de Oliveira Assis. Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, **Campinas**, jun.2002. 170p. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_41.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

AZEREDO, M. M. DE. A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H (Org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003, p. 111-155. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

BAENINGER, R. Introdução. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.) **Migrações Fronteiriças**. João Carlos Jarochinski Silva; Luís Renato Vedovato; Daniel Nagao Menezes; Duval Fernandes; Sidney Silva; Roberta Peres; Clodoaldo Anunciação; Joice Domeniconi (Organizadores) - Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. 681p. p. 11-12 Disponível em:<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_frenteiricas.pdf>.

_____. Introdução. In: BAENINGER, R. *et al.* (Org.). **Migrações Sul-Sul**. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). 976p.

_____. Apresentação. In: BAENINGER, R.; SILVA J. C. J. (Coord.). **Migrações venezuelana**. Catarina von Zuben; Paolo Parise; José Carlos Pereira; Francisco Luis Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio; (Organizadores). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. 400p. Disponível em:<

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

_____. Migrações Transnacionais de refúgio: a imigração síria no Brasil no século XXI. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade** / Teresa Cierco et al. - Rio de Janeiro (RJ): Fundação Konrad Adenauer Stiftung, p. 79-98, 2017. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=081ac67e-e3f2-66ae-60a1-a39b251ecf66&groupId=265553>. Acesso em: 09 jun. 2021.

_____; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. DE. O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. In: **Revista Latinoamericana de Población** [S.l.:s.n.], vol. 16, p. 1-29, 2022. Disponível em: <<http://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/307>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, 280 p.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEAUVOIR, Simone. DE. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009. 2v. 759p. Disponível em:< <https://docero.com.br/doc/seesc0e>>. Acesso em: 03 set. 2021.

BERTOLDO, J. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, maio/ago. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n2/1414-4980-rk-21-02-00313.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. - São Paulo: Edições70, 2016. 3ª reimp. da 1ª edição de 2016.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: **Mediações** – Revista de Ciências Sociais. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, v. 20, n. 2, 2015. p. 27-55. Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>>. Acesso em: 03 set. 2021.

BRANCANTE, P. H; REIS, R. R. A “securitização da migração”: mapa do debate. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política** [online]. 2009, n. 77, pp. 73-104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200003>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Número**. 1ª Edição, 2016. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Número**. 2ª Edição, 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Número**. 3ª Edição, 2018. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Número**. 4ª Edição, 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 05 maio 2021.

_____. Lei nº 13.445, 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Lei nº 9.474, 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Lei nº 13.104, 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 04 out. 2021.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. (Texto para discussão; 366). Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2009/629-366-as-migracoes-internas-no-brasil-um-ensaio-sobre-os-desafios-teoricos-recentes>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CAMPOS, M. B. DE; BARBIERI, A. F. **Considerações teóricas sobre as migrações de idosos**. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. 69 -84, 2013. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/issue/view/54>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CAMPOS, M. DE B. A dimensão espacial das redes migratórias. In: **Redes** - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 20, nº 3, p. 14 - 30, set./dez. 2015. Disponível em:<

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5597>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CARNEIRO, C. S. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. In: **Argumenta Journal Law**, n. 26, pp. 337-374, jan / jun 2017. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/749>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CARVALHO, M. P. DE. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46. Jan./abr. 2011. p. 99-117. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a06.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. – 21ª edição, revista e ampliada. - São Paulo: Paz e Terra, 2020. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M.; PEREDA, L.; **Resumo Executivo**. Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/RESUMO%20EXECUTIVO%20_%202019.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____; OLIVEIRA, W. F. DE. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (Coord.). **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 8-16. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. A década de 2010 (2011-2020): dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio no Brasil. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (Coord.). **Relatório Anual 2021 – 2011–2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021, p. 8-23. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020. 96 p. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. **Venezuela: Sistema político e eleitoral**. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/paises/23/system>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CONNELL, R. W. Como teorizar o patriarcado. In: LOPES, E. M. T.; LOURO, G. L. (Org.). **Educação e Realidade**, v. 15, nº 2, jul/dez 1990, p. 85-93. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CORRÊA, M. A. S. et al. Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/issue/view/24>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CÓSER, S. L. E no princípio era o verbo... ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala e a política. In: LOPES, E. M. T.; LOURO, G. L. (Org.). **Educação e Realidade**, v. 15, nº 2, jul/dez 1990, p. 59-66. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

DAMASCENO, F. S.; COELHO, W. DE O. Contrarrevolução bolivariana na história recente da Venezuela. In: Textos e Debates: **Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, Boa Vista, n. 34, p. 21-35, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/issue/view/312>>. Acesso em: 08 set. 2021.

DOMINGUES, S. G. A. **Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro**. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: <https://www.uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Pos_Sociologia_8835_1339012250.SANA-GIMENES-ALVARENGA-DOMINGUES.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: **Educar em Revista** [online]. 2004, n. 24, p. 213-225. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. 136p.

DUTRA, D. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n.40, p. 177-193, jan/ jun. 2013. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852013000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 fev. 2021.

EMBAIXADA DA VENEZUELA. **O livro na rua**: Venezuela. Brasília: Thesaurus, 2010. 16 p. Disponível em: < <http://funag.gov.br/loja/download/795-Livro-na-Rua-Venezuela.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2021.

ESCUADERO, C. Os conceitos de transnacionalismo, etnicidade, comunidade diaspórica e interculturalismo nos estudos migratórios: uma proposta de aplicações e abordagens. In: **Revista Ambivalências**/Grupo de pesquisa “Processos identitários e Poder – GEPPIP”, Universidade Federal de Sergipe – n. 11 (jan.-jun. 2018) – São Cristóvão - Sijpepe : GEPPIP/UFS, p. 110-141, 2018.

FARIA, G. J. A. Redes Sociais das/nas migrações tecidas em contexto de vida e trabalho de domésticas migrantes. In: **Tempos Históricos, Dossiê “Trabalho e Migração”**, ISSN: 1983-1463, v. 24, n. 2, ano XXII, 2º semestre 2020, p. 14-52. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/issue/view/1241>>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **Do seu lugar para o lugar dos outros**: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico / Guélmér Júnior Almeida de Faria. - Montes Claros, 2014, 138p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros – Minas Gerais. Disponível em: < <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/17-Guelmer-J%C3%BAnior-Almeida-de-Faria.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____; FERREIRA, M. DA L. A.; PAULA, A. M. N. R. DE. “Uma migrante traz a outra!”: espaços de vida e redes sociais de domésticas migrantes. **18º Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina, 19 a 23 de agosto de 2019. Disponível em:<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_216.pdf>.

FAZITO, D. A análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. UFMG/Cedeplar. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, MG. Brasil. 2002. 25p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1094>>.

FERNÁNDEZ, A. P. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). In: **Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, Boa Vista, n. 32, p. 175-198, jan./jun. 2019. Disponível em: < <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/5697/0>>. Acesso em: 09 set. 2021.

FILHO, A. T. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu**. 2005, n.24, pp.127-152. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 set. 2021.

FREITAS, M. DE L.D. DE. Meio ambiente e política ambiental na Venezuela. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H (Org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003, p. 23-54. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf>. Acesso em: 03 se. 2021.

FREITAS, G. S. H. DE; DENADAI, J.; OBREGÓN, M. F. Q. Análise conjectural da crise venezuelana: um estudo pós-Maduro. In: **Derecho y Cambio Social**. [S.l.:s.n.], n. 61, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com/revista061/Analisis_conjetural_de_la_crisis_venezolana.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

FREITEZ, A. Prólogo. In: KOECHLIN, J.; EGUREN, J. (Org.). **El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración**. Colección OBIMID, volumen Nº 4. 2018. p. 9-14. Disponível em: <<https://www.uarm.edu.pe/FondoEditorial/etica-desarrollo/el-exodo-venezolano-entre-exilio-emigracion#.YIRcSJBKjIU>>. Acesso em: 09 set. 2021.

FUNDO DE POPULAÇÃO DA ONU (UNFPA). **Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima**. Resumo Executivo, 2020. 35p. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/violencia_de_genero_nacionalidade_e_raca-etnia_em_duas_cidades_de_roraima.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro : FGV DAPP, 2020. 1 recurso online (146 p.) : PDF. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29097>>. Acesso em: 09 set. 2021.

FUSCO, W. **Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares**. Campinas – Novembro 2000. 120 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279460>>. Acesso em: 09 set. 2021.

GALLO, P. M. DAL; MARANDOLA JUNIOR, E. Ser Migrante: lugar, identidade territorial e redes sociais. **XXIV Semana de Geografia da UEL. III Seminário de Geografia do Norte do Paraná**. 13 a 17 de outubro de 2008. Londrina-Paraná-Brasil.

11p. Disponível em: <<https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/trab-oficial1.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2021.

GLOBO. Brasil autoriza permanência definitiva a 44 mil refugiados haitianos. **G1**, Distrito Federal, 11 nov. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/brasil-autoriza-permanencia-definitiva-44-mil-refugiados-haitianos.html>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

GOES, A. A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas. In: **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo**. v. 22, n. 1, 2018. p. 62-79. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sinais/issue/view/904>>. Acesso em: 09 set. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALO, C.; SOUZA, J. Crise na Venezuela: Mulheres migrantes enfrentam a violação de direitos na busca por trabalho no território brasileiro. In: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. **Resenha Migrações na Atualidade**, ano 28, nº 106, p. 4-8, março 2017. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Resenha_n_106_-_Mar%C3%A7o_2017.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

HEIDEMANN, H. D. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: **Migrantes em Contextos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar** / Organização de Sidney Antonio da Silva. – Manaus: EDUA, 2010. p. 15-33.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**. 2007, vol. 37, n.132, p.595-609. ISSN 1980- 5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômicas, n. 38, 2 ed, 2021. 12p. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. **Países** **IBGE.** Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/venezuela>>. Acesso em: 02 set. 2021.

LARA, R. Em 2010, terremoto de magnitude similar matou mais de 200 mil pessoas no Haiti. **CNN Brasil**, São Paulo, 14 ago. 2021. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2010-terremoto-de-magnitude-similar-matou-mais-de-200-mil-pessoas-no-haiti/#:~:text=Guerras%20e%20conflitos,Em%202010%2C%20terremoto%20de%20magnitude%20similar%20matou%20mais,200%20mil%20pessoas%20no%20Haiti&text=Onze%20anos%20e%20sete%20meses,200%20mil%20pessoas%20em%202010.>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LARAIA, R. DE B. **Cultura**: um conceito antropológico. Coleção Antropologia Social, 24 ed. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009. 120p.

LEOTTI *et al.* A crise na Venezuela: uma discussão acerca das condicionantes político-econômicas de desestabilização no governo Maduro. In: FREDDO, D.; CABELLO, A.; CORADO, N. (Ed.). **O Eco da Graduação**, Brasília, v.4, n. 1, Edição 8, p. 93-118, jan.-jun. 2019. Disponível em: <<http://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/issue/view/10>>. Acesso em: 09 set. 2021.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, supl. p. 49-90, 1974. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2021.

LIMA, A. K. S. Migração e subjetividade: uma revisão de literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais. In: **Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras**: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras (1.: 2012: Boa Vista, RR) Anais. - Boa Vista: EDUFRR, 2012. p. 175-186. Disponível em: <<https://ufr.br/ppgsof/index.php/component/content/article.html?id=16>>. Acesso em: 09 set. 2021.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: [s.n], setembro-dezembro/2007. V. 15, n. 3, p. 805-821. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/350>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

LOCOMOTIVA / INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (Org.). **Violência doméstica contra a mulher na pandemia**. 2020. 95p. Disponível em: <https://assets-institucional-ippg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/11/LocomotivaIPG_ViolenciaDomesticaNaPandemiaFinal.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

LOPES, J. B. A América Latina e a marcha da história na luta de classe: lutas emancipatórias, reação conservadora e o intervencionismo dos USA na Venezuela. In: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019, São Luís (MA). **Mesa temática: “Luta de classe, democracia e intervencionismo dos Estados Unidos na Venezuela”**. São Luís: [s.n.], 2019, p. 2-13. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_1087_10875cc9fa46b4834.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

LOURO, G. L. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. In: LOPES, E. M. T.; LOURO, G. L. (Org.). In: **Educação e Realidade**, v. 15, nº 2, jul/dez 1990, p. 33-43. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive>>. Acesso em: 09 set. 2021.

LUSSI, C. Migrações e Direitos Humanos. In: **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar** / Organização de Sidney Antonio da Silva. - Manaus: EDUA, 2010. p. 261-278.

_____; MARINUCCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. 2018. 15p. Disponível em: <<https://www.csem.org.br/artigo/vulnerabilidades-dos-migrantes/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. Síntesis del informe: Transformaciones tecnológicas, geopolíticas y medioambientales que definen la futura migración y movilidad. In: Organización Internacional para las Migraciones (OIM). **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. Ginebra [s.n.], 2021, p. 1-61. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022-capitulo-1>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MARANDOLA JÚNIOR, E.; GALLO, P. M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/10.pdf>>.

MARINUCCI, R. **Feminização das migrações?** 2018. 14p. Disponível em: <<https://www.csem.org.br/artigo/feminizacao-das-migracoes/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul/set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MARTINS, A. P. A. O sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. In: Revista Café com Sociologia. [S.l.:s.n.], vol. 4, nº 1, p. 231-245, jan.-abr. 2015. Disponível em: <

<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/issue/view/11>>. Acesso em: 04 out. 2021.

MATTOS, A. I. S. et al. Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa. In: **Revista Saúde.Com**. [S.l.:s.n.], v.11, nº 3, p. 266-279, jul.-set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/issue/view/40>>. Acesso em: 06 out. 2021.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Sessão Temática 27, p. 1-21, Caxambu - MG, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/34/showToc>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MELLO, M. DE. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. **Brasil de Fato**. Caracas (Venezuela), 08 out. 2020. Seção Internacional. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Sessão Temática 47, p. 1-11, Caxambu - MG, 2004. Disponível em:<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/34/showToc>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MÉNDEZ, C. A. R. Crisis política y transiciones em Venezuela. In: **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 64-87, 2015. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2015.105331. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/105331>. Acesso em: 09 set. 2021.

MIRANDA, J. **Mulheres imigrantes em Portugal**: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida. Estudos OI; 35. Lisboa, outubro 2009. 266p. Disponível em: < <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3111>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MOREIRA, J. B. Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos. In: **Sociedade e Cultura**: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia [s.n.], jul./dez. 2017, v. 20, n. 2, p. 154-172. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/53079>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MOTA, D. M. **Representações sociais, mídia e violência**: a “construção” do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha deBoa Vista e Folha de São Paulo / Daniele Monteiro Mota. – Boa Vista, 2019. 184 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Disponível em: < <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/205>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** - PENESB-RJ, 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

NETO, M. I. D.; NAZARETH, J. Redes Sociais na Experiência Migratória de Mulheres Nordestinas. **XV Encontro Nacional da ABRAPSO** – Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos. Maceió, 30/10 a 02/11 de 2009. 9p. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=67&Itemid=95>. Acesso: 08 mai. 2020.

NETO, C. P. Estudo migratório e teoria econômica neoclássica: equívocos e acertos de classificação. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 34, vol. 1, n. 52, p. 474-496, 2019.

NEVES, R. F. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010. 152 p. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Viso-es_Brasileiras.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v.8, nº 2, 2000. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/312>>. Acesso em: 09 set. 2021.

NUNES, I. de O. Ser mulher e migrante: debates sobre divisão sexual do trabalho nos fluxos migratórios. In: **Tempos Históricos**, Dossiê “Trabalho e Migração”, ISSN: 1983-1463, v. 24, n. 2, ano XXII, 2º semestre 2020, p. 76-95. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/1241>>. Acesso em: 09 set. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Registros de Imigrantes Internacionais da Polícia Federal (SINCRE/SISMIGRA) [online]. In: **Banco Interativo – Números da imigração internacional para o Brasil**. Disponível em: < <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

OLIVEIRA, T; CAVALCANTI, L; MACEDO, M. Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2020. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Dad

os_Consolidados_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_-_2020.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

OLIVEIRA, M. M. DE. **Feminização das migrações nas fronteiras da Amazônia**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. 9p. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327_ARQUIVO_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf>.

ONU NEWS. ONU quer “apoio urgente” para 5 milhões de venezuelanos que deixaram o país. **ONU News**: Perspectiva Global Reportagens Humanas. 12 maio 2020. Migrantes e Refugiados. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/05/1713342>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. COVID-19 deve reverter décadas de progresso contra pobreza entre mulheres. **ONU News**. 02 set. 2020. Mulheres. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1725032>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO (OIM). **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2020**. Genebra, 2019. 528 p. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2020#:~:text=Description%3A,migraci%C3%B3n%20en%20todo%20el%20mund>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. Migración y migrantes: Panorama mundial. In: **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022** (M. McAuliffe y A. Triandafyllidou, eds.). OIM, Ginebra [s.n.], 2021, p. 1-48. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022-capitulo-2>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. **Tendencias Migratorias en America del Sur**. Informe Migratorio Sudamericano Nº 3, março 2020. 8p. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/sites/robuenosaires/files/Informes/Tendencias_Migratorias_en_America_del_Sur_Marzo.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. **Monitoramento do fluxo da população venezuelana**. Brasil [s.n.], 2021. 14 p. Disponível em: <<https://dtm.iom.int/reports/brasil-%E2%80%94-monitoramento-do-fluxo-migrat%C3%B3rio-venezuelano-roraima-ronda-6-maio-2021>>. Acesso em: 07 set. 2021.

_____. Migração. **Glossário sobre migração**. OIM, Genebra, 2009. p. 40. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2021.

_____. Migração Forçada. Glossário sobre migração. OIM, Genebra, 2009. p. 41. Disponível em: < <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2021.

_____. Migração Internacional. **Glossário sobre migração**. OIM, Genebra, 2009. p. 42. Disponível em: < <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2021.

PAIVA, L. M. **Venezuela: rupturas e continuidades**. In: **Revista Jurídica da FA7: periódico científico e cultural anual do curso de direito da Faculdade 7 de Setembro /Faculdade 7 de Setembro - v. 1, nº 1, (jan./dez. 2004) - Fortaleza: Bookmaker, 2004.** Disponível em: <<https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/issue/view/10>>. Acesso em: 05 set. 2021.

PÁTARO, C. S. DE O.; MEZZOMO, F. A. Por que olhar para as relações de gênero e a mulher na sociedade?. In: **Mulheres e relações de gênero: o jornal como fonte e recurso pedagógico**. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Campo Mourão, p. 11-15, 2014. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/culturaepoder/wp-content/uploads/2014/02/Livro.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. DE S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: GONÇALVES, R. (Coord.). GT 2. Gênero e movimentos sociais. I **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, p. 1-10, 24 e 25 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais/i-simposio.php>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 11/2004. Disponível em: < <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PERES, R.G. As mulheres na migração internacional: as diferenças nas estratégias de homens e mulheres ao longo da trajetória migratória. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Sessão Temática 47, p. 1-26, Caxambu - MG, 2004.** Disponível em:< <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/34/showToc>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PERES, M. A. DE C. O envelhecimento do trabalhador no contexto dos novos paradigmas organizacionais e os indicadores de exclusão por idade no trabalho. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1273>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, [s.n.], v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 04 set. 2021.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrantes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.:s.n.], 69, p. 73-93, outubro 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-073-093-Alejandro%20Portes.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PROTAGONISTA. In: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=PROTAGONISTA>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PUIGBONET, R. S. V. **A cidade no capitalismo global**: espaço, território e novas tecnologias. 200 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RESSTEL, C. C. F. P. Fenômeno migratório. In: **Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil** [recurso eletrônico] / Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel. – 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 35-52. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/xky8j/pdf/resstel-9788579836749.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

_____. Transnacionalismo. In: **Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil** [recurso eletrônico] / Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel. – 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 53-78. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/xky8j/pdf/resstel-9788579836749.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

REZENDE, D, F. de. A. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. 204p. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MCCR-739RWN/1/dimitri_fazito.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

RIBEIRO, V. N. DA S. **Os caminhos de uma nova *siembra petroleira***: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela Bolivariana (2003-2012). 2018. 166p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3359>>. Acesso em: 08 set. 2021.

RODRIGUES, F. DOS S.; VASCONCELOS, I. S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. In: **Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras**: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras (1.: 2012: Boa Vista, RR) Anais. - Boa Vista: EDUFRR, 2012. p. 337-364. Disponível em: <<https://ufr.br/ppgsof/index.php/component/content/article.html?id=16>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ROMANO, A. Q. T.; PIZZINATO, A. Migração de mulheres para o Brasil: intersecções de gênero, raça/etnia e classe. In: **Revista Trabajo Social**, Bogotá [s.n.], vol. 21, n. 2, p. 197-213, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2256-54932019000200197>. Acesso em: 05 set. 2021.

ROSA, R. DE M. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, v. 15, n. 29, 2007: REMHU: Feminização das migrações? p. 71-86. Disponível em: <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/issue/view/4>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2011. 144p. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. In: Cadernos pagu (16) 2001 : pp. 115-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SANTOS, M. A. DOS *et al.* **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010, 18 p. (Texto para discussão; 398). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.cedeplar.ufmg.br%2Fpesquisas%2Ftd%2FTD%2520398.pdf&clen=128737&chunk=true>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTOS, I. M. M. DOS; SANTOS, R. DA S. A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2008, v. 17, n. 4, p. 714-719. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400012>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SANTOS, D. J. DA S. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. In: **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In: **Revista NERA – Núcleo de Estudos. Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, ano 11, nº. 13, pp. 118-127, Jul.-Dez/2008. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. DE O. Teoria das migrações internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP 2000**, Caxambu, out. 2000. GT de Migração Sessão 3 – A migração internacional no final do século. Disponível em: <https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução: Angélica Freitas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016. 336 p.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. In: **Cadernos CERU**, [S.l.:s.n], série 2, vol.30, n. 1, p. 349-394, jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/issue/view/11136>>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SCHMIDT, J. DE F. **As mulheres na Revolução Francesa**. Revista Thema, 2012. 19p. Disponível em: <<file:///C:/Users/Peque/Downloads/147-Texto%20do%20Artigo-392-1-10-20121109.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: LOPES, E. M. T.; LOURO, G. L. (Org.). **Educação e Realidade**, v. 15, nº 2, jul/dez 1990, p. 5-22. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

_____. O enigma da igualdade. In: **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, janeiro/abril 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, Dez./2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SILVA, G. J. *et al.* **Refúgio em Números**, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

_____. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SILVA, J. P. A. DA; CARMO, V. M. DO; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. In: **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, [S.l.:s.n.], v.7, nº 1, p. 101-122, jan./jul. 2021. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/issue/view/611>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SILVA, A. P. DA. **Os imigrantes haitianos: inclusão, proteção, dignidade humana e inserção social na sociedade Brasileira – um estudo de caso em uma empresa da Santa Rosa – RS**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2019. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Aline-Silva.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SIMÕES, G. DA F. (Org.). **Perfil Sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017, 112 p. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/Perfil_Sociodemografico_e_laboral_venezuelanos_Brasil.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SOARES, J. V. S. A guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. **Série Conflitos Internacionais**. v. 5, n.1 – Fevereiro de 2018. Observatório de Conflitos Internacionais. 8p. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **R. bras. Est. Pop.**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.

Disponível em: <file:///C:/Users/Peque/Downloads/284-Texto%20do%20artigo-830-1-10-20130923.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

SOARES, W.; RODRIGUES, R. N. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. In: **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 64-76, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300006>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SOBRAL, I.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A. Retrato dos Femicídios no Brasil em 2019: análise dos registros policiais. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14, 2020. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SOBRINHO, L. L. P.; SIRIANNI, G.; PIFFER, C. Migrações Transnacionais e Multiculturalismo: um desafio para a União Europeia. In: **Revista Novos Estudos Jurídicos** [Eletrônica], [S.l.:s.n], vol. 19 - n. 4 - Edição Especial, p. 1159-1184, 2014. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/download/6702/3823>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SOUSA, L. G. DE; **Redes sociais, mercado e cultura migratória** – um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no século XXI / Leonardo Gomes de Sousa. – 2016. 146 f.: il., gráfs. e tabs. Orientador: Dimitri Fazito Almeida Rezende. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FACE-AANHEW>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2003, v. 37, n. 2, p. 119-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

STAEVIE, P. M. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima** / Pedro Marcelo Staevie; Orientador, Luis Eduardo Aragon. - 2012. 234 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11160>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

TRENADO, M. H. Venezuela: de la crisis del modelo de Punto Fijo al régimen Chavista. In: **Revista Nuestra América** [online]. 2007, nº4, p. 13-35. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5873826>>. Acesso em: 06 set. 2021.

TREVISAN, Rosana. Xenofobia. In: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=8a00d>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. DOI: 10.1590/S0103-20702008000100010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12567>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

YANNOULAS, S. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4054571>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

VIZENTINI, P. F. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H (Org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003, p. 57-83. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf>. Acesso em: 03 se. 2021.

WEISBROT, M.; SACHS, J. **Sanções Econômicas como punição coletiva: O caso da Venezuela**. [S.l.:s.n.], 2019. Disponível em: <<https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2021.